UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Escola de Comunicações e Artes
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

ESTAÇÃO MEMÓRIA CAMBURY:

MEDIAÇÃO CULTURAL COM OS PARCEIROS DO RIO QUE MUDA

EDISON LUÍS DOS SANTOS

Dissertação apresentada à Escola de Comunicações e Artes - ECA, da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Área de concentração: Cultura e Informação

Orientadora: Profa. Dra. Ivete Pieruccini

[Julho de 2013]
São Paulo - SP

Ficha Catalográfica
Catalogação na publicação

S233e SANTOS, Edison Luís dos.

Estação Memória Cambury: mediação cultural com os parceiros do rio que muda. – /
Edison Luís dos Santos; orientação Profa. Dra. Ivete Pieruccini. –
São Paulo: ECA-USP, 2013. –

191 f.; il.

Inclui bibliografia

Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação; Área de
concentração: Informação e Cultura). – Escola de Comunicações e Artes da Universidade
de São Paulo USP

1. Ciência da Informação. 2. Expropriação cultural – Brasil. 3. Infoeducação
quilombola. 4. Mediação cultural. 5. Dispositivos informacionais. 6. Inovação social.
I. SANTOS, Edison Luís dos. II. PIERUCCINI, Ivete. (Orient.) III. Título.

CDD - 020

EDISON LUÍS DOS SANTOS

Dissertação apresentada à Escola de Comunicações e Artes - ECA, da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Área de concentração: Cultura e Informação

Orientadora: Profa. Dra. Ivete Pieruccini

2

**Os componentes da banca de avaliação, abaixo listados,
consideram esta dissertação de mestrado aprovada.**

	Nome	Titulação	Assinatura	Instituição
1				
2				
3				

Data da aprovação: ____ de _____ de 2013.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus antepassados caboclos: minha bisavó materna, Cecília Soares de Moraes e avós maternos, Otília Soares de Moraes e Cantídio Martins Teles. Aos meus antepassados quilombolas e avós paternos, Joaquina de Oliveira e Antônio Frazão dos Santos, e à minha tia Brasilina Martins Teles (Lina), naturais de Porto Feliz, interior do Estado de São Paulo.

(In Memoriam)

Dedico-o também aos homens e mulheres simples que lutam dia a dia por dignidade, vivendo com os “mínimos vitais”, matutos, caiçaras, índios, quilombolas; aos amigos do Cambury e a todos os “esfarrapados do mundo e aos que neles se descobrem e, assim descobrindo-se, com eles sofrem, mas, sobretudo, com eles lutam”.

E ao educador Paulo Freire, a quem devo o crédito dessa citação. De modo justo, ela representa o que significou dialogar, compartilhar descobertas e partículas de sabedoria, com estas pessoas inesquecíveis...

A todos vocês dedico o fruto deste encontro.

A recompensa maior?

Não a desfrutei na chegada, mas, certamente, ao longo da travessia...

AGRADECIMENTOS

Aos deuses e orixás, porque respeito o mistério.

Exu, em primeiro lugar, por abrir os caminhos e a passagem desta árdua travessia.

Ao tempo, que precedeu o Universo, e nesse sentido é criatividade pura. Ao Universo, à Terra, à Natureza e às espécies vegetais e animais, todas. À humanidade e sua capacidade de produzir cultura e, sobretudo, Arte.

À minha querida mãe, pela atenção humilde e dedicada em momentos cruciais; e aos meus familiares, pelo amor e compreensão em todos os momentos. E à companheira Patrícia Cristina, que jamais abandonou o barco, mesmo quando estive, por várias vezes, perto de afundar!

À orientadora e amiga, Ivete Pieruccini, pelo acolhimento, diálogo e dedicação; por ajudar-me a tecer os fios deste texto e a quem devo a força e a coragem de perseverar nesta aventura. Ao professor Edmir Perrotti, pela abertura de horizontes; por ensinar-me a duvidar das certezas e a questionar os sentidos da vida, por abrir veredas de significado em meu sertão do saber.

Às professoras Lucia Maciel B. de Oliveira, pelas valiosas contribuições e corajosa apreciação crítica; e à professora Lucilene Cury, por sua generosidade e notas de lisonja ao trabalho, entendido como obra aberta, de caráter científico e humanista. À professora e também linguista, Ana Maria Marques Cintra, pelas palavras certas, nas horas certas, as quais me diluíram fantasmas e medos, abrindo os campos da visão. A todos os professores e colegas do PPGCI, que acreditam na renovação do campo da Ciência da Informação.

Aos professores e arte-educadores que doaram tempo precioso de suas vidas, aceitando o desafio de colaborar nas mediações culturais em um contexto de adversidades e conflitos, sem jamais esmorecer: Valter Luz, Wilson Rocha, Nelson Brolese, Luiz Octávio Alencar e Renata Barcelos. Aos amigos e parceiros do Cambury: Genésio, Salustiano, Leonel, Alcides, Catarina, Domingos, Simão Preto, Oseias, Silmara, Badeco, com os quais procuro manter especial lealdade, pela coragem e determinação com que enfrentam a lida de suas vidas. À grande mãe, Estação Memória e seus diletos: Alberto, Ângela, Anna, Toninha, Berenice, Bernadette, Denise, Dirce, Esther, Geisy, Giovanni, Inês, Irma, Ivanise, Ivone e Yvonne, Lenita, Lucélia, Maiah, Maria da Penha, Mariano, Marilene, Therezinha, Zezé entre outros simpáticos amigo(a)s, com o(a)s quais partilhei momentos de alegria e sabedoria.

A todo(a)s o(a)s amigo(a)s que se juntaram à família “Parceiros do Rio que Muda!

“Todo caminho da gente é resvaloso. Mas, também, cair não prejudica demais - a gente levanta, a gente sobe, a gente volta! Deus resvala? Mire e veja. Tenho medo? Não. Estou dando batalha”.
(Guimarães Rosa. *Grande sertão veredas*)

“Quando se percorre o caminho do guerreiro, o aprendizado baseia-se na seiva da memória que percorre das raízes, passando pelo tronco, aos galhos e folhas dessa árvore da vida que busca o sol. Como já disse, pela memória sabe-se que tribo e espírito acontecem juntos. O espírito acontece dentro de você e você é uma interconexão de muitos. No caminho do guerreiro, cabe a você discernir os seus mitos, os verdadeiros e os falsos. O que foi tecido pelos fios divinos e o que foi tecido pelos fios humanos. Cabe a você des-a-fiar. Quando você principia a discernir, você torna-se um txukarramãe, ou seja, torna-se um guerreiro sem armas”.
(Kaka Werá Jecupé)

RESUMO

Esta dissertação é um estudo exploratório sobre o processo de mediação e apropriação cultural de informação em um contexto social, marcado historicamente pela expropriação cultural – Cambury – uma comunidade rural formada por pescadores e quilombolas que vivem na Mata Atlântica.

A análise de campo e as reflexões teóricas se debruçaram sobre o *papel do mediador* e dos *dispositivos informacionais*, tendo como referência metodológica a pedagogia dialógica das *Oficinas de Memória*, espaço privilegiado para experimentação de saberes, trocas culturais e simbólicas.

Como resultado, formulamos categorias significativas de análise do *mediador cultural*, cujo amálgama de saberes (informacionais; procedimentais e atitudinais) julgamos indispensável aos processos de significação em territórios simbólicos diferenciados.

Como produto de conhecimento no campo da pesquisa social aplicada, criamos o dispositivo infoeducativo – *Estação Memória Cambury* – conjugado à interface de comunicação digital; e desenvolvemos referenciais teóricos e metodológicos que podem contribuir em futuras práticas infoeducativas que favoreçam a produção, circulação e apropriação social de saberes *com* os sujeitos do saber, confrontando-os com a questão do sentido da vida, do mundo e de si mesmos.

Palavras-chave: Infoeducação quilombola. Mediação cultural. Dispositivos informacionais. Memória e Informação. Inovação social.

ABSTRACT

This dissertation is an exploratory study about the mediation process and cultural appropriation of information in a social context which is historically marked by the cultural expropriation – Cambury – a rural community formed by fishermen and other native citizens living nowadays in the Atlantic Forest.

The field analysis and the theoretical reflections are based on the *role of the mediator* and on *informational devices*. As methodological reference we have the dialogical pedagogy collected from *Oficinas de Memória* (Workshops of Memory), a privileged space for experimentation of knowledge, cultural and symbolic trading.

As a result, we have elaborated important analytical categories for the cultural mediator whose amalgam of knowledge (informational, procedural and attitudinal) is indispensable to the processes of meaningfulness in differentiated symbolic territories.

The output in the field of practical social research, is nevertheless the creation of an info-educative device – *Estação Memória Cambury* – (Cambury Memory Station) – linked to digital communication interface. Finally, methodological and theoretical references have also been developed to possibly contribute in further info-educative practices to enable social production, circulation and knowledge basis together with the subjects of the referred basis, confronting people with life; the meaning of life and of the world and themselves amongst it all.

Keywords: Quilombola InfoEducation. Cultural Mediation. Information Devices. Memory and Information. Social Innovation.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABA – Associação Brasileira de Antropologia
AMAC – Associação dos Moradores e Amigos do Cambury
ARQC – Associação Remanescentes de Quilombo do Cambury
CIMI – Conselho Indigenista Missionário
CNPQ – Conselho Nacional de Política Cultural
CPISP – Comissão Pró-Índio de São Paulo
FLIP – Feira Literária Internacional de Paraty
FCP – Fundação Cultural Palmares
FUNDART – Fundação de Arte e Cultura de Ubatuba
ICMbio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITESP – Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva”
MCT – Ministério da Ciência e Tecnologia
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social
MEC – Ministério da Educação
MinC – Ministério da Cultura
NESOL – Núcleo de Estudos de Economia Solidária
NUPAUP – Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, da USP
PAL – Programa Arca das Letras
PBQ – Programa Brasil Quilombola
PCQ – Programa Comunidades Quilombolas, do MDS
PESM – Parque Estadual da Serra do Mar
PNSB – Parque Nacional da Serra da Bocaina
RTC – Relatórios Técnicos Científicos
SEO – *Search Engine Optimized*
SEPPPIR – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SME – Secretaria do Meio Ambiente
TAMAR – Projeto Tartarugas Marinhas/ICMbio

SUMÁRIO

Dedicatória	03
Agradecimentos	04
Resumo	06
Abstract	07
Lista de abreviaturas	08

PARTE A # PROLEGÔMENOS À PESQUISA

Introdução	12
Justificativas	19
Procedimentos metodológicos	25
Objetivos e organização do trabalho	28

PARTE B # TRAMA CONCEITUAL

I – TRAMA CONCEITUAL & CONCEITOS-CHAVE

Diálogos com a Infoeducação na contemporaneidade	32
Conceitos-chave da pesquisa	35
△ Expropriação cultural: um problema para a Ciência da Informação	36
△ Mediação cultural: significados e aproximações	39
△ Dispositivos informacionais e culturais	41
△ Apropriação cultural: significados e aproximações	43

PARTE C # CONTEXTO SOCIAL DA PESQUISA

II – EXPROPRIAÇÃO CULTURAL: DIÁLOGOS COM A HISTÓRIA

Expropriação simbólica: alegorias na “Terra de Santa Cruz”	47
Expropriação e escravidão de negros em Ubatuba	51
Espoliação da cultura caiçara	54
Quilombolas e expropriação fundiária	57

III – DELINEANDO AS FRONTEIRAS DO CAMBURY: ENTRE A TERRA E O MAR

Luta pela memória: primórdios do Cambury	73
Primeiros vínculos com os “parceiros do rio que muda”	78
△ Relações de parentesco e atividades produtivas em crise	84
△ Turismo ecológico: uma alternativa para a geração de renda?	86
△ Artesanato e troca de saberes	88
△ Terra, educação e saúde: direitos humanos fundamentais	91
△ Escolinha Jambreiro: ponto nodal, um bom começo	96

PARTE D # ESTAÇÃO MEMÓRIA CAMBURY

IV – DIÁLOGOS ENTRE SUJEITOS E SABERES

Estação Memória Cambury: construção e desenvolvimento	100
Mediação cultural: conflitos e processos criativos	102
△ Conflito da “oferta do peixe” x “aprender a pescar”	103
△ Conflito da ordem informacional	106
△ Reconfiguração da ordem do dispositivo Arca das Letras	109
△ Criação de acervo audiovisual de memórias: relatos de vida	115
△ Memória global/local: articulação integrada dos dispositivos	121
Oficinas de memória & informação: negociações	123
△ Formato das oficinas de memória	126
△ Apropriação no contexto das Oficinas: “uma coisa puxa a outra”	137
Inovação social e redes sociotécnicas: diálogos globais/locais	142
Criação da interface digital de comunicação: plataforma WordPress	144

V – APROPRIAÇÃO CULTURAL: O PAPEL DO MEDIADOR

Leitor do mundo e intérprete do cotidiano	151
Articulador de processos e interlocutor de diálogos	153
Mobilizador de linguagens, imagens e palavras	156
Criador de ignições e conflitos cognitivos	158
Comunicador: conectividade & redes sociais	159

PARTE E # CONSIDERAÇÕES FINAIS

VI – OBRA ABERTA: O QUE FICA DA TRAVESSIA	164
---	-----

REFERÊNCIAS	173
-------------------	-----

ANEXOS

A - Diagrama de parentesco do Cambury	179
B - Legislação	180

APÊNDICES

A - Mapa do site	181
B - Análise da dinâmica do site	182
C - Protagonistas: “os parceiros do rio que muda”	185
D - Galeria de Arte: produtos culturais	186
E - Equipe de trabalho colaborativo	190

PARTE A

PROLEGÔMENOS
À
PESQUISA

INTRODUÇÃO

Uma parte de mim é todo mundo; outra parte é ninguém: fundo sem fundo. Uma parte de mim é multidão: outra parte estranheza e solidão. Uma parte de mim pesa, pondera: outra parte delira. Uma parte de mim é permanente: outra parte se sabe de repente. Uma parte de mim é só vertigem: outra parte, linguagem. Traduzir-se uma parte na outra parte – que é uma questão de vida ou morte – será arte? (Ferreira Gullar, “Traduzir-se”)

12

Descobertas se fazem muito mais por insistência da *dúvida* do que por força das *convicções*. Sem a pretensão de querer desafiar os cânones da racionalidade objetiva, mas tampouco inocentes para se deixar envolver por razões emocionais; ao abraçar o estudo da realidade social de uma comunidade quilombola, no campo das ciências sociais aplicadas, reconhecemos que esse empreendimento exigiu-nos boa dose de coragem e estímulos, necessários para enfrentar inseguranças, temores e receios, inerentes à atividade de qualquer pesquisador. Diga-se desde já, a imagem social do pesquisador confunde-se, não raramente, com a de um hóspede indesejável que, inadvertidamente, está correndo atrás de ou querendo investigar sobre algo ou fazer perguntas que, de algum modo, implicam em tirar o sossego de alguém...

Fez-se necessário romper com este “pré-juízo” a fim de perseverar nesta aventura do conhecimento que teve início, de fato, no momento em que houve o “primeiro encontro” com os moradores da comunidade do Cambury; por intermédio deste contato inaugural, pude divisar melhor a fronteira a partir da qual algo começava a se fazer presente. Antes dessa ocorrência significativa, tudo era absurdamente improvável, uma aventura quixotesca, temerosa e invasiva, como se tudo não passasse de um sonho... Não poucas vezes, mas de tempos em tempos, o mesmo sentimento acometeu-nos ao longo da travessia, como se os demônios (de Anchieta ou de Cunhambebe) estivessem a me dizer ao pé do ouvido: “— Desista! Isso não levará a nada!”, “A melhor forma de ajudar o Cambury é *não fazer nada* pelo Cambury”.

Acampado no terreno da pesquisa, encontrei-me por diversas vezes em situações limites as quais invocaram certas reflexões sobre o sentido da vida: qual o significado de determinadas escolhas epistemológicas e existenciais? Em suma, por que estudar o universo informacional de um grupo social à margem da história, expropriado material e culturalmente? Por que buscar entender o espaço fronteiro de uma cultura híbrida, mestiçada, de caiçaras e quilombolas, vivendo em condições miseráveis nas encostas da

Serra do Mar,¹ na divisa entre SP e RJ, dois estados política e economicamente importantes da região sudeste do país? Por que arregimentar esforços a fim de transpor estas barreiras geográficas e materiais, num rincão afastado das cidades, em plena Mata Atlântica, na fronteira dos Parques Estaduais da Serra do Mar e da Serra da Bocaina?

O fato é que onde há dúvida, há também vontade de seguir em frente, prevalecendo a paixão pelo desconhecido e o intenso desejo de efetuar travessia, mesmo sabendo da possibilidade de não chegar a lugar nenhum. O motor de impulsão foi certamente a vontade de transformação social, tendo como desafio estabelecer o diálogo e a troca de saberes num microcosmo do Brasil. Um local de cultura, cujas trilhas do saber passam pelas veredas, pelo inconsciente coletivo de um país, cujo passado colonial deixou marcas profundas na vida de pessoas que ainda hoje são tratadas como resíduos da história.

Ora, diante da lacuna cognitiva que caracteriza a “miséria” informacional em um contexto onde as pessoas ainda vivem em situação limite, com os “mínimos vitais”,² entendi em determinado momento de minha vida que “algo mais teria que ser mudado, além do curso do rio”, em Cambury.

Neste lugar idílico – que significa *rio que anda* ou *rio que muda* – estabeleci contato com pessoas simples, de amizade afetuosa, homens, mulheres, velhos e crianças que também me ensinaram a superar diversas contingências da vida pessoal e acadêmica; a enfrentar questões contraditórias que subjazem o fazer teórico e prático; a confrontar outros tantos conflitos que pairam sem solução, dicotomias e fragmentos de um mundo nada linear, complexo, incerto, que ainda não foi capaz de solucionar os problemas relativos ao seu modo de ver e pensar o próprio mundo, ora impulsionado ora traído por sua própria linguagem. Numa palavra: aprendi a nadar, vencendo o medo!

Será que existe realmente uma contradição insuperável entre a inovação e a tradição? Será que a entrada no mundo contemporâneo implica em que percamos nossa

¹ O lugar em questão já foi a legítima terra dos guerreiros Tupinambás. *Ubatuba* é um topônimo de origem tupi que decorre da justaposição de “Ybá-tiba”, ou seja, local com abundância de cana brava utilizada para confecção de flechas. Ubatuba surgiu da aldeia tupinambá de Iperoig (Ypiru-yg = rio das perobas), região rica de boa madeira para embarcações das quais os tupinambás eram habilíssimos canoeiros, construíam enormes canoas de capacidade para até 60 pessoas e como nadadores exímios chegaram a nadar quilômetros ao encontro dos navios que vinham para negociar em primeira mão o produto pau-brasil. Sob o comando de Cunhambebe, Ubatuba era o quartel general da nação Tupinambá.

² O modo de vida dos caiçaras e quilombolas do litoral de São Paulo é muito similar ao do “caipira” do interior; na reconstrução histórica da sociedade caipira, Antonio Candido explica como se forma a sociedade rústica tradicional, sobretudo a partir do século XVIII, quando houve a fixação no interior paulista logo após a crise da expansão territorial [Bandeiras, Entradas e Monções] e o abandono das expedições. Quanto aos modos de vida, assimilando o “ritmo nômade” do bandeirante e a mobilidade do índio, a sociedade caipira se caracterizaria pela *simbiose com a natureza, a produção de mínimos vitais e sociais* e, morfologicamente, pelo *bairro rural*. (CANDIDO, 2001: 45-103, grifo nosso)

identidade? Será preciso trocar um passado do qual nos nutrimos por um futuro problemático incerto? Haverá uma profunda incompatibilidade entre tradição e inovação, ao ponto de se destruírem mutuamente? Por que ainda não superamos as fissuras da desigualdade que só fabricam mais desigualdades, aprofundando o fosso cognitivo e o discernimento sobre questões relativas a escravidão/liberdade, ciência/sociedade, riqueza/miséria, acesso/apropriação, cultura local/global?

As pessoas simples de Cambury, mesmo sem o saber, remeteram-me a novas descobertas a cada novo obstáculo, a cada novo mínimo passo vital, de tal modo que os retalhos de significado foram se constituindo. E deram-me a oportunidade de juntar pouco a pouco, e lentamente, informações, detalhes, ruídos, sentimentos, de um mundo particularmente desconhecido, e que ainda permanece obscuro, não obstante o caráter sublime do diálogo mantido com estes sujeitos. Diálogo que deu origem a descobertas fascinantes, às vezes dolorosas, sobre nós mesmos, a vida e a condição humana.

Com esta pesquisa não foi diferente: deparei-me com diversas limitações, enfrentei as críticas mais severas, e experimentei momentos de indecisões, mas também fiz descobertas fascinantes, considerações estimulantes e, sobretudo, aprendi com as surpreendentes, e inusitadas, contrapartidas. Estas me revelaram aspectos inimagináveis de um trabalho que ousou realizar-se nas veredas entre a ciência e a arte, no limiar de encontros e desencontros entre alteridades que, não obstante, só fizeram retroalimentar o diálogo entre os sujeitos, numa perspectiva de aprendizado colaborativo, dialógico.

No contexto da fronteira entre oralidade/escrita, a mediação cultural por meio de uma linguagem que evocasse a participação e audição das vozes silenciadas instigou-me a pensar na fronteira dos modos tradicionais de construção do saber; desejava o confronto, em que os sujeitos do saber fossem falantes, ouvintes, intérpretes, espectadores e também protagonistas. Contudo, reconheço que a Ciência não vive de boas intenções. Foi preciso, a todo o momento, fazer escolhas, corrigir erros, frear o ímpeto. Fazer escolhas implica em refletir profundamente sobre as diversas opiniões, a fim de perscrutar se não resultam de uma incompreensão momentânea, da eventual presença de ruídos; reconhecer eventuais equívocos de comunicação ou desvios advindos da escolha de repertórios inadequada ao contexto informacional e cultural do grupo em questão etc. etc.

Desde que me interessei, por “grandes questões sociais” que passam, a meu ver, pelas ciências da linguagem e do discurso, em meados dos anos 1990, como estudante de Linguística, encantava-me bastante estudar a oralidade e aprender mais sobre a fala dos

homens e mulheres simples, a gíria e a fala popular. Talvez, e justamente, por certa tendência da fala popular em desafiar propositalmente as normas ditadas, criando novos padrões linguísticos que sinalizam o grau de insatisfação diante da miséria latente; o mais interessante é que também acabam instaurando novos valores, determinados pela *situação* e condições impostas pela realidade cruel da vida cotidiana. A especificidade no uso de certos termos aparentemente “vulgares” e a simplicidade de recursos são reflexos de uma ordem marginal que não se conforma e prefere “falar diferente”; revelam a marca de grupo, por vezes agressiva, mas cujo apelo representa um modo de burlar a língua e consiste na recusa do oprimido em aceitar os padrões convencionais, de um mundo que o aprisiona.

Essa perspectiva de uma visão de mundo diferenciada, presente na oralidade da gíria comum de todas as épocas, representa, a meu ver, uma visão de mundo sob a perspectiva desses homens e mulheres simples, minorias e oprimidos, indígenas e quilombolas, razão pela qual registro aqui uma passagem do professor Dino Preti: “Através da gíria pode-se estudar a miséria, a insegurança, a revolta, a humilhação, o medo, o conflito de classes, a opressão, o desprezo que marcam a trajetória diária dos menos favorecidos na sociedade. É toda uma mágoa, uma consciência de desigualdade que explodem de seus vocábulos, compensadas quase sempre pelo humor amargo e pela ironia, componentes semânticos ideais para expressar o sentimento de desdém do homem do povo pelo mundo opressor que o cerca”. (PRETI, 1984: 67-68)

Faço tal digressão, pois revendo o histórico de minha formação humanística, reconheço aqui a fagulha que aguçou a curiosidade para posteriormente estudar, na área das ciências humanas aplicadas, os processos de apropriação social da informação e conhecimento por parte daqueles que, desumanizados pela escravidão colonial, ainda hoje são desdenhados pela sociedade. Sob a perspectiva destas vozes que por tanto tempo foram ensinadas a silenciar, condenadas mesmo ao esquecimento, passei a compreender melhor por que minha opção acadêmica de pesquisa encaminhava-se para a problemática das relações entre os sujeitos e a cultura, das relações entre *meios* e *mediações*, como categorias da apropriação do mundo que passam necessariamente pela *linguagem* e a *educação*. Daí, compreender o processo de expropriação cultural do período colonial brasileiro passou a ser uma chave para o entendimento da expropriação do saber *na* e *pela* Escola. O problema do ensino é evidentemente um problema dos adultos, mas que afeta milhões de crianças; é por meio do ensino que os adultos procuram perpetuar determinada

ordem social, é um sistema fechado, produtivista que só procura sua reprodução, com base no princípio oco: “Quem não reproduz é reprovado!”.

De acordo com Michel Foucault, enquanto “poder disciplinador”, a escola é “o espaço onde o poder disciplinar produz saber”, não necessariamente como processo educacional que favoreça o livre desenvolvimento das potencialidades de quem aprende, mas sim, como forma de adaptá-lo e enquadrá-lo ao sistema, discipliná-lo. Essa estrutura escolar fundada no *vigiar e punir*, na concessão de prêmios e castigos, emergiu historicamente como uma instituição diferenciada, com a pretensão de monopolizar a aprendizagem e a integração social. A partir do momento em que ela se impôs, o acesso à cultura passou a depender do consumo do saber formal ministrado em seu espaço físico e submetido ao cumprimento burocrático da legislação e normas pedagógicas. Procede-se aqui uma inversão que constitui seu traço distintivo: em vez de priorizar o aprendizado do indivíduo, enfatiza-se o sistema. Um sistema, cujo projeto educativo, de feição autoritária e alienante, favorece o *produtivismo* e causa falsas identificações: “aprender com ser ensinado, valer para alguma coisa com ser reconhecido pelos títulos outorgados pelo sistema, ser inteligente com assistir às aulas, submeter-se a exames, o grau de cultura de um país com a porcentagem da população escolarizada”. (TRAGTENBERG, 1981: 7-13)

As várias modalidades de ensino tradicional, centradas na transmissão de informações pelo professor, estão cada vez mais em descrédito, superadas por novos modos de ensinar e aprender, baseados, sobretudo, em premissas que tomam o aprendiz como *sujeito* e não como simples objeto dos processos de conhecimento. Em face dos quadros histórico-culturais da contemporaneidade, o *transmissivismo* pedagógico vai perdendo o sentido e a centralidade que teve no passado, sendo substituído por modalidades que têm os processos de construção de conhecimento como categoria organizadora da nova ordem pedagógica. (PERROTTI, 2008: 5)

Na perspectiva de um diálogo nas fronteiras entre Educação e Cultura, aproximei-me dos estudos culturais e ensaios etnográficos. O termo “cultura” na contemporaneidade passou a ser usado para referir-se a conceitos importantes em diversas disciplinas intelectuais distintas, incluindo a Ciência da Informação, e em sistemas de pensamento distintos e incompatíveis. Por esta razão, indaguei-me: quais as expectativas de uma ciência interessada em estudar processos de expropriação e apropriação cultural? Que tipo de esforço um cientista da informação deveria alocar a fim de agregar maior visibilidade e reconhecimento social ao seu campo de pesquisa? De que modo o trabalho de mediação

cultural com povos quilombolas poderia contribuir para “ampliar a esfera do ser”? Como transformar, por meio do valor da informação, a cultura? Como colaborar na construção coletiva de novos saberes que nos ajudem a reinventar o próprio cotidiano?

Embora alguns autores que se dedicaram ao termo “cultura” lhe atribuam papel de centralidade – “no universo da cultura, o centro está em toda parte” –, permanece a falta de consenso em razão da natureza complexa e da multidisciplinaridade que caracteriza tal campo. O único consenso é que todos parecem reconhecer que nenhuma área de conhecimento é capaz de dar conta de todos os aspectos que envolvem o trabalho investigativo com cultura. Diante deste dilema, optamos pela definição de cultura proposta por Morin, enquanto operador de análise do contexto cultural que elegemos como foco de investigação, dentro do qual diversos processos se realizam e adquirem seu sentido social.³

A esta altura, pareceu-me frutífero pensar sobre o ponto de vista daqueles que não passaram pela “triagem formativa” da escola, ou da cultura escolar, isto é, sob o prisma dos “excluídos” dessa participação e que foram historicamente proibidos de frequentar a escola. Um aprendizado importante consistiu em reconhecer a pertinência de buscar saber qual a compreensão que os não-participantes têm sobre estes regimes de significados e práticas que lhe foram negados; a perspectiva não foi a de simplesmente representar ou dar a voz aos silenciados, mas “entender e nomear os lugares em que suas questões ou sua vida cotidiana entram em conflito com os outros”. (CANCLINI, 2001: 28)

Entendemos que os conflitos estão sempre presentes, quando se trata de lidar com a “cultura do outro”; por outro lado, a capacidade de buscar os fatos e recorrer à memória agrega-se à capacidade de sonhar e de projetar. Ao eleger os estudos de interface entre Informação e Cultura, automaticamente mergulhei em um pântano inundado por conflitos: com que meios – dispositivos – eu poderia construir o diálogo imprescindível entre culturas? Adentrar o *espaço das fronteiras* de uma cultura híbrida constituía, a meu ver, local privilegiado para o diálogo e busca de novos significados que pudessem ajudar a reinventar a esfera cotidiana de Cambury. Este espaço fronteiro (quilombolas/caiçaras, terra/mar, sertão/praias) passava a se configurar, então, como “o” local da cultura.

³ Segundo Edgar Morin, entende-se *cultura* como uma dimensão humana e social compreendendo dois capitais: a) capital cognitivo, mitológico e ritual (saberes, crenças, normas, proibições, valores); b) capital técnico (saber-fazer, práticas, regras). As materializações culturais (objetos e costumes) decorrem deste segundo, enquanto o primeiro absorve o conceito estrito de cultura (letras, artes e ciência), aceite pela generalidade das “escolas” e teorias e problematizada em ensaios de fôlego. Em estrito senso, cultura e informação confundem-se, às vezes são equivocadamente tomados como sinônimos. In: Dicionário Eletrônico de Terminologia em Ciência da Informação, 2007, [acesso em: 21.05.2012]. Disponível em: <http://www.ccje.ufes.br/dci/deltci/def.asp?cod=26>. A respeito do conceito de cultura, ver também: HALL, 2007; CANCLINI, 2001, 2004; TODOROV, 2008; HARVEY, 2010.

Assim, neste espaço intersticial é que reconhecemos nova possibilidade cultural que surge da negociação entre alteridades, não simplesmente baseada em antagonismos, mas em contínuo processo de debate e negociação, entre sujeitos e saberes; reconhecemos o desafio epistemológico da ciência de fazer “conhecer o que é conhecer” em contextos historicamente marcados pelo colonialismo cultural, e o mais importante, a oportunidade ímpar para o *mediador cultural* negociar com o mundo material, social e simbólico desses sujeitos, com inovação social e criação processos inéditos de mediação cultural, dinâmicos e afirmativos.

A propósito, convém explicar aos leitores as razões que justificaram a escolha do título desta dissertação, tantas vezes modificado: tratou-se de render uma dupla homenagem: a primeira, mais evidente, é uma referência direta ao modo de fazer pesquisa “com” e não “sobre” os sujeitos do saber – “os parceiros do Cambury” – ressemantizados aqui por sua participação significativa como co-construtores de uma obra viva, aberta, dialógica e democrática – a *Estação Memória Cambury*; os diálogos entre o mundo da pesquisa e o da prática, entre o saber científico e o saber popular, entre o local e o global, entre o oral e o escrito etc. são frutos compartilhados dessa parceria focada na *mediação cultural*; já na segunda homenagem, o crédito refere-se ao querido professor Antonio Candido, autor da obra *Os parceiros do Rio Bonito*, estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida, realizado nos anos 1950. A leitura deste trabalho etnográfico pioneiro e radical não poderia passar em vão, por seu compromisso ético, estético, metodológico e agudeza intelectual. Em 2014, a obra completará 60 anos.

JUSTIFICATIVAS

Nosso contexto social de pesquisa é constituído por uma pluralidade de conflitos, de discursos díspares que se sobrepõem, de interesses e de valores que se modificam, que adquirem novas tonalidades e ora desaparecem na presença de outros; enfim, um universo movimentado, caótico e contínuo, envolto por inúmeras suposições, enganos e alguns acertos, o que exigiu de nossa parte, mais do que “ativismo espontaneísta”: exigiu implicação e imersão proativa do mediador cultural com a matéria e os conflitos de que se ocupou. Mas, tudo isso será devidamente detalhado na Parte B deste trabalho.

No que se refere à problemática da apropriação de saber em contextos de conflito, a noção de sujeito do saber levou-me a estudar os novos modos de ensinar e aprender na contemporaneidade, ao mesmo tempo em que me deparava com a concepção distributivista de algumas propostas neoiluministas de inclusão digital. No âmbito das políticas públicas de interesse social, elas costumam desdenhar os sujeitos com a oferta de *dispositivos* que dispensam o diálogo e a troca de saberes: uma visão pouco estratégica, mas predominante em programas sociais do poder público – “Arca das Letras”⁴ e “Computador Para Todos”⁵.

Ainda no tempo da graduação em Biblioteconomia, já vinha confrontando o problema da oferta *versus* apropriação de bens culturais em visitas anuais à comunidade rural do Cambury, no município de Ubatuba. Conversei com pescadores e caiaças em 2004 e 2006; e aproximei-me dos quilombolas, em 2008, por intermédio de Alcides Alves. Naquela ocasião, fotografei o equipamento cultural *Arca das Letras* que vivia abandonado pelos cantos da Associação comunitária local; parecia desprezada tanto quanto o eram a memória e a experiência dos idosos, cujas histórias já não despertavam mais o interesse por parte dos jovens e crianças da comunidade. Desde então, passamos a nos defrontar com vários outros problemas inter-relacionados que giravam em torno da espoliação da lembrança, a expropriação de terras, a subtração da representação política, a profanação dos lugares de memória e a proliferação de práticas assistencialistas, de sujeição etc.

⁴ Segundo dados de dezembro de 2009, o Programa Arca das Letras implantou, desde 2003, 7.049 bibliotecas e formou quase 15 mil agentes de leitura, voluntários que emprestam os livros e incentivam a leitura em mais de 1.900 municípios, atuando especificamente em suas comunidades. Os resultados também se expressam na circulação de mais de 2 milhões de livros nas casas de 800 mil famílias do meio rural brasileiro. (SOARES; CARNEIRO, 2010: 20)

⁵ O Programa “Computador Para Todos” desencadeado pelo governo brasileiro em 2005 é um exemplo populista híbrido das duas alternativas. O projeto, que no fundo se destina a alargar as margens de informatização e ciberespecialização das residências, corporações e demais organizações no território nacional, prevê vendas de equipamentos com sistema operacional de “código aberto” (Linux, em versão portuguesa, com 27 aplicativos) ao preço final à vista de R\$ 1.255,00 ou em 25 parcelas (!) de R\$ 69,90, alcançando, neste caso, o total de R\$ 1.747,00. (TRIVINHO, 2006: 99)

Sob a aparência invisível do cotidiano, surgiriam outros conflitos ligados ao processo de negociação, visando à construção dessa pesquisa. Desde o primeiro encontro já se despontava o tamanho das barreiras. Como deveria agir no espaço marcado por vozes emudecidas, ruídos e disputas de poder? Este foi o primeiro desafio que se impôs, pois identificamos a presença de um expediente problemático no contexto social em questão (bastante familiar para quem já assistiu ao filme “Quanto vale ou é por quilo”, do diretor Sérgio Bianchi, 2005). Trata-se de um fenômeno – identificado especialmente no Terceiro Setor (que deveria teoricamente prestar serviços ao Estado, mas não viver à sombra do Estado!) – denominado “*expropriação da representação política*” (ARRUTI, 2008; 2009). Talvez, por esta razão tenhamos amargado certo distanciamento e pouco envolvimento dos “donos de ONG” que atuam no local, mas não abandonamos a postura crítica e reflexiva que deve acompanhar os processos de intermediação.

A expropriação da representação política não é exclusividade do contexto de Cambury. O problema está presente em diversas partes do país. Caracteriza-se por haver interposição de atores não quilombolas, interessados em controlar, monitorar e gerir os recursos orçamentários destinados às comunidades quilombolas, à revelia dos interesses das mesmas; são atores que sempre estão cheios de boas intenções, ou em busca de promoção por meio de assistencialismo e manipulações, razão pela qual os quilombolas aprenderam a desconfiar de tudo. Principalmente, aversão em assinar papéis, porque já foram “ludibriados”, não poucas, mas diversas vezes.⁶

Entendemos que a memória local das comunidades tradicionais quilombolas, representada tanto pela experiência de vida de pessoas comuns quanto pelo patrimônio material e imaterial construído pelos atuais e antigos habitantes, constitui legado cultural significativo, indispensável às novas gerações. No entanto, tal legado enfrenta dificuldades

⁶ A Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial (SEPPPIR) estima a existência de 3.900 comunidades quilombolas em todo o país; mas um dos problemas das políticas públicas para essas comunidades passa pela *falta de critérios* para estabelecer qual seria a população atingida, a exemplo do que acontece com o Programa Brasil Quilombola (PBQ), criado em 2004, e a Agenda Social Quilombola (ASQ), que desde 2007 organiza a pauta das iniciativas governamentais; o segundo refere-se à execução orçamentária, que tem ficado aquém do previsto e do prometido. (ARRUTI: 2009: 2-5) Há inclusive ação judicial em trâmite no TCU, para que haja auditoria dos gastos em 2012, pois a maior parte da verba destinada ao financiamento de ações para comunidades quilombolas *continua dentro dos cofres do governo federal*. Segundo dados do Instituto de Advocacia Racial e Ambiental (Iara) no Siga Brasil, sistema de informações sobre orçamento público, *somente 14% dos recursos para a área foram usados no ano passado*. Os dados mostram que, do montante autorizado para custear ações nas áreas de educação, saúde, agricultura, cultura, enfrentamento ao racismo e saneamento básico para essas comunidades – R\$ 407 milhões – foram pagos até 31 de dezembro R\$ 56,9 milhões. Outros R\$ 310 milhões foram empenhados para financiar serviços, mas não é possível afirmar que eles se efetivaram. O restante, R\$ 41 milhões, não chegou a ser previsto para utilização. (grifo nosso) Fonte: <http://estacaomemoriacamburi.wordpress.com/2013/04/06/ate-tu-dilma-verba-dos-quilombolas-esta-presa-nos-cofres-do-governo/>

de reconhecimento e apropriação na atualidade, especialmente pela falta de canais espontâneos para esse fim, uma vez que os novos modos de vida contemporâneos criaram barreiras e dificuldades aos processos tradicionais de trocas simbólicas, sobretudo em contextos de expropriação cultural, onde o diálogo intergeracional está se extinguindo.

Eis um problema a ser enfrentado: a memória tem sido vista atualmente como apêndice suplementar, dispensável à formação da infância e da juventude, geralmente desdenhada como instrumento significativo de guarda e transmissão da experiência e sabedoria de vida, tão necessárias ao desenvolvimento das gerações futuras. De acordo com Pieruccini, a *experiência* está ligada a processos de acumulação de um saber interessado em valores construídos durante a existência, não se tratando de um saber especializado; ao contrário, o conceito de experiência refere-se ao conhecimento elaborado pouco a pouco — feito e refeito —, ao longo da vida, pressupondo um determinado contexto que também permita sua transmissão, tal como concebemos neste trabalho: “Na experiência encontram-se sintetizadas as sucessivas incorporações de conhecimentos elaboradas e reelaboradas por gerações. Nesta dimensão, a concepção de experiência [...] traduz-se no *relato de vida narrado pelo indivíduo*, cujas formas e conteúdos são, em si, a essência e expressão do *sujeito que conta: ‘o narrador’*. Aquele que narra – que conta a sua experiência – não está apenas transmitindo uma informação, um dado; ele traz ao mundo por meio de sua fala, todo um complexo imbricado de representações que permitem retomar elos de comunicação por meio da linguagem narrativa: aberta, sem explicações definitivas, que mesmo considerando a irredutibilidade do passado, considera a imprevisibilidade do presente”. (PIERUCCINI, 2006: 13-14)

Outro problema diagnosticado no contexto social da pesquisa está ligado à dispersão de jovens e crianças que não mais se interessam pelas histórias dos idosos, o que se reflete nos modos ilhados de vivência. Na ausência de filtros significativos que auxiliem crianças e jovens a navegar na imensa avalanche de informações,⁷ opera-se uma cisão dos vínculos afetivos entre idosos e crianças que dificulta a formação de elos intergeracionais e aumenta o fosso de interlocução de saberes e de informações indispensáveis a ambos.

⁷ Os moradores de Cambury viveram sem luz elétrica até 2007 e sempre tiveram pouca ou quase nenhuma forma de se manter minimamente informados, exceto via rádio, sem jamais terem acesso à telefonia pública, antiga reivindicação da comunidade. A internet chegou em 2009, mas os telefones comunitários nunca foram instalados. A “capacitação” para o uso da internet geralmente é feita com base em apostilas pré-formatadas com a presença tibia de monitores pouco especializados, que transferem conhecimentos técnicos a um grupo restrito de pessoas interessadas. Quando chove, o espaço fica fechado. E, mesmo quando é possível acessar a internet, ainda assim prevalece total ausência de filtros que favoreçam “aprender a se informar”.

De início, a questão das relações da comunidade com as diferentes linguagens passou a ser reorientada sob outro enfoque. Buscamos restituir a importância do diálogo entre sujeitos e saberes, criando dimensões que “imprimissem” formas mais humanizadas e sensíveis de inter-relação de idosos, crianças e jovens; o potencial mobilizador do interesse e vontade em saber, de conhecer mais e melhor o meio imediato e mediato. Por meio do diálogo intergeracional, tanto os idosos poderiam redescobrir fontes de aprendizado, fomentar novas conexões sociais, compartilhar experiências e memórias, quanto novas gerações poderiam ser beneficiadas, uma vez que o confinamento de crianças e jovens em lugares apartados da memória viva da comunidade reduz seu repertório cultural, circunscrevendo-as ao tempo presente. O que resulta de tal situação é “uma tendência geral de reforço da uniformidade, de redução das significações (...) seja no plano cognitivo ou motivacional” (PERROTTI, 1990: 95).⁸

Nesta direção, buscamos criar referências teóricas e metodológicas de apropriação social de informação, construindo parâmetros para abordagem de processos de diálogo dessas comunidades com o universo informacional contemporâneo: nem só a memória local, mas a memória universal, especialmente em contextos sociais de “mínimos vitais”, onde o acesso à informação é escasso, onde não há saneamento básico, nem escolas, nem bibliotecas ou hospitais — a exemplo do que acontece na maioria das comunidades cujo contexto cotidiano é marcado por situações limite de vulnerabilidade social, econômica e cultural. Tal problemática remete-nos à “importância das articulações entre memória universal e memória local em tais processos, uma vez que o diálogo entre as duas modalidades é categoria essencial à compreensão e à construção de novos significados. Do jogo entre o geral e o particular, entre o distante e o próximo, novos sentidos vão se constituindo, ao mesmo tempo que constituindo novos sujeitos e vinculações com o mundo físico e social” (PIERUCCINI; PERROTTI, 2009: 1)

Sistemas artificiais de memória e de ordenamento de informações são dispositivos que possuem uma lógica, que reflete a visão de mundo que a governa. Com efeito, há uma vinculação essencial, inextricável, dialética e complexa entre os *dispositivos de memória* e os processos de apropriação simbólica, correlata à vinculação existente entre ordem

⁸ Se tomamos o paradigma da apropriação cultural como referência teórico-metodológica, faz-se necessário romper com o *conservacionismo* do passado, atribuindo novos valores à *assimilação* e à *difusão*: “conservação e difusão são categorias-meio, instrumentais, e não categorias-fim nos processos culturais que nos interessavam. Assim, instituições de memória como as do passado, não deverão ser vistas como meros depósitos inertes a serem cultuados, mas repositórios culturalmente marcados, onde contemporâneos podem se alimentar para protagonizar o presente e o futuro”. (PERROTTI; PIERUCCINI, 2008: 63).

cultural e educacional. Em nosso caso, a *diferença cultural* dos quilombolas demandou reflexão sobre o “conhecer o que é conhecer”,⁹ a fim de desenvolver dispositivos de aprendizagem informacional adequados à ecologia social e cultural dos sujeitos, inscritos em um novo paradigma cultural, em que pudessem eles próprios atuar como dispositivos intelectuais educativos.

O confronto do homem com o meio é permeado com aportes mágicos e simbólicos, sempre presentes na formulação dos saberes tradicionais. Isso requer atenção especial à complexa e histórica experiência da vida quilombola, contextualizada de modo diferente em cada local com realidades bastante peculiares. Nesse sentido, a abordagem transdisciplinar proposta por Edgar Morin ajuda-nos a enfrentar a questão da *complexidade* – característica da organização social e da elaboração do conhecimento entre os povos tradicionais (indígenas e quilombolas).¹⁰ Neste espaço de fronteiras, conhecer algumas particularidades do saber tradicional é extremamente relevante, especialmente, na sua confrontação com o conhecimento técnico-científico-formal:

- 1) *O conhecimento tradicional difere fundamentalmente do conhecimento tecno-científico moderno, por integrar uma outra cultura;*
- 2) *que não é e nunca foi concebido como propriedade de alguém, não podendo portanto ser alienado;*
- 3) *que por ser coletivo, tanto sincrônica quanto diacronicamente, só pode ser protegido através de um direito coletivo;*
- 4) *que por ser de outra natureza, inalienável e coletivo, deve ser regido por um regime jurídico sui generis e não pela propriedade intelectual;*
- 5) *que seu valor não se reduz à dimensão econômica, conservando ainda as dimensões social, cultural, ambiental, técnica, cosmológica;*
- 6) *que não tendo valor exclusivamente econômico, não pode ser referido apenas a uma questão de repartição de benefícios dele decorrentes;*
- 7) *que a sua proteção é imprescindível da conservação da bio e da sociodiversidade;*
- 8) *que em virtude do seu caráter específico e de sua fragilidade perante o conhecimento tecno-científico moderno só pode ser preservado se os povos que o detém puderem mantê-lo e desenvolvê-lo, negando inclusive o acesso aos recursos a eles associados quando julgarem necessário e,*

⁹ A propósito, no prólogo explicativo sobre os sete saberes fundamentais às sociedades do futuro, Morin afirma que a educação que visa a transmitir conhecimentos é “cega quanto ao que é o ato de conhecer”; portanto, diante de tal cegueira, faz-se necessário recorrer à lucidez a fim de evitar as tendências ao erro e à ilusão, sobretudo na era em que vivemos, quando se aguçaram os imprevistos, o inesperado e a incerteza (MORIN, 2010: 16-17).

¹⁰ Sem capital para investimentos e poucas alternativas de desenvolverem uma cultura de vulto comercial, na região da Serra do Mar esses indivíduos se dedicaram à formação de uma economia de subsistência, caracterizada pela diversidade agrícola de gêneros de primeira necessidade, exploração dos recursos naturais e pelas atividades de pesca e caça. Nesse processo, formaram laços comunitários cuja principal marca foi a prática cotidiana de ações de solidariedade. Assim surgiram as “comunidades tradicionais”, que no litoral ficaram conhecidas como “caiçaras” e no interior como “cabocla” ou “caipira”. É provável, também, que algumas das comunidades ditas “quilombolas” sejam, na verdade, fruto desse mesmo processo, onde os antigos escravos, uma vez alforriados e sem trabalho, formaram suas próprias unidades independentes.

9) que o conhecimento tradicional não pode ser reduzido à condição de matéria prima disponível para a valorização do conhecimento e do trabalho biotecnológico. (SANTOS, 1996: 22)

A memória local das comunidades quilombolas, patrimônio imaterial construído pelos atuais e antigos habitantes constitui legado cultural significativo, de interesse para as novas gerações. Tanto quanto possível, nosso propósito foi incorporar a *experiência* em nossas dinâmicas práticas, favorecendo o diálogo permanente com as memórias guardadas pelos quilombolas: tesouro que esperamos ter compartilhado os sujeitos do saber: os parceiros do rio que muda.

Por fim, discutimos a problemática da apropriação cultural em comunidades vulneráveis socialmente, a partir da criação da *Estação Memória Cambury*: dispositivo privilegiado de apropriação, produção e circulação/troca de memórias em contextos de expropriação cultural. Nesta direção, levamos em consideração os referenciais conceituais e metodológicos construídos em pesquisas vinculadas ao desenvolvimento do conceito de *Estação Memória* (PERROTTI, 1998, 2004; PIERUCCINI, 1998, 1999; PERROTTI & PIERUCCINI, 2007, 2008, 2009, 2010); partimos do pressuposto de que *lugares de memória* atuam como instâncias articuladoras de universos simbólicos diferenciados, mas mutuamente complementares. Assim, um dispositivo cultural similar à *Estação Memória*, voltado a trocas simbólicas entre diferentes gerações de idosos, jovens, adultos e crianças, não poderia nem deveria menosprezar a importância das inter-relações entre memória global e memória local, tampouco hierarquizar as diferentes experiências culturais.

Na contemporaneidade, há diversos *saberes* e *fazeres* informacionais, cujos repertórios culturais são desprezados ou tratados inadequadamente pelos dispositivos informacionais e educacionais existentes no país (PERROTTI & PIERUCCINI, 2007: 58), por isso aceitamos o desafio de atuar nas fronteiras do social, entre os excluídos das novas formas de experimentação do saber na era global.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A ideia força que norteou a escolha dos procedimentos metodológicos é que os dispositivos culturais, se forem constituídos com base em concepções e metodologia que dialogam com os sujeitos do saber, integrando-os no processo de construção coletiva do conhecimento, tendem a apresentar dimensões significativas de aprendizado que favorecem potencialmente a apropriação de novos saberes; a circulação social da memória local e o protagonismo cultural de comunidades tradicionais, historicamente expropriadas e confinadas do ponto de vista social, econômico e cultural.

Movidos por tais pressupostos conceituais, esta pesquisa, de natureza qualitativa e de caráter exploratório, consistiu na proposição de intervenção cultural em Cambury, apoiada em três pilares básicos:

a) A base teórico-metodológica do projeto *Estação Memória* (FARIA, 1999)¹¹ – referência para a configuração da ordem informacional dos dispositivos, no âmbito da diferença cultural do bairro quilombola-caiçara e o desenvolvimento de novos canais de apropriação cultural de informação em Cambury.

b) Referenciais pedagógicos das *Oficinas de Memória* – trata-se de uma referência importante de mediação cultural estruturada a partir de uma concepção dinâmica de circulação de memórias e apropriação cultural, compartilhados por crianças, jovens e idosos; uma referência ímpar de participação, de criação coletiva e de inserção de novo serviço de informação, que serviu de mote para a criação da *Estação Memória Cambury*, envolvendo os sujeitos em novos fazeres e saberes.

c) Referenciais de *pesquisa colaborativa* – referência cujo aporte teórico deriva de trabalho de análise e conceitualização de modos de fazer pesquisa “com” e não “sobre” os sujeitos: uma alternativa aos modelos convencionais, edificados sob o paradigma vertical, determinista, de uma ordem monológica do conhecimento produzida por especialistas.

Os três pilares combinados são processos inovadores e complementares, por meio dos quais reafirmamos a pertinência da busca por referenciais estratégicos de *ação*

¹¹ A *Estação Memória* foi aberta ao público em 02 de outubro de 1997, na Biblioteca Álvaro Guerra, Pinheiros, capital paulista; atualmente, a *Estação Memória* está sediada na Escola de Comunicações e Artes, onde acontecem os encontros geracionais (Oficinas de Memória), todas as quartas-feiras, às 14h00. Suas ações visam possibilitar o acesso aos relatos dos idosos e a formação de atitudes de interesse em relação à *experiência* dos velhos. São coletados, registrados, tratados e disseminados relatos de experiência de idosos por meio de processos e procedimentos diversificados, tanto presenciais quanto virtuais. Semanalmente são realizadas as *Oficinas de Memória*; mensalmente, acontece um Sarau Poético. (WORCMAN; PEREIRA, 2006: 248).

voluntária e coletiva que possam ser traduzidos em políticas permanentes, contrapondo-se à visão paralisante da lógica linear. Inovação estratégica não significa destruir a tradição, ao contrário, aquela pode se nutrir desta e se enriquecer com ela. Nesse sentido, as práticas combinadas de *pesquisa colaborativa* e *oficinas de memória* são fundamentais na construção de dispositivos infoeducacionais, de caráter dialógico: o pressuposto é que podem oferecer a oportunidade de formulação de novas questões envolvendo a apropriação social de conhecimento no contexto da diversidade cultural quilombola, bem como permitem novo enfoque sobre a realidade e a reavaliação das informações veiculadas por meio das “fontes tradicionais de informação”, que mormente se apoiam em modelos verticais de *oferta* de bens culturais.

Basicamente, a *pesquisa colaborativa* está ancorada em dois eixos significativos: *pesquisa e formação*. (DESGAGNÉ, 1997: 371-93) Em nosso caso, é uma atividade de pesquisa para o pesquisador em seu processo de construção dos objetos empíricos e teórico-metodológicos; mas para os educadores, colaboradores e os quilombolas/caiçaras que têm a oportunidade de participar do desenvolvimento de dispositivos culturais, é uma atividade de formação, de aprendizagem e troca de experiências. Não exige dos atores que se engajem em tarefas relacionadas à condução da investigação, mas requer a sua participação como co-construtores de novos saberes. Cabe ao pesquisador mover-se entre o mundo da pesquisa e o da prática, fazendo com que os saberes que vão sendo construídos também sejam o produto de um processo de mediação cultural, numa perspectiva de diálogo entre teoria e prática, estreitando o diálogo entre os sujeitos do saber e as novas formas de aprender, em nível local e global.

A metodologia da *pesquisa colaborativa* forneceu algumas pistas que permitiram iniciar o diálogo com a comunidade, no entanto, a realidade do quilombo exige a permanente negociação com os sujeitos. Os conflitos e problemas sociais na comunidade são muitos, o que tornou, de certo modo, inviável operacionalizá-la no contexto de confinamento cultural em vivem os quilombolas de Cambury. Todavia, não perdemos de vista os processos de mediação cultural que valorizassem a memória e os saberes locais. Desse modo, poderíamos confrontar o caráter deletério da memória e da experiência com a crítica ao modelo técnico científico de uniformização e organização do conhecimento (POSTMAN, MORIN), traduzido por métodos de classificação de natureza estritamente pragmática e funcional que desdenham a memória, a experiência e os chamados “conhecimentos inúteis”.

Em função disso, logramos criar nova ordem informacional, adotando referências conceituais e metodológicas inovadoras (ver Cap. III e IV, parte D), mais compatíveis com caminhos que valorizassem os saberes até o momento relegados ao esquecimento. Tal opção também se deve em razão do esgotamento dos modelos lineares e funcionais que hierarquizam as diferentes experiências culturais, operando graves cisões tanto do ponto de vista cultural quanto pessoal. Assim, optamos por criar um conjunto integrado de dispositivos que facilitassem a comunicação e a troca de saberes, incluindo a *participação* no processo de construção; tal fato por si só contribui para alterar as concepções que os sujeitos mantêm com o saber, com a cultura, e consigo mesmo. Apostamos que a materialização do sentido aconteceria no fazer prático, artesanal e coletivo, por meio do qual os sujeitos experimentariam novos modos de ser e de agir, aprendendo a ser, a conhecer e a fazer.

No âmbito da diferença cultural quilombola, por exemplo, um universo novo de questões se apresentou, fazendo-se necessário considerar os estudos da *apropriação cultural* em novas perspectivas conceituais e metodológicas. Ao longo do processo de mediação cultural, procuramos observar como os atores participavam do jogo de forças sociais, disputando formas, possibilidades, arranjos e diversos tipos de ordenamento do conhecimento. Concluímos que são investidas criativas de perenizar publicamente os modos singulares de ver, ordenar e compreender o mundo. Malgrado as tentativas de relegar a *memória* e a *experiência* à condição de “fósseis intelectuais”, o reavivamento da produção e circulação social de memórias no contexto da comunidade rural do Cambury revela-nos um tesouro rico de informações, vestígios e partículas de sabedoria que testemunham a existência de uma cadeia infinita que liga o contexto atual aos circuitos que o precederam.

OBJETIVOS E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Pelas razões até aqui enunciadas, estabelecemos os objetivos deste trabalho que, além de pesquisa e referencial teórico, também se constituiu em prática de intervenção e ação sociocultural, na qual o papel do mediador é relevante, sobretudo no contexto específico de vulnerabilidade social e expropriação cultural, tal como evidenciamos na comunidade caiçara/quilombola do Cambury. Nesse sentido, o objetivo maiúsculo será apresentar o desenvolvimento dos referenciais conceituais e metodológicos que possam contribuir para a construção de um conceito de dispositivo informacional voltado à produção, circulação e apropriação de memórias/ experiências, por meio do diálogo entre memória local e informação, com base em referenciais teóricos do campo da Infoeducação.

Os objetivos específicos são: a descrição do processo de sistematização e de construção de dispositivo informacional, por intermédio do trabalho de mediação cultural, desenvolvido sob a perspectiva do diálogo intergeracional de idosos, crianças e jovens no Quilombo de Cambury; relatar, mas não prescrever, de que modo o mediador cultural procedeu para reconfigurar a ordem informacional e de que modo empregou os conceitos operadores de pesquisa, a fim de reunir, ordenar e disponibilizar relatos, experiências e documentos que contivessem dimensões significativas dos saberes e fazeres quilombolas, incorporando-os ao dispositivo digital da *Estação Memória Cambury*; explicitar a importância metodológica das Oficinas de Memória, no processo de articulação dos atores (incluindo os mediadores) e na formação de grupos para a prática pedagógica e cultural, com base na experiência das trocas simbólicas.

Para tanto, o formato de apresentação do trabalho foi organizado em cinco blocos, somando seis capítulos, que foram distribuídos da seguinte forma:

- **Parte A - Prolegômenos à pesquisa:** é composta de textos introdutórios e noções preliminares necessárias à compreensão da obra: introdução, justificativas da pesquisa, procedimentos metodológicos, objetivos e organização do trabalho. Nela apresentamos a ossatura deste trabalho científico, por meio de uma linguagem que combina elementos objetivos e subjetivos (motivações, interesses pessoais etc.); os textos buscam situar e contextualizar, minimamente, a postura epistemológica do cientista social (visão do problema, aproximações do objeto empírico, escolha de referencial teórico e metodológico) diante da complexa problemática da apropriação social de informação nas fronteiras do saber, em contextos de expropriação e confinamento sociocultural.

- **Parte B - Trama conceitual:** constitui o *Capítulo I* da dissertação e divide-se em duas seções: exposição crítica dos autores com os quais dialogamos, sobretudo no campo da Infoeducação; seguida da apresentação dos conceitos-chave que formam o nosso quadro teórico de referência, com exposição individualizada de cada um dos conceitos, os quais foram sendo apropriados e oportunamente integrados ao contexto social da pesquisa, a saber: *expropriação cultural*, *mediação cultural*, *dispositivos informacionais* e *apropriação cultural*.
- **Parte C – Contexto social da pesquisa:** como forma de preparar o leitor, antes de ingressá-lo no contexto social da pesquisa, no *Capítulo II* apresentamos os antecedentes históricos do conceito de expropriação e seu dobramento no Brasil, exemplificamos como foi mediada pelos dispositivos coloniais de dominação: a carta de Caminha (manipulação da escrita) e a catequese nas tabas (regramento dos corpos indisciplinados). Procuramos demonstrar como esse processo de exclusão relegou vários grupos sociais ao isolamento sociocultural, dando origem às culturas marginalizadas, com destaque para a resistência das comunidades quilombolas que ainda lutam por reconhecimento social na sociedade brasileira. O *Capítulo III* trata do universo cultural dos sujeitos do saber, delineando os contornos espacial e temporal de Cambury, bairro rural, localizado nas fronteiras entre a terra (Mata Atlântica) e o mar (Oceano Atlântico). Aqui a realidade observada e transposta tal como vivenciada, inclui reflexões sobre o diálogo mantido com os homens-memória do Cambury, seus saberes, fazeres e contribuições no processo de construção dos dispositivos informacionais; os principais problemas constatados no convívio diário com os moradores, as condições de miséria, insalubridade e violação dos direitos humanos fundamentais, o direito à Terra, à Saúde, à Educação e ao Trabalho; fatos científicos que comprometeram inclusive a vida de dois protagonistas (durante o período da pesquisa, um idoso e uma jovem faleceram, em razão da precariedade dos serviços de saúde pública no Cambury). Em ambos os capítulos, o fio condutor foi a reflexão histórica e crítica sobre a expropriação das culturas tradicionais (quilombolas e caiçaras), alertando para o fato de que, atualmente, estão sendo seriamente ameaçadas pela lógica tirânica do mercado, a especulação imobiliária e a indústria do turismo desorganizado. Quanto ao respeito relativo às expressões culturais da vida cotidiana e familiar quilombola, perseguimos a orientação de “saber entrar e saber sair” do terreno – sem agredir o ambiente natural nem invadir a privacidade de suas experiências diversas: a defesa da diversidade cultural é “tão necessária para a humanidade como a biodiversidade biológica para os organismos vivos”.

- **A Parte D – Estação Memória Cambury:** comporta os capítulos IV e V. Como decorrência do conhecimento construído em contato com a realidade social, esta parte constitui a mais exigente e a que cobrou maior fôlego e esforços por parte do mediador cultural, encarregado não só de mapear os conflitos e resistências locais, mas principalmente criar nova trama para a construção e apropriação dos dispositivos. O processo de mediação cultural, incluindo o conjunto de ações e práticas pedagógicas envolvidas são descritas no *Capítulo IV*, conforme as soluções adotadas pelo mediador cultural desde a construção do objeto empírico, passando pela articulação dos dispositivos e a construção de ambiente propício ao diálogo intergeracional. São descritos os modos como foram aplicados conceitos apropriados pelo *mediador* e os sujeitos do saber, como ocorreu o enfrentamento de obstáculos e as soluções adotadas ao longo dos processos de mediação cultural; já o *Capítulo V* apresenta a categorização dos elementos significativos, abstraídos no processo de investigação, com apresentação crítica dos resultados, além dos produtos e bens culturais gerados pelos protagonistas; aqui, também operamos análise crítica do papel do mediador cultural e de suas dinâmicas de aproximação dos atores, saberes e fazeres, em um contexto social de expropriação cultural. Algumas recomendações, diretrizes e propostas são descritas, mas não prescritas, para o enfrentamento de problemas em contextos sociais similares. Apontam-se os desvãos e percalços da travessia cujos (des)caminhos foram marcados por descobertas, fatos imprevisíveis, perdas e ganhos, inerentes ao trabalho intenso que envolve interação, diálogo e negociação entre seres humanos. Perspectiva muitas vezes ignorada pelo mediador cultural, mas essencial em ações infoeducativas que visam à apropriação cultural por meio de trocas simbólicas entre os sujeitos do saber.
- **Parte E – Considerações finais:** o último capítulo deste trabalho comporta alguns apontamentos críticos e as derradeiras considerações, sob o título “Obra aberta: o que fica da travessia”.

PARTE B

TRAMA CONCEITUAL

CAPÍTULO I

TRAMA CONCEITUAL & CONCEITOS-CHAVE

Diálogos com a *Infoeducação* na contemporaneidade

Em nosso quadro teórico de referências, as noções e os conceitos propostos pelo campo de estudos e atuação da *Infoeducação* foram vitais para identificar as novas formas de saberes e fazeres na contemporaneidade.¹² O pressuposto de base é que vivemos atualmente um quadro sociocultural de conflito entre a *falta* e o *excesso* de informações.¹³ Como decorrência, há forte demanda por novas ferramentas e referenciais de conduta para a apropriação social de informação. Porém, eles são distintos daqueles formulados sob a égide da educação tradicional e positivista que visava à transmissão de conteúdos sem se preocupar com a recepção, condição necessária à construção do sentido.

Há forte vinculação entre os dispositivos informacionais e os processos de apropriação simbólica, articulando questões infoeducacionais nas dimensões teóricas e operacionais que justificam a constituição do campo da *Infoeducação*. Sob esta nova ótica, as ordens — educacional e informacional — se integram numa dimensão superior da significação, onde não só “informar é educar”, assim como “educar é informar”, de modo que se dirigem “não apenas aos modos de fazer, aos procedimentos implicados nos processos de apropriação simbólica; coloca os sujeitos em situação de protagonistas, de analistas conscientes das artimanhas do conhecimento, lançando-os, nas dimensões superiores do metaconhecimento.” (PERROTTI; PIERUCCINI, 2008: 89)

¹² Define-se como área de estudo, situada nos desvãos das Ciências da Informação e da Educação. Suas interrogações dirigem-se não apenas aos modos de fazer, aos procedimentos implicados nos processos de apropriação simbólica; dirigem-se, sobretudo, às dinâmicas implicadas na construção das significações, aos sentidos da ordem cultural. Volta-se à compreensão das conexões existentes entre *apropriação simbólica* e *dispositivos culturais*, como condição à sistematização de referências teóricas e metodológicas necessárias ao desenvolvimento dinâmico e articulado de aprendizagens e de dispositivos informacionais; compatíveis com demandas crescentes de *protagonismo cultural*, bem como de produção científica, constituída sob novas óticas, nas chamadas *sociedades do conhecimento*. (PERROTTI; PIERUCCINI, 2008: 89-91).

¹³ As mais diversas esferas do conhecimento e da vida são afetadas pela presença crescente de inovações tecnológicas que propiciam novas formas de cognição, interação, de ação social, de ativismo político, de geração e difusão do conhecimento, reconfigurando a nossa visão de mundo. Na contemporaneidade, a *velocidade* é uma característica do meio de se obter a informação, mas incompatível com o processo de refletir e produzir conhecimento (cozido) a partir da informação (cru): “A tecnologia, tal como se constituiu no âmbito da sociedade industrial, é diametralmente oposta à ascese e à pura contemplação: o seu projeto é multiplicar imagens, multiplicar palavras, multiplicar elementos de informação e multiplicar instrumentos práticos cujo desígnio é abreviar o tempo e poupar esforço, quer o esforço muscular, quer um certo tipo de esforço mental, como, por exemplo, o da memória”. (BOSI, 1995: 2).

Para responder às demandas cognitivas da comunidade quilombola/caiçara de Cambury, a *inovação estratégica* da investigação empírica pressupunha, além de conhecimento teórico, muito diálogo e negociação, pois buscávamos dialogar com esta ótica da *Infoeducação*, cuja abordagem se diferencia da pesquisa científica tradicional. Paralelamente, fizemos amplo levantamento de literatura, que buscou identificar aspectos histórico-culturais, sociais e econômicos significativos da vida comunitária no bairro de Cambury, preparando-se para a experiência de trabalho de campo.

A fim de delinear os significados deste contexto social diferenciado, a pesquisa bibliográfica e documental partiu de amplo levantamento de literatura que buscou identificar aspectos histórico-culturais, sociais e econômicos significativos da vida comunitária de quilombolas e caiçaras de Cambury, Ubatuba-SP (CERQUEIRA, 1966; SETTI, 1985; MARCÍLIO, 1986; ARRUTI, 1997; LUCHIARI, 1997; MANSANO, 1998; OLIVEIRA, 2001; SILVA, 2000, 2004; PAULA, 2002; GAMA, 2005; RIBEIRO, 2006; MERLO, 2005), passando pela problemática da permanente “luta pela memória” (LE GOFF, 1984). Em nosso caso, tais estudos ajudaram a definir a natureza da pesquisa e quais deveriam ser os procedimentos teórico-metodológicos adequados ao estudo de uma comunidade quilombola com características peculiares sob diferentes pontos de vista: de difícil acesso geográfico, localizada entre a Serra da Bocaina e a Serra do Mar; expropriada economicamente pela indústria da pesca, o turismo predatório e o capital imobiliário. Neste cenário miserável socialmente, em que as pessoas sobrevivem unicamente com os “mínimos vitais”, sem fontes de renda alternativa, enfim, confinada social, econômica, geográfica e culturalmente, a *memória* é uma categoria que se contrapõe à barbárie:

A memória contrapõe-se à barbárie, como trabalho de reconstrução, em que a atividade mnêmica assume função social exercida (aqui e agora) pelo sujeito que lembra, mas refere-se também aos registros externos deixados pelos homens e grupos ao longo de sua existência. Tais “vestígios” têm relação direta com o aparecimento de novas técnicas e tecnologias de registro, bem como dos usos sociais das representações produzidas e conservadas pelos grupos. Os grandes monumentos, as edificações que resistem ao tempo, perpetuando os feitos e realizações de povos e governantes ou as festas e rituais, que se mantêm vivos por gerações graças à sua repetição periódica, são exemplos da memória social e coletiva que “documentam” os modos de pensar, de ser, de ver e sentir dos indivíduos e grupos. (PIERUCCINI, 2006: 8)

Os estudos ganharam novas dimensões com a perspectiva de entrar em campo, em busca de significados por intermédio do diálogo intercultural. Nesta busca de diálogo e trocas de experiência, optamos percorrer as trilhas da *investigação social interpretativa*; tal enfoque se caracteriza pelo uso da abordagem qualitativa em contraposição ao esquema

positivista e *quantitativista* que fragmenta a realidade em unidades passíveis de mensuração, estudando-as isoladamente. Em nossa investigação, importava mais a observação das ações humanas e a interpretação, do ponto de vista das pessoas que praticaram as ações, a partir do olhar dos atores; uma tentativa de aproximar-se da perspectiva que os participantes têm dos fatos (mesmo que não possam articulá-la).

Não bastaria a simples imersão no cotidiano de outra cultura (tornar-se meramente nativo) para chegar a compreendê-la: “a experiência cotidiana não é sistemática, e até que a cultura apareça retratada coerentemente no texto etnográfico, um longo caminho há que ser percorrido” (CALDEIRA, 1988: 137); o trabalho envolveu observação e participação de longo prazo no terreno, a fim de o pesquisador familiarizar-se com os padrões rotineiros da ação e interpretação que correspondem ao universo cotidiano local dos participantes. Para que o pesquisador se aproximasse do sistema de representação e organização do universo estudado, sua principal preocupação esteve centrada no *significado*, ou seja, “com a maneira própria com que as pessoas veem a si mesmas, as suas experiências e o mundo que as cerca”. (ERICKSON, 2001: 4)

Por fim, a reflexão sobre os saberes significativos e necessários à educação do futuro (MORIN, 2002, 2011) serviu de base para repensar a educação contemporânea e formação de futuras gerações, inserindo-nos em uma criativa abordagem sobre as práticas pedagógicas, expondo as cegueiras do conhecimento científico (erro/ilusão) e limites duma ciência tradicional que ignora uma questão-chave para a educação do século XXI: “fazer conhecer o que é conhecer”. Em outras palavras, avanços disciplinares das ciências não trouxeram apenas vantagens da divisão do trabalho, trouxeram também inconvenientes da *hiperespecialização*, do parcelamento e da fragmentação do saber – cada vez mais esotérico (acessível apenas a uma elite de especialistas) e anônimo – concentrado nos bancos de dados e utilizado por instâncias anônimas, a começar pelo Estado. (MORIN, 2011: 98)

Por fim, outras bases teóricas também nortearam o nosso caminho, entre elas, a *Carta da Transdisciplinaridade* (1994) e os *Sete saberes necessários à educação do futuro* (escrito por Edgard Morin, 2011); são dois textos fundamentais que adotam valores e atitudes em consonância com a perspectiva transdisciplinar¹⁴ e iluminam o destino comum da humanidade, mediante as inúmeras zonas de incerteza do nosso tempo.

¹⁴ “Transdisciplinaridade: integração global das várias ciências. À etapa das relações *interdisciplinares* sucede-se uma etapa superior, que seria a *transdisciplinaridade* a qual não só atingiria as interações ou

Conceitos-chave da pesquisa

No processo de apropriação da realidade, na produção e no consumo dos bens culturais, o homem vai transformando não somente os bens culturais, conferindo-lhes nova função; nesse processo de hominização, também vai desenvolvendo novas faculdades e capacidades, transformando seus conceitos e, conseqüentemente, transformando a sua própria existência. A fim de se apropriar da realidade no contexto da diferença cultural quilombola, em nosso percurso teórico-metodológico pautamo-nos por concepções que guiaram o processo de mediação cultural no quilombo do Cambury.

Enquanto operadores de pesquisa, os conceitos vitais para identificar a problemática das novas formas de saberes e fazeres, num contexto sociocultural de expropriação e conflitos sociais, vieram do campo da *Infoeducação* que apresenta referenciais de conduta para a *apropriação cultural*, distintos da lógica formulada nos termos da educação tradicional e positivista que visa à transmissão de conteúdos. Além de incorporar o conceito de *Estação Memória*¹⁵ na compreensão de aspectos significativos envolvidos no processo de criação de dispositivos informacionais não *monológicos* (PERROTTI & PIERUCCINI, 2008; 2010; 2011), elegemos conceitos que contemplassem os sujeitos do saber – condição social necessária à construção dos sentidos –, numa perspectiva de diálogo profícuo entre sujeitos e saberes na comunidade rural do Cambury.

O modo de apresentação dos conceitos-chave perseguiu a ideia da aproximação gradativa do significado de cada palavra, às vezes, recorrendo à etimologia, lexicologia, mas principalmente, caracterizando o contexto e o modo como este pesquisador se apropriou de cada um dos conceitos-chave que formam o tecido desta trama conceitual, a saber: *expropriação cultural*, *mediação cultural*, *dispositivos informacionais* e *apropriação cultural*.

reciprocidades entre investigações especializadas, mas também situaria estas relações no interior de um sistema total, sem fronteiras estáveis entre as disciplinas”. (PIAGET, 1972 *apud* POMBO, 2004: 170-71)

¹⁵ Inaugurada em 02 de outubro de 1997, a *Estação Memória* é um conceito de dispositivo e, ao mesmo tempo, um dispositivo informacional, dedicado às trocas culturais, entre idosos, crianças e jovens. Foi criado pelo Prof. Dr. Edmir Perrotti, e vem sendo desenvolvido por meio de pesquisas coordenadas pela Profa. Dra. Ivete Pieruccini (ECA-USP).

Percorrendo dicionários na web, em consulta terminológica preliminar, a fim de encontrar os possíveis significados para o termo “expropriar”, deparamo-nos com a seguinte definição: “excluir alguém da posse de uma propriedade por meios judiciais; destituir da mão de particulares terrenos ou edifícios para melhoramento público: *o governo expropriou-lhe o prédio*”. Temos como sinônimos de *expropriar*, então, as formas verbais *desapossar*, *desapropriar*, *desempossar* e *privar*, deixando evidente que a ação é relacional, pois envolve ao menos dois atores e um objeto (posse), prevalecendo um valor de carga negativa para este “alguém que perde a posse”, em benefício daquele outro que “ganha a posse”, culminando com a transferência de poder (posse) de um para o outro.

Tradicionalmente, é uma forma verbal com prevalência de uso no universo terminológico da linguagem jurídica, com fundamento material diretamente ligado à noção de propriedade (privada/pública). A mesma carga semântica parece dominar os significados atribuídos ao substantivo. Para explicitar, didaticamente, recorreremos aos principais dicionários da língua portuguesa em formato impresso, donde encontramos as seguintes definições para o termo *expropriação*:

CALDAS AULETE: Jur. - s. f. 1. Ação ou resultado de expropriar; 2. Jur. Retirada definitiva e por meios legais de bens particulares da posse de seus proprietários; desapropriação; 3. Aquilo que se expropriou - [Pl.: -ções.], [F.: expropriar + -ção.]; (es.bu.lho) - s. m. 1. Jur. Ação de esbulhar, de usurpar alguém de coisa que tenha propriedade ou posse; 2. Aquilo que se esbulhou; [F.: Dev. de esbulhar.].¹⁶

AURÉLIO: [De expropriar + -ção] s. f. Jur. 1. Ato de expropriar. 2. Coisa expropriada.

HOUAISS: s. f. 1. ato ou efeito de expropriar; 2. a coisa expropriada; 3. Rubrica: termo jurídico. Ato de privar o proprietário daquilo que lhe pertence.

Etimologia da palavra <expropriação> expropriar = fr. *exproprier* (1611) 'id.', de *ex-* + *propre* (<lat. *propriūm*, *ī*> 'aquilo que se possui', neutro substv. de *proprius*, *a,um*) + *-er* (= port. *-ar*).

A transferência de *posse* é uma ação regulada por normas que visam disciplinar as relações dos homens em sociedade; em princípio ninguém pode de forma arbitrária e deliberada tomar para si o que pertence a outrem, fazendo-se imperativo que um dispositivo jurídico regule a forma por que se devem fazer valer os direitos sobre a

¹⁶ Por extensão, o núcleo sêmico do termo *expropriação* faz referência ao termo *esbulho*: [Dev. de esbulhar.] S. m. 1. Ato de esbulhar; despojo, espoliação. *Espoliar* [Do lat. *spoliare*, por via erudita.] V. t. d. 1. Privar de alguma coisa ilegítimamente, por fraude ou violência; roubar, despojar, esbulhar. V. t. d. e i. 2. Privar de algo ilegítimamente, por fraude ou violência; esbulhar, despojar; *Espoliação* [Do lat. *spoliatio*.] S. f. 1. Ato ou efeito de espoliar; esbulho.

“propriedade”; seja de ordem privada – atinente às pessoas, aos bens e às suas relações, seja no plano da ordem pública, na organização política do Estado, forma de governo, atribuições e funcionamento dos poderes políticos, seus limites e relações. Esta questão da regulação de posses é antiga: remete ao conjunto de leis observadas por habitantes da antiga Roma, entre o séc. VIII a. C. e o séc. VI d. C., criadas evidentemente para controlar a expansão do Império Romano, cuja solidez aumentava na proporção em que expropriava terras dos povos vencidos, escravizando os seus prisioneiros, coibindo-lhes gozar de quaisquer direitos, propriedades ou benesses, reservados exclusivamente aos que, por força da lei, eram cidadãos romanos (*civitas*).

Assim, antecipamos que o poder de anular no homem o pensamento, vontade, personalidade e os direitos, por meio de dispositivos coercitivos e prescritivos, sempre foi uma prerrogativa dos que anseiam ampliar o poder, autoatribuindo direitos sobre a vida e a morte dos que perderam: “Aos vencedores, as batatas; aos perdedores, a fome, escravidão e morte.” Em nosso caso, interessa contextualizar o que significa “ser expropriado” do ponto de vista dos sobreviventes do processo de expropriação colonial: caiçaras e quilombolas, que ainda hoje formam o tecido social do bairro do *Cambury*, mas cujos antepassados – pais, avós e bisavós, descendentes de antigas comunidades indígenas e quilombolas no Estado de São Paulo –, foram em sua maioria, escravizados, ou morreram contaminados por doenças de cristãos, ou simplesmente dizimados.

Com a condição colonial do Brasil, não foi diferente. Antes de o colonizador aportar aqui, em 1500, havia centenas de aldeias espalhadas pelo território, onde nativos da terra, milhões deles, falavam várias línguas e dialetos; culturalmente diferentes entre si, formavam grupos numerosos e habitavam grandes casas (*ocas*) onde abrigavam famílias. Os *tupinambás*,¹⁷ por exemplo, dominavam quase todo o litoral brasileiro (falavam língua uma comum – *Nheengatu*); na região Sudeste dominavam vasto território que se estendia desde o rio Juqueriquerê, em São Sebastião/Caraguatatuba (SP), até o cabo de São Tomé (RJ). Com a colonização, mais intensa entre os séculos XVI e XVII, se estabelece uma forma de expropriação cultural dessas comunidades paralela à apropriação da natureza de forma mais intensa: exploração de riquezas naturais em larga escala (madeiras, peles,

¹⁷ De acordo com registro etimológico de Teodoro Sampaio, tupi *tu'pi-nã-'mba* 'descendentes dos tupis', de *tu'pi* + *nã-'mba*, alt. de *ana'mba* 'derivado de parente, descendente'; f.hist. a1697 *topinamba*. Grupo indígena, hoje considerado extinto, que habitava a costa brasileira, desde o Norte de São Paulo até Cabo Frio, o vale do Paraíba e Paraty-RJ (onde eram chamados *tamoios*), do recôncavo baiano até a foz do rio São Francisco, Maranhão, Pará, e a ilha Tupinambarana, no estado do Amazonas. (*Apud* Dicionário eletrônico Houaiss).

metais preciosos etc.), áreas de cultivo e engenhos de cana-de-açúcar, núcleos urbanos e ampliação das vias de transporte etc. (LUCHIARI, 1997: 137).

O período de colonização foi intensamente marcado por sucessivos movimentos de expropriação cultural. Desde a fundação do mastro da cruz, em 22 de abril, estabeleceu-se um longo e perverso percurso de *expropriação cultural* dessas comunidades nativas, paralelamente à exploração econômica dos recursos da natureza de forma mais intensa, por intermédio da expropriação material movida por ameaças, violência, morte, extermínio ou expulsão da terra. No universo da cultura, *expropriação cultural* é uma forma de poder e de imposição cultural que consiste na “perda de controle sobre os recursos e as decisões culturais próprios. Implica, em grau de menor intensidade, a *eliminação cultural* ou proibição de exercer certos âmbitos da cultura própria. Por exemplo, no começo do século [XX] a batucada (dos negros) era proibida pela polícia. Sua consequência imediata e necessária é a *imposição cultural*: introdução, pela força, numa determinada cultura, de elementos culturais alheios”. (COELHO, 2004: 173, grifos do Autor) Diga-se, a *expropriação cultural* no Brasil foi operada por quem dominava saberes técnico-científicos à época dos empreendimentos coloniais; por quem entendia bem sobre a importância da memória e dos símbolos; a importância do *espaço* na comunicação e transmissão de memórias, noutras palavras: o valor de “inculcar” imagens que desejamos em locais imaginários impressionantes, explorando assim a associação de ideias.¹⁸

Os primeiros jesuítas chegaram ao Brasil em 1549; seu modelo educacional perdurou até 1759, quando foram expulsos, acusados de conspirarem contra o reino.

¹⁸ Segundo Peter Burke, apoiado em lembrança do que dissera Lévi-Strauss em 1955: “[...] um grupo de missionários católicos no Brasil, os padres salesianos, parecia conhecer as ligações entre espaços e memórias. Uma de suas estratégias para a conversão dos índios bororós, foi transferi-los de suas aldeias tradicionais, onde as ocas eram dispostas em círculo, para outras, em que as casas eram dispostas em fileiras, limpando dessa maneira a lousa dos índios e preparando-os para receber a mensagem cristã”. (BURKE, 2000: 75)

Raymond Willians (1921-1988) – renomado pensador e crítico literário que impulsionou fortemente os estudos culturais –, fazendo uso da semântica histórica por meio da reconstituição dos sentidos que as palavras adquirem ao longo do tempo, distingue três etapas que são correspondentes aos usos conflitivos do desenvolvimento histórico do termo “mediação” (alemão = *Vermittlung*):

(i) encontrar um ponto central entre dois opostos, como em muitos usos políticos; (ii) descrever a interação de conceitos ou forças opostas na totalidade a que supostamente pertençam ou de fato pertencem; (iii) descrever essa interação como substancial, com formas próprias, de modo que não seja um processo neutro de interação de formas separadas, mas um processo ativo no qual a forma de mediação altera as coisas mediadas, ou indica a natureza delas por sua própria natureza. (WILLIAMS, 2007: 274)

O autor destaca que a terminologia tem papel importante na eterna luta pelo significado, fato ignorado por alguns estudiosos que não percebem que o significado é uma arena onde se registram os conflitos sociais. Os signos tomam, e veiculam, a forma de relações sociais em mudança, o que torna a aventura de conhecer uma maneira inédita, original e produtiva de aprender sobre a experiência pessoal e coletiva mediante reconhecimento das “mudanças de sentido” das palavras, que se atualizam de modo ambivalente a cada momento, tornando vã e provisória a tentativa dos homens de eternizarem a experiência do vivido sob o signo da imutabilidade.

Contemporaneamente, entendemos que a palavra *mediação* carrega significados distintos, mas certamente não deve ser *compreendida como neutra*, sobretudo porque em seu processo de interações sociais, de natureza eminentemente conflituosa, a luta é permanente: luta por significados, luta pela memória e afirmação de valores socioculturais, ou seja, um processo dinâmico e *ativo* que altera contextos, forma e deforma, produz encontros e desencontros; não só entre os atores, mas também entre os diferentes pontos de vista que se embatem para se firmar como nova *ordem do discurso*.

Em Cambury, que outrora fora o lugar da fartura, bonança e partilha de excedentes entre todos os parentes, porque eram uma família só, fruto das mestiçagens entre negros, índios e caiçaras, tem vigorado ora o silêncio, ora a omissão, ora a profusão de vozes contrastantes e diluídas. O objetivo parece claro: disseminar mais conflitos de acordo conforme a premissa de Maquiavel de que é preciso “dividir para poder reinar”.

De acordo com a Enciclopédia Einaudi o conceito de mediação implica diversos aspectos que envolvem o homem desde a natureza em que nasce a toda sua história e o meio em que vive: “o homem como *indivíduo* só adquire um significado real após um desenvolvimento milenário de mediações e o seu pressuposto real é o de ser sempre *membro* de uma comunidade”. (EINAUDI, 1988: 145) O homem permeado pelas linguagens é essencialmente um ser em relação e em inter-relações, nas quais adquire e constrói significados, sociais e culturais.

Sendo a mediação um ato de aproximação de pontos que estão distantes, ela é, então, intermediação e, como tal, não se configura em gestos mecânicos ou neutros, quando se trata de mediar cultura e significados. Seja por meio da ação direta de um mediador, seja pela ação indireta dos objetos, das mídias, das configurações de espaços reais e virtuais. Antes, tais atos estão entremeados de sentidos e de valores aí implicados, não sendo, pois, meios, instrumentos ou ferramentas para alcançar um fim ou objetivo. O caráter diferencial da mediação cultural é sendo ela constitutiva, intrínseca a todo o processo de significação, da apropriação simbólica dos conteúdos culturais, ela é essencial e não instrumental. Nesse sentido o conceito de mediação cultural se constitui e constitui como “um conjunto de elementos de diferentes ordens (material, relacional, semiológica) que se interpõem e atuam nos processos de significação.” (PERROTTI, 2007: 84)

Na contramão do processo de expropriação cultural e simbólica ainda bastante presente no contexto social desta pesquisa – intensamente marcado por conflitos, resistências e dissidências em meio à escassez de recursos materiais –, o mediador cultural deve tomar iniciativas que favoreçam o diálogo entre os atores sociais (quilombolas e caiçaras, idosos, crianças, adolescentes, infoeducadores e arte-educadores): abrindo caminhos e criando espaços de interlocução cultural.

E, neste cenário, portanto, a ação do mediador cultural não pode ser “neutra” nem enganosa, mas positiva e autônoma. (WILLIAMS, 2007: 275)

O dispositivo é “uma instância, um local social de interação e de cooperação com suas intenções, seu funcionamento material e simbólico”.
(PIERUCCINI, 2004: 33)

Um dispositivo informacional caracteriza-se como instância de dupla face, unindo *informação e formação*, sua personalidade é um amálgama que pode ser mais bem definido pelo termo *infoeducacional*, cuja natureza distintiva depende da concepção da ordem informacional adotada (monológica ou dialógica).¹⁹ Por isso, trata-se de um “mecanismo de intervenção sobre o real, que atua por meio de formas de organização estruturada, utilizando-se de recursos materiais, tecnológicos, simbólicos e relacionais, que atingem os comportamentos e condutas afetivas, cognitivas e comunicativas dos indivíduos. Dessa forma, os efeitos dos dispositivos, ou seja, dos meios dirigidos, ultrapassam os limites técnicos visíveis para tornarem-se, em nossa sociedade, instrumento da relação conosco, com os outros e com o mundo”. (PIERUCCINI, 2004: 43).

De acordo com Agamben, a palavra *dispositivo* é um termo técnico decisivo na estratégia do pensamento de Foucault, que o concebia como rede (*réseau*) heterogênea de elementos, instituições e processos de subjetivação que agem nos mecanismos de poder, em rua de mão dupla, isto é: “um conjunto de estratégias de relações de força que condicionam certos tipos de saber e por ele são condicionados” (AGAMBEN, 2009: 28). Conforme explica o mesmo autor, *dispositio* é uma referência latina ao conceito grego de *oikonomia* que significa a gestão, administração da casa (*oikos*): “conjunto de práxis, de saberes, de medidas, de instituições cujo objetivo é gerir, governar, controlar e orientar, num sentido que se supõe útil, os gestos e os pensamentos dos homens [...] qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes”. (*Idem, ibid.*: 39-40). Desse modo, aprofundando a reflexão, diríamos que nos

¹⁹ O estudo da prova romanesca, cuja origem Bakhtin situa na desintegração dos gêneros elevados ainda no universo grego, levou-o à formulação de uma tipologia universal do romance que se estriba no que ele concebeu como as duas modalidades do romance: o *monológico* e o *polifônico*. À categoria de monológico estão associados os conceitos de monologismo, autoritarismo, acabamento; à categoria de polifônico, os conceitos de realidade em formação, inconclusibilidade, não cabamento, dialogismo, polifonia. A inconclusibilidade e o não acabamento decorrem da condição do romance como um gênero em formação, sujeito a novas mudanças, cujas personagens são sempre representadas em um processo de evolução que nunca se conclui. O autoritarismo se associa à indiscutibilidade das verdades veiculadas por um tipo de discurso, ao dogmatismo; o acabamento, ao apagamento dos universos individuais das personagens e sua sujeição ao horizonte do autor. (BEZERRA, 2008: 191)

dias de hoje não haveria um só instante na vida dos indivíduos que não seja modelado, contaminado ou controlado por algum dispositivo. A grande questão seria antes a de restituí-los ao livre uso dos homens, e não simplesmente destruí-los.

Como conceito operatório, partimos do pressuposto de que os *dispositivos* redefinem os modos de ser e de agir, constituindo mecanismos que interferem no processo de *apropriação* dos novos códigos sociais e remodelam valores culturais e simbólicos. Por definição, não são instâncias neutras, eles imprimem significados aos conteúdos nele apresentados, pois “estão carregados de conceitos e significados. Necessitam, portanto, ser considerados além de suas dimensões funcionais. São processos simbólicos, discursos. Contam. Narram.”. (PERROTTI; PIERUCCINI, 2007: 84) Assim, quando afirmamos que o conhecimento é resultante de ato intelectual do sujeito sobre as informações, transformando o “cru em cozido”, consideramos o papel dos dispositivos no processo de significação da informação, de construção de conhecimento. Para serem veiculados/comunicados, os conhecimentos precisam ser coletados, organizados, ordenados e oferecidos sob diferentes suportes.

Com base nessas referências teóricas, iniciamos o processo de construção dos dispositivos que integrariam o corpo da *Estação Memória Cambury*, por meio de intervenções de diferentes ordens e naturezas que acabaram por reconfigurar e ressignificar as informações, as quais sequer haviam sido armazenadas e se encontravam dispersas em diferentes fontes de pesquisa. As escolhas objetivaram fazer com que os dispositivos – seus discursos – mobilizassem os sujeitos da comunidade na busca de relação e diálogo com as instâncias (fontes) informacionais de diferentes naturezas ali existentes, bem como com as novas modalidades produzidas a partir do projeto de pesquisa: “quando buscamos uma informação, estamos, na verdade, acessando dispositivos informacionais, instâncias responsáveis por sobrepor significados às informações/representações por eles guardados”. (PIERUCCINI, 2008: 47). Daí advém os cuidados com os meios e mediações propostos.

“A apropriação dos bens simbólicos não é ato simplesmente natural, mas culturalmente construído”. (PERROTTI & PIERUCCINI, 2008: 53)

Em consulta preliminar aos dicionários da língua portuguesa, nota-se que o registro lexical do termo *apropriação*, meramente descritivo, limita-se a enumerar as entradas para o verbete, de acordo com o seu emprego em determinados domínios e disciplinas do conhecimento. Suas definições servem-nos apenas como ponto de partida, porém, não se aprofundam nos aspectos socioculturais subjacentes ao processo de construção do sentido da palavra, cuja importância reside, justamente, no fato de carregar a “prática social solidificada” (SCHAFF, 1974: 250); em outros termos, as palavras são portadoras de conteúdo que refletem os diferentes recortes socioculturais a partir dos quais nos projetamos no mundo e nos relacionamos com os outros, no tempo e no espaço. Por exemplo, o dicionário eletrônico *Houaiss* da língua portuguesa traz a seguinte definição para o termo *apropriação*, qualificando-a vagamente no contexto específico da etnografia, no entanto, sem fazer referências históricas no contexto da sociedade brasileira:

S. f. 1. ato ou efeito de apropriar(-se), de se tornar próprio, adequado; adequação, pertinência; 2. ato de tornar própria (coisa) sem dono ou abandonada; ocupação. Locução: *apropriação direta* (etnografia) - atividade econômica que, entre os povos primitivos, era constituída pela coleta, pesca e caça rudimentares. Etimologia da palavra <apropriação>: *apropriar* + -ção; cp. lat. tar. *appropriatio,ónis* 'apropriação, assimilação dos alimentos'; ver *propri*-; f.hist. sXV *propriaçam*, 1589 *apropriação*.

Enquanto o recorte linguístico do Houaiss privilegia o sentido da posse física (de uma fruta, de um peixe ou animal) reforçando a ideia tomar para si um objeto material. Já os registros do dicionário *Aurélio* da língua portuguesa atualizaram o termo *apropriação*, recuperando ora o aspecto da acomodação jurídica, de um suposto direito sobre algo por parte de alguém que dele se apropria; ora de um ponto de vista moral que condena apropriar-se de algo que pertence a outro, “bens da família”; “como ousas?”:

[Do lat. *appropriatione*.] S. f. 1. Ato ou efeito de apropriar(-se). 2. Acomodação, adaptação. *Apropriar*: [Do lat. *appropriare*.] V. t. d. e i. 1. Tomar como propriedade, como seu; arrogar-se a posse de: *Como ousas apropriar a ti o que não tens de direito?* 2. Tomar como próprio ou adequado, conveniente; adequar, adaptar, acomodar: *Procurou apropriar as palavras ao estado de espírito do pai*. V. t. d. 3. Tornar próprio, seu; apossar-se de. 4. Tornar próprio (um substantivo comum). V. p. 5. Tomar para si: apossar-se, apoderar-se: *Apropriou-se indebitamente de bens da família*. 6. Adaptar-se, ajustar-se.

O dicionário eletrônico *Caudas Aulete*, ao atualizar o verbete no contexto do universo de discurso publicitário, enfatizou o sentido da conveniência e da justa adequação que deve caracterizar o “tornar próprio”, com ênfase na ação ou no resultado:

S. f. 1. Ação ou resultado de apropriar(-se), de tornar(-se) próprio, adequado, conveniente; ADAPTAÇÃO; ADEQUAÇÃO; 2. Ação ou resultado de apropriar-se de algo, de tomar como próprio, de apoderar-se; 3. Publ. Orçamento para plano publicitário apresentado ao cliente. 4. Bras. Destinação e aplicação de verba para certa atividade. [Pl.: -ções]; [F.: Do lat. *appropriatio*, *onis*.]

O termo *Apropriação* costuma ser empregado pela história e crítica da arte para indicar a incorporação de objetos extra-artísticos, e algumas vezes de outras obras, nos trabalhos de arte, para designar o ato ou efeito de tomar para si, apoderar-se integralmente ou de partes de uma obra, para construir outra obra. Aqui, há uma distinção conceitual: a *apropriação* é um processo diferente de *assimilação*. A *assimilação* é o “ato de tornar algo ou alguém semelhante a algo”. As mediações culturais tradicionalmente oferecidas pelo complexo educacional e cultural do país costumam se pautar pelas mesmas referências de *reforço do mesmo e do idêntico*, o que não significa compromisso com a *apropriação*, mas com a *assimilação cultural*. Para Paul Ricoeur, a *apropriação* é o processo pelo qual o leitor torna próprio aquilo que em princípio lhe era alheio, atualizando a sua historicidade ou significado do texto. O objetivo da *apropriação* como tornar própria alguma coisa, ou seja, adaptá-la a si e tornar seu, difere substancialmente do sentido de *assimilação* que é a “transformação que vai do diferente para o semelhante, do outro para o mesmo... [opondo-se] à diferenciação” (LALANDE, 1993: 94 *apud* PERROTTI & PIERUCCINI, 2007: 73).

A *apropriação* supõe o entendimento de algo e a *construção de significados* fazendo do indivíduo um protagonista cultural, que, no âmbito da cultura e da educação são diferentes de usuários ou consumidores culturais; a *apropriação* dos bens simbólicos acontece no interior de um processo social, culturalmente construído. O conceito de *apropriação cultural* veicula a ideia ou ação que extrapola o tomar posse de algo material; no campo cultural refere-se ao plano simbólico, seu significado e legitimidade remetem a aspectos morais, psicológicos e emocionais do sujeito da *apropriação* que é um ser atuante, que protagoniza a ação de tornar próprio.²⁰ Envolve a dinâmica da ação do sujeito sobre o

²⁰ A *apropriação* se dá através da internalização de conhecimentos, habilidades, e capacidades historicamente formadas. Esta interiorização é o centro da *apropriação* de sentido, intimamente relacionada ao processo de humanização. Portanto, é um processo cuja aquisição, instabilidade e busca de novos equilíbrios corresponde à dinâmica da identidade individual, uma experiência socialmente mediada pela educação. (SERFATY-GARZON, 2003: 27-30).

mundo material e social. Por esta razão, prescinde de diálogos e mediadores, o que implica a negociação simbólica entre repertórios culturais; significa estabelecer vínculos afetivos e cognitivos com o outro, sem perda de si mesmo, como forma de achar-se no outro: “Apropriar-se é transformar o que se recebe em algo próprio, é produzir um ato de diferenciação que se contrapõe a qualquer tentativa rígida imposta pela ordem dos livros, é a atividade de invenção, produção de significados. [...] Apropriar-se, portanto, é ação afirmativa, é invenção e criação e não simples recepção mecânica e automática de sinais ou de mensagens”. (CHARTIER *apud* PERROTTI & PIERUCCINI, 2007: 74)

No âmbito de nossas interrogações, as preocupações se voltam para a *apropriação simbólica*, os sentidos dos signos, coisas e relações no contexto cultural em que se dão. Não interessa simplesmente reconhecer os signos, é preciso aprender a se lançar na floresta de símbolos como sujeitos, e não meros decodificadores de sinais. Não basta dispor o acesso a recursos materiais que permitam participar do modelo; a falta de aptidão cognitiva é um obstáculo para que as pessoas possam apropriar-se de novos conhecimentos. Tanto quanto possível, buscamos, sob esta ótica, integrar as ordens educacional e informacional numa dimensão da significação, em que a apropriação dos conteúdos educativos e culturais passa necessariamente pela *ação do sujeito do saber* que atua sobre os significados e os significantes, ressignificando os próprios saberes e o modo de operar os ambientes presenciais e virtuais de informação e cultura.

O pressuposto das ações culturais teve como categoria-fim a apropriação social de saberes, a partir da conjugação de processos integrados de intervenção cultural (Oficinas de Memória; Arca das Letras; Relatos de vida e Interface digital Wordpress), com base em processo inovador, colaborativo, que envolveu um conjunto de atores que participaram da construção e partilha de um destino comum. Seus interesses, ações e fazeres foram sendo progressivamente ajustados às práticas pedagógicas e incorporados à *Estação Memória Cambury*, com certa margem de manobra estratégica para inserção de programação cultural diversificada, experimentação musical, técnicas de produção artesanal de instrumentos musicais, mostras de cinema, debate etc. Um lócus dinâmico de sociabilidade, produção e circulação de repositórios culturais, com acento, cores e tons locais. Um lugar privilegiado para trocas simbólicas em que os sujeitos do saber pudessem alimentar o espírito e protagonizar o seu presente, com o olhar no futuro.

PARTE C

CONTEXTO SOCIAL

DA PESQUISA

CAPÍTULO II

EXPROPRIAÇÃO CULTURAL: DIÁLOGOS COM A HISTÓRIA

“A memória extrai de uma história espiritual mais ou menos remota um sem-número de motivos e imagens, mas, ao fazê-lo, são os seus conflitos do aqui-e-agora que a levam a dar uma boa forma ao legado aberto e polivalente do culto e da cultura”. (BOSI, 1992: 35)

Expropriação simbólica: alegorias na “Terra de Santa Cruz”

Afirmamos em nossa trama conceitual que a *expropriação simbólica* no Brasil teve início com a deculturação jesuítica. Cumpre agora dialogar com a história com a apresentação de dois fortes exemplos de *expropriação simbólica* que foram determinantes no processo de legitimação deste novo poder que se firmou sobre os trópicos, por longos séculos: *A carta de Pero Vaz de Caminha* e a *Catequese de Anchieta* nas “tabas incultas”.²¹

O primeiro contato entre os colonizadores e os nativos, em abril de 1500, foi determinante para o destino de ambos, em função do “acordo indelével sobre o achado”, o qual foi mediado por um instrumento manuscrito, a missiva de Pero Vaz de Caminha. Não se trata apenas de uma comunicação escrita pelo punho do escrivão da armada portuguesa, reportando à coroa sobre o valor especulativo do “achado”. O caráter inquestionável do poder simbólico e material deste dispositivo informacional, datado historicamente, demonstra o quanto influenciou sobremaneira a sorte dos que aqui viviam em relativa harmonia, até então, como legítimos donos da terra.

Endereçada à corte portuguesa, a *Carta a El-Rei D. Manuel sobre o achamento do Brasil* não passava de um conjunto de caracteres e sinais inscritos sobre a superfície plana de um papel. Contudo, carregava consigo a representação de palavras, ideias e pressupostos, cujo significado maiúsculo era a “expropriação sumária dos bens achados” e concomitante transferência de poder, à revelia dos expropriados, a quem não se sentiam na obrigação de dar quaisquer satisfações. A epístola comunicava as novas *posses*: “Águas são muitas; infindas. E em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo, por bem das águas que tem”. (AGUIAR, 1999: 23) À revelia dos expropriados que

²¹ Perdurou por mais de dois séculos e meio, quando os jesuítas foram expulsos do Brasil pelo marquês de Pombal, em 1759. Essa forma de imposição cultural determinou o “caminho da salvação” dos povos nativos pela força e propagação da ignorância — negação do corpo e expiação dos pecados — encerrando o *ethos brasiliensis* em um sistema teológico-salvífico suprapessoal, segundo o qual a história se desenvolve apenas, e de modo providencial, como realização do plano de Deus ou da vontade divina...

foram, *sem saber* e, mormente, *por não poder saber*, excluídos não só da própria terra, mas também da História. A modelagem do “outro” serviu para justificar a escravidão.

Jesuítas e colonos: uma acirrada disputa por corpos e almas de índios.

A imposição de códigos socioculturais faz parte dos arranjos de sistemas simbólicos, que se expressam em novas relações de poder, tendo o saber, o conhecimento e a informação, como um novo e poderoso instrumento político. A apropriação e/ou privação desses códigos denuncia sua dimensão antagônica, ou seja, a existência de uma operação “subterrânea” de expropriação do saber, processo esse que se denomina *expropriação simbólica*, categoria de análise que põe em evidência as complexas relações da linguagem com o *saber* e o *não poder saber*.

Outro exemplo, mais sutil, porém não menos eficiente do ponto de vista da manipulação ideológica, ocorreu em paralelo à imposição de códigos linguísticos e a renomeação do *topos* geográfico. Referimo-nos ao teatro de Anchieta, instrumento pedagógico e evangelizador usado pelos jesuítas em seus colégios, igrejas e na catequese nas tabas. Seu objetivo era oferecer diversão proveitosa com conteúdo evangélico. Nos dez anos em que Anchieta esteve no cargo de providencial da Companhia de Jesus, compôs autos e peças teatrais, entre as quais o *Auto de São Lourenço* e *Na Aldeia de Guaraparim*; são encenações folclóricas em que os representantes do diabo na terra, tomados pelo demônio e depois transformados eles mesmos em demônios, são punidos por seus crimes, com a sutileza de que os tais demônios são os próprios guerreiros tupinambás.²² Com

²² Guaixará, Aimberé e Cunhambebe foram inimigos de Anchieta. *Guaixará* é o nome de um cacique tamoio que lutou contra os portugueses, ao lado dos franceses, em 1565 e 1567, na Baía de Guanabara. *Aimberé* é o nome de outro chefe tamoio, aliado dos franceses, que tentou matar Anchieta quando ele ficou como refém em Iperoig; também combateu na Baía de Guanabara contra os portugueses.

efeito, na obra *Auto de São Lourenço*,²³ considerada a mais longa e rica peça teatral de Anchieta, tanto Guaixará quanto Aimberê foram apropriados e transformados em demônios, com a finalidade de manipular a consciência dos índios no plano simbólico, inoculando novos valores à sua crença e persuadindo-os a abandonar ou desfazer-se de tantas outras convicções, conforme ilustra esta passagem de um monólogo de Guaixará:

<p><i>Eu sozinho permaneço nesta aldeia como chefe guardião, fazendo-a estar segundo minha lei. Daqui vou para longe Para frequentar outras aldeias. Quem é forte como eu? Eu, o que deve ser acreditado, Eu, o diabão assado, o que a fama precedeu, Guaixará sou chamado. Minha lei é o bem viver. Que não seja constrangido o prazer, nem abolido. Quero as tabas acender com meu fogo preferido. Boa medida é beber cauim até vomitar. Isto é jeito de gozar a vida, e se recomenda a quem queira aproveitar. A moçada beberona trago bem conceituada.</i></p>	<p><i>Valente é quem se embriaga e todo o cauim entorna, e à luta então se consagra. Que bom costume é bailar! Adornar-se, andar pintado, tingir pernas, empenado fumar e curandeirar, andar de negro pintado. Andar matando de fúria, amancebar-se, comer um ao outro, e ainda ser espião, prender Tapuia, desonesto a honra perder. Para isso com os índios convivi. Vêm os tais padres agora com regras fora de hora prá que duvidem de mim. Lei de Deus que não vigora. Pois aqui tem meu ajudante-mor, diabo bem requemado, meu bom colaborador: grande Aimberê, perversor dos homens, regimentado.</i></p>
--	--

Além do teatro como ferramenta de aculturação, o processo de expropriação cultural disseminou formas de controle e disciplinamento dos corpos, por meio do domínio sistemático sobre a natureza bruta e sobre os próprios homens. O que significava “aculturá-los”, sujeitando-os a novos padrões de vida, ou adaptando-os tecnologicamente a outros modos de ser e de agir “mais elevados”, tidos como superior. Assim, para se adaptar à transposição ao Novo Mundo, o primeiro aculturador do Brasil precisou aprender o tupi para posteriormente fazer cantar e rezar nessa língua nativa os anjos e santos do catolicismo medieval, sobretudo nos autos encenados com os curumins, nos quais Anchieta

²³ À semelhança de muitos autos de Gil Vicente, esse auto de Anchieta foi escrito em três idiomas, tupi, português e castelhano; nele, o jesuíta recorre muito à alegorias, à personificação de nomes abstratos (Amor, Temor de Deus) ou à atribuição de qualidades humanas a seres inanimados; na peça, os diabos são personificados por *Guaixará*, *Aimberê* e *Saravaia* que tentam perverter a aldeia, no que são impedidos por São Lourenço e por São Sebastião, aparecem em cena certos personagens do universo cultural ocidental, imperadores romanos da história antiga, Décio e Valeriano, que são vistos a queimar por seus males cometidos. A concretude desse tipo de manifestação teatral é que era eficiente na transmissão dos conteúdos doutrinários cristãos, dada a concretude com que Anchieta se apropriou, depois de estudar a língua tupi, do pensamento mítico no qual o indígena estava inserido. (NAVARRO: 1997: 492)

recorre a mudanças de códigos e comportamentos que não o confundissem com o cruel colonizador. O resultado dispar dessa disputa pelos corpos e almas é a “invenção de um imaginário estranho sincrético, nem só católico, nem puramente tupi-guarani”, a exemplo das figuras míticas chamadas *Karaiibebé* (profetas que voam) e *Tupansy* (mãe de Tupã), para se referir a Nossa Senhora, mãe de Jesus; ou demoníacas, *Anhanga*, nome dado aos diabos e outros espíritos errantes, subversivos e perigosos: “a nova representação do sagrado assim produzida já não era nem a teologia cristã nem a crença tupi, mas uma terceira esfera simbólica, uma espécie de *mitologia paralela* que só a situação colonial tornara possível. [...] uma retórica para as massas que só poderia assumir em grandes esquemas alegóricos os conteúdos doutrinários que o agente aculturador se propusera inculcar”. (BOSI, 1992: 65 e 81)²⁴

Nas missões para “libertar do pecado” as populações do Novo Mundo, os jesuítas visavam à ampla campanha disciplinada para a expansão da fé: impondo padrões culturais aos nativos “selvagens”²⁵ e pregando o evangelho nas florestas virgens, incultas. Tal como no passado, ainda hoje “pastores” trabalham para domesticar a vida entre índios e quilombolas. Se outrora, eram os colonizadores que se ocupavam da exploração predatória da terra (pródiga em recursos naturais e riquezas materiais), aliada à exploração da mão-de-obra escrava para atender as exigências mercantilistas, nos dias atuais os algozes são os grileiros de terra e especuladores imobiliários. Expropriação material e expropriação simbólica estão amalgamadas; não se limitaram apenas ao espólio das terras virgens, mas ao disciplinamento dos corpos “sem alma” arredios ao regime escravista. Essa “visão do paraíso” terrestre, da gente a ser salva por força do cristianismo,²⁶ faz parte do *mito fundador*, que serviu para caracterizar o “outro” com imagens que reproduzem uma noção aproximada do *bom selvagem*: “o primeiro elemento da construção mítica o lança e o conserva no reino da Natureza, deixando-o FORA do mundo da História”. (CHAUI, 2004: 63)

²⁴ Esse esforço de penetrar no imaginário do outro visava à transposição simbólica da mensagem evangélica para a fala e o universo cultural do índio, em que a alegoria exercia poder singular de persuasão. “A alegoria foi o primeiro instrumento de uma arte para massas criada pelos intelectuais orgânicos da aculturação”. Conforme explica Bosi “a força da imagem alegórica não se move na direção das pessoas, enquanto sujeitos de um processo de conhecimento; move-se de um foco de poder ao mesmo tempo distante e onipresente, que os espectadores anônimos recebem, em geral, passivos, não como um signo a ser pensado e interpretado, mas como se a imagem fôra a própria origem do seu sentido”. (BOSI, 1992: 81)

²⁵ Em desalinho com os costumes e a moral católica tradicional: “Os índios nômades da floresta brasileira não estavam preparados nem mentalmente, nem pelo estado de cultura para suportar uma vida de labuta diária, ao simples aceno ou chamado de outrem”. (BOXER, 2007)

²⁶ “O surgimento do cristianismo produz um efeito inesperado sobre a concepção da história [...] introduz a ideia de que a história segue um plano e possui uma finalidade que não foram determinados apenas pela vontade dos homens”. (CHAUI, 2004: 57-66)

Expropriação e escravidão de negros em Ubatuba

“Quem procura entender a condição colonial interpelando os processos simbólicos deve enfrentar a coexistência de uma cultura ao rés do chão, nascida e crescida em meio às práticas do migrante e do nativo, e uma outra cultura, que se opõe à máquina das rotinas presentes as faces mutantes do passado e do futuro, olhares que se superpõem ou se convertem uns nos outros”. (BOSI, 1992: 36)

Com a chegada dos negros, o processo de expropriação cultural e simbólica foi intenso. No período colonial, o tráfico de escravos em levadas crescentes intensificou-se com a vida dos africanos que foram retirados à força de sua terra; apartados de seus familiares, muitos deles morreram de doença ou foram simplesmente lançados ao mar, acorrentados uns aos outros, antes mesmo de aportarem ao seu destino. Os que aqui chegaram, sofreram a tirania do açoite combinada com a violência do ferro e do fogo que inscreviam marcas em sua pele (era comum a prática de riscar as costas dos escravos com ferro quente):

Os corretores de escravos examinavam, à plena luz do sol, os negros e moleques que ali estavam para ser vendidos; revistavam-lhes os dentes, os pés e as virilhas; faziam-lhes perguntas sobre perguntas, batiam-lhes com a biqueira do chapéu nos ombros e nas coxas, experimentando-lhes o vigor da musculatura, como se estivessem a comprar cavalos. (AZEVEDO, 2011: 16)

Assim, exilados de sua própria história e privados de direitos elementares, os filhos de África foram — não só aqui, mas em toda a extensão da América — tratados como “coisas” e comercializados como animais de carga, por longo tempo. Um exemplo bastante ilustrativo da *lógica de ferro em brasa*, praticada em abundância no período colonial escravista, consta de uma passagem de *O mulato*, de Aluísio Azevedo; nela o narrador relata o suplício da escrava Domingas (mãe de Raimundo José da Silva, o mulato), nas mãos impiedosas de D. Quitéria Inocência de Freitas Santiago, personagem inspirada em fatos reais e que representa a ideologia da sociedade à época, “para quem um escravo não era um homem, e o fato de não ser branco constituía só por si um crime”:

Estendida por terra, com os pés no tronco, cabeça raspada e mãos amarradas para trás, permanecia Domingas, em brasa. Ao lado, o filhinho de três anos, gritava como um possesso, tentando abraçá-la, e, de cada vez que ele se aproximava da mãe, dois negros, à ordem de Quitéria, desviavam o relho das costas da escrava para dardejá-lo contra a criança. A megera, de pé, horrível, bêbada de cólera, ria-se, praguejava obscenidades, uivando nos espasmos flagrantes da cólera. Domingas, quase morta, gemia, estorcendo-se no chão. O desarranjo de suas palavras e dos seus gestos denunciava já sintomas de loucura. (AZEVEDO, 2011: 52-53)

Negros ao tronco. Gravura francesa século XIX, Thierry Freres, 1835.

O levantamento da história social da região norte do litoral paulista, no período compreendido entre o início da ocupação portuguesa (1550) e o início da elaboração das listas nominativas (censos populares) por volta de 1765, apresenta inúmeras dificuldades de reconstituição por falta de referência documental; todavia, o mais provável é que, à época da chegada dos primeiros colonizadores portugueses, os tupinambás eram os primeiros habitantes desta região litorânea do Estado de São Paulo. As tentativas de escravização desses índios nativos (para servirem nos engenhos de cana-de-açúcar no núcleo vicentino) levaram à união das tribos numa confederação sob o comando de Cunhambebe; chamada de “Confederação dos Tamoios”; ela englobava todas as aldeias tupinambás, desde São Paulo, Vale do Rio Paraíba (São José dos Campos, Taubaté e outras) até o cabo de São Tomé, com invejável poderio de guerra. Após a sua “pacificação” e quase completa extinção, toda a região foi paulatinamente ocupada por núcleos de portugueses que conseguiram, simultaneamente, vencer e expulsar os franceses que com eles também disputavam a mesma ocupação.

A partir de 1700, já encontramos indicações sobre a existência de escravos negros em Ubatuba, conforme demonstram estudos das pesquisadoras Beatriz Westin Cerqueira (1966) Maria Luiza Marcílio (1986; 2ª ed., 2006). Até 1800, a condição desses escravos aportados em Ubatuba apresentava certas peculiaridades, não apenas em razão da pequena dimensão da maioria das propriedades, mas também por causa dos baixos recursos financeiros de seus proprietários; grande parte dos estabelecimentos de Ubatuba (urbanos e rurais) tinha em média dois escravos, o que possibilitava convivência mais próxima entre senhor e escravo: “nestas condições, com um, dois ou três escravos por grupo doméstico, o escravo levava – sem a liberdade – uma existência, no resto, bem semelhante à de seus donos. Quase sempre coabitavam o mesmo pequeno rancho de pau-a-pique, comendo o mesmo alimento básico (farinha de mandioca, feijão, algum peixe e caça, muita fruta e legumes), vestindo as mesmas sumárias vestimentas de algodão, feitas na terra”. (MARCÍLIO, 2006: 125).

Em seu estudo sobre a escravidão em Ubatuba, Cerqueira afirma que, nos últimos 50 anos do século XVIII (entre 1750 e 1800), a maioria da população de Ubatuba vivia quase que totalmente da pequena produção agrícola de subsistência – produção de farinha de mandioca, arroz, feijão e pesca. Segundo a autora, somente a existência de alguns poucos engenhos de açúcar, que tiveram vida curta, destoavam à época deste contexto econômico: “em 1760 já florescia em Ubatuba a economia açucareira com a presença de cerca de vinte engenhos. Para o trabalho na lavoura de açúcar era empregado o elemento escravo, seja para o cultivo da cana, seja na preparação da aguardente. (...) Tolhido por impedimentos diversos, e suplantado posteriormente pelo café, o açúcar gozou anos de prosperidade que foram, porém, rápidos e poucos.” (CERQUEIRA, 1966: 12)

A paisagem fundiária de Ubatuba — e as relações sociais daí derivadas — sofrerá uma mudança considerável a partir das primeiras décadas do século XIX (entre 1800 e 1830) com a chegada de uma nova leva de estrangeiros (portugueses e franceses) que, com grandes recursos financeiros, passarão a investir pesadamente na compra de terras visando a sua incorporação à agricultura de exportação, particularmente a do café. A quantidade da mão de obra escrava em Ubatuba ganhará proporções até então nunca vistas: eram necessidades operacionais que a lavoura cafeeira exigia. O tráfico negreiro na região é outro fator que propiciará a intensificação da compra e escoamento de escravos, transformando o porto de Ubatuba em um *local de recebimento de escravos* no município, além de posto de passagem para outras regiões dentro e fora das fronteiras paulistas:

“depois da década de 1830, as praias de Ubatuba serviram de ancoradouro de desembarques clandestinos²⁷ de escravos destinados ao vale do Paraíba e a Minas Gerais.” (CERQUEIRA, 1966: 103).²⁸

Em Ubatuba, como de resto ocorreu no Brasil, nas últimas décadas do século XIX se assiste a erosão da instituição escravista. A um período de aquecimento da economia – refletida no aumento do tráfico de escravos para as fazendas de café da região – seguiu-se um período de decadência econômica e social,²⁹ que seria profundamente marcado pelo abandono e/ou loteamento para venda das fazendas pelos proprietários então falidos; e pela consequente ocupação de frações do território ubatubense por núcleos de escravos que por ali permaneceriam ao longo de décadas e por outros núcleos que viriam para ali em busca de melhor sorte, dando origem a um processo de hibridização cultural, entre negros e descendentes de índios, que experimentaram igualmente outras formas de espoliação cultural. Durante o século XIX, com o movimento de libertação dos escravos, alguns desses fugitivos encontraram refúgio no isolamento das populações marginalizadas que viviam na restinga paulista, entre a serra e o mar – as futuras comunidades caiçaras.

Espoliação da cultura caiçara

Os dicionários explicam a origem indígena da palavra “caiçara” (*kaai'sa*) que significa “cerca de ramos, fortificação para vedar o trânsito”. Em diversas regiões esta mesma palavra acumula significados complementares: “paliçadas de proteção nas tabas indígenas”, ou ainda “cerca de ramos feita junto à margem dos rios ou igarapés”, “armadilha para apanhar peixes (cerco)”, “abrigo ou esconderijo onde fica emboscado o caçador”, “abrigo para barcos”. O termo *caiçara* foi aplicado aos que viviam junto às praias, em economia de subsistência baseada na pesca, extração de palmitos e alguns frutos silvestres: “É uma gente simples, acostumada ao trabalho árduo de sol a sol e que se rege

²⁷ Em 1831 foi promulgada pelo governo imperial a primeira lei que proibia o tráfico de escravos negros no Brasil, tida como letra morta na medida em que não foi respeitada por nenhum dos proprietários rurais. Daí a caracterização formal de “clandestinidade” aos desembarques nas praias de Ubatuba.

²⁸ “Em 4 de dezembro de 1840, por exemplo, foi registrado o desembarque clandestino, feito na calada da noite, de dois navios na Prainha do Bonete. Nada menos do que 700 escravos foram aí desembarcados e ficaram na fazenda de Francisco Xavier Duarte da Veiga, da Praia do Tabatinga, segundo denúncia feita pelo juiz de paz, João Alves da Graça ao presidente da Província, Rafael Tobias de Aguiar”. (Ubatuba, carta de 05/12/1840, in APESP, caixa 530, *apud* MARCÍLIO, 2006: 124)

²⁹ “A partir de 1850, com a cessação do tráfico, a mão de obra escrava tornava-se impossível de ser adquirida em larga escala. À medida que os cafezais de Ubatuba definhavam, os antigos senhores, receosos de grandes perdas, passaram a dispor de seus negros e mulatos, vendendo-os no Vale do Paraíba por altos preços. De 1857 a 1867 calcula-se em quatro mil o número de escravos exportados.” (CERQUEIRA, 1966: 22)

pelas fases da lua para determinar o melhor momento para plantar, pescar e caçar. [...] Esse povo praiano, em perfeita harmonia com o meio que o cerca, usa o mar como mercearia e geladeira, coleta na mata todos os seus medicamentos, cultiva a terra da planície litorânea fazendo-a produzir a contento, apesar da muita areia e pouca fertilidade dos solos da restinga”. (BRANCO, 2005: 47)

Em sua agricultura predominavam os roçados de mandioca, milho e arroz, em que faziam uso tanto de entrelaçado de ramos na construção das habitações quanto no preparo das armadilhas para pescar e caçar e na proteção do solo cultivado sobre o qual deixavam parte das árvores derrubadas. O benefício deste uso é o aporte de alguma sombra e adubo ao solo por conta do apodrecimento das folhas e da madeira – é roça de tocos ou coivara. (BRANCO, 2005: 22)

Foram diversos os momentos históricos que, promovendo a marginalização das comunidades, alienaram os caiçaras do desenvolvimento do país. O caiçara, isolado na restinga litorânea, viu-se obrigado a organizar seu modo de vida condicionado pela adaptação ao meio, buscando o suprimento das necessidades de subsistência na memória dos traços culturais herdados, compondo uma cultura específica, profundamente adaptada à natureza – ao rio, à serra, ao mar.

Em meados do século XIX, Ubatuba destacava-se como um importante porto, quando o Vale do Paraíba era a principal região produtora de café. No século da primazia do transporte marítimo, a cidade era seu principal porto exportador/importador. Quando a produção do café deslocou-se em busca das férteis terras roxas do oeste do Estado, o município ingressou numa bancarrota econômica e permaneceu isolado por vários decênios. Além do deslocamento da produção cafeeira que empobreceu todo o Vale do Paraíba e Litoral Norte, corroborou, também, para o empobrecimento de Ubatuba, as características geológicas da região da Serra do Mar, com terras inadequadas à agricultura em grande escala e o fim da exploração da mão de obra escrava. O alto índice pluviométrico potencializa a ação erosiva das águas pluviais e fluviais e, quando sujeito à agricultura intensiva e sem cuidados, o solo perde a fertilidade em poucos anos. Hoje as matas escondem as ruínas de antigas fazendas que faliram com o fim do regime escravocrata e com o manejo inadequado do solo sujeito à forte lixiviação (dissolução e remoção dos constituintes de rochas e de solos) quando despido da sua cobertura vegetal.

A espoliação da cultura caiçara acompanhou o descompasso econômico que será aprofundado na medida em que aumentavam os avanços técnicos científicos do século XX.

Até os anos 1950, Ubatuba era um espaço isolado geograficamente, devido às dificuldades de acesso rodoviário e, por isso mesmo, isolado economicamente do restante do Estado.³⁰ Quando a produção industrial começou a se expandir no país, a partir da Segunda Grande Guerra, as novas formas de produção e de relações de produção se propagam das grandes cidades em direção ao interior, do centro para as periferias. Com efeito, durante as décadas de 1960 e 1970, havia grandes espaços à margem do desenvolvimento produtivo industrial; lugares onde o ritmo econômico era ditado ainda pela *agricultura de subsistência* e, no caso do Litoral Norte, também pela *pesca artesanal*. Antes dos novos impulsos econômicos na região, as culturas tradicionais de Ubatuba sobreviviam até 1960 com base em uma economia tipicamente colonial, fortemente embasada na agricultura de subsistência e na pesca artesanal (MARCÍLIO, 2006; OLIVEIRA, 2001).

As desigualdades e discriminações sociais e econômicas acentuaram as condições de segregação do caiçara, antes pertencente a uma comunidade isolada culturalmente, porém unificada no seu todo. A ação das empresas pesqueiras promoveu a redução drástica do pescado disponível na beira praia e desembocaduras dos rios, afetando de forma direta e inexorável, a subsistência das populações de pescadores caiçaras, privados de recursos competitivos. Esta realidade aliada às leis ambientais, a especulação imobiliária, grilagem de terras e omissão do poder público é que vem determinando, de certa forma, a extinção da cultura caiçara, obrigada a abandonar suas raízes para sobreviver.

³⁰ Em 1957, a nova estrada de rodagem finalmente chegou a Ubatuba, ligando-a via Caraguatatuba, ao Vale do Paraíba e ao resto do Brasil. O isolamento até então fez com que a cidade sofresse por mais de meio século. Foi tentada a construção de uma ferrovia, mas o fio de um sonho que ainda restava se partiu com a falência do Banco Taubaté S. A. Passaram-se se mais alguns anos e os casarões imponentes espalhados pelas ruas centrais, foram envelhecendo, perdendo seu traço de nobreza. Em 1948, a picareta rompeu o chão para robustecer aquele fio de sonho, abriu a marcha incessante em busca das lendárias praias de Iperoig, 54 quilômetros após. Finalmente, homens e máquinas trabalharam freneticamente para vencer o Morro do Maciel, último grande obstáculo para avistar a Baía das Toninhas. O saibro cavoucado serviu para cobrir o terreno, e logo depois atingir a Praia Grande. Chegou ao Acarau, sem pedra fundamental, sem foguetório, sem discursos, sem feriado escolar. Em setembro de 1957, o sonho passava a ser realidade. A chegada da nova estrada Litorânea foi de suma importância para Ubatuba, a qual esteve até então mergulhada em quase um isolamento total, pela precariedade da comunicação terrestre. Foi essencial para o Litoral, porque nasceriam a partir dali novos impulsos econômicos: a especulação imobiliária e a promessa de desenvolvimento do turismo na região foram impulsionadas pelo regime militar que deu início à construção da Rodovia Rio-Santos (BR-101), na década de 1970.

Quilombolas e expropriação fundiária

“Para estudar o escravo, pois, é preciso buscá-lo nos seus longos dias de trabalho, sol a sol, nas senzalas pobres e tristes, na solidão tremenda, dos que não têm nenhum direito e nenhuma liberdade; cumpre vê-lo no afastamento angustiante dos seus entes mais queridos, na revolta profunda dos que nada podem, no ceticismo amargo dos que não esperam nunca. Nessas condições, viveu o escravo, e, com ele, uma instituição, a escravidão.” (CERQUEIRA, 1966: 10)

Conforme registramos, até as primeiras décadas do século XIX, a região de Ubatuba contava com pequenas propriedades agrícolas de subsistência, havendo poucos escravos por propriedade, devido ao pequeno poderio financeiro de seus proprietários. A paisagem fundiária começou a se modificar a partir da vinda de colonos estrangeiros para a região, no início do século XIX.

Dotados de recursos financeiros, colonos investiram na compra de grandes lotes de terra, visando ao cultivo de produtos agrícolas para exportação, especialmente o café; trouxeram para trabalhar nessas terras um enorme contingente de população de origem africana. E foi assim que o volume de escravos na região de Ubatuba cresceu enormemente.

Com o declínio da produção cafeeira, muitas fazendas foram abandonadas, loteadas e vendidas. Porções de terra das fazendas foram ocupadas ou até mesmo doadas para ex-escravos que passaram então a viver com relativa autonomia, a partir da produção de pequenas roças (mandioca, feijão ou milho), da pesca artesanal e, por vezes, da ocupação de espaços (engenhos, casas de farinha, ranchos) por núcleos de escravos, nativos do lugar ou fugidos de outras paragens; fotos do terreno demonstram os vestígios históricos, de inestimável valor antropológico.

Alguns quilombos são evidentemente remanescentes deste período do escravismo, enquanto outros surgiram após 1888, quando a lei que aboliu a escravatura deixou os negros abandonados à própria sorte, desprovidos de quaisquer recursos, sem terra e sem direitos. Nos termos atuais, conforme definição do Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) e da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), o conceito de *quilombo* refere-se a “toda a comunidade negra rural que agrupe descendentes de escravos vivendo da cultura de subsistência e onde as manifestações culturais têm forte vínculo com o passado”.

Casa de Quilombo, moradia típica de Cambury.

Fachada de casa feita de barro e pau a pique.

Fonte: Projeto Sinais, coordenado por Fernanda A. Medeiros, 2008.

Adotamos neste trabalho o conceito de *quilombos contemporâneos* para designar as “comunidades negras rurais habitadas por descendentes de africanos escravizados, que mantêm laços de parentesco e vivem, em sua maioria, de culturas de subsistência, em terra doada, comprada ou ocupada secularmente pelo grupo. Os habitantes dessas comunidades valorizam as tradições culturais dos antepassados, religiosas ou não, recriando-as no presente. Possuem uma história comum e têm normas de pertencimento explícitas, com consciência de sua identidade. São também chamadas de comunidades remanescentes de quilombos, terras de preto, terras de santo ou santíssimo”. (MOURA, 2007: 6-10)

Casa do morador Leonel dos Santos (Néio), que desabou em 2011, por força de uma ventania.

Atualmente, ele ocupa a Casa de Farinha até que possa reconstruir a sua casa

Fonte: Patrimônio Cultural Paulista: Condephaat, Bens Tombados 1968-1998.

Imprensa Oficial do Estado, São Paulo, 1998.

De acordo com relatórios técnicos do ITESP, por enquanto há 44 comunidades quilombolas mapeadas em todo o estado.³¹ Tradicionalmente, como os negros escravizados se recusavam a viver no mesmo espaço daqueles que os inferiorizavam, ou seja, junto com aqueles que desdenhavam a sua cultura e a sua religião, tratando-os como animais, houve naturalmente vários focos de fuga de negros em busca de terras distantes para viver. Os quilombos não pertencem somente a nosso passado escravista, tampouco se configuram como comunidades totalmente isoladas, no tempo e no espaço, sem qualquer participação na estrutura social. Existem mais de 3.500 comunidades quilombolas espalhadas pelo território brasileiro: Amazonas, Alagoas, Amapá, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Paraná, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe e Tocantins.³²

A maioria delas se esforça para se manter viva e luta pelo direito de propriedade de suas terras consagrado pela Constituição desde 1988. A *terra* é o elemento fundamental que singulariza o modo de viver e produzir das comunidades quilombolas: ancestralidade, resistência, memória, presente e futuro sintetizam o significado da terra para essas comunidades, fortemente marcadas pela tradição e respeito aos bens naturais como fonte garantidora de sua reprodução física, social e econômica.

A concentração fundiária é um dos fatores responsáveis pela manutenção de uma realidade miserável que se arrasta desde meados do século XIX. Como consequência da globalização do mundo, aumentaram os conflitos e as tensões sociais em toda parte do mundo com a mudança de hábitos culturais que alteram nosso modo de se relacionar com o tempo e os lugares: “Chegamos a um momento da história no qual o processo de racionalização da sociedade atinge o próprio território e este passa a ser um instrumento fundamental da racionalidade social [...] Os lugares, hoje, se diferenciam e hierarquizam exatamente porque são todos mundiais. Os tempos também...”. (SANTOS, 1998: 46-47) A

³¹ Conforme Decreto nº 4.887/2003, do presidente da República Luís Inácio Lula da Silva, “consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra”. São os grupos formados por pessoas de ancestralidade negra (ou que com essas formaram família) que utilizem, historicamente, certa área de terra para a reprodução física, social, econômica e cultural. O decreto também estabeleceu que definição de ser ou não uma comunidade quilombola passaria a caber aos próprios moradores, pelo critério da autoatribuição, e não ao governo.

³² Até o ano de 2002, o governo federal havia identificado a existência de 743 quilombos. Atualmente, em decorrência da iniciativa das comunidades quilombolas pelo seu autorreconhecimento, do fomento à ampliação e qualificação dos serviços disponíveis, o número de comunidades identificadas é de 3.524, dentre as quais 1.342 foram certificadas pela Fundação Cultural Palmares. Fonte: Programa Brasil Quilombola (2010: 8), disponível em: <http://www.portaldaindualdade.gov.br/acoes/pbq>.

dicotomia cidade/campo perdeu o sentido (assim como tantas outras): a vida agrária também foi afetada por intensas transformações tecnológicas advindas com a adoção sistemática dos mecanismos do mercado, técnicas de administração e gerência racionais; que alteraram hábitos socioculturais e a percepção da realidade, pasteurizando elementos reais e imaginários da vida no campo.

Historicamente, a cultura caiçara/quilombola do Cambury é fruto da miscigenação entre colonizadores portugueses, indígenas das regiões litorâneas e ex-escravo(a)s que, após a libertação, concentraram-se à beira-mar ou locais próximos à abundância de água, como cachoeiras e rios. Essas comunidades são formadas, até hoje, em grande parte por pescadores e artesãos que também têm um modo peculiar de vida intimamente ligado à pequena agricultura (roça mandioca, milho) e ao extrativismo vegetal (juçara). Esses povos foram, ao longo do tempo, adquirindo conhecimento aprofundado acerca do ambiente em que viviam e acumularam um repertório cultural rico de saberes e fazeres. São danças, músicas, costumes e vocabulário com inúmeras palavras de uso local, entre outras manifestações artísticas, como artesanato, cestarias, xilogravura etc.

Caiçaras e quilombolas do litoral paulista, particularmente das regiões disputadas como áreas nobres para implantação de núcleos balneários e empreendimentos turísticos, foram, desde meados dos anos 1960, deixados à margem desses empreendimentos e empurrados para a periferia das cidades; muitas vezes, na condição de “favelado”, ou foram obrigados, para viver ou sobreviver, a ocupar áreas de preservação ambiental. Com a perda de território, eles passaram de donos da terra a intrusos e verificamos em Cambury o gradual esfacelamento social e cultural dos núcleos caiçaras, empalidecendo relações de parentesco e de solidariedade vicinal, quando na verdade pertencem à mesma família.

Os fluxos intermitentes de turistas e novos moradores também contribuem para a alteração da fisionomia cultural dos povos nativos. O que vem ocorrendo na região é a privatização da paisagem litorânea. Após a construção e pavimentação da BR 101 (atual rodovia Mário Covas), a indústria do lazer e a especulação imobiliária multiplicaram o espaço urbano, redefiniram o perfil da população e das atividades socioeconômicas, e reformularam as relações da sociedade com a natureza, transformando a segunda em “mercadoria de consumo” das classes médias e elites urbanas. (LUCHIARI, 1997: 138)

Para complicar a vida dos moradores do Cambury, políticas vicárias do poder público local têm sido omissas, ou favoráveis aos interesses do capital imobiliário; a exemplo do que já vem ocorrendo há alguns anos em grande parte do litoral norte do

Estado de São Paulo, em pleno Parque Estadual da Serra do Mar (PESM), área de proteção ambiental (APA), onde os espaços de uso público estão sendo privatizados por empresários paulista, conforme as diversas placas de “identificação de posse” ilegais, espalhadas em diferentes locais do bairro, com o objetivo de intimidar os moradores:

Privatização da Mata Atlântica por empresários paulistanos.
Praia de Cambury, na divisa Picinguaba, SP, julho, 2009.

Ameaçada pelas imposições do mercado global e as especulações do capital imobiliário, mais uma vez comunidades caiçaras estão sendo lançadas para fora do mundo, e da história, fato que vem ocorrendo desde a época do surgimento do barco a motor, da pesca embarcada e da eletricidade. Políticas vicárias e outras medidas míopes de ocasião por parte do Estado não tem levado em consideração o processo de degradação do espaço; causam impactos negativos sobre a diversidade biológica e cultural dos ecossistemas ambientais das zonas litorâneas e não respeitam as particularidades socioculturais das populações humanas que residem nessas regiões inundáveis, de alta produtividade natural.

No caso de Cambury, que teve seu território transformado em Unidades de Conservação Ambiental,³³ o processo de *expropriação material* deixou a população confinada; os moradores vivem tensão constante, como se estivessem sempre na iminência da expulsão de suas terras e impedidos de manter seu modo de vida, condenando-os ao

³³ As Unidades de Conservação Ambiental são denominadas fora do Brasil de Áreas Naturais Protegidas; este termo definido foi pela União Internacional para Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (IUCN) como “uma área terrestre e/ou marinha dedicada especificamente à proteção e conservação da diversidade biológica e dos recursos naturais e culturais associados, e a qual é manejada por disposições legais e outros meios efetivos” (IUCN, 1994).

desaparecimento cultural em longo prazo: “o advento da construção da BR 101, na década de 1970, abriu espaço para os especuladores imobiliários, que usavam o artifício de propor a ‘*compra*’ das terras e pagar os impostos e ainda permitir que os caiçaras continuassem morando nelas; muitos caíram nesta armadilha que deu início do processo de expropriação das terras e do território caiçara, pois além de começarem a vender por quantias irrisórias as suas terras, dá-se início também à grilagem destas terras. Os moradores pensavam que estavam vendendo um pedaço pequeno de seu sítio, mas nos documentos o ‘*comprador*’ ampliava as medidas do terreno abarcando assim terras de vizinhos e terras de uso comum”. (SILVA, 2004: 142-43)

A população tradicional de Cambury encontra-se em estado de confinamento cultural e tem sido marginalizada pela sociedade mais ampla, não só no que diz respeito à criação de uma Unidade de Conservação em suas terras, mas também no que se refere à infraestrutura básica, a qual todo cidadão tem direito. Após anos de reivindicação, a energia elétrica chegou ao bairro somente em 2009, mas muitos moradores não conseguem pagar a conta. Até hoje não contam com água encanada ou tratamento do esgoto; não há nenhum telefone no bairro; também não há transporte coletivo e a estrada de acesso ao bairro está em péssimas condições; a única escola é multiseriada e só atende alunos até 4ª série primária e o posto de saúde funciona precariamente.

Na era global, tudo está conectado a tudo e as relações têm repercussão umas sobre as outras. Essas transformações fazem com que os objetos e valores simbólicos produzidos no seu cotidiano (manifestações culturais, danças, folias, batuques) transformem-se veículo de desagregação. Não só em Cambury, mas em boa parte dos territórios de culturas tradicionais, a presença de igrejas adventistas e evangélicas tem exorcizado as práticas e vivências culturais dos antepassados em nome de valores alheios ao universo das pessoas que ali nasceram e viveram. Esta onda salvacionista retorna para expropriar simbolicamente os valores tradicionais em nome da fé.

CAPÍTULO III

DELINEANDO AS FRONTEIRAS DO CAMBURY: ENTRE A TERRA E O MAR

“Que povo, o desse baixio, dum sertão, das brenhas! [...] nestas más brenhas, donde só se vê falta tudo, muita míngua, ninguém não olha prá este sertão dos pobres...”

*“– Nasci no mato, também. Sei a roça.
– Aonde? Aqui no sertão?
– No meio dos Gerais, longe, longe. Transforma-se noutra tristeza, de tanto tempo”.*
(ROSA, G. Grande sertão veredas)

63

O objetivo do capítulo anterior foi dialogar com o passado, identificando algumas marcas e antecedentes da *expropriação cultural* no Brasil, entendido como processo histórico, contínuo e contíguo, que desemboca no contexto específico desta pesquisa, cujo universo – social, cultural, fazeres, saberes, vida cotidiana, conflitos – será abordado neste capítulo. Mais do que simplesmente representar a voz dos silenciados, os dois capítulos se complementam e concorrem na tentativa de buscar “entender e nomear os lugares em que suas questões ou sua vida cotidiana entram em conflito com os outros”. (CANCLINI, 2001: 28) Doravante, então, ingressamos no contexto social de pesquisa propriamente dito, com o delineamento das fronteiras do Cambury, entre a terra e o mar.

Na língua tupi, a mais falada na Costa do Brasil nos três primeiros séculos coloniais, *Cambury* significa “rio que *anda* ou rio que *muda*”. Esta natureza mutável, intrínseca ao termo que nomeia o lugar é uma pista para o entendimento do universo polifônico, complexo, conflituoso, multifacetado e mutante de um espaço que outrora foi a terra habitada pelos guerreiros tupinambás. A partir desta informação de ordem toponímica, passamos a esboçar os contornos de significado de Cambury, permeando o texto com as vozes dos moradores mais antigos do bairro, caiçaras e quilombolas, pessoas com quem dialogamos durante 2 (dois) anos, em 10 (dez) visitas intercaladas ao terreno.

A localidade conhecida como Cambury é o último aldeamento caiçara do litoral norte do Estado de São Paulo em direção ao Rio de Janeiro. Trata-se de um bairro rural,³⁴

³⁴ A definição de “bairro rural” encontra-se amplamente discutida na obra de Antonio Candido. Enquanto estrutura fundamental de sociabilidade, ele consiste no “agrupamento de algumas ou muitas famílias, mais ou menos vinculadas pelo sentimento de localidade, pela convivência, pelas práticas de auxílio mútuo e pelas atividades lúdico-religiosas. As habitações podem estar próximas umas das outras, sugerindo por vezes um esboço de povoado ralo; e podem estar de tal modo afastadas que o observador muitas vezes não discerne, nas casas isoladas que topa a certos intervalos, a unidade que as congrega”. (CANDIDO, 2001: 81)

formado em sua quase totalidade por sítios familiares, entendidos como área de moradia e/ou trabalho.³⁵ Compreendido entre as coordenadas 44 50'W a 44 48'W de longitude e 23 20'W a 23 25'S de latitude, o acesso à Vila se dá pela rodovia Rio-Santos, altura do Km 1, localizando-se desta forma a 47 km de Ubatuba, no Estado de São Paulo, e a 25 km da cidade de Paraty, no Estado do Rio de Janeiro.

Quilombo de Cambury, Divisa de Ubatuba (SP) com Paraty (RJ). Fonte: Google Earth, 2011.

Sob o ângulo desta rodovia, quase não se pode avistar nada do bairro. Para visitantes que trafegam de Ubatuba em direção à cidade de Paraty, quando chegam próximo ao km 1 da BR 101, avistam à esquerda, uma enorme “Cachoeira do Cedro” (conhecida por ‘Cachoeira do Sousa’ entre os moradores mais antigos; renomeada por influência dos turistas como ‘Cachoeira da Escada’), situada em frente à pequena estrada que dá acesso ao bairro do Cambury, do lado direito da rodovia.

Essa estradinha que liga a rodovia à praia possui quase 4 km de extensão. Ainda continua precariamente pavimentada, metade asfalto, metade barro. Conforme relataram Benedito Lúcio e Rosa Laureana (pais de Larissa Laureana, 10 anos, que morreu atropelada em 2010 por um caminhão da prefeitura, na mesma estradinha), os moradores do Cambury somente foram ouvidos depois de muitos anos de reivindicação. Foi preciso ocupar a sede administrativa do Parque Estadual da Serra do Mar para que fossem

³⁵ De acordo com o ensaio de planejamento para as comunidades litorâneas, apresentado na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, no início dos anos 1990, a área do bairro de Cambury era de 467 hectares (RODRIGUES, 1992). Esse dado não confere com as informações desta pesquisa; segundo o ITESP que reconheceu o quilombo do Cambury, em 2005, a extensão da área quilombola é 972 hectares, fato também lembrado por Sr. Genésio, em dezembro de 2012: o quilombo não pode ser maior que o bairro que o contém.

minimamente atendidos. Em dias de temporal, essa vida de acesso ao Cambury fica intransitável:

Estradinha que dá acesso à praia e ao quilombo do Cambury.

Tradicionalmente, os quilombos se formavam em regiões afastadas dos centros urbanos e em locais de difícil acesso. Embrenhados nas matas, selvas ou montanhas, esses núcleos se transformaram em aldeias, dedicando-se à economia de subsistência e às vezes ao comércio, alguns tendo até mesmo prosperado. Mas, devido ao seu isolamento, há dificuldade em se obter informações precisas e ampliar o conhecimento sobre as comunidades remanescentes de quilombos no Brasil.³⁶ Esse isolamento fazia parte de uma estratégia que garantiu a sobrevivência de grupos organizados com tradições e relações territoriais próprias, formando, em suas especificidades, uma identidade étnica e cultural.

Conforme já dissemos, no Estado de São Paulo há registro de 44 comunidades quilombolas, sendo que na região de Ubatuba foram reconhecidas 5 (cinco) comunidades remanescentes de quilombo: Caçandoca, União dos Morros, Quilombo da Fazenda, Sertão da Itamanbuca e Cambury. Há notícias também da existência de outras comunidades

³⁶ Com o processo de expropriação material e simbólica operada no Brasil, desde a fundação, as memórias das comunidades tradicionais foram sendo subtraídas lentamente. Em seu lugar surgiu uma nova territorialidade, outro lugar, transformado de acordo com a lógica de formação socioespacial que atendia aos interesses do mercantilismo colonial. A formação territorial brasileira e a construção da paisagem obedeceram a uma racionalidade externa vinculada às necessidades mercantis. A territorialidade de europeus, imposta a negros e índios, foi marcada pela fragmentação e obedecia a normas de sociabilidade organizadas, já naquele período, pela *lógica da exclusão* (PEREIRA LEITE, 1998: 26) e da *expropriação* de suas terras, modo de vida e cultura: “O resultado do poder colonial teve consequências culturais claras que chegam à atualidade. Os povos inferiorizados foram despojados de suas singulares, identidades históricas, culturas etc., e a imposição de uma nova identidade ‘inventada’ inferior, subalterna, racial, colonial e negativa implicava o despojo de seu lugar na história da produção cultural da humanidade”. (SILVA, 2008: 13)

quilombolas na região, ainda pouco estudadas, Cazanga e Poruba. Para chegar ao quilombo do Cambury, há também uma trilha alternativa, conhecida por “Picadão” que tem aproximadamente 2 km, cujo acesso localiza-se no Km 3 da BR 101. Foi por esta vereda que adentramos o terreno a fim de realizar o primeiro contato com os moradores do Cambury, em meados de junho de 2011.

BR-101, km 3. À direita há um atalho que leva a Cambury. Foto: Edison Santos, jun. 2011.

A estrada de terra desce até a praia fazendo quase uma diagonal (norte-sul). Do seu trajeto emergem várias e estreitas picadas na mata, ou trilhas, fazendo a ligação com alguns sítios, ou mesmo casas, localizadas no interior da mata (MANSANO, 1998: 19-20). Existem também outras trilhas, ainda mais estreitas, ligando um sítio ao outro, uma casa à outra. O relevo acidentado e a mata exuberante revelam em seus entremeios a presença humana, entre casas simples de pau-a-pique, encaixadas e distribuídas de maneira dispersa na vastidão da paisagem da Mata Atlântica, em plena Serra do Mar.

Ali mora a comunidade do Cambury, constituída por cerca de 70 famílias (inclui nativos, quilombolas e caiçaras do bairro), perfazendo um total de 320 moradores, de acordo com o último levantamento de 2006, sendo que as famílias quilombolas ocupam a área do Cambury há aproximadamente 200 anos. (ver Anexo A - Diagrama de Parentesco de Cambury) Trata-se de um local extremamente valorizado como ponto turístico, mas a comunidade vem sofrendo há 40 anos com toda a sorte de pressões e ameaças para deixar suas terras.

Reprodução do croqui do bairro rural de Cambury. Fonte: MANSANO, 1998: 38-39.

Com as mudanças do espaço de moradia, as terras da comunidade quilombola (que já habitavam o local há mais de 200 anos) foram primeiro, expropriadas pelos grileiros;³⁷ mais tarde, incorporadas integralmente ao Parque Estadual da Serra do Mar e, parcialmente, ao Parque Nacional da Serra da Bocaina, sob a alegação de protegê-los da grilagem, o que veio a se configurar mais tarde como outra forma sutil de expropriação. Os Parques e a Secretaria do Meio Ambiente (SMA) são tidos hoje como os “grandes inimigos” dos caiçaras e quilombolas; são “desonestos”, conforme relataram as mães do Cambury (Monca, Catarina, Rosa e Justina), as crianças têm constantes pesadelos à noite, com medo de serem presos ou espancados pelos “guardas do parque”, não podem sequer “apanhar uma fruta do pé”, nem extrair pedaços de pau de árvore, sob pena de serem levados presos, qual como aconteceu com o filho do Sr. Inglês, caiçara nativo do Cambury.

São muitos os conflitos nestas vilas pobres, onde é comum a construção de casas de pau-a-pique (entrelaçamento de ripas coberto de barro), sem infraestrutura e saneamento básicos; sem fontes de renda, vive-se dos mínimos vitais em Cambury. Embora a energia

³⁷ O litoral norte paulista permaneceu como região quase isolada até a construção da BR101 (Rio-Santos), na década de 1970. A partir daí, a situação fundiária de Ubatuba alterou-se mais uma vez, com a entrada de grileiros e especuladores imobiliários movidos pela facilidade de acesso à região que a rodovia propiciou. Muitas das comunidades quilombolas e caiçaras (embora confinadas e isoladas culturalmente, viviam com relativa autonomia até então), mas foram expulsas de suas posses ou se viram forçadas a vendê-las, para dar lugar a grandes propriedades, condomínios luxuosos e casas de veraneio. Para complicar a situação, foram criadas duas unidades de conservação ambiental na região: o Parque Nacional da Serra da Bocaina (1972) e o Parque Estadual da Serra do Mar (1979); estes abarcaram a área ocupada pelo Quilombo do Cambury que passou a sofrer restrições a seu modo de vida tradicional.

elétrica tenha chegado em 2009, na maioria delas foi instalado “gato” (dispositivo ou ligação irregular, feito para furtar energia elétrica), também conhecida por “gambiarra”. Os moradores recorrem a este uso clandestino, em razão dos altos custos; muitos deles ainda mantêm o fogão à lenha para esquentar água e evitar os chuveiros elétricos. Todas essas estratégias de sobrevivência se devem, sobretudo, à ausência de fonte de renda e trabalho entre no bairro. A base da alimentação é o peixe. Para consegui-lo, o caiçara utiliza o espinhel – uma extensa corda para prender os anzóis – e diferentes tipos de redes. Entre elas, a *tarrafa*, herdada de algumas tribos indígenas; o *caceio*, essa, que fica suspensa por boias, de origem portuguesa e necessita geralmente de três pescadores para o manuseio; e o *picaré*, adequada para peixes pequenos e usada para pescarias rápidas. Embora o mar forneça boa parte do alimento para as comunidades, nem só de peixe são feitos os pratos caiçaras. São frequentes a farinha de mandioca e a banana. Outros tipos de carne vêm do quintal – galinhas, patos e porcos criados para subsistência – ou ainda da mata, como o porco-do-mato, o tatu, a paca e o lagarto. Ovos e frutas, como a pitanga, o jambolão (ou jamelão) e o maracujá, também fazem parte dos hábitos alimentares. Completam o cardápio o milho, o cará, a abóbora, o chuchu e, como não poderia faltar, o arroz e o feijão.

Para ganhar o mar, são utilizadas embarcações típicas, como a canoa de um pau só, feita de um único tronco escavado, e a canoa de voga, também feita de um único tronco, mas comandada pelo *voga*, timoneiro que, sentado de costas para os remadores, mantém o rumo e marca o ritmo da remada. Os caiçaras se orientam pela observação dos fenômenos naturais, por isso eles sempre estão de olho na maré e na Lua. No cotidiano de Cambury, os sinais da Lua são definitivos para o entendimento do tempo e das condições do dia seguinte, além de regerem o tempo de plantar e o tempo da colheita. Ainda para a pesca, são considerados também a posição e até o formato das nuvens, que mostram de onde o vento sopra. Essa combinação de fatores possibilita uma espécie de “diálogo com o mar”, e permite que se saiba se é prudente *sair* e se a *volta* será segura – momentos tensos que acompanham os familiares de quem vive da pesca em alto mar.

A chegada ao campo ocorreu no dia 22 de junho de 2011. Era uma tarde fria e chuvosa que também marcava a entrada do inverno. Quando desci do ônibus na altura do km. 3,5 da BR-101, peguei o atalho até a Praia de Cambury, e depois caminhei até o Quilombo. Logo na entrada, a primeira pessoa que avistei foi Zé Roberto, quilombola que providenciou gás de cozinha para meu fogareiro e sugeriu em seguida que eu acampasse no quintal do Sr. Leonel. Antes de chegar à cachoeira do Sousa, no km. 1 da BR-101, há um

atalho conhecido como “picadão”, próximo ao km 3, que encurta o caminho para chegar até a praia do Cambury. Quando se carrega muita coisa na bagagem (barraca, fogão, botijão, colchonete, toalha, roupa, chinelo e tantas outras coisas, necessárias), convém fazer este caminho. De outro modo, seriam 3 (três) quilômetros de caminhada até chegar à entrada do quilombo de Cambury. Estava sozinho e apreensivo, quando desci do ônibus.

Assim que descia pelo atalho, lembrei-me de Guimarães Rosa que apostava nas *veredas*, para tecer a sua narrativa de mundo. Foi o momento de maior medo e apreensão da jornada que apenas se iniciava, à maneira de um Dom Quixote, sem seu fiel escudeiro, em busca de significados que pudessem traduzir a realidade vivida de uma comunidade confinada culturalmente. A dúvida e a insegurança aumentavam, à medida que caminhava pela mata, talvez de impotência diante da imensidão do desafio que nos aguardava. A primeira providência deveria ser naturalmente encontrar um local para armar a barraca, descansar e preparar uma estratégia de abordagem, a menos invasiva possível, para não criar eventuais constrangimentos.

Antes de chegar ao quilombo, passa-se pela praia onde mora uma parte dos moradores do Cambury; ao se aproximar da praia, a pequena estrada cruza uma área de baixada denominada pelos moradores de “varjão” (várzea). É nesta área que, acerca de 55, 65 anos atrás, estava localizado o maior adensamento de moradias e áreas de cultivo. Hoje, encontra-se por lá algumas casas dispersas, o camping Ypê, a escola municipal, o postinho de saúde, o bar do Sr. Donato (onde trabalha o Isaías Soares), alguns quintais caiçaras servindo de camping durante a temporada, o campo de futebol; o cemitério (hoje, situado ao lado das lixeiras do camping Ypê) e duas igrejas, a Assembleia de Deus e uma capelinha de N. Sra. Aparecida que há muitos anos foi desativada. A maioria dos moradores se converteu à religião evangélica; não raro observamos que até os nomes dos moradores vem absorvendo simbolicamente esta forte influência externa.³⁸ Na área da marinha, como é chamado pelos moradores a área de frente para o mar, há poucas casas, alguns ranchos de pesca descuidados, um restaurante, um bar e vários quiosque de venda de alimento e bebidas, que funcionam mais durante o verão.

Assim que terminou a extensão da praia, atravessei o Rio do Cedro e caminhava em direção ao quilombo, comecei a refletir: “Afinal, quem eram as pessoas que moravam

³⁸ É notória a presença da força evangélica nas comunidades rurais que, ao longo de três décadas, produziu um fenômeno curioso do ponto de vista linguístico; trata-se da atribuição de significados religiosos ao ato de nomear os nascituros, intensamente marcado por inspiração bíblica: Jeremias, Oseias, Isaías, Ismael, Eliel, Eliezer, Misael, Joel, Miguel, Ravel, Simão Branco, Simão Preto, Zacarias, Levi, Isaque, Samuel etc., todos nomes de atuais moradores do Cambury, alguns adultos e outros mais jovens.

naquele local, ora chamado de ‘quilombo’, ora denominado ‘favela’?”. Em breve, estaria conversando com pessoas, cuja geração era de descendentes quilombolas que sucederam os primeiros escravos e escravas fugidos, libertos ou forros do período colonial. Assim, quando a estrada cruza o último riacho rumo à praia, existe uma trilha, um pouco mais larga, cujo trajeto leva até a região do Jambeiro³⁹, mais conhecida como “favela”. Mais tarde, descobri que Cambury constitui-se de uma grande família, fruto de diversas mestiçagens ocorridas ao longo de quatro gerações. Apesar disso, o termo pejorativo vem sendo empregado até mesmo por crianças e jovens, para se diferenciar dos parentes pobres, que organizaram uma Associação por se identificarem com a tradição e a cultura negra, herança de seus antepassados, descendentes de escravos e fugitivos do cativeiro.

Não se pode afirmar com certeza que o termo “favela” foi instituído pelos próprios caiçaras, tampouco que teriam sido influenciados pela denominação urbana de favela, para designar o aglomerado de moradias precárias, localizado próximo a morros de elevada altitude. O lugar é habitado basicamente por antigos moradores que venderam suas posses próximas ao mar, levando o termo *favela* a se aproximar do sentido urbano, por abrigar os excluídos, os que moram à *margem* por terem perdido o direito à terra. Segundo um morador local, a área pertencia ao Sr. Benedito dos Santos (de origem quilombola); os filhos de Benedito, quando se casaram, construíram casas próximas à do pai, subdividindo o sítio em pequenos lotes. Com o decorrer dos anos, alguns deles foram vendendo lotes para outros moradores do bairro ou, mais recentemente, para gente de fora, aumentando o número de moradias e reduzindo os espaços de quintal. O espaço socialmente ocupado pelos moradores de Cambury vem se *transfigurando* ao longo do tempo, processo esse intensificado a partir da década de 1960. A ocupação do espaço do bairro não foi estanque ao longo do tempo; obedeceu a uma dinâmica que respondia às necessidades do grupo e/ou imposições externas, segundo a lógica de exclusão e expropriação cultural.⁴⁰

³⁹ Em 2006, o Instituto Florestal elaborou projeto de saneamento para o bairro do Cambury que foi dividido em 4 (quatro) setores principais, ao longo dos quais estão distribuídos aproximadamente 320 moradores; no sentido estrada/praias tem-se: *Cabiúna*, *Roça Grande* (Sertões do Cambury), *Jambeiro* (sede da Associação Quilombola e da Escolinha Jambeiro) e *Praia* (região da marinha, onde Sr. Genésio construiu o cemitério da comunidade, atualmente ocupado pelo Camping Ypê).

⁴⁰ A alternância entre cultura marginal e cultura lateral ainda produz reflexos na configuração do território. A região do Cambury, por exemplo, ocupada no século XVIII por uma fazenda canavieira, foi abandonada pelo proprietário quando, no início do século XIX, a cana-de-açúcar entrou em crise. Os escravos daquela fazenda tomaram o lugar dos antigos proprietários e passaram a viver uma economia de subsistência, em que os “mínimos vitais” da dieta alimentar vinham da agricultura e da pesca. As mudanças na configuração do espaço nos últimos 40 anos conflagraram um conflito que é fruto dessa alternância *marginal/lateral*: a praia e suas imediações foram ocupadas por pessoas de fora que chegaram no final dos anos 1960 e início dos anos 1970; as populações tradicionais, criadas com autonomia, vivem hoje nas encostas da serra, e resistem a inserir-se num sistema que as marginaliza. (OLIVEIRA, 2001: 47)

Quando visitei o quilombo, ainda não fazia ideia da transfiguração territorial que ocorrera no bairro do Cambury, com o processo de venda e compra de terra, intensificada nos últimos 40 anos. Sr. Salustiano confirmou que sua família foi obrigada a mudar para as encostas da serra, assim como os membros da família Firmino que habitavam uma área no canto esquerdo da praia. Com a venda da maior parte desta área para os grileiros, as famílias expulsas foram “abrindo nova área”,⁴¹ espaço para sítio e moradia no sertão, próxima à rodovia Rio-Santos, e longe do mar. Com efeito, nota-se que há dois grandes grupos sociais que habitam o bairro rural de Cambury: *caiçaras*, na praia e no sertão; *quilombolas* no setor Jambeiro. É assim que são denominados, tanto por eles quanto pelos de fora de comunidade: uma grande família, formada de caiçaras e quilombolas.

A realidade estudada por outros estudos científicos realizados sobre o mesmo contexto social assemelha-se neste aspecto com o caso de Cambury (GUSMÃO, 1995: 30; MANSANO, 1998; SILVA, 2004; 2008); sem ignorar a problemática suscitada por Bauman, da impossibilidade da comunidade, na modernidade líquida,⁴² empregamos aqui o termo *comunidade*, apenas no sentido que se refere ao “conjunto de moradores que participam das atividades comuns ao bairro”. Com isso, a área do bairro rural foi tomada no sentido de *comunidade-bairro*, denotando o espaço físico e social dos sítios: “A ‘comunidade-bairro’ tem como conteúdo o conjunto de relações entre moradores da área territorial específica, unidos por sentimentos ligados ao parentesco, à localidade, à vizinhança [...]”. (GUSMÃO, 1995: 32)

Entretanto, para os moradores de Cambury, o fato de se autodenominarem e serem denominados de *comunidade* parece relativamente recente. Na década de 1980, um grupo de ativistas políticos veio ao bairro para estimular a população a se organizar politicamente a fim de se defender da ameaça de expropriação de suas terras; na ocasião foi criada a

⁴¹ A expressão “abriu uma área” costuma ser utilizada pelos moradores do Cambury para indicar que, para ocuparem uma nova área dentro do bairro, era necessário abrir uma clareira na mata. (MANSANO, 1998: 39)

⁴² A unidade e homogeneidade da *comunidade* dependem do bloqueio do fluxo de comunicação que por ventura possa estabelecer-se entre os membros da comunidade e os outros, entre os “de dentro” e os “de fora”. Essa unidade hoje encontra dificuldade de sustentação “quando o equilíbrio entre a comunicação *de dentro* e *de fora*, antes inclinado para o interior, começa a mudar, embaçando a distinção entre *nós* e *eles*”. As condições para a existência da comunidade se esboroam quando a comunicação entre os de dentro e o mundo externo passa a ter peso maior que as trocas mútuas internas. Essa “fissura” nos aparatos de proteção da comunidade surge com o “aparecimento dos meios mecânicos de transporte” e consequente dinamização do fluxo de informação entre pessoas participantes de coletividades diversas situadas distantes umas das outras. Tal fluxo informacional gera tensão entre o “conhecimento internamente disponível” e o repertório de códigos de reconhecimento mútuo que definiam o “entendimento natural”. Informações alternativas podem circular tão rápido quanto “as mensagens orais originárias do círculo de mobilidade humana natural; a distância, outrora a mais formidável das defesas da comunidade, perdeu muito de sua significação”. (BAUMAN, 2003: 18)

Associação dos Moradores e Amigos do Cambury (AMAC). A ameaça vinha do interesse de grandes compradores de terras, turistas querendo adquirir lotes, e também da expropriação do uso da terra, fomentada pela implementação do Núcleo Administrativo de Picinguaba/PESM. Dessa época em diante, os moradores de Cambury se tornaram a *comunidade de Cambury*, termo que, segundo eles, confere maior força política ao grupo para continuar lutando pela posse, titulação e uso efetivo das terras, conforme relato de um caiçara que mora na praia:

O pessoal preciso se organizá porque tava vindo muito invasô, invasões né; o pessoal comprando muita terra. Tinha muita gente entrando, entrando aqui pra dentro. Então eles tava expulsando os caiçara, só eles tava tendo poder, os caiçara não tava tendo poder de nada. Os caiçara não conseguia fazer nada, só acontecia o lado deles. Só melhorava o lado dos turista que comprava terra de alguns caiçara daqui. Então a gente criou uma Associação prá ficar mais forte, prá podê se defendê. Nós tivemos ajuda de uns político que ajudaram nós a legalizá a Associação no cartório e criar o Estatuto. Desta época e com a chegada do Parque nós passô a chamá também comunidade. A comunidade não era antes comunidade. Esse nome a gente começou a usar assim pra se defendê do Parque... Nós se tornamo comunidade tradicional [risadas]. Antes a gente era o Cambury, as família. [sic] (MANSANO, 1998: 41, transcrição literal)

O termo *comunidade* foi instituído por vozes vindas de fora; até pouco tempo atrás o importante para o grupo era o fato de serem *parentes*, “uma família só”. Ser *parente* – categoria de dentro – passou a ser menos importante na garantia do acesso à terra que ser *comunidade* – categoria de fora. Entretanto, não foi sempre assim, segundo a memória relatada pelo grupo e até pouco mais de quarenta atrás, quando o que realmente garantia o acesso à terra era o parentesco. Os caiçaras de Cambury fazem questão de contar que o tempo de hoje tanto quanto o modo de viver no bairro, não são os mesmos de outro tempo. Quase sempre se remetem ao passado para falar do presente, sobretudo os mais idosos que, ao falar de suas experiências, costumam dizer: “Hoje nós é chamado comunidade, mas não foi sempre assim”, ou “Antes o que mandava aqui era ser parente”, ou “A terra antes podia ser usada por todo mundo e o caiçara tinha sua demarcação própria”. Os dias de hoje são refletidos com patamares no passado, conforme explica Mansano, que construiu o diagrama de parentesco do Cambury, buscando recuperar o que lhe foi narrado sobre a história do “tempo dos Antigo”. (MANSANO, 1998: 41 e 60)

Luta pela memória: primórdios do Cambury

“Somos nós que, ao construirmos o passado, atribuímos um sentido ou vários sentidos para os documentos, o que significa construir a história”. (MATOS, 1992: 153)

De acordo com um dos estudos pioneiros realizados sobre a formação do bairro, na década de 1960, o dono da Fazenda Cambury era Manuel de Oliveira Santos, um migrante português que durante o ciclo da cana de açúcar estabeleceu-se na região, hoje o bairro do Cambury, construindo um engenho para processar o açúcar e a aguardente de cana, usando para tal a mão de obra escrava. (CERQUEIRA, 1966)

Devido aos períodos de altos e baixos que configuram a economia do litoral paulista e sul fluminense, muitos proprietários abandonavam suas terras e seus escravos e migravam para o interior do estado. Isso pode ser o que aconteceu com Manuel de Oliveira Santos e também com o proprietário da Fazenda Picinguaba que, com a crise da indústria açucareira no início do século XIX, vieram a abandonar suas terras deixando-as à mercê de seus escravos. Estes ex-escravos teriam se estabelecidos na área, formando um pequeno aglomerado de famílias. De acordo com o censo de 1824, a Vila de Picinguaba somada à de Cambury possuía 31 fogos. Relatos orais apontam para o fato de que a família mais antiga do bairro foi constituída pelo ex-escravo Basílio – o que poderia vir a confirmar esta versão da história.

Para o patriarca quilombola e líder comunitário do Cambury, Sr. Genésio dos Santos, não tem sido fácil o processo do reconhecimento de suas terras como remanescentes de quilombo;⁴³ em grande parte, o problema está na própria comunidade, que não está unida, talvez influenciada por vozes externas que manipulam a consciência dos homens simples no dia a dia, conforme ele mesmo conta:

Na história do quilombo, hoje nós estamos aguardando um esclarecimento para que o governo possa representar por nós. Pela lei do quilombo, não pode entrar ninguém aqui. É uma lei que passa a terra de pai para filho, filho para neto, neto para bisneto... Não pode entrar ninguém de fora, e também não pode

⁴³ A Fundação ITESP deu início, em agosto de 2001, ao processo de reconhecimento da Comunidade dos Remanescentes do Quilombo do Cambury. Há dois relatórios minuciosos que atestam se tratar de remanescentes de quilombo, no entanto, outro grande problema pode impedir e engavetar todo o processo: o fato 80% da comunidade não se reconhecer como remanescentes de quilombo e só 20% lutar pelo reconhecimento. Entre estes, há agregados, ou seja, nem todos são nascidos no lugar, mas foram aceitos pela maior parte do grupo e hoje integram a Associação de Moradores da Comunidade de Cambury. O fato de 80%, segundo o ITESP, não se auto definirem como quilombolas impede a continuidade do processo de reconhecimento e legitimação da terra como de quilombo, uma vez que faz parte do processo a autoidentificação em primeiro plano.

vender. É uma garantia. Nós sabemos que a terra é do governo, ele está nos dando o direito, com garantia dele, assinado documentação, que a gente viva aqui até o final. Nem todos querem. Metade quer, outra metade não quer.⁴⁴ Muitos não entenderam ainda. Eles acham que a terra é deles porque nasceram ali. Mas só não tem nada para mostrar a garantia que eu sou dono; para isso eu tenho que mostrar uma documentação. Concordo que é do governo, então nós estamos trabalhando para o governo ceda dele para nós. (Genésio dos Santos, entrevista concedida em 07.11.2000, *Apud* MERLO, 2005: 226-27)

Mesmo convalescente, observamos que o Sr. Genésio, entremeando a narrativa com a política ambiental, demonstra lucidez em sua fala. Como narrador, ele próprio interpreta, à luz de sua experiência, o que representa a implantação do Parque e como essa situação serviu para criar cisões dentro da comunidade:

O tombamento da terra é um lugar onde não pode ter moradores. O Cambury era fazenda de escravos. Nós aqui somos netos, bisneto de escravos, temos o direito a esse lugar. Só que os mais jovens não estão unidos, não se preocupam com os problemas e em manter as tradições. Esse negrão aqui vos fala não sabia direito desse negócio de quilombo. Passei a conhecer melhor isto por causa dos pesquisadores, escritores que vinham aqui perguntar sobre o passado, os escravos, coisas e tal. E o pior é que a própria gente daqui não quer que a comunidade vire quilombo. Essa é nossa luta. Não é só com as autoridades, é com o próprio povo daqui do lugar. Tem gente aqui vendendo a sua terra para gente de fora. Não acredita no governo; dizem que o governo só manda polícia e não deixa fazer nada, e agora não vai deixar nem vender a terra... O pessoal prefere vender a terra e trabalhar de caseiro nos condomínios. (Sr. Genésio, Quilombola, Cambury, 8.11.2001)

Nesta luta permanente pela memória, os relatos orais dos idosos costumam apontar outra versão para explicar a origem dos primeiros moradores de Cambury. Vários escravos fugidos da região de Paraty formaram um grupo e, liderados por Josefa, vieram por trilhas no interior da mata e se estabeleceram em uma gruta no alto da Serra, denominada pelos moradores de Toca da Josefa.

Existia uma senhora que caçava bicho do mato. Isso muito antes de eu nascer, meus avós já contavam pros meus pais e eles contaram pra mim. Essa mulher vinha de Trindade (RJ) aqui caçar, vinha. Quando ela e seu grupo vinha caçar em Cambury ficava numa toca ali em cima, que a senhora ainda pode ver os restos de lenha queimada. Ela era negrona assim como eu. Ela vinha pesca marisco aqui na praia. Depois eu acho que ela se mudou praquela toca com seu bando. Aqui pra baixo também tem a Toca do Tiporo que era um senhor antigo a que do lugar. Ele contava as histórias do tempo da escravidão.

⁴⁴ O problema da desunião do grupo foi apontado por Sr. Genésio dos Santos. Há pessoas que ajudaram a construir a Associação do Quilombo de Cambury, há também pessoas de fora que não participam de nada e outras pessoas de fora que ajudam na luta. Mas a maior preocupação diagnosticada no terreno é o conflito de interesses, falta de transparência e, sem dúvida alguma, a desunião; todos concordam que este é o ponto fraco e onde o elo pode se romper, fato também apontado por outros pesquisadores que consultaram os membros do ITESP. (MERLO, 2005: 227)

Aqui tem uma toca que trata da Toca da Josefa, é aqui mesmo em cima de morro. Ainda tem carvão lá do tempo da escravidão. A Josefa foi uma escrava saída da tribo de Paraty, que saiu fugida junto com seu bando. Eles vinham pescar aqui na prata, tirar marisco das pedra. Foi na época da escravidão. Nós tinha aqui uma tia, nós tratava de tia né, que chamava Josefa. Ela aproximadamente, se ela fosse viva hoje tinha uns 200 anos. Ela vivia assim na mata virgem matão ai pra cima e era uma escrava. Hoje você encontra por ai uns buraco, grande assim de uns dois metro que ela fazia. Ali era onde ela pegava a caça. A caça passava ali e caía no buraco... Ela cobria o buraco de vara e folha, a caça não sabia e caía no buraco. No outro dia cedo ela ia lá e tirava, matava e fazia a comida dela nas mata mesmo por ai. Comia a caça com palmito.

Este último relato é de um descendente do Basílio, que afirma ser Josefa sua parenta e em conversa com a descendente mais antiga dos Basílio ainda viva, mãe do relator, o parentesco foi confirmado, segundo ela, e ex-escrava Josefa teria chegado ao lugar há 195 anos. A negra Josefa, na narração do Sr. Genésio, demonstra seus dotes, entre a rebeldia e astúcia. Também é a mulher, a personagem marcante na comunidade de Cambury, assim como nas lembranças dos quilombos de Caçandoca e do Campinho, igualmente formados a partir da iniciativa de mulheres que fugiram da escravidão nas fazendas. Por meio de Josefa, uma mulher guerreira, corajosa, heroica, indomável, o negro que narra e conta, mostra-se liberto em suas próprias terras:

A Josefa morava sozinha na toca. Quando faltava alimentação, ela descia na povoação aqui embaixo para arrumar o que precisasse, comprar. A alimentação dela era pegar bicho do mato, pegar queixada, onça, tatu, vaca, todo bicho que passasse... Então ela fazia as armadilhas, pegava os bichos para se alimentar. É também da época, e essa toca existe até hoje. Foi levado até jornalista nesta toca. Fica aqui no centro do coração de Cambury, em cima, na mata, mata fechada, mata virgem. Não tenho na ideia de quanto tempo, mas viveu muito tempo nessa toca. O título lá é Toca da Josefa. Ela caçava, ela saía para o lado de Trindade, ela pegava esses bichos grandes, negociava com alimentação de outra espécie. Pegava os queixadas, os porcos, limpava. Fazia troca. Trazia aqui embaixo mesmo. Naquele tempo dos meus avós, meus tios antigos... Trazia a caça da mata e levava negócio de arroz, feijão, levava lá para cima. Muitas vezes levava peixes. Ela não tinha medo de nada, era bicho do mato mesmo.

Independente da existência real de uma ou de outra versão levantadas acerca da origem dos primeiros moradores de Cambury, consideramos as duas versões como essencialmente legítimas, posto que, suas diferenças se dão por terem sido construídas a partir de referenciais diferentes. Os moradores do Cambury não citaram a tal fazenda nas entrevistas concedidas a Mansano (1998), porém mencionada por Cerqueira em seu livro (1966). Parece evidente tratar-se de uma “luta pela memória”, a qual nos remete à reflexão primordial sobre os patamares de construção da memória, de acordo com a voz e o tempo e

o lugar de onde ela é emitida. Para alguns, a memória do grupo parece estar construída no patamar da liberdade e não da opressão (RODRIGUES, 1996; GUSMÃO, 1995), pois em alguns momentos até falam serem descendentes de escravos, mas referem-se a eles com marcas eufóricas e valores positivos, como se a condição de cativo fizesse parte do passado: “ex-escravos, escravos fugidos, negros valentes e fortes que moravam logo ali no morro”. Falar da Fazenda Cambury seria falar de um tempo de sofrimento, no qual trabalhavam forçados, oprimidos, tratados como inferiores. Em vez disso, falam de Josefa, a “escrava fugida”, que lhe é motivo de orgulho devido a sua coragem e valentia. (MANSANO, 1998: 58)

Entrada da Toca da Josefa, opção de turismo cultural.

“O medo dessa mulher foi tanto que ela não quis nem ficar na povoação”.

[...]

“Ela se aproximou da mata da serra para ter sossego. Ela se comunicava com os bichos, com as onças e com o guechado e nenhum deles perseguia ela”.
(Sr. Genésio dos Santos, homem-memória do Cambury, 86 anos)

A memória está essencialmente na base do desenvolvimento das coletividades e dos indivíduos. Operando entre inclusão e exclusão – entre lembrança e esquecimento –, ao serem escolhidos os conteúdos e formas de expressão que deverão ser retidos e transmitidos, trava-se o que Le Goff (1984) denominou como “luta pela memória”. Tal “luta” resulta na reintrodução, pela linguagem, do repertório das experiências humanas dos vários grupos sociais ao patrimônio simbólico. Sob esse enfoque, as memórias dos sujeitos podem constituir arsenal de força e resistência, “forma de testemunho que impõe limites à tirania ou à ditadura das imagens coletivas”. (SCHMIDT & MAHFOUD, 1993: 285-98) A história oficial ocupou-se em não deixar traços e queimou a documentação relativa ao período da escravidão, por ordem do renomado jurista Rui Barbosa (e outros adeptos desta mutilação da materialidade histórico-cultural). Ademais, as gerações de descendentes quilombolas que sucederam os primeiros escravos fugidos e libertos conservam, por razões evidentes, pouca memória coletiva do período da escravidão.

Há, pois, controvérsias sobre a origem da comunidade de Cambury. A história-mito narrada pelo caiçara de Cambury não coincide na íntegra com a história oficial, assim como a história local deste grupo não é idêntica à macro história regional, nacional e mundial, apesar daquela ser intimamente influenciada por esta. A compreensão da existência caiçara de hoje fundamentou-se na compreensão das particularidades desta história local, narrada pelos moradores locais durante o encontro etnográfico. De Josefa até o Sr. Genésio, o tempo se faz bastante longo “quase duzentos anos” e a narrativa da vivência que permeou esse tempo foi moldada por frases do tipo “aquele tempo que não volta mais”. Da fartura à miséria, da liberdade (mesmo provindos de um tempo de escravidão) à opressão, da época em que “o que importava era que nós era parente”; a vivência local é narrada como se tivessem vindo do “Paraíso” para o “tempo de sacrifício”. Quando abordado para uma conversa, Sr. Genésio é capaz de passar horas a fio, narrando e tecendo comentários acerca do que ocorreu outrora com seus vizinhos, parentes ou não. Suas lembranças situam-no entre o mar e a mata, revelando as faces desse lugar como um narrador quilombola. Lembra que antes dava para viver entre os afazeres da roça e a labuta do mar, mas hoje isso não é mais possível:

Uma época fica no mar, na pesca, e depois tinha uns quatro meses para plantar a roça. Cambury é mar aberto. E também a pesca mudou muito, não dá mais dinheiro como antes, falta peixe. Fora isso, não tenho mais barco, quase ninguém tem aqui. Não pode mais tirar madeira para fazer canoa, é proibido pela Florestal.⁴⁵ Como aqui é mar aberto, tem que ter barco mais equipado para ir mais longe.

⁴⁵ Referem-se aos agentes do Parque Estadual e, principalmente, à Guarda Florestal. Esta última representa a polícia com toda a negatividade que este termo tem, sobretudo quando *autoritarismos* impedem os caiçaras de realizarem suas roças e continuarem em seu modo tradicional de existência. A Polícia Florestal está sempre presente, multando e intimidando a todos na comunidade: “Os moradores denominam como ‘Florestal’ todos os agentes de órgãos governamentais ambientais: a Polícia Ambiental (ex-Florestal), os técnicos do Departamento de Proteção aos Recursos Naturais (DEPRN-SMA), os guardas parque do Instituto Florestal, entre outros”. (MERLO, 2005: 224)

Primeiros vínculos com os “parceiros do Rio que Muda”

O processo de implantação da *Estação Memória Cambury* ocorreu de modo gradativo, no ritmo e tempo dos sujeitos locais. Os diálogos com os sujeitos iniciaram em Junho de 2011 e se prolongaram até o dia 16 de Abril de 2013, data em que entregamos aos moradores abaixo-assinado por melhoria da saúde pública no bairro. No geral, realizamos 10 (dez) visitas ao Quilombo de Cambury, Ubatuba-SP, totalizando 67 dias de convivência,⁴⁶ sempre variando os locais de acampamento para se aproximar dos sujeitos.

Participaram da fase inicial quilombolas e caiçaras idosos (Sr. Genésio, Sr. Salustiano, Sr. Leonel, Sr. Miguel da Cruz, D. Catarina, Tia Alcina e D. Maria Laureana). Nas primeiras visitas ao Quilombo, mantivemos longas conversas com os irmãos Leonel e Salustiano dos Santos, à beira do rio ou no quintal, nas tardes ensolaradas do inverno daquele ano. A 1ª visita aconteceu entre 22 e 25 de Junho de 2011, quando dois eventos importantes alteravam o cotidiano da comunidade: a *Corrida de canoas* e a *Festa de São João*. A 2ª visita aconteceu duas semanas depois, 9 a 13 de Julho, ocasião em conversamos com Sr. Salustiano, D. Maria e Sr. Miguel da Cruz e também registramos imagens da paisagem do entorno (cachoeiras, rios, montanhas e poços etc.).

⁴⁶ Todas as viagens exigem preparo físico e disposição; geralmente, costumamos carregar 60 quilos de bagagem (barraca, lona, fogão de 2 bocas, botijão de gás, colchonete, toalha, roupas, *notebook*, 4 panelas, talheres, pratos, facão etc.), dividida entre 2 pessoas, a melhor alternativa para vencer a estradinha de 3 quilômetros é recorrer à carona benevolente de alguém; o transporte público é precário e a maioria das pessoas que mora na comunidade não possui automóvel, nem mesmo bicicletas; o terreno é acidentado e íngreme e não favorecem o uso.

Lembro que, depois de esperar em vão pela abertura da Escolinha Jambeiro, voltei para a barraca, onde estava acampado, no quintal do “Néio”. Nesse dia recebi a visita de seu irmão mais velho, o Sr. Salustiano (24/06/2011) que me contou o seguinte: “—A nega Josefa morou até o fim de sua vida em uma toca. O senhor sabia?”. Ele pegou um pedacinho de pau e, desenhando alguns traços no chão de terra, disse-me que ela era valente e construía armadilhas inteligentes — espécie de alçapão que ele desenhava no chão — que garantiam a sua sobrevivência e a dos demais libertos. “— Diz que inda tem marca de carvão na toca, do tempo da escravidão [...] Ela era uma negra bonita. E também era a única pessoa do grupo que descia de tempos em tempos à praia para pegar mariscos, peixes e outros alimentos”. Destacava-se como líder dos aquilombados e foi quem deu origem ao quilombo no sertão do Cambury, em Ubatuba-SP.

No período da noite, Sr. Salustiano (68 anos) fazia questão de contar que também havia trabalhado na construção da BR-101 (atual Rodovia Mário Covas), quando era mais jovem. Nessa época, a movimentação atraiu para a região grileiros, especuladores e empresas que usaram todo tipo de violência para expulsar as comunidades tradicionais da região, incluindo os pais dele e do Sr. Genésio dos Santos.⁴⁷ Além de ser quilombola e agricultor, ele também se orgulha de ser pescador. Quando participou da corrida de canoas, em 24.06.2011, Sr. Salustiano falou sobre as décadas de 1980 e 1990; segundo ele, Cambury era um bairro muito visitado por turistas que utilizavam as areias da praia para a prática de *camping*; hoje essa prática está proibida pela legislação, mas ocorria, entre outros motivos, por causa da escassez de opções para hospedagem na localidade, problema que persiste até hoje, conforme lamentou profundamente Sr. Genésio, que gostaria de oferecer acomodação adequada aos visitantes do Cambury, nem que fosse o último sonho realizado em vida.⁴⁸

⁴⁷ A comunidade foi alvo de diversos processos de grilagem e compras ilegais de posse, especulação imobiliária etc. No início da década de 1970, 80% do território do Cambury estava sob o domínio e posse de dois grandes “compradores” de terra, Francisco Munhoz e José Bento de Carvalho, que expulsaram os antigos moradores. Assim, estes foram obrigados a se deslocar para áreas mais íngremes, de mais difícil acesso, ou se mudaram para outras cidades do litoral paulista. A criação do Parque Nacional da Serra da Bocaina (1972) e do Parque Estadual da Serra do Mar (1977) nas terras da comunidade também trouxe, segundo a maioria dos moradores, uma série de restrições para a prática da agricultura e do extrativismo (palmito juçara, por exemplo).

⁴⁸ Se por um lado a vinda desses turistas tem sido a única opção de geração de renda ao longo do ano, por outro, a renda arrecadada é pequena em função da desorganização da atividade empresarial. O que antes era visto como uma possível fonte de renda para alguns membros da comunidade, hoje é visto como um problema crescente a cada ano, principalmente por quem não se beneficia dessa atividade diretamente. Os turistas têm trazido problemas como a contaminação dos rios e por consequência da praia, brigas por alcoolismo, tráfico e uso de drogas abertamente em meio aos moradores, e acirramento de antigas disputas familiares, por privilégios relacionados à posição de terras atraentes aos turistas, sobretudo para acampamento.

Em sua opinião, todos os turistas são bem-vindos, com uma condição: que venham ao Cambury para descansar, desfrutar as belezas do local ou venham com vontade de ajudar a comunidade que passa por enormes dificuldades. Do contrário, “Se fô prá fazê bagunça, é mió qui num venha!”. Esta passagem de conversa foi extraída de gravação realizada em 25.06.2011; nesta data também tive a felicidade e o prazer de agendar uma pescaria com Sr. Salustiano, a fim de aprender um pouco de seu ofício diário. A pescaria ficou marcada para a Semana da Independência, entre 7 e 10 de setembro de 2011. Não poderia faltar com a palavra. Quando retornei ao quilombo, cumpri a promessa e providenciei a compra de anzóis (tamanho médio), chumbinhos (300 gramas), linhas de nylon (120 mm e 50 mm), mas faltou a isca para a pesca de garoupa: as sardinhas. Lembramos mais tarde que nesta época do ano é proibida a pesca de sardinhas. Fui até Paraty e informaram que retornaria em fins de agosto. Sr. Salustiano compreendeu a situação... A maré não estava prá peixe!!! Todavia, o episódio teve implicações significativas, e a sua análise mereceu a nossa atenção.⁴⁹

Diálogos com Sr. Salustiano, interlocutor e protagonista das Oficinas de Memória.

⁴⁹ Este fato, embora trivial, teve enorme relevância para a análise do mediador cultural, de cuja acertada leitura do mundo imediato depende também o êxito da inter-relação pessoal. Daqui extraímos o entendimento do valor da palavra oral, do começo de um diálogo, que poderia tanto resultar em relação fidúcia mútua, ou de desconfiança, o que seria mais natural, em se tratando de contextos sociais, com histórico de expropriação e manipulações. Além disso, cumpre respeitar a rotina cotidiana, sem “roubar o tempo das pessoas” que normalmente desempenham suas atividades diárias como trabalhar, pescar, visitar o roçado, limpar o quintal, entre outras, respeitando as condições do tempo e de disponibilidade dos idosos. Muitos deles afirmaram que já se sentiram logrados por outros pesquisadores que roubaram o seu tempo da roça e sumiram após o término das entrevistas.

Depois de pacientemente ouvir os relatos dos idosos, chegávamos à conclusão de que as condições de vida da comunidade, extremamente precárias, mereciam mais atenção do poder público, não o abandono, a omissão. A energia elétrica chegou apenas recentemente (2007-2008), via Programa Luz para Todos, do governo federal. Infelizmente a comunidade sofre muito por que ainda não dispõe de rede de saneamento básico, nem de água devidamente tratada. Nota-se evidentemente que a economia tradicional foi desorganizada, e ela enfrenta enormes dificuldades para praticar a agricultura, a caça e a pesca: atividades básicas para a sua sobrevivência física e cultural.

Não só as culturas tradicionais (caiçara e quilombola) de Cambury, mas também de outras regiões do país, encontram-se seriamente ameaçadas pela lógica global do mercado imobiliário e turístico. Conforme constatamos neste “exercício etnográfico”, a luta das comunidades quilombolas do litoral norte pela reconquista de suas terras esbarra numa situação fundiária bastante complexa, envolvendo disputas com grandes empresas imobiliárias, como a Agro Comercial Ipê Ltda. que, deliberadamente, se apropriou do espaço que pertence à Marinha e já demarcou diversos pontos do bairro do Cambury. As atuais políticas públicas para a região são de caráter vicário. O poder público do município tem sido omissos, enquanto políticos de ocasião manipulam a população propalando iniciativas demagógicas, quase sempre favoráveis aos interesses do capital imobiliário. Assim, o acesso à educação, tecnologia e à própria saúde ainda constitui um grande desafio às comunidades quilombolas; elas precisam lutar pela posse definitiva da terra e, a partir desse ponto, uma vez reconhecidas legalmente, buscar melhorias para a população que já enfrenta outro problema relacionado ao processo de “favelização” das comunidades tradicionais do litoral do Estado de São Paulo.

Antiga moradia do Sr. Leonel (a casa caiu sobre corpo, mas ele não se feriu)

Interior da Casa de Farinha, morada provisória do Sr. Leonel (contador de estórias)

A quinta visita, ocorrida entre os dias 5 e 23 de abril de 2012, foi das mais importantes, porque estávamos com dificuldade de acessar o homem-memória do Cambury, vitimado por um derrame cerebral em 2011; ele estava sendo tratado fora do bairro. É o líder comunitário mais ativo do lugar, responsável por criar o cemitério, participar e liderar as reuniões, reivindicar os direitos e por ter ajudado a fundar a Associação dos Remanescentes Quilombolas do Cambury.

Sr. Genésio, na casa da farinha, 2008.

Em 2011, um derrame o deixou cadeirante.

Sr. Genésio é uma pessoa que sempre ajuda a manter viva a memória do Cambury com suas rodas de conversa com turistas que visitam o lugar. Por isso, resolvemos bater um papo sobre o assunto. Fomos recebidos gentilmente em sua casa. Ele estava em uma cadeira de rodas, muito lúcido e falante. Indagamos primeiramente sobre sua saúde, depois falamos sobre Cambury. Contou que corria um processo na justiça movido por ele, pois o seu pai foi um dos ludibriados pelos grileiros de terra, que já sofrera várias ameaças para deixar o local, mas prefere morrer lutando, incansavelmente, para preservar a cultura de Cambury. Os diálogos com os mais velhos ganhavam mais força...

A grande alteração no modo de vida da comunidade só ocorreria, contudo, a partir dos anos 1960-1970, causando fissuras no tecido social, cultural e até do modo de vida da comunidade. Seus membros abandonam ou vendem a terra em que vivem, assalariam-se nos núcleos urbanos, exercendo atividades na construção civil ou naquelas relacionadas com o turismo, que começa a intensificar-se com a abertura das estradas. Nos anos 1980, as propriedades do Cambury passam a ser vendidas; não mais aos grandes especuladores,

mas à classe média, que busca realizar o “sonho dourado” de ter uma casinha na praia, onde possa passar férias e feriados prolongados ou, então, como uma forma de obter ganhos adicionais nas temporadas, alugando sua residência para veranistas.

Nos anos 1990, o Cambury foi descoberto como lugar alternativo, atraindo centenas de barraqueiros (“farofeiros”, “bichos-grilos”, “rastafáris”, “hippies” etc.), que acampam nas praias e próximo dos cursos d’água, sem a menor infraestrutura sanitária, provocando prejuízos ao meio ambiente e, por vezes, dando origem a inúmeras doenças de veiculação hídrica, como hepatite, dermatite, gastroenterite, cólera, febre tifoide. Um detalhe interessante é que nesta época eu costumava acampar nesta região por considerá-la agradável para o descanso e o desfrute da natureza; até então desconhecia a existência do Quilombo na região e, quando indagava as pessoas da praia que conheciam o lugar, diziam que depois do Rio da Barra só havia uma “favela”. Comprovamos tal estigma, lendo o estudo feito por Candice F. Mansano (1998), que reconhece Cambury como bairro rural, mas os seus moradores são tratados apenas como “caiçaras”. De fato, são caiçaras, mas a história do quilombo tem pelo menos 200 anos, segundo Sr. Salustiano e Sr. Genésio.

Mesmo depois do reconhecimento e da profusão de conquistas dos últimos anos, algumas comunidades tradicionais continuam invisíveis para a sociedade... Quando não se sabe distinguir relações sociais dinâmicas no espaço, costuma-se nomear os “outros” como “favelados” ou “marginais”. Certo é que a paisagem do Cambury está *mudando*, sendo alterada pela absorção da diversidade, dos conflitos e outras correntezas, fazendo de suas vidas uma luta incansável, quase sempre, contra a maré.

△ *Relações de parentesco e atividades produtivas em crise*

“Eu, essa pessoa, Genésio dos Santos, que aqui fala com vocês é descendência de quilombo, é descendência de escravos. Eu fui uma pessoa que nasci e me criei aqui. Com a idade de 18 anos eu comecei para andar a vida do mar. Fazendo pesca em barco de pesqueiro até Vitória, Rio de Janeiro. Eu já fui até Brasília, tenho oito Estados do Brasil andados mas eu quero que o meu final seja aqui. Fundei o cemitério daqui, fui zelador. E eu quero fazer parte dele que fundei com a minha força, com a minha mão.” (Sr. Genésio dos Santos, 84 anos, grifo meu)

Tradicionalmente a etnia da comunidade do Cambury deriva-se da união conjugal dos descendentes diretos dos núcleos familiares de escravos e ex-escravos da localidade. Um aspecto que traduz a identidade comunitária é o processo de ocupação consensual da terra que noutros tempos não tinha valor de mercado. Os antigos moradores viviam tranquilamente das roças de subsistência, da caça, da pesca e da coleta de produtos da floresta e de plantas medicinais, cujos excedentes eram comercializados nas praças de Ubatuba e Paraty, onde, por sua vez, adquiriam os produtos de que tinham necessidade. Estes elementos de organização social e cultural mantiveram a comunidade coesa por mais de um século após a abolição; a primeira alteração no seu modo de existência ocorreu com a introdução da pesca industrial, no início do século passado, dado que parte de seus membros deixa a atividade agrária (roça, plantio, colheita) e comunitária para se empregar como pescadores embarcados, a fim de obter rendimento necessário ao seu sustento.

Até a década de 1960, quase a totalidade dos moradores do Cambury era formada por descendentes das famílias de escravos que fundaram a comunidade. Até esse período, o ingresso de pessoas de fora na comunidade dava-se através do casamento com um dos moradores, conforme disse Sr. Genésio dos Santos, na 2ª visita que fizemos ao quilombo. Com a intensificação da ocupação da região a partir da década de 1970, a presença de pessoas “de fora” no Cambury aumentou bastante: mochileiros, turistas, artesãos etc. Alguns desses se integraram à comunidade, outros não. A relação com esses moradores é por vezes de cooperação e por vezes conflituosa. Até a década de 1960, a população do Cambury vivia de roças de subsistência, da caça, da coleta e da pesca. Alguns produtos excedentes (pescado) eram vendidos ou trocados em Ubatuba e Paraty por produtos manufaturados. Com a criação do Parque Estadual da Serra do Mar e Parque Nacional da Serra da Bocaina, na década de 1970, proibiu-se o extrativismo vegetal. As imposições legais de corte de madeira trouxeram danos graves para a comunidade. Os pescadores não puderam mais tirar a madeira para construir suas próprias canoas, dificultando as atividades da pesca. Devido às restrições, o conhecimento e as técnicas de construção das

canoas acabaram se perdendo. Como resultado, atualmente a maior parte dos pescadores trabalha em barcos de terceiros.

A atividade agrícola diminuiu também; em função dos parques, não foi mais permitida a prática tradicional do “pousio”. Esta técnica consiste em abrir uma clareira em floresta virgem, cultivar a terra durante poucos anos e depois deixa-la em repouso, por longo período, para que se reconstitua. Com as restrições ambientais impostas pelos parques, as alternativas de subsistência e de geração de renda dos moradores ficaram muito limitadas e insuficientes para garantir a adequada manutenção da população. A pesca artesanal era a atividade mais importante para a obtenção de alimentos e também garantia empregos no inverno, quando os pescadores podiam trabalhar em grandes embarcações de fora. Um fato quase sempre destacado nas conversas por vários moradores (Benedito, Simão, Salustiano, Enoque, Leonel, Dona Maria, Dona Justina) é que há *escassez de peixes*. Expressões como “num tem peixe” e “num matamo peixe hoje” eram muito comuns, uma combinação de lamento e falta de novidade, como se a ausência dos peixes já estivesse se “naturalizando” nas falas desses sujeitos.

Contudo, ainda não se registra estudos científicos sobre as suas causas. A suspeita recai sobre o avanço técnico desenvolvimentista e há indícios de que a falta de peixes no Cambury esteja associada à construção da BR-101, que pode ter provocado danos ambientais ao bairro, sendo o principal deles o assoreamento do Rio da Barra, que deságua no mar. Essa hipótese também é apontada por alguns dos moradores mais antigos do bairro, que conheceram o rio. Alguns deles ainda guardam na memória o tempo em que seu estuário era um importante criadouro de peixes, conforme relata o quilombola mais idoso do Cambury, o Sr. Genésio:

“... o Rio da barra, era um rio rico, era peixe que ia do rio para o mar e do mar para o rio, quando a onda do mar esta muito forte, que não dava para pescadô saí para pescá de canoa, os caiçaras fazia pesca no Rio da Barra, e não era peixinho pequeno, era peixe grande, todo tipo de peixe, o Rio da Barra era rico para toda espécie de peixe. Agora a moça vê, hoje não tem mais nesse rio, por quê? Porque veio a Rio Santos, foi cortando a Serra e todo esse areião desceu para os rios e foi fazendo um aterro onde era a criação dos peixes. Hoje nem canoa entra, entrava barco a motor para tirá ostra do rio, hoje a moça passa de sapato e meia no pé, que é aqui na boca da barra e naquele tempo nós para passá, tirava a roupa, arrumava na cinta, punha na cabeça e atravessava de anado e vestia a roupa do outro lado. É o progresso!” [Senhor Genésio, 84 anos, quilombola de Cambury]. (SILVA, 2004: 142-43)⁵⁰

⁵⁰ Vale dizer, embora a pesquisadora insista em considerar Sr. Genésio um *caiçara*, é inegável a sua origem *quilombola*, sendo o ancião mais idoso do quilombo de Cambury, conforme evocamos na epígrafe inicial.

O artesanato ainda é praticado por alguns membros da comunidade, mas há dificuldades para comercializá-lo, apesar de algumas iniciativas terem impulsionado o interesse por esta atividade como forma de geração de renda. A alternativa é trabalhar fora da comunidade, na condição de caseiros nas casas de veraneio ou em obras da construção civil. Outra saída, adotada a partir de 2002, foi o investimento no turismo ecológico, na tentativa de melhorar as condições de vida da comunidade. O turismo desorganizado tal como vinha sendo praticado até então, além da bagunça e do lixo, trazia diversos malefícios para a população, ao poluir as cachoeiras e rios, além de espalhar o lixo pela praia e contaminar as nascentes.

Para dar conta dessa situação e fazer do turismo uma fonte de sustentação econômica e de geração de empregos, a comunidade, com o apoio de organizações não governamentais, foi implementado no bairro o projeto *Ecoturismo e Desenvolvimento Sustentável: o Passaporte para o Futuro da Comunidade do Cambury*.⁵¹ A região de Ubatuba dispõe de praias de areias brancas, ondas excelentes para o surfe, trilhas para cachoeiras, mirantes e praias desertas. E uma parte de toda essa diversidade (ambiental e cultural) também pode ser encontrada em Cambury. Há possibilidade de realizar os passeios de barco que levam até as praias, costões, piscinas naturais, locais excelentes para a prática de mergulho e cachoeiras que deságuam diretamente no mar. No período em que realizamos este exercício etnográfico, as atividades estavam paralisadas por falta de público. O início do inverno não atrai pessoas para a região, mas a população local conta com guias de ecoturismo treinados, que podem levar os visitantes aos diferentes cantos do Cambury e fornecer interessantes informações sobre a história local e a fauna e a flora da região. Há diversas opções de trilhas, cada uma com um grau de dificuldade diferente.

Para realizar as trilhas recomenda-se a contratação de monitor local autorizado. São jovens da própria comunidade, treinados para garantir a segurança e instruir sobre as características naturais e culturais da região. O Sr. Isaías Soares informou que, contratando

⁵¹ Preocupados em buscar alternativa para a melhoria das condições de vida da população, a Associação dos Moradores do bairro, a Associação do Quilombo do Cambury, o Instituto Gondwana, o Parque Estadual da Serra do Mar/Núcleo Picinguaba e a Comissão Pró-Índio de São Paulo uniram-se para elaborar e executar este projeto. Devido à beleza das paisagens locais, a presença de inúmeros atrativos naturais e o acesso relativamente fácil, a atividade turística intensificou por alguns anos, porém de maneira desordenada e descontinuada ao longo do ano. Embora constitua importante complemento de renda para as famílias locais, o turismo, como vinha sendo praticado, ameaçava a saúde dos moradores e degradava o meio ambiente. O projeto foi concebido com o objetivo de ordenar e incrementar o turismo já praticado nas terras do Cambury.

um guia autorizado, os visitantes “estarão dando a sua contribuição para a comunidade de Cambury e incentivando a preservação da natureza local”. A seguir, ilustramos o entorno paisagístico de Cambury, indicando algumas opções de trilha.⁵²

Trilha dos Poços: leva às cachoeiras do Rio do Cedro; ótimas para banho, passando pela Casa de Farinha, ruínas da Serraria do Inglês e casas típicas dos moradores locais. A duração é de aproximadamente 2h30 de caminhada (ida e volta). Nível de dificuldade: fácil.

Praia Brava: há uma trilha que liga a praia de Cambury à praia Brava, com duração de 3h de caminhada (ida e volta). Nível de dificuldade: fácil a médio.

⁵² As opções de trilhas a serem visitadas são: *Trilha da Toca da Josefa* - leva o visitante a uma toca, no meio da Mata Atlântica, que serviu de esconderijo à lendária escrava fugitiva Josefa e que possui um mirante natural de onde é possível avistar o mar. Próximo ao local, há ainda outros pontos de observação, como a Toca do Souza. A duração da caminhada é de aproximadamente 5h (ida e volta); *Trilha Cambury-Trindade* - leva à vila de Trindade, já no Estado do Rio de Janeiro. São aproximadamente 6 km de caminhada por dentro da Mata Atlântica; *Trilha do Corisco e do Cuscuzeiro* - levam a mirantes, de onde se tem uma excelente vista da região. A caminhada exige preparo físico, pois é longa e possui subidas íngremes.

O artesanato, uma das fontes de renda para o caiçara, é feito de matérias-primas locais. São cestarias, trançados para tapetes e redes, e objetos de barro. Os cestos são feitos quase sempre de plantas como o *imbé* e a *taquara*. As tranças são feitas de um arbusto chamado *embira*, de taboa – ou tabua – e também de palha. Da madeira, geralmente fabricam canoas, móveis, esculturas e alguns objetos menores, como conchas, cuias, colheres de pau e um recipiente grande e raso chamado gamela.

Atualmente, os caiçaras e quilombolas vêm sentindo cada vez mais as influências do mundo moderno. O contato com a nova ordem global faz com que estudiosos e os próprios habitantes atentem para mecanismos de preservação das tradições, dos valores e dos ambientes naturais dessas regiões. No entanto, não foi possível impedir a proximidade do homem urbano e com ela a mudança do estilo de vida ligado à natureza. A contribuição que esses povos têm dado à conservação da biodiversidade tem sido cada vez mais reconhecida e valorizada, dado o conhecimento que possuem da fauna e da flora e pelos sistemas tradicionais de manejo dos recursos naturais.

Entre as ameaças ao estilo de vida das populações praianas e ao próprio meio ambiente estão a especulação imobiliária nessas regiões, que leva as populações locais para longe da área costeira – muito valorizada – e dificulta suas atividades pesqueiras. O turismo de massa também tem sua parte de responsabilidade. Se, por um lado, a atividade incrementa a economia regional, por outro, quando não regulamentada e fiscalizada, põe em risco o equilíbrio nas matas e praias, a exemplo das epidemias de 2001, quando os turistas infectaram as nascentes dos rios. Em conversas com mulheres quilombolas, descobri que a primeira ação de desenvolvimento comunitário (e geração de alternativa de renda) partiu do TAMAR em Ubatuba, e teve início em 1998 no bairro Cambury. O trabalho foi realizado junto a um grupo de seis costureiras da comunidade para a confecção de “tartareias”, tartarugas de pano preenchidas com areia, vendidas com grande sucesso nas lojas do TAMAR em Ubatuba. As costureiras recebem assessoria constante para facilitar o processo de confecção e melhoria da qualidade do produto, através de visitas e reuniões frequentes da equipe de autossustentação.⁵³

⁵³ Também foi instalado um rádio VHF na comunidade o que permite a comunicação com a Base para assuntos relativos às tartarugas marinhas (captura acidental) e à confecção de “tartareias”, além de ser uma forma de repasse de recados importantes para pessoas da cidade (por exemplo, no transporte de pescado, urgências médicas e policiais etc.).

Na praia do Cambury, o Projeto TAMAR mantém parceria com a comunidade pesqueira, que participa ativamente das atividades de conservação de tartarugas marinhas desenvolvidas pelo Projeto em Ubatuba. No local, existem dois cercos de pesca que, frequentemente capturam acidentalmente tartarugas marinhas e esta captura é comunicada aos pesquisadores do TAMAR que vão até o local fazer o registro dessas ocorrências e consequente tomada dos dados biométricos e marcação com anilhas desses animais.

Andando pelas trilhas do Quilombo, notei que não são poucos os moradores de Cambury que produzem e vivem do artesanato. Em época de temporada, por toda parte é possível ver expostos estes artefatos construídos manualmente por caiçaras e quilombolas: tartarugas, lagostas, garças e barquinhos, esculpidos em madeira macia encontrada na região, bolsas feitas com sacolas de supermercado, camisetas com ilustrações locais pintadas pelas próprias crianças do quilombo, e diversas outras peças.

Mulheres e crianças produzem “tartareias”.

Artesanato produzido por Joel, caiçara.

Conversando com artesãos, de passagem pelo local, foi possível notar que dominavam técnicas mais sofisticadas; embora estivessem um pouco alcoolizados, explicaram que houve por meio desta iniciativa uma troca de saberes entre moradores locais e artesãos nômades que costumam ensinar suas técnicas, às vezes simplesmente em troca de uma guarida provisória. Os artesanatos confeccionados pela comunidade podem ser expostos por eles na frente da própria casa, na praia em época de verão. A informação que corria sobre tais construções é que qualquer morador poderia usar, a qualquer momento, a loja para expor artesanato. Pelo fato de a visita ocorrer fora de temporada, na ocasião em que estivemos no local (inverno), o local estava abandonado. Já o Centro Comunitário Ecológico passa por reformas e aguarda definição sobre a sua utilização.

Produção artesanal de cestaria, por Alcides Alves, quilombola e agricultor do Cambury

Em uma conversa de bar, mantida no dia 23.06.11, fomos informados por Isaías Soares, morador próximo, que a lojinha e o Centro Comunitário da praia de Cambury tinham uma particularidade: foi uma iniciativa da ONG Bamboostic,⁵⁴ que empregou a mesma técnica de bambus ensinada pela ONG aos moradores, havendo aqui também uma recíproca troca de saberes, embora os interesses não tenham ficado muito claros.

Centro Comunitário Ecológico construído pela ONG belga Bamboostic em 2004.

⁵⁴ *Bamboostic*: esta ONG belga iniciou seu trabalho em Cambury no ano de 2004. Foi construído um Centro Comunitário totalmente ecológico, em parceria com a comunidade do Cambury e o Instituto Florestal, em uma área cedida pela Prefeitura Municipal de Ubatuba. Uma equipe de trabalhadores da comunidade do Cambury recebeu capacitação para todas as técnicas utilizadas para esta construção.

Para encaminhar a luta pela regularização e titulação de suas terras, os quilombolas fundaram, em 2001, a Associação dos Remanescentes de Quilombo do Cambury. Em junho de 2005, saiu publicado no *Diário Oficial do Estado* o relatório técnico-científico que reconhece a comunidade como quilombola e identifica os limites de seu território. O ITESP e o INCRA participam do processo para titulação fundiária do território do Cambury, no entanto, pouca providência tem sido tomada para dar andamento à titulação definitiva. A titulação do Quilombo do Cambury depende da desapropriação das propriedades particulares incidentes na terra da comunidade.

Questão de cidadania, o *direito à educação* no Brasil é a base para a realização dos outros direitos (políticos e civis) e condição fundamental para a realização e desenvolvimento do ser humano. Em Cambury, este direito fundamental não é respeitado e constitui uma das reivindicações recorrentes em diálogos com o poder público. Na comunidade, há apenas uma unidade escolar que oferece ensino até a quarta série do Ensino Fundamental e um ponto de cultura, a Escolinha Jambeiro. Por enquanto, para frequentar as outras séries, as crianças (quilombolas e caiçaras) têm de se deslocar até o Bairro de Poruba. O deslocamento é bastante difícil, visto que eles têm de caminhar três quilômetros e meio até chegar à BR 101 e tomar outro ônibus, que conduz até o local. O Ensino Médio só é oferecido em Ubatuba. A comunidade também reivindica a ampliação das instalações da escola e a abertura de uma pré-escola, além de aulas da 5ª à 8ª série.

“O quilombola aqui pra poder estudar, do 1º até o 5º eles têm aqui; do 6º ao 9º eles têm que ir pra Puruba, que é a 25 km daqui. Se eles quiserem fazer o colegial eles têm que ir lá pra Ubatuba que são 50 km. Então sai daqui às 5 da manhã e retorna umas 14h, 15h. Então você tem uma evasão escolar muito grande. Então já começa daí, prá uma articulação com o jovem você tem que primeiro lidar com essa questão da educação”. (Depoimento de caiçara do Cambury)

Quanto a questão da saúde pública no bairro, a questão é grave. Há um postinho de saúde na Praia do Cambury, onde trabalham um auxiliar de enfermagem e um médico. Mas este aparece só uma vez por mês. Há tempos, a comunidade reivindica o atendimento odontológico e orientação sobre saúde bucal. Com exceção das crianças e jovens, notei que a maioria dos moradores do bairro é formada por “banguelas”, ou não possuem todos os dentes da arcada dentária, ou usam dentaduras.

Cambury ainda sofre muito com a falta de saneamento básico, sendo constantes os surtos de verminoses entre a população. Segundo relatos indignados de vários moradores, em 2001 houve surto de hepatite por contaminação que atingiu 22 pessoas (outras fontes mencionam 30 casos), fato que foi notificado pelos órgãos públicos e a imprensa. Todos foram unânimes em atribuir a responsabilidade por este episódio aos turistas que abusaram de álcool e drogas, e destemperados, fizeram suas necessidades fisiológicas em áreas próximas às nascentes dos rios, cachoeiras e poços. Com a chuva, houve contaminação de toda a água da região. Artigos científicos produzidos na área de saúde e epidemiologia revelaram que nos últimos anos a região Sudeste de São Paulo vem apresentando grande número de registros de Leishmaniose. O bairro do Cambury aparece no topo da lista como local provável de infecção, com espantosa cifra de 31,2% dos casos, conforme a tabela 1:

Tabela 1

Casos de LTA no município de Ubatuba, SP, segundo local provável de infecção 1993 a 2003

LPI	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003*	TOTAL
Camburi	17	13	1			1	1	1		2	2	38 (31,2)
Ubatumirim	1	4		2							11	18 (14,8)
Almada		1						1			15	17 (13,9)
Picinguaba		3	3		1						1	8 (6,6)
Sumidouro											6	6 (4,9)
Estaleiro											5	5 (4,2)
Ipiranguinha ¹											4	5 (4,2)
Itamambuca		1		3							1	5 (4,2)
Bonete									1	1		2 (1,6)
Corcovado									1		1	2 (1,6)
Eestufa II					1	1						2 (1,6)
Horto	1						1					2 (1,6)
Ignorado											2	2 (1,6)
Taquaral											2	2 (1,6)
Estufa I					1							1 (0,8)
Maranduba							1					1 (0,8)
Pedreira											1	1 (0,8)
Perequê	1											1 (0,8)
Açu												
Praia do Félix	1											1 (0,8)
Promirim											1	1 (0,8)
Rio Escuro											1	1 (0,8)
Sesmarias						1						1 (0,8)
TOTAL	22	22	4	7	3	3	1	2	2	3	53	122
	(18,0)	(18,0)	(3,3)	(5,7)	(2,5)	(2,5)	(0,8)	(1,6)	(1,6)	(2,5)	(43,5)	(100,0)

Fonte: Sucen-Taubaté/NRS-Caraguatatuba-DIRXXI.

* Dados até 31/11

Os municípios do Litoral Norte, pertencentes à Regional de Saúde de São José dos Campos, apresentaram forte crescimento de casos de LTA, entre 1998 e 2006, com 8% dos casos notificados no estado de São Paulo, sendo a quarta regional mais atingida nesse

período. Dentre os municípios, destaca-se a cidade de Ubatuba com maior número de casos de LTA para o período em estudo, e um aumento significativo a partir de 2003.

Ainda no que se refere à saúde pública do bairro, não podemos deixar de denunciar o que aconteceu no dia 21 de janeiro de 2012, um dia muito triste no Quilombo do Cambury, que comprometeu, inclusive, o desenvolvimento de eventuais ações de mediação cultural da Estação Memória Cambury. A adolescente quilombola, Luciana Cruz dos Santos, filha de Dona Cremilda (Catarina) e Sr. Salustiano faleceu, depois de sentir febre muito alta e dores na nuca. O óbito da secretaria de saúde diz que foi meningite bacteriana. Outros membros da família foram vacinados, mas a comunidade não recebeu a mesma atenção, sob alegação de que o preço das vacinas era muito alto: “Não tinha vacina pra todo mundo!”.

Matéria publicada na Estação Memória Cambury.

Fonte: <http://estacaomemoriacamburi.wordpress.com/2013/01/22/miseria-da-saude-publica-em-ubatuba-cambury-esta-de-luto/>

No site da Estação, recebemos o relato de um turista que esteve em Cambury em 2011: ele disse que passou “quase um ano direto no Cambury, morando no seu Donato em frente ao posto de saúde” e constatou ao longo deste período que “o médico só aparecia uma vez por mês, ficando o trabalho de saúde nas costas das enfermeiras que compareciam

diariamente, trabalhando sem recursos”. Ou seja, há um problema sério e crônico: *falta de qualidade no atendimento ambulatorial e precariedade do sistema de saúde da região de Ubatuba*. Não há infraestrutura, tampouco saneamento básico, fato que já havíamos denunciado no site, em letras garrafais: “FALTAM MÉDICOS no posto de saúde do Cambury, no qual aparece alguém de 15 em 15 dias”, o que foi confirmado pessoalmente, na abordagem aos moradores, por ocasião de uma ação de abaixo-assinado, reivindicando melhoria do sistema público de saúde para os caiçaras e quilombolas do Cambury.

Outra questão não menos crucial a ser equacionada é a dos Parques sobrepostos às terras da comunidade, que trouxeram uma série de restrições para a prática da agricultura e do extrativismo. A concessão de titulação de terras inseridas no interior dos parques está tramitando na justiça; a regularização do território do Cambury depende da mudança dos limites territoriais desses dois parques, de modo que o *território quilombola* seja excluído do âmbito espacial dos parques e possa vir a ser titulado em nome da comunidade de Cambury.⁵⁵ De acordo com a nova presidência do Quilombo do Cambury, assumida pelo jovem quilombola, Oséias Lopes dos Santos, outros temas pertinentes à vida da comunidade continuarão a ser debatidos entre os moradores e a administração do Parque: saneamento básico, luz elétrica, organização do turismo ecológico e o plano de uso tradicional do solo de Cambury, formulado em 2005.

Para entender as complexas relações sociais da cultura tradicional de Cambury (especialmente a quilombola/caiçara) foi preciso afastar-se – “des-conhecer” – dos conhecimentos acumulados e reconhecer uma realidade complexa, composta pela mestiçagem, pela diferença e pela variedade cultural. Em nossa travessia por esta trama de significados, esses foram os principais elementos constitutivos do universo polifônico e cultural deste bairro rural, localizado na divisa entre São Paulo e Rio de Janeiro. Enquanto espaço de mediações, a cotidianidade familiar dos bairros de cultura tradicional, antes considerada irrelevante e “in-significante” para o cientismo tecnocrático, torna-se agora vital para compreender o funcionamento desse microcosmo social, concebido como “microestrutura distintiva” (ERICKSON, 1989: 218). Neste espaço doméstico não se

⁵⁵ As ações do poder público na região resultaram na ampliação da cobertura florestal sobre as áreas antes cultivadas pelos habitantes locais, mas também promoveu o turismo desorganizado, causa principal dos impactos ambientais da região. As novas características da paisagem ocasionaram um processo de mobilização das populações locais e a questão fundiária (antes não era tida como um problema) passou a ser um dos principais assuntos em todas as reuniões em que as comunidades participaram em conjunto com os órgãos do governo. No caso do bairro do Cambury, as discussões levaram o poder público a reconhecer o direito da população local ao território, pois o bairro já foi reconhecido como território remanescente de quilombolas.

reproduzem relações de trabalho, mas é um local de liberdade e iniciativa: Cambury nos fala das justas aspirações a uma vida mais digna e o desejo de ascensão é também uma forma de protesto e expressão de certos direitos elementares.

Na era global tudo está conectado a tudo e as relações têm repercussão umas sobre as outras. Se por um lado há maior visibilidade das identidades locais, também ocorrem transformações no interior das comunidades tradicionais que alteram o seu cotidiano, modos de fazer e conhecer etc. Essas transformações fazem com que os objetos e valores simbólicos que os quilombolas e caiçaras sempre produziram no seu cotidiano (inclusive manifestações culturais como danças, folias e batuques) transformem-se veículo de desagregação. Não só em Cambury, mas em boa parte dos territórios de culturas tradicionais, nota-se a presença de igrejas adventistas e evangélicas que exorcizam as práticas e vivências culturais dos antepassados em nome de valores alheios ao universo sociocultural das pessoas que nasceram e viveram nestes bairros rurais tradicionais.

Tantas outras intervenções no cotidiano quilombola atuam como “mediações” que produzem transformações e até formas de desagregação social, a exemplo do que faz deliberadamente a indústria cultural quando homogeniza tudo e todos, pasteurizando condutas em função da lógica tirânica do consumo. Consumimos e desperdiçamos tanto que agora precisamos zelar pelo pouco que ainda resta de natureza no planeta, sob o risco de sermos surpreendidos por catástrofes ambientais de proporções descomuns.

Nas últimas décadas, houve esfacelamento do mundo agrário que passou por intensas transformações tecnológicas com a adoção sistemática de mecanismos do mercado, técnicas de administração e gerência racionais; mudanças que alteraram hábitos socioculturais e a percepção da realidade; que pasteurizaram elementos reais e imaginários da vida no campo, mas que afetaram intensamente o seu tecido social, gerando entre estas populações a “favelização” e o empobrecimento, devido às privações que foram impostas ao seu modo de vida. Ameaçada pelas imposições do mercado global e as especulações do capital imobiliário, as comunidades quilombolas e caiçaras ainda sofrem com o processo de degradação do seu espaço, com impactos negativos sobre a diversidade biológica e cultural dos ecossistemas ambientais.

Apesar dos conflitos, Cambury é uma comunidade que ainda resiste na defesa de seu espaço e modo de vida natural, em busca de um lugar mais digno na História.

As ações educativas da Escolinha Jambeiro se concentram nas atividades artísticas e esportivas, manifestações culturais, audiovisuais, multimídia, comunicação e divulgação das ações realizadas no ponto de cultura (condicionadas ao repasse de verbas proveniente de algum edital). As ações profissionalizantes são desenvolvidas através das atividades tradicionais (artesanato, culinária local, contadores de histórias, intercâmbio regional da cultura quilombola e caçara). Quando há verbas provenientes de editais, o Ponto de Cultura Quilombola oferece serviços e recursos culturais aos moradores da comunidade, além de espaço nos campings para receber visitantes interessados em conhecer as tradições das comunidades afro-brasileiras.

Além de gerar renda, o ecoturismo cultural organizado também traz motivação para que a comunidade valorize seus costumes culturais, preservando o meio ambiente. No local foi instalado a minibiblioteca do programa Arca das Letras que, desde 2008 dividia o mesmo espaço do Ponto de Cultura Quilombola, onde são feitas reuniões da Associação do Quilombo, exposições, artesanato, cestarias, palestras etc. Em 2009, chegaram 4 (quatro) computadores, conectados a internet, que foram dispostos, longe dos livros, em uma sala contígua, nomeada pelos jovens de “Sala do Telecentro”.

Sala do Telecentro

Em 2010, a Escolinha do Jambeiro tornou-se um Ponto de Cultura.

Jovens moradores foram capacitados para receber visitas monitoradas.

Ao longo de nosso trabalho, logamos rastrear as vozes exteriores e interiores no contexto social da comunidade rural do Cambury, observando de que modo os atores participavam do jogo de forças sociais e de que modo se apropriavam (ou não) das políticas públicas de oferta de bens culturais, especialmente os programas de inclusão social: *Arca das Letras* e *Computador para Todos*.

Nas duas primeiras visitas ao quilombo (junho e julho, 2011) não foi possível registrar relatos de vida, em razão de os idosos Miguel da Cruz e Genésio dos Santos estarem enfermos, recebendo tratamento médico fora do bairro (em Taubaté e Ubatuba,

respectivamente). Na 3ª visita conhecemos o espaço da Escolinha Jambeiro. Lá, ficamos sabendo que, por longo tempo, ficou fechada, sob a alegação de falta de verba, de parcerias e editais. Na ausência de um mediador cultural, prevalecia o desinteresse e o embotamento dos beneficiados em relação ao dispositivo Arca das Letras⁵⁶.

O “equipamento cultural” foi ressignificado pelos sujeitos, mais pelo seu valor utilitário e deletério – mero suporte de aparelho de TV – do que apropriadamente social e cultural. Ao invés de gozar de espaço privilegiado nas práticas de leitura (de textos e do mundo), a *Arca das Letras* deixara, inclusive, de disputar espaço no arranjo informacional; sem diálogo entre os sujeitos e o dispositivo, deixou de até de fazer parte do ordenamento vivencial e pedagógico, e por não ter sido devidamente apropriada, condenaram-na ao desuso. Conforme dissemos, já havíamos nos deparado com o problema da *oferta X apropriação* de bens culturais no quilombo de Cambury, em 2008, ocasião em que a *Arca das Letras* vivia abandonada pelos cantos da Associação comunitária; parecia desprezada tanto quanto o eram a memória e a experiência dos idosos, cujas histórias não estavam despertando mais o interesse por parte dos jovens e crianças da comunidade.⁵⁷

Contudo, a memória local, representada tanto pela experiência de vida de pessoas comuns quanto pelo patrimônio (material e imaterial) construído pelos atuais e antigos habitantes locais, constitui legado cultural significativo, indispensável às novas gerações. O fato é que tal legado vem encontrando dificuldades de reconhecimento e apropriação na era em que vivemos, especialmente pela falta de canais espontâneos para esse fim; os novos modos de vida criaram dificuldades aos processos tradicionais de trocas simbólicas, sobretudo entre diferentes segmentos etários. A Escolinha Jambeiro foi escolhida para intervenção, por se tratar de um espaço comunitário, usado para reuniões administrativas, atividades recreativas e culturais, projeto de inclusão digital etc.⁵⁸

⁵⁶ Criado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o programa *Arca das Letras* atende aos seguintes beneficiários: agricultores familiares, assentados da reforma agrária, comunidades de pescadores, quilombolas, indígenas e populações ribeirinhas. (SOARES; CARNEIRO, 2009: 8)

⁵⁷ Para incentivar e facilitar o acesso à leitura, as minibibliotecas Arca das Letras são instaladas na casa dos agentes de leitura ou nas sedes de uso coletivo (associações comunitárias, pontos de cultura, igrejas), de acordo com a escolha da comunidade e disponibilidade dos agentes. O acervo inicial de cada Arca conta com cerca de 200 livros. Apesar de o MDA afirmar que os livros são selecionados “para contribuir com o trabalho, a pesquisa e o lazer das populações que vivem no campo”, os exemplares enviados ao Cambury não foram escolhidos de acordo com a indicação e demanda das famílias atendidas: são formados por literatura infantil, livros didáticos, técnicos, especializados e de referência ao exercício da cidadania.

⁵⁸ Quando há recursos financeiros, o local se articula como centro das festividades (festa junina, corrida de canoas, festa café de cana etc.); porém, enfrenta dificuldades de ser firmar como polo das atividades de ecoturismo cultural, em razão de conflitos de gestão com o PESM e outros caçaras, que não se consideram quilombolas. Nela também deveriam acontecer oficinas para captação de recursos financeiros com a organização do turismo cultural e ambiental, mas está parada.

Desde 2008, sem mediação cultural, a Arca das Letras vive mudando de lugar.

Escolinha Jambeiro – Ponto de Cultura e sede da Associação Quilombola do Cambury.

Estudar este contexto social pode ser um local privilegiado à busca de novos significados para a reinvenção de um cotidiano marcado por desigualdades. Configura-se, pois, como “o” espaço intersticial do diálogo que surge da negociação entre alteridades, não meramente fundada em antagonismos, mas em contínuo processo de debate. Implica a troca simbólica entre repertórios culturais, criação de vínculos com o outro sem perda de si mesmo. Significa encontro com o novo, em que nos reconhecemos no outro.

PARTE D

ESTAÇÃO MEMÓRIA CAMBURY

CAPÍTULO IV

DIÁLOGOS ENTRE SUJEITOS E SABERES

“O trabalho fronteiriço da cultura exige um encontro com ‘o novo’ que não seja parte do continuum de passado e presente. Ele cria uma ideia de novo como ato insurgente de tradução cultural. Essa arte não apenas retoma o passado como causa social ou precedente estético; ela renova o passado, refigurando-o com um ‘entre-lugar’ contingente, que inova e interrompe a atuação do presente. O ‘passado-presente’ torna-se parte da necessidade e não da nostalgia, de viver”. (BHABHA, 1998: 27)

100

Estação Memória Cambury: construção e desenvolvimento

Tendo em vista que “informar é educar” e “educar é informar”, deparamo-nos com o desafio de criar um dispositivo informacional que contemplasse o diálogo e a participação dos sujeitos no processo de construção de novos significados e produtos culturais. Tal desafio implicava que houvesse a intervenção ativa do mediador cultural, o que envolvia não só negociar com os atores a reconfiguração da ordem e do espaço informacional, mas também agir e refletir sobre os aspectos imateriais e materiais da informação. Assim, a compreensão do papel dos dispositivos culturais extrapolou a posição meramente *funcional* ou *instrumental* (meios de acesso à informação) e assume-se numa dimensão discursiva, social, reforçando a importância dos dispositivos nos *atos de significação*, dada a sua natureza de signo.

O processo de construção da *Estação*⁵⁹ *Memória Cambury* resultou da articulação de diferentes saberes e fazeres em uma rede dinâmica de conhecimento e atuação, em que o espaço irradiador dos diálogos e trocas simbólicas – a Escolinha Jambeiro. Diante de um cenário de pobreza informacional e *confinamento cultural* (PERROTTI, 1990), o serviço de informação foi idealizado sob novas premissas, configurando-se em um ambiente

⁵⁹ A *Estação* é um espaço cultural intergeracional, criado pelo Prof. Edmir Perrotti e coordenado pela Profa. Ivete Pieruccini, ambos da Escola de Comunicações e Artes (ECA/USP), cujo objetivo é a construção de um novo serviço de informação que atue na educação das novas gerações por meio de processos de trocas culturais intergeracionais, de contato de crianças e jovens com a memória/experiência dos idosos. A designação de *Estação* remete a uma metáfora implicada na concepção do dispositivo; o termo *Estação* quer indicar a noção dinâmica de memória que constitui e dá sentido a ele, ou seja, a memória tomada como matéria que se oferece à reelaboração pela linguagem e que, portanto, se renova, adquirindo diferentes nuances, tons, coloridos. É nesse sentido, pois, que a *Estação* acolhe “seus passageiros”, permitindo novas visões de mundo por meio dos deslocamentos que a “viagem” proporciona a bordo das múltiplas *experiências* coexistentes e ali compartilhadas. As informações sobre o passado cultural ganham sentido, renovando tanto os repertórios como os sujeitos, independentemente das respectivas idades, possibilitando-lhes perceber que, na diferença (individual, social, cultural) que os define, possuem características que também os aproximam, fazendo-os compartilhar de desejos em comum.

especialmente concebido e desenvolvido, em seus diferentes aspectos espaciais, informacionais e culturais, com objetivo de reunir e disseminar informações de diferentes naturezas – impressas, audiovisuais, eletrônicas – tanto dos circuitos de produção globais quanto locais, a fim de permitir o intercâmbio de narrativas entre diferentes gerações, em especial, idosos, crianças e jovens do Cambury.

Do ponto de vista teórico, a *Estação Memória Cambury* é um dispositivo cultural e vivencial, com dupla natureza, tanto informativa quanto formativa. A sua configuração foi pensada intencionalmente, de modo que articulasse diferentes níveis de interação, de ordem afetiva, cognitiva, social e comunicativa. Concebemos a sua estrutura de modo articulado e intencionalmente, a partir da combinação de 4 (quatro) eixos, que são os pilares básicos que objetivam a apropriação cultural e a reinserção das memórias no contexto cultural quilombola-caiçara da comunidade rural do Cambury:

- Arca das Letras;
- Acervo audiovisual (Relatos de Vida);
- Oficinas de Memória; e
- Plataforma digital Wordpress (Estação Memória Cambury)

A *Estação Memória Cambury*, além de trabalho coletivo de mediação cultural, apresenta-se em movimento permanente: da modalidade registros/atividades culturais com os relatos de vida, passou à organização da base eletrônica de dados, tanto dos livros da Arca das Letras quanto dos registros audiovisuais, em um único ambiente digital, tendo em vista o aumento extraordinário do número de visitantes das redes sociais e a necessidade de reinserção das memórias no circuito social da comunidade. As *Oficinas de memória*, enquanto opção metodológica e prática infopedagógica que promove encontros geracionais e intergeracionais – voltados à preparação e desenvolvimento de trocas culturais permanentes –, também se constitui em fonte rica de novos conteúdos simbólicos e bens culturais em que os “idosos deixam de ser apenas fonte de informações para se transformarem, junto com as crianças e os jovens, em atores vivos de um processo importante de participação sociocultural”. (PERROTTI *apud* WORCMAN & PEREIRA, 2006: 127-36)

Mediação cultural: conflitos e processos criativos

Los objetos de estudio de las ciencias sociales no pueden ser identidades separadas, ni culturas relativistamente desconectadas, ni campos absolutamente autónomos. (...) En un tiempo de globalización, el objeto de estudio más revelador es la interculturalidad. El científico social puede, mediante la investigación empírica de relaciones interculturales y la crítica autorreflexiva de las fortalezas disciplinarias, intentar pensar ahora desde el exilio. Estudiar la cultura requiere, entonces, convertirse en un especialista de las intersecciones.
(CANCLINI, 2004: 101).

102

O conceito de *mediação cultural* refere-se a um conjunto de elementos de diferentes ordens (material, relacional, social, semiológica) que se interpõem e atuam nos processos de significação; desse modo, a mediação constitui-se na ação de “servir de intermediário entre dois termos ou dois seres (considerados como dados independentemente desta ação)”. (LALANDE, 1996: 656)

Em se tratando de processo criativo numa cadeia contínua de ações e negociações, o conceito de *mediação cultural* remete à noção de colocar as coisas em relação, aproximar, criar pontes entre elementos; portanto, é tomada aqui como categoria intrínseca aos processos de significação, essencial, condição que leva a considerar os elementos que constituem seus processos não simplesmente como ferramentas, mas como signos, portadores de sentidos, agregados à economia das significações.

A mediação cultural envolve criatividade, improvisação e diálogo permanentes. É, pois, ação de produção de sentidos e não mera intermediação ou transmissão anódina de signos. Nesse sentido, os dispositivos informacionais são dispositivos de mediação e estão carregados de conceitos e significados. (PERROTTI & PIERUCCINI, 2008: 47-96)

Assim, passamos a considerar os dispositivos de mediação cultural sob uma perspectiva que extrapola os limites meramente funcionais, envolvendo outros processos simbólicos que também são geradores férteis de discursos, narrativas, relatos de vida, histórias, memórias/experiências. No plano simbólico, atuando como signos, eles exercem papel crucial na interação do homem com os processos dinâmicos de aprendizagem: são dotados de potencial para construir e modelar identidades (subjetivas e coletivas); constituem mecanismos que atuam sobre o modo como procedemos; interferem no modo de perceber, aprender e atribuir significados às informações por eles veiculadas, ou seja, são mecanismos que atuam no processo de *apropriação* dos novos códigos sociais, valores culturais e simbólicos.

△ Conflito “oferta do peixe” X “aprender a pescar”

*“[...] lutar contra o ensino dogmático e a transmissão do saber exclusivamente via professor ou livro didático; significa, ainda, adequar os conteúdos do saber escolar à realidade da clientela atendida; significa, enfim, fazer do aluno um **produtor** e não apenas um **consumidor** do saber, o que abre, a nosso ver, amplos espaços para a inserção da biblioteca escolar no processo ensino/aprendizagem assim concebido”. (SILVA, 2003: 69)*

As Arcas das Letras, dispositivo cultural que vem sendo implantado de forma vertical no meio rural (norteada por princípios fundados na lógica distributivista de bens culturais) são minibibliotecas que exercem mero papel instrumental, entendidas unicamente como “equipamento comunitário”. Mas o maior problema reside na natureza deste tipo de oferta de bens, limitado a difundir/assimilar as informações veiculadas por repertórios alheios ao universo sociocultural em questão.

Entre os princípios definidos pela equipe de coordenação nacional do Programa Arca das Letras, estão: “a necessidade de participação efetiva das comunidades no planejamento, desenvolvimento e gestão da biblioteca, iniciando sempre com as reuniões de consulta que definem o local de funcionamento da biblioteca, as áreas do conhecimento de interesse dos moradores para a formação do acervo e os moradores que são capacitados como agentes de leitura e ficarão responsáveis pelas atividades da biblioteca; a utilização da caixa-estante específica e mais funcional para abrigar os acervos e os materiais de trabalho da biblioteca, considerando a dificuldade de espaços nas comunidades; a classificação dos livros em cores, conforme as áreas do conhecimento; a formação de agentes de leitura, moradores das comunidades; e a gestão comunitária das bibliotecas.” (SOARES & CARNEIRO, 2010: 20)

A simples distribuição de “arcas de livros” por todo o território, caracterizada pela política de oferta de bens culturais, não resolve o problema do analfabetismo funcional e digital, a exemplo do que acontece na maioria dos rincões onde são distribuídas, sem os devidos processos de mediação, indispensáveis às negociações simbólicas envolvendo os sujeitos em foco. Por que a “bibliotequinha” Arca das Letras do Cambury não vinha sendo sequer *assimilada* como espaço de aprendizagem e virou suporte de televisão? Assim, sem mediadores culturais, relegada à própria sorte, este dispositivo havia perdido a sua função. Tal fato nos colocou diante de um problema, que devia ser atacado. Mas, de forma diferente da “oferta deliberada do peixe”: a distribuição de livros em todo o território visa apenas atingir a meta de “zerar índice de municípios sem biblioteca” no país.

UF	Município	Comunidade	Tipo	Famílias	Parceria
SP	Barra do Turvo	Cedro	RQ	20	6
SP	Barra do Turvo	Reginaldo	RQ	58	4
SP	Barra do Turvo	Ribeirão Grande	RQ	72	6
SP	Cananeia	Mandira	RQ	20	6
SP	Eldorado	Galvão	RQ	40	6
SP	Eldorado	Nhanguara	RQ	112	6
SP	Eldorado	Pedro Cubas de Gima	RQ	42	6
SP	Eldorado	Poças	RQ	20	6
SP	Eldorado	Sapatu	RQ	85	6
SP	Eldorado	São Pedro	RQ	43	6
SP	Guaratingueta	Quilombo Tamandaré	RQ	180	6
SP	Iguape	Morro Seco	RQ	47	6
SP	Iporanga	Bombas	RQ	78	6
SP	Iporanga	Maria Rosa	RQ	15	6
SP	Iporanga	Piões	RQ	120	6
SP	Iporanga	Porto Velho	RQ	19	6
SP	Iporanga	Praia Grande	RQ	26	6
SP	Itaoca	Cangume	RQ	120	6
SP	Itapeva	Jaó	RQ	58	3
SP	Salto de Pirapora	Cafundô	RQ	23	3
SP	Ubatuba	Quilombo Caçandoca	RQ	51	1
SP	Ubatuba	Quilombo Cambury	RQ	10	6
SP	Ubatuba	Quilombo da Fazenda Picinguaba	RQ	37	6
SP	Ubatuba	Quilombo do Sertão de Itamambuca	RQ	50	6

Relatório geral, Arca das Letras em São Paulo, 14/01/2011, p. 1.

Dados referentes ao ano de 2008 dão conta de que foram distribuídas Arcas das Letras em 24 unidades quilombolas em todo o Estado de São Paulo, beneficiando um total de 1346 famílias, conforme Relatório geral do Programa Arca das Letras, realizado em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Programa Viva Leitura do MEC/MinC. Do ponto de vista da mediação que visa à apropriação cultural, apresenta limitações; a nosso ver, o emprego de dispositivos informacionais que dispensam o diálogo e a troca de saberes, sobretudo em contextos de expropriação e confinamento cultural, parece-nos uma visão pouco estratégica e paralisante, no entanto, tais políticas públicas de caráter vicário ainda são predominantes em programas de inclusão social, tais como “Arca das Letras”⁶⁰ e “Computador para Todos”.

Desde que chegou ao quilombo do Cambury, conforme registro de entrega, em 28 de março de 2008, o equipamento cultural Arca das Letras ainda apresenta dificuldades de apropriação por parte da comunidade. Os nomes dos agentes de leitura são meramente protocolares; nunca houve ações pertinentes capazes de construir aproximações e estabelecer vínculos relevantes com a comunidade.

⁶⁰ Vide nota de rodapé 4. Sobre o Programa Arca das Letras, ver SOARES; CARNEIRO, 2007, 2008, 2010.

Estado: São Paulo		Município: Ubatuba	
Comunidade: Quilombo Cambury		Local: Outros	
Nº de Famlias: 10		Data de Entrega: 28/03/2008	
Agente de Leitura 1: Andréia Cristina Arantes			
Escolaridade: Nivel Superior			
Idade: 36			
Agente de Leitura 2: Silmara Basilio Lopes			
Endereço: Quilombo Cambury			
CEP: 12200000			
Telefone para Contato: (12)9743-1492			

Registro 22 - Quilombo do Cambury.

In: Cadastro geral, Arca das Letras cadastradas no estado de São Paulo, 15/01/2011, p. 7.

Arca das Letras: até então, um bem cultural pouco valorizado na comunidade.

Baú Arca das Letras, assimilado como suporte de TV, setembro 2011.

A formação e organização do acervo “Arca das Letras” ali existente apresentava o mesmo formato que as demais Arcas; a seleção e distribuição dos livros não passam por estudos que possam qualificar as necessidades e carências locais. Este modelo linear, vertical e monológico costuma prevalecer em políticas públicas que desdenham o papel das bibliotecas, ora por desconhecimento, ora por anulação intencional, tratando-as como apêndice de uma educação forjada *na e pela* ignorância. Quando afirmamos que os acervos são organizados de modo vertical significa que obedecem a uma diretriz de mão única, com a pré-definição dos mesmos itens informacionais ofertados a públicos distintos e heterogêneos, como se a mesma informação servisse para todos, indistintamente, à revelia dos contextos sociais específicos.⁶¹

Quanto às formas de representação da informação (tratamento documentário), também foram padronizadas pela equipe nacional de coordenação do Programa Arca das Letras: os livros recebem carimbo de identificação, fichas de devolução e etiquetas coloridas para classificação de assuntos. Cada acervo conta com uma média de 200 livros, que são classificados em:

- Literatura infantil (etiquetas brancas);
- Literatura para jovens e adultos (etiquetas laranja);
- Livros didáticos e de referência em geral (etiquetas verdes); e
- Livros técnicos e especializados nas áreas de interesse e necessidades comunitárias (etiquetas azuis).

Em Cambury, ninguém sabia onde estava a placa de sinalização por cores. Não havia sequer sido fixada próxima ao acervo de livros. O sistema de classificação por natureza de informação por cores também havia sido previamente definido pelo programa Arca das Letras e obedece a um modelo padrão para todos os beneficiários, de modo que todos os locais contemplados recebem 1 (uma) placa de sinalização, conforme a figura que segue:

⁶¹ O paradigma do acervo é uma perspectiva tradicional de abordagem teórica e prática da Ciência da Informação, em que os usuários eram vistos apenas como “um” dos *inputs* do sistema, ou seja, considerado como “um” entre outros elementos integrantes do universo informacional edificado pelo sistema, mas não como a “razão de ser” do serviço de informação. Neste tipo de serviço sistemático, calcado basicamente no modelo determinado de forma linear pelo sistema, uma dada informação se presta sempre a diferentes usuários da mesma forma.

CLASSIFICAÇÃO DOS LIVROS POR CORES

Sistema de classificação dos livros, com divisão de cores e assuntos.

Assim que os acervos chegam às localidades rurais (contendo folhetos, revistas em quadrinhos, e quando possível inclui CDs, DVDs e fitas de vídeo), a responsabilidade é transferida para os agentes de leitura.⁶² No entanto, sem formação adequada e, portanto, sem se apropriarem eles próprios do dispositivo, a biblioteca formada por um conjunto de itens vai perdendo o sentido no meio do caminho; sobre o qual se pressupõe, deveria permitir aos agentes de leitura organizar os acervos, divulgar a biblioteca na comunidade, controlar a circulação dos livros e incorporar novos títulos ao acervo, mas o que encontramos no terreno são apenas fragmentos da composição padrão do *kit Biblioteca Arca das Letras*, formada basicamente por:

- 1 móvel da Arca das Letras
- 1 caixa com 200 livros
- 1 placa de sinalização da biblioteca
- 4 camisetas para os Agentes de Leitura da comunidade (2 por agente)
- Pasta com fichas de controle de empréstimo de livros
- Carimbo de identificação do Programa Arca das Letras
- Cola

⁶² Agentes de Leitura são pessoas voluntárias da comunidade que dedicam parte do seu tempo livre para cuidar da biblioteca Arca das Letras em sua casa ou em outro local na comunidade. Os Agentes de Leitura são indicados pela comunidade, recebem capacitação técnica do Programa e ficam responsáveis pelo empréstimo dos livros, realização de campanhas para ampliar o acervo, organização de eventos culturais e comemorativos na comunidade, pelo estímulo à leitura como fonte de lazer e entretenimento e por fazer da biblioteca um espaço de pesquisa e de busca de informação local. (SOARES *et al.*, 2009: 12)

- *Almofada de carimbo*
- *Fichas soltas de devolução de livros*
- *Etiquetas coloridas (para classificação dos novos livros)*
- *Folheto/cordel da Arca das Letras*
- *Folder da Arca das Letras*
- *Marcadores de livros*

Poderíamos questionar se, em âmbito nacional, tal política pública poderia ser diferente, mas o fato é que o acervo Arca das Letras da Escolinha Jambeiro foi construído, sem levar em consideração as particularidades da diferença sociocultural dos moradores quanto aos assuntos de seus interesses e necessidades. Não parece tarefa fácil considerar os aspectos geográficos, históricos, educacionais e culturais de cada contexto.

Por falta de preparo, formação e infraestrutura, a equipe de coordenação nacional do Programa Arca das Letras não dispõe de mediadores culturais; realiza uma espécie de mediação que consiste em capacitação básica de agentes de leitura. De outro modo, não faz contatos telefônicos com estes agentes de leitura e não realiza visitas técnicas para identificar novas necessidades bibliográficas. Em Cambury, foi realizado treinamento e depois disso, ninguém mais retornou, nem mesmo para verificar sobre o andamento das atividades de incentivo à leitura e o funcionamento geral da biblioteca. Essa é a situação precária diagnosticada no terreno, embora seja notório que o Programa tenha se expandido em todo o país, com alocação de recursos, parcerias e apoios importantes.⁶³

Aqui, as críticas ao modelo monológico são claras, mas não significa que estamos, de modo sumário, descartando a “dádiva do peixe”; queremos propor um jeito novo de “ensinar a pescar”. Vale ressaltar: para responder às novas demandas da sociedade, a inovação estratégica da pesquisa científica também deve fundamentar-se no *savoir-faire*, nos saberes práticos e experimentais, capazes de estimular o gosto pela ação voluntária e o engajamento coletivo no processo de produção e uso do conhecimento. A nosso ver, a inovação estratégica “não destrói a tradição, pelo contrário, ela se nutre dela e se enriquece com ela”: existem margens de manobra na competição econômica, na produção dos conhecimentos científicos e na produção de inovações que podem preservar e até enriquecer a identidade das tradições. (CALLON, 2010: 64)

⁶³ Segundo relata Cleide Soares, coordenadora geral de ação cultural do MDA: “Graças ao apoio do Ministério da Justiça, as arcas são fabricadas por presidiários de Petrolina e Mossoró, que muitas vezes indicam suas próprias comunidades para receberem as arcas. Outras parcerias incluem os ministérios da Educação e Cultura, o Banco do Nordeste, o Programa Nacional de Crédito Fundiário, o Projeto Dom Helder Câmara, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o Banco do Brasil que, a partir de 2005, passou a encaminhar 20% dos valores arrecadados nas bilheterias de seus centros culturais (CCBBs) para o projeto”.

Em Ciência da Informação, a organização e representação da informação é uma área que engloba a teoria e a prática relacionada com a *metainformação*, ou seja, todos os elementos que identificam e permitem o acesso a uma unidade informacional específica. Trata-se, em suma, da extensão da informação como meio de possibilitar a comunicação e o uso. Resumir, catalogar, inventariar, classificar, indexar, elaborar bibliografias e índices são modos e correspondem a técnicas de representação da informação (dos conteúdos), que têm de estar integradas à gestão da informação, porque a produção/recepção do fluxo informacional dentro de um determinado contexto⁶⁴ orgânico condicionado por um meio ambiente específico implica a elaboração de dispositivos metainformacionais.

Portanto, no processo inovativo, de uma perspectiva de aprendizado colaborativo e dialógico,⁶⁵ não é preciso negar a tradição, mas é possível favorecer o diálogo, criando convergências dentro de uma ordem informacional dialógica (PIERUCCICI, 2004: 8-47). Motivados por esta ideia força de inovar por meio do diálogo, preferimos manter o critério de identificação das obras por cores, conforme orientação do programa Arca das Letras, todavia acrescentamos etiquetas de identificação de assunto, segundo critérios de classificação, envolvendo trabalho voluntário de uma técnica de biblioteconomia.

Com a classificação dos títulos, aliado ao sistema de classificação dos assuntos por cores, os jovens caixas e quilombolas já poderiam manusear os livros sem se preocupar com a ordem e o lugar do livro na estante, pois havíamos constatado que: o dispositivo *não estava pronto para o uso; não vinha sendo utilizado pelos usuários há muito tempo* (“*Estão cobrando R\$5,00 reais para emprestar*”, declaração da caixa Vanessa, filha do Muca e Rute); a agente de leitura *não estava realizando atividades* por falta de organização: “*Tudo estava uma bagunça*” (Andréia Arantes, educadora). Daí, a decisão de instituir o processamento técnico dos livros da Arca das Letras, como questão

⁶⁴ Dicionário Eletrônico de Terminologia em Ciência da Informação. Vitória-ES; Porto: DCI-CCEJ/UFES, SAJCC/FLUP-CETAC.Media, 2007-2008. [12.04.2013]. In: <http://www.ccje.ufes.br/dci/deltci/>.

⁶⁵ O termo *dialógico* é utilizado aqui a partir dos estudos de Mikhail Bakhtin sobre esta questão e, principalmente, tomando como base o ensaio de Juri Tunianov sobre a paródia em Dostoiévski: “A prática dialógica coloca em evidência o cruzamento de alguns pontos nevrálgicos: a linguagem como prática dos processos de organização do pensamento, o espaço cultural individual e coletivo onde se engendram as significações pelo estabelecimento de identidades e diferenças, as operações de seleção e relação que ativam o repertório. A inter-relação desses elementos caracteriza, para o diálogo, um volume acionado em três vértices ou três dimensões: o *emissor* (agente da escritura), o *receptor* (agente da leitura) e o *contexto* (agente dos processos culturais que se fragmentam no tempo, mas cujos resquícios permanecem sempre presentes no espaço da cultura e à disposição da história)” [...] “Linguagem dialógica é linguagem concentrada, crise do significado lacônico, estranhamento da percepção, desafio de leitura”. (FERRARA, 1981: 77-78; 82)

indispensável, reconfigurando-a com base numa concepção dialógica que envolve a integração de vários componentes da ordem informacional — elementos materiais, práticas, repertórios/linguagens.

A proposta era reconfigurar o ambiente, gradativamente, a cada visita e a cada intervenção feitas no espaço da Escolinha Jambeiro, conferindo-lhe características mais amigáveis; à época, ocupando área de aproximadamente 24 metros quadrados, de forma ainda pouco organizada, o espaço contava com: 1 armário com duas portas, 1 porta arquivos, 12 cadeiras, 1 mesa de secretária, 4 mesas quadradas desmontáveis, instrumentos de percussão, brinquedos, 1 baú do Acervo Arca das Letras (91 títulos), 3 prateleiras de livros em bom estado (161 títulos), com duas estantes de livros didáticos em péssimo estado de conservação, vários livros desatualizados e outros tantos embolorados. Havia também 1 estante de madeira com os produtos gerados pelos artesãos locais, que fazem objetos a partir de materiais e técnicas tradicionais, passados de geração em geração. Duas outras salas contíguas serviam respectivamente de Telecentro e Cozinha, contidas numa área de 12 metros quadrados, cada uma delas; na primeira, há três computadores Pentium, com 2 Gigabytes de memória cada, 3 cadeiras e uma estante com materiais didáticos de Informática e várias enciclopédias de estudante, Atlas e guias, sem tratamento técnico. A cozinha é um espaço importantíssimo; principalmente, quando as verbas permitem organizar mutirões, que geralmente são seguidos de almoço coletivo e festivo.

Quanto à configuração física, *quase tudo estava por ser feito*. Do ponto de vista material, priorizamos inicialmente, organizar, a partir da estaca zero, o acervo da Escolinha Jambeiro, visto que esta compartilha o mesmo espaço de reuniões da Associação e do Ponto de Cultura quilombola, além de abrigar a sala de Telecentro e o baú de livros Arca das Letras. No primeiro semestre de 2012, realizamos o processamento técnico de informações, paralelamente ao tratamento técnico dos livros do Programa Arca das Letras, com o intuito de revalorizar o bem cultural no contexto da diversidade quilombola, o que já significava atuar com mediação cultural e reinvenção dos significados dos dispositivos a serem apropriados pelo grupo social.

Processamento técnico dos livros: a principal providência foi a produção de fichas catalográficas e a digitalização de capas (ver ilustrações à página 111), visando à formação de um catálogo, a fim de envolver os participantes no processo de trabalho, bem como melhorar e ampliar a interface de consulta, integrada ao demais dispositivos da *Estação Memória Cambury*. Enquanto meio de comunicação, em termos de usabilidade, um

catálogo *online* poderia oferecer aos interessados (locais e globais) uma oportunidade ampla de compartilhar com outras comunidades beneficiárias do programa, dispensando o trabalho dobrado de refazer fichas e descrições que já estão prontas, ao mesmo tempo ampliar o acesso; não mais limitado unicamente ao formato do catálogo de papel.⁶⁶

Figura à esq. Capa da obra *Para mudar o mundo*; à dir., respectiva ficha catalográfica.

Etiquetagem: 252 obras etiquetadas, catalogadas e digitalizadas.

Os elementos materiais foram sendo constituídos, gradativamente, com tratamento técnico especializado, que teve início em abril de 2012, quando ficamos três semanas no

⁶⁶ Vale lembrar que enviamos e-mail à responsável do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDS), bibliotecária Cleide Soares, solicitando a lista de livros enviados pelo Projeto Arca das Letras ao Quilombo do Cambury, tendo em vista a economia de tempo e a necessidade de integrar este acervo aos demais livros da Escolinha Jambeyro (adquiridos e/ou doados); obviamente, numa perspectiva de diálogo com os saberes e as memórias locais (fotos, áudios e vídeos), de forma que todos fossem igualmente disponibilizados na Infoteca digital da Estação Memória Cambury.

terreno. A organização do acervo físico foi feita por meio de seleção de itens informacionais relevantes e pertinentes ao universo educativo, cultural e pedagógico da comunidade quilombola de Cambury; em seguida, receberam tratamento técnico: classificação de títulos; produção de fichas catalográficas, digitalização de capas e de respectivas fichas, etiquetagem provisória, ordenação na estante.

Acervo de Livros Gerais e Didáticos: 161 títulos processados.

Acervo Arca das Letras: 91 títulos processados

Como resultado, foram 252 títulos processados: 91 títulos apresentavam etiquetas coloridas (Acervo Arca das Letras) e outros 161 títulos não apresentavam quaisquer identificações. (Acervo selecionado para compor a Estação Memória Cambury). O trabalho voluntário da técnica de biblioteconomia do SENAC-SP, Patrícia Cristina de Oliveira Silva, consistiu em produzir etiquetas de lombada; fazer a etiquetagem, indexação de palavras-chaves (descritores ou *tags*); digitalizar capas e títulos numa base eletrônica, publicar os resultados na base no ambiente digital.

Após treinamento técnico com noções básicas de edição online, a técnica de biblioteconomia aprendeu a inserir conteúdos no site da *Estação Memória Cambury*, conforme link: <http://estacaomemoriacamburi.wordpress.com/historia/biblioteca-jambeiro/>. Posteriormente, criamos uma página personalizada para a Biblioteca do Cambury - <http://tecnicabiblioteconomia.wordpress.com/> - com espaço para vídeos infantis e juvenis e por fim, envolvemo-nos intensamente com a interface digital, para divulgar o trabalho nas redes sociais (Facebook, Twitter, Google plus).

Fonte: <http://estacaomemoriacamburi.wordpress.com/infoteca/livros/>

Escolha das linguagens: de antemão, tínhamos à disposição um ambiente bastante precário,⁶⁷ com repertório reduzido de linguagens; após diagnóstico, iniciamos intervenção para constituição e organização dos acervos de modo integrado (Arca das Letras, Produção Local, Mídias, Audiovisuais etc.), visando à inserção das memórias e os relatos de vida dos idosos, juntamente com os produtos informacionais gerados pelas *Oficinas de Memória*, no mesmo ambiente físico dos demais itens informacionais.

De modo intencional, tais escolhas pautaram simultaneamente a criação de categorias da estrutura organizacional do dispositivo digital, na medida em que permitiam visualizar que tipos de categorias, palavras-chave (*tags*), rótulos e design viriam a fazer parte da configuração do dispositivo digital Wordpress:

⁶⁷ A esta altura, a Biblioteca Jambeiro ainda reclamava por espaço, mobiliário e atenção especiais a fim de que se afastasse da disputa com a televisão e se aproximasse de outros dispositivos informacionais, sobretudo a Internet, em um diálogo mais significativo com a pesquisa, a produção, comunicação verbal e midiática.

Fonte: <http://estacaomemoriacamburi.wordpress.com/infoteca/>

A *linguagem documentária* também foi acionada e acompanhou o processamento técnico dos livros que foram: digitalizados (capa e ficha catalográfica), identificados com etiqueta colorida, catalogados e disponibilizados em uma base de dados eletrônica, em planilha Excel, perfazendo um total de 252 títulos, acessíveis no site. Para as *Oficinas de Memória*, empregamos a linguagem da Xilogravura. O mesmo procedimento empregado no tratamento dos livros foi aplicado aos produtos gerados pelas mediações culturais, os quais receberam título, descrição e também foram incorporados ao dispositivo digital - <http://estacaomemoriacamburi.wordpress.com/2013/05/31/exposicao-de-produtos-xilogravuras-e-desenhos-biblioteca-do-cambury/>, como forma de inserir as memórias das práticas e da formação para as práticas no mesmo circuito de produção e circulação das memórias/experiências dos idosos. Ao registrar os produtos culturais gerados pelas *Oficinas de Memória*, ampliamos os repertórios comuns de informações entre os diferentes sujeitos do Cambury. Assim, a prática é que gera e abastece o dispositivo digital de conteúdos e novidades.

△ Criação de acervo audiovisual de memórias: relatos de vida

“Aqui está uma pessoa, um negrão. E eu não vim da África, posso até ter sangue de africano, mas eu fui nascido e criado em Cambury. E não sou só eu, mas todos os caiçaras que aqui se encontram [...]. Quero que o meu final seja aqui. Fundei o cemitério daqui, fui zelador. E eu quero fazer parte dele que fundei com a minha força, com a minha mão”. (Sr. Genésio dos Santos, 86 anos)

A constatação de um processo de expropriação generalizado, com peso determinante da cultura escrita sobre a cultura de tradição oral, sinalizava enfaticamente a importância de construir repertórios audiovisuais, em razão de estarmos lidando com culturas que foram historicamente expropriadas, impedidas de frequentar a escola e aceder ao conhecimento da escrita. A *oralidade* constituiu-se em categoria de apropriação cultural que não poderia ser negligenciada. As referências históricas e culturais de uma comunidade que se manteve alheia à cultura escolar institucionalizada (os escravos eram inadvertidamente proibidos de frequentar a escola) são distintas de uma organização social e/ou instituição cuja sociedade que a sustenta foi gerada em torno do culto à palavra escrita, em detrimento da oralidade.

Os procedimentos metodológicos para a coleta dos Relatos de Vida⁶⁸ dos idosos obedeceram à ordem sistemática de organização das informações, na medida em que foram sendo definidos os principais passos da pesquisa. Orientação, leitura e diálogo foram importantes, principalmente em face da necessidade de provocar a adesão e o envolvimento dos sujeitos – quilombolas e caiçaras – no processo de construção coletiva do saber. Conforme já dissemos, foi preciso saber respeitar o saber local, aproximando-se pouco a pouco do cotidiano sem interferir na rotina de trabalho nem “roubar o tempo” das pessoas (tempo da pesca, da visita ao roçado, de limpar o quintal, de festejar e de falar). É o mediador cultural que deve se sujeitar às condições e disponibilidade dos idosos, não o contrário. Outros pesquisadores que “roubaram-lhes o tempo” sequer haviam retornado.

Mais uma razão para que os depoimentos e conversas mantidos com os idosos, sobre os mais diferentes assuntos, fossem imediatamente armazenados na Infoteca da Estação Memória Cambury, uma categoria especialmente criada tendo em vista divulgá-los – seja sob a forma de consulta aos registros no acervo digital; seja para o uso das falas em diferentes produtos informacionais, projetos de turismo ecológico, agroturismo e outras

⁶⁸ A expressão “relatos de vida” foi aqui adotada com base nas seguintes referências: BERTAUX, D. **Les récits de vie**: perspective ethnosociologique. Paris: Éditions Nathan, 1997, p. 31-64; PIERUCCINI, I. Memória e educação. São Bernardo do Campo: Secretaria de Educação e Cultura, 2006. (Cadernos REBI)

formas de apresentação em atividades educativas e culturais que favoreçam a circulação social de memórias. Mas, até aqui, não dispúnhamos de um ambiente informacional adequado para armazená-las. Tudo isso ainda estava para ser negociado com a Escolinha Jambeiro, possível local para realização de oficinas e práticas culturais, visando à apropriação do dispositivo informacional em desenvolvimento.

Dentro de uma proposta que privilegia o diálogo e a escuta, a abordagem dos idosos, fonte de memória local, inspirou-se em metodologia de coleta de relatos, empregada pela *Estação Memória-USP*. Os assuntos foram abordados de forma combinada, relacionando períodos de vida: infância, juventude, vida adulta, velhice e participação política (caso do Sr. Genésio); ou simplesmente fixados em certos períodos da vida laboral, como o abandono da pesca artesanal e da roça para trabalhar em barcos a motor, quando houve a invasão da indústria pesqueira (caso do Sr. Salustiano). Diga-se, a luta pela memória tem sido uma luta quase que solitária, especialmente por Sr. Genésio dos Santos, quilombola nascido e criado no Cambury, 86 anos, à época com dificuldades de locomoção, depois que um derrame o deixou em uma cadeira de rodas. Na 4ª visita ao terreno (dez.2011), tivemos a primeira conversa espontânea e entusiasmada, em torno de assuntos relacionados ao “tempo dos antigos”.⁶⁹ Apesar do derrame cerebral (2011), Sr. Genésio tem boa memória; ainda é capaz de descrever na ordem dos acidentes geográficos, todo o percurso que faziam (ele e os parentes), combinando caminhadas a pé e viagem de canoa, para fazer compras na cidade Ubatuba, no “tempo do querosene”, quando seus pais ainda eram vivos.

Com auxílio de gestos, Sr. Genésio também explicou como lidavam com o problema da ausência de energia elétrica, como enfrentavam a escuridão das matas por meio da fabricação manual do “fifó”,⁷⁰ uma tecnologia que ajudava a produzir fogo e acender tochas de bambu; também servia para iluminar as caminhadas noturnas pelo interior da mata e encostas. Nesse tempo, os percursos de locomoção eram feitos a pé, e outras vezes de canoa, pois ainda nem se falava em construir uma rodovia que ligasse o litoral de São Paulo ao do Rio de Janeiro. Nessa época, tudo funcionava na base do fogão à

⁶⁹ Todos os relatos orais coletados ao longo das visitas ao Quilombo de Cambury foram registrados em arquivos sonoros e audiovisuais e foram disponibilizados para a realização das práticas de mediação cultural: as Oficinas de Memória, Informação e Escrita. Estão disponíveis na Infoteca da *Estação Memória Cambury*: <http://estacaomemoriacamburi.wordpress.com/infoteca/audiovisual/>

⁷⁰ De acordo com Dicionário Houaiss, s. m. pequeno candeeiro a querosene feito de folha-de-flandres e provido de pavio de algodão; também conhecido como “periquito”. Quanto à etimologia de “fifó”, está associada ao ruído assoprado feito pela chama do lampião assim chamado.

lenha, iluminação com velas ou lampiões de querosene A energia elétrica chegou tarde ao Cambury, ao custo de muita luta e reclamações, o que se mantém até os dias atuais.⁷¹

Os temas foram explorados sob diferentes aspectos, na medida em que eram inseridos naturalmente nas conversas, a exemplo do Sr. Neio (Leonel dos Santos), que havia perdido a casa, desabada em sua cabeça, por força de uma ventania forte que prejudicou muita gente no Cambury e, por isso, ele estava morando provisoriamente na Casa de Farinha. Com a habilidade de um contador de histórias, Neio (Leonel dos Santos) conversou sobre os mais diversos assuntos: família, rotina doméstica, a degradação da natureza com o turismo desorganizado, o processo de fabricação de canoas e de instrumentos de trabalho, tais como enxada, machado, gamelas e remos, de acordo com o que haviam lhe ensinado os mais velhos da família.

<p>Sr. Genésio é a biblioteca viva do Cambury, dez.2011.</p>	<p>Não há acessibilidade para idosos e cadeirantes.</p>

<p>Momento de descontração, no quintal dos irmãos Néio e Salustiano, dois contadores de história do Cambury.</p>	<p>Sr. Salustiano fala com saudades do tempo em que trabalhou na pesca embarcada.</p>

⁷¹ A comunidade do Cambury formalizou a solicitação de energia elétrica em abril de 2004. Foi iniciado o processo de licenciamento ambiental, concluído em dezembro de 2006. A autorização para a ocupação da faixa da estrada federal foi concedida em julho de 2007. A luz elétrica chegou parcialmente em 2008, mas este processo causou muito desgaste à comunidade. Atualmente, enfrentam o problema de falta de renda para pagar a conta o que deu margem naturalmente para as instalações de redes clandestinas, popularmente conhecidas como “gatos”.

Procuramos, na medida do possível, dar ampla liberdade ao curso das falas, demonstrando interesse em ouvir o que os idosos tinham a contar, deixando-os à vontade para conversar sobre suas vivências, memórias e causos acontecidos no passado; à medida que eram por eles contadas, transformavam-se em *experiência*.⁷² Em nosso caso, não houve quem não tivesse nada a contar; poucas vezes tiveram receio de não saber responder a alguma pergunta, salvo quando se tratasse de assunto mais sigiloso, a exemplo da invasão de policiais ocorrida na Casa de Detenção, na Ilha de Anchieta, para conter a rebelião de presos que se recusavam a comer alimentos estragados. O confronto terminou com a morte de vários detentos, que também reagiram. Conforme o que tinham guardado na lembrança, Sr. Salustiano e Sr. Genésio contam que ouviram seus pais dizerem que houve abusos: a boa alimentação dos presos era trocada por alimentos de qualidade suspeita (estragadas, podres), assim que chegavam ao Porto de Ubatuba.

Em relação à substância social da memória – a matéria lembrada – pudemos observar durante a coleta de registros orais, como o modo de lembrar é individual, tanto quanto social. Assim, por exemplo, o grupo denominado “comunidade quilombola de Cambury” também transmite, retém e reforça as lembranças do tempo da Escrava Josefa, bastante lembrada tanto nas narrativas contadas por Sr. Genésio quanto por Sr. Salustiano; mas o recordador, isto é, o ancião que recorda o que seus pais e avós lhes relatavam, ao processar estas lembranças vai gradativamente individualizando a memória comunitária, a exemplo do que acontece quando fazemos a brincadeira com crianças “quem conta um conto sempre aumenta um ponto”. Em certos relatos aqui transcritos, mantivemos a fala dos protagonistas, com as respectivas marcas da oralidade, mera convenção linguística a fim de evocar estas vozes, tal como foram enunciadas:

“Essa dona Josefa morava no coração do Camburi, no centro da mata da serra do Camburi. E essa toca da dona Josefa permanece até hoje. É lá em cima, no centro do Camburi. Dá cinco horas de viagem pro senhor ir lá em cima caminhando, na toca da dona Josefa, e voltar aqui na praia do Camburi. Fica bem no coração do Camburi, no centro da praia, mas só que é na serra. Então, essa dona Josefa, a convivência dela era nas matas. Todo o tempo da vida,

⁷² Walter Benjamin fala sobre a quebra dos vínculos com o passado e a atual situação de miséria em que vivemos, configurada pela *subtração da experiência*. A experiência e a sabedoria dos velhos (construídas elas próprias pela herança cultural de outras gerações, acumuladas nas memórias e reelaboradas nas relações sociais cotidianas) entraram em crise na contemporaneidade: “a *experiência*, a possibilidade de que algo nos aconteça ou nos toque, requer um gesto de interrupção, um gesto que é quase impossível nos tempos que correm: requer parar para pensar, parar para olhar, parar para escutar, pensar mais devagar, olhar mais devagar, e escutar mais devagar; parar para sentir, sentir mais devagar, demorar-se nos detalhes, suspender a opinião, suspender o juízo, suspender a vontade, suspender o automatismo da ação, cultivar a atenção e a delicadeza, abrir os olhos e os ouvidos, falar sobre o que nos acontece, aprender a lentidão, escutar aos outros, cultivar a arte do encontro, calar muito, ter paciência e dar-se tempo e espaço”. (BONDÍA, 2002: 24).

*enquanto ela viveu aqui, era nas matas. Essa dona Josefa saiu dessa toca... Essa toca hoje é bem zelada, é bem caprichada; o pessoal vai lá. Eu tenho recebido aqui, agora poucos dias, agora, tá fazendo um mês, um mês e pouco, teve aqui uns estudantes que foram na toca, conveniente ao pessoal do quilombo aqui. A Andréia, a professora Andréia, acompanhou. Até as minhas netas acompanhou pra ir na toca da Josefa. Então, essa toca é hoje bem zelada, bem caprichada. Dela enxerga parte do mar, do Camburi todo. Agora, parece que não enxerga a Ponta da Trindade por causa das árvores que encobriu. A Mata Atlântica encobriu. [...] Então, essa dona Josefa, ela convivia nas matas todo o tempo de vida. O que era ganha-pão dela? Como era a convivência dela, o viver lá? Então, ela cortava o terreno, o lombo do morro; fazia-se um chiqueiro com um alçapão. E depois daquela armadilha, de assubir e descer, ela fazia uns toques, fazia uns pregos de jiçara ou do patí bem devez, bem aguçado, bem feitinho. Chegava lá no centro da terra, nesse chiqueiro, enterrava, plantava; ali fazia ponta toda agulhada, toda pra cima. Quando esse animal pesado, como onça, como queixada, vinha, pisava naquela armadilha, descia por ali abaixo, batia lá embaixo e ele mesmo se sangrava naqueles picos, naqueles pregos de pati, da jiçara, do coco de brejaúva, da madeira do coco da brejaúva”.*⁷³

Assim, observamos na conversa com os idosos que, naquilo que conseguem reter como lembrança, e o modo como vão se lembrando, gesticulando para atualizá-la, no tempo e no espaço do presente, eles “fazem com que fique o que signifique!”. Todo esse leque de significados contidos na linguagem verbal e gestual, que passa ao largo da escrita, poderia ser eventualmente evocado e processado artisticamente nas *Oficinas de Memória*. Os relatos de vida em formato audiovisual, uma vez que traduzidos em códigos digitais (imagem em movimento) poderiam contribuir, como de fato contribuíram, para a reinserção social da memória no repertório informacional do quilombo, fazendo-se repercutir o modo de lembrar das “bibliotecas vivas”, o modo de narrar dos “homens memória” do Cambury.

Os registros audiovisuais foram realizados com o objetivo de documentar a memória e a experiência dos idosos, visando não somente à sua difusão e circulação na comunidade, mas à apropriação social das informações por meio do diálogo intergeracional, incluindo os mais diversos assuntos relacionados ao cotidiano e à sociabilidade do universo cultural caiçara/quilombola de Cambury. Tornaram-se, pois,

⁷³ Sr. Genésio confirma que há cerca de uns 200 anos, o cativoiro torturava demais os negros, com a força do chicote e o ferro quente. Quando um negro fugitivo era capturado, faziam-no subir (nu em pelo) uma árvore bem alta e depois atiravam de cima para baixo, sem dó, mas com farra e gargalhadas, até que o corpo se estatelasse no chão. Josefa era uma negra escrava fugida de uma das fazendas da vizinha Paraty, bonita e valente, mas não suportou a escravidão! Corajosa, fugiu com outros negros, que vieram refugiar-se no bairro do Cambury, três morros depois da Cachoeira do Sousa, a 550 metros de altitude. Morou até o fim de sua vida em uma *toca*. Segundo contam seus descendentes, era a única pessoa do grupo que descia de tempos em tempos à praia para pegar mariscos, peixes e outros alimentos, destacando-se assim como líder entre os demais e dando origem aos primeiros descendentes quilombolas da região norte do município.

matéria-prima das *Oficinas de Memória*, passando a se constituir como fontes infoculturais. Após tratamento descritivo, com título, duração, palavras-chave e resumo, foram integrados ao repositório de audiovisuais da *Estação Memória Cambury*, ficando acessíveis a qualquer cidadão, em quaisquer partes do mundo.

A Casa de Farinha: espaço vital de sociabi...
há 3 meses

Oficina de Desenho em Cambury
há 4 meses

Xilogravuras: exposição de obras
há 4 meses

Guaianum no quilombo
há 4 meses

Acessibilidade Zero para idosos e deficien...
há 5 meses

Sobre o tempo do Cativoiro
há 5 meses

Celebração ritual em Cambury

Celebração ritual em Cambury - II

Repositório Audiovisual, disponível em: <https://vimeo.com/user14332532/videos>

Depois de havermos integrado as fontes informacionais e culturais dos “homens memória” na *Infoteca digital* da Estação Memória Cambury, percebemos que outras fontes bibliográficas relevantes poderiam ser armazenadas no dispositivo, gerando assim referências de estudo importantes que eventualmente poderiam ajudar não só os moradores, mas também outros pesquisadores, estudantes e quilombolas do Brasil, interessados na temática pertinente ao universo cultural quilombola. Assim, enriquecidos com novos itens colhidos em pesquisa realizada na Internet, publicamos na Página

<Referências> do site Wordpress, lista com artigos, livros, links, estudos e conteúdos relacionados à temática da educação, memória e informação no contexto das comunidades quilombolas, incluindo a obra *A hora e a vez dos sobreviventes*:

Fonte: <http://estacaomemoriacambury.wordpress.com/publicacoes/>

△ *Memória global/local: articulação integrada dos dispositivos*

Em nosso trabalho de campo, deparamo-nos com o fato de que o interesse pelos relatos orais, a experiência de vida e os saberes tradicionais dos mais idosos diminuiria substancialmente no Cambury, com o advento dos avanços dos meios técnicos, científicos e informacionais na era global. Desde a chegada da luz elétrica (2008) no quilombo, a experiência dos mais velhos vinha sendo preterida em favor dos novos encantamentos vindos pela Internet. A questão retornava aos homens-memória de Cambury: estariam estas “bibliotecas vivas” sendo preteridas pela geração mais jovem, em razão da inauguração, em 2009, de um telecentro com acesso a Internet na Escolinha Jambeiro, ponto de cultura quilombola? Os sinais de transmissão ainda funcionam de modo precário, no entanto, vários jovens possuem celulares e se encantam com a possibilidade de enviar mensagens entre si, sms, torpedos, microtextos e imagens.

Evidenciamos em Cambury um conflito que se traduzia em aumento do desinteresse pela memória/cultura local, insumo à constituição de identidades culturais, em face da avalanche informacional propiciada pelas tecnologias informacionais. A memória

local das comunidades quilombolas e a experiência de vida dos idosos constituem legado cultural indispensável às novas gerações de jovens e crianças. Em um contexto de expropriação cultural (material e simbólica) e de subtração da memória/experiência, o *dispositivo cultural* poderia atuar em direção distinta, refazendo percursos ao rever sua atuação, buscando incluir, por meio de metodologias específicas, repertórios essenciais ao processo de apropriação e significação do mundo pelos sujeitos. Isso implicou na articulação entre universos simbólicos diversificados, entre os repertórios da memória universal registrada e os da memória local, direta ou indiretamente ligados à comunidade que veio a se apropriar desses dispositivos. Nesse sentido, ressalva-se: “importância das articulações entre memória universal e memória local em tais processos, uma vez que o diálogo entre as duas modalidades é categoria essencial à compreensão e à construção de novos significados. Do jogo entre o geral e o particular, entre o distante e o próximo, novos sentidos vão se constituindo, ao mesmo tempo que constituindo novos sujeitos e vinculações com o mundo físico e social”. (PIERUCCINI e PERROTTI, 2009: 1)

Enquanto lugar que articula a memória universal e local, nossa questão chave era fomentar o diálogo no processo educativo com crianças, idosos e jovens; diálogo não só da cultura global/local, mas entre os sujeitos, mediados por dispositivos igualmente dialógicos. Primeiro, dialogamos com os *sujeitos*; agora, o diálogo deveria se dar entre as fontes informacionais à disposição: a) o acervo de livros Arca das Letras (processados); b) o acervo audiovisual das memórias/relatos de vida (digitalizados). A articulação da memória universal e local resultou noutra categoria – a criação da *Infoteca Digital*, onde as duas primeiras se convergiram, além de se articularem com outros sujeitos (redes sociais), diminuindo as distâncias e ampliando a esfera de circulação social e cultural da memória da comunidade, como fonte de informação e também de conhecimento.

Trata-se de novo, mas necessário, enfoque das relações entre a *Estação Memória Cambury* e a memória histórica e cultural; a ideia foi criar um dispositivo informacional como instância articuladora de universos simbólicos (diferenciados e complementares), sem hierarquizar as experiências culturais, voltado a trocas simbólicas intergeracionais de idosos, jovens, adultos e crianças, por intermédio das práticas de mediação cultural das *Oficinas de Memória*. Na ausência daquele arranjo, este dispositivo (presencial) ficaria igualmente inviabilizado. Daí que uma coisa sempre puxa a outra...

“O assistencialismo é uma forma de ação que rouba ao homem a responsabilidade. Que deforma o homem. Que domestica o homem [...] O que importa, realmente, ao se ajudar o homem é ‘ajudá-lo a ajudar-se’. É promovê-lo. É fazê-lo agente de sua própria recuperação. É, repitamos, pô-lo numa postura conscientemente crítica diante de seus problemas e dos problemas de sua comunidade”. (FREIRE, 2003: 16)

No processo de articulação dos atores para as ações de mediação cultural, deparamo-nos com diversos ruídos na negociação que dificultaram o diálogo entre o pesquisador e os sujeitos das ações culturais. O mais evidente: a forte presença de práticas assistencialistas. O modo como atuamos, a fim de superar este e outros conflitos (sem prejudicar o processo de construção do objeto empírico), consta no capítulo V que trata da análise do papel do *mediador cultural* e categorização dos saberes informacionais necessários. Lá também discutimos algumas questões atuais, tais como as “sombras anchietanas que pairam no Cambury” e os conflitos advindos da “*expropriação da representação política*” no quilombo.

As práticas culturais das *Oficinas de Memória* tiveram que ser negociadas lentamente e com muita cautela, incluindo conversas com diversas pessoas da comunidade (caiçaras, quilombolas, descendentes de índios Karapeva, idosos, jovens e mulheres de pescadores); além de muita paciência, foram necessárias diversas visitas ao terreno, para enfim chegar à negociação dos termos e relações envolvidos nas ações culturais (espaço, tempo, disponibilidade, divulgação etc.), o que nos permitiu agendar duas práticas culturais e pedagógicas em 2012, as quais, acreditávamos, ocorreriam em regime de colaboração com a Escolinha Jambeiro e educadores locais. Contudo, tal parceria não ocorreu conforme o desejado, ao menos até a 5ª visita realizada ao terreno. O processo de negociação e diálogo com os atores foi moroso e conflituoso. Da parte de moradores *outsiders* e veranistas com segunda moradia na praia, houve mesmo quem dissesse:

“—A melhor forma de ajudar o Cambury é não fazer nada por Cambury!”

Conforme observamos ao longo de 10 (dez) visitas ao terreno,⁷⁴ são inúmeras as dificuldades naquele contexto social, entre elas, a precariedade de infraestrutura, a carência

⁷⁴ A 6ª e 8ª visitas foram dedicadas às *Oficinas de Memória, Informação e Xilogravura*; a 7ª foi de preparação e planejamento dialógico; a 9ª visita foi dedicada a colher assinaturas por melhoria de saúde no bairro e ocorreu 20 dias após o falecimento da jovem artista quilombola (Luciana Cruz dos Santos, 14 anos), protagonista que se destacara em todas as atividades da Estação Memória Cambury, vitimada por meningite bacteriana; a 10ª visita simbolizou o fechamento de um ciclo de estudos, de ações culturais; e políticas, com a entrega de 20 folhas de abaixo-assinado (29.03.13), devidamente digitalizadas, para que fossem protocoladas na prefeitura e na secretaria de saúde, junto outras enviadas por correio, no começo de abril (16.04.13).

de alternativas de geração de renda e dieta alimentar compatível com os “mínimos vitais”. Sem dispor de quaisquer recursos materiais, a própria sobrevivência simbólica dos bens culturais da comunidade encontra-se permanentemente ameaçada. Mas, sabíamos que doravante “Não podíamos deixar a canoa virar!” e prosseguimos com a gestação do formato das *Oficinas de Memória* – dispositivo de mediação cultural relevante (assim como os demais eixos a ele integrados), embora dependente da elaboração e concepção dos demais dispositivos complementares com os quais deveria necessariamente conversar. Como estratégia de inserção das memórias nas práticas pedagógicas, a exibição dos relatos de vida serviu de base ao processo de apropriação de novos saberes. Na medida em que os relatos eram processados e editados, ganhavam espaço na Infoteca, sendo armazenados ao lado do Acervo digitalizado Arca das Letras, e de outras memórias e experiências culturais em formato audiovisual, livros de domínio público para *download*.

Disponível em: <http://estacaomemoriacamburi.wordpress.com/infoteca/audiovisual/>

Embora a atual disposição gráfica e estética do dispositivo digital tenha sido aprimorada ao longo dos diálogos mantidos, à época das oficinas já dispúnhamos de alguns itens digitalizados, para a realização das Oficinas de Memória; já dispúnhamos de 3 (três) audiovisuais no dispositivo digital Wordpress, que também foram copiados no disco rígido de um dos computadores da Escolinha, ficando disponíveis para consulta pública. Os

audiovisuais continham histórias sobre vários temas relativos à pesca artesanal, as festas tradicionais e as lembranças da época do cativo. No entanto, antes de dá-los à estampa, os documentos audiovisuais foram tratados, de acordo com os metadados informacionais: título, país de produção, ano, duração, col./p&b, resumo, tags descritivas e links de acesso:

- **1) Pesca artesanal do tempo dos antigos**
(Brasil, 2012, 4'36", col., relato de vida – Genésio dos Santos)
Resumo: Sr. Genésio, 85 anos, líder quilombola de Cambury, Ubatuba, fala sobre o tempo da fartura de peixe, as técnicas artesanais de pesca no tempo dos “antigos”.
Tags: Quilombo, Pesca, Cambury, Ubatuba, Memória, Cultura, Brasil, Relatos, Idosos, Experiência.
Link: <https://plus.google.com/u/0/101297190721129538212/posts>.
- **2) Sobre o tempo do Cativo**
(Brasil, 2012, 8':06", col., relato de vida – Genésio dos Santos).
Resumo: Sr. Genésio, 85 anos, líder quilombola de Cambury, Ubatuba, fala sobre o tempo do Cativo, do sofrimento da escravidão, a fuga dos escravos, a “Toca da Josefa”, as histórias contadas pela Velha Cristina, a sua luta atual pela sobrevivência e a diferença do tempo de hoje e o tempo dos “antigos”.
Tags: Quilombo de Cambury, Escravidão, Cativo, Escrava Josefa, Toca da Josefa, Velha Cristina, Ubatuba, Memória, Cultura, Brasil, Relatos, Idosos, Experiência | gravação em 31.12.2011.
Nota: Relatos de vida com experiência dos idosos quilombolas e caixas de Cambury para práticas pedagógicas das Oficinas de Memória.
Link para acessar o vídeo: <http://youtu.be/vOaBPIteoEY>.
- **3) Sr. Genésio fala sobre festas dos “antigos”**
(Brasil, 2012, 6':37", col., relato de vida – Genésio dos Santos)
Resumo: Sr. Genésio dos Santos, 85 anos, líder quilombola de Cambury – Ubatuba, fala sobre as festas tradicionais que faziam parte do cotidiano de caixas e quilombolas do litoral norte de São Paulo e que estão desaparecendo totalmente.
Tags: Festas de Cambury, Caixas, Cultura, Quilombo, Memória, Relatos, Idosos, Experiência | gravação em 31.12.2011.
Link para acessar o vídeo: <http://youtu.be/kEY0O2HUpIY>

Com efeito, ainda sentíamos que faltavam as condições que favorecessem a apropriação social do conhecimento pelos quilombolas de Cambury: condições de aprender, produzir e construir novos significados e novos saberes informacionais, tornando mais interessante a aventura de conhecer o mundo. Numa perspectiva que garantia a conservação das memórias locais, de um lado, priorizamos os processos de coleta, tratamento e disseminação de relatos de experiência, por meio de registro de depoimentos/entrevistas de idosos quilombolas; de outro, com o foco mais direcionado a processos dinâmicos de produção da experiência, articulamos as propostas práticas das *Oficinas de Memória* intergeracionais, reunindo num mesmo ato/movimento, os sujeitos da experiência e diferentes grupos de jovens e crianças caixas. A esta altura, já entendíamos a *Oficina de Memória* como uma prática cultural que colocava os sujeitos em situação de produção, transmissão e reelaboração de suas próprias experiências.

A agenda e a metodologia das *Oficinas de Memória* foram negociadas com a comunidade e a Escolinha Jambeiro. Divididas em duas edições, realizaram-se entre os meses de julho e novembro de 2012, na comunidade quilombola de Cambury; elas constituem um tipo de prática educativo-cultural que visa colocar idosos, jovens, crianças e educadores em relação direta com a memória/experiência dos relatos de vida dos anciãos quilombolas — “matéria social viva”.⁷⁵ De que forma? Elas foram pensadas intencionalmente, de modo integrado e complementar aos demais eixos do dispositivo, a partir do desenvolvimento de ações dialógicas que valorizam o meio sociocultural, os fazeres e saberes quilombolas.

A equipe de mediadores que atuou de forma mais permanente nas *Oficinas de Memória, Informação e Xilogravura* foi formada por este pesquisador, mais duas pessoas voluntárias, uma, formada em técnica de biblioteconomia, a outra, um arte-educador, também professor com formação em linguística e pedagogia. Foram realizadas diversas reuniões quinzenais, ao longo de quase dois anos, às terças-feiras à 19hs., para discutir, trocar ideias e construir o formato e definir os suportes materiais e imateriais, indispensáveis à realização da mediação cultural, no espaço da Escolinha Jambeiro, vizinha ao quilombo do Cambury:

- os *suportes materiais* da mediação (livros do acervo Arca das Letras, exibição de audiovisuais, galeria de imagens, internet, exercícios com papel, isopor, tinta e madeira);
- os *suportes imateriais* (diálogos intergeracionais, trabalhos em grupo, expressão musical, debate e avaliação);
- as ferramentas de mediação (verbalização, produção de desenhos, produção de gravuras na madeira, manipulação de xilos e matrizes).

Ao elaborar o plano de atividades de pesquisa, as propostas foram, com muito custo, negociadas a fim de adaptar o tempo da pesquisa com a agenda da comunidade. A

⁷⁵ Os encontros presenciais deveriam extrapolar a mera divulgação de relatos, expandindo os limites dos processos de difusão de produtos a públicos específicos ou variados; ao deter-se apenas nos aspectos sintáticos e de conteúdo explícitos dos registros, a *informação* deixa escapar elementos que, neste quadro, são estruturalmente definidores na construção da significação. Diferentemente, a sabedoria trazida pelo relato, sobretudo do idoso é, muitas vezes, um tom, uma pausa, um silêncio, um não-dito... As vozes que testemunham tantas experiências contando histórias da família, da rua, da escola, da igreja, dos amigos, dos amores e dissabores, insuflam imagens que as teorias matemáticas da informação chamariam de “ruídos” (FARIA, 1999).

fim de estimular a participação dos sujeitos no processo de aprendizagem e apropriação cultural, buscamos formar grupos de trabalho com pessoas de diferentes faixas etárias, a fim de promover o diálogo intergeracional. O dispositivo digital da *Estação Memória Cambury* serviu como meio comunicacional para divulgar a programação com antecedência e convidar as pessoas interessadas em participar das *Oficinas de Memórias*.

PROGRAMAÇÃO 1ª. OFICINA DE MEMÓRIAS E XILOGRAVURA

Proposta de Atividades	Dia	Horário
A) Apresentação da proposta pedagógica (objetivos, fins, etapas, desenho das oficinas), com Edison Santos e Valter Luz ⁷⁶ ; B) Exposição de Memórias – 3 relatos de vida (telão, ppt, notebook) C) Levantamento Fauna / Flora / Experiência / Relatos orais idosos “madeira boa” – Busca significativa de temas (memória e experiência) ⁷⁷ 1ª. Oficina – Desenho Básico: Fauna / Flora do Cambury - 3hs	11 Julho	9-12hs 14-17hs
2ª. Mini-oficina de Desenho e Esboços: noções básicas. Mini-oficina de Xilogravura <i>Parte I</i> - (técnicas)	12 Julho	9-12hs 14-17hs
3ª. Mini-oficina Poema narrativo I (Cordel) - Jogos narrativos; Diálogo memória local / universal (histórias, relatos) - Mini-oficina Produção textual escrita	13 Julho	9-12hs 14-17hs
4ª. Mini-oficina de Xilogravura II - 3hs - Produção textual escrita - transformar oralidade em escrita - Poema narrativo II (Cordel/festas/ lugares/casa da farinha)	14 Julho	9-12hs 14-17hs
Exposição e Leitura: apresentação dos produtos das Oficinas Avaliação da semana, depoimentos e relatos pessoais. Apresentação de sugestão de cronograma de atividades 2º Sem 2012 Confraternização: roda de música, viola, berimbau e outros instrumentos musicais.	15 Julho	Aberta 16 a 31 julho 9 - 17hs

→ *Primeira Oficina de Memória, Informação e Xilogravura*

As atividades da I Oficina de Memória, Informação e Xilogravura ocorreram entre os dias 9 e 13 de julho de 2012, após longas conversas negociadas com a comunidade de Cambury. Nesta primeira edição, os relatos de vida dos idosos serviram como ponto de partida para o aprendizado da técnica tradicional de impressão. A oralidade foi explorada com os *relatos de vida* do Sr. Salustiano, sobre o funcionamento da Casa de Farinha e os modos de fazer dos antigos. Do oral partimos para a composição do texto visual (esboço, desenho) e, posteriormente, desenvolvemos pedagogicamente os saberes relativos ao aprendizado para o desenvolvimento da escrita (xilogravura e gravura).

⁷⁶ Educador há 20 anos na rede pública, Valter Luz é bacharel e licenciado em Letras - Linguística-USP (2003) e, atualmente, graduando em Pedagogia, na UNESP/Univesp (2011-2013).

⁷⁷ Pesquisa: 1) Memória coletiva local (idosos, Genésio, Salustiano, Miguel da Cruz, Néio, Tia Alcina); 2) Memória Universal: a) Biblioteca Arca das Letras, b) Internet, c) Estação de Memórias Cambury (Wordpress).

A apresentação de relatos de vida dos idosos subsidiou a pesquisa sobre os nomes e características de peixes, mamíferos, aves, artrópodes e plantas da região. A produção de xilogravuras foi feita com base nas espécies levantadas. Antes, porém, de conhecer os princípios da xilogravura e do material para a sua produção, fizemos pesquisa com os moradores sobre os tipos de madeiras locais, quais são as mais adequadas para entalhe e que podem ser encontradas na região. Já as crianças fizeram gravuras, a partir de imagens da fauna e flora locais, com a técnica da monotipia em isopor, devido ao perigo em manipular as ferramentas da gravura.

Os produtos culturais a serem criados pelos participantes deveriam ser inspirados em relatos orais do Sr. Genésio (86 anos) e do Sr. Salustiano (68 anos), a respeito da rotina e usos da Casa de Farinha. Um fato curioso contribuiu para o diálogo e a escolha do gatilho inicial: apresentamos cópia original de uma xilogravura, encontrada por acaso no lixo da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas-USP, com outras dissertações e teses descartadas. Foi produzida pelo artista Jota Barros (J. B.), em 1975, época em que casa de farinha do Cambury ainda estava em plena atividade:

Casa de Farinha do Norte do Brasil, Jota Barros, 1975.

Durante três dias, os participantes da *I Oficina de Memória* se apropriaram dos saberes xilográficos (história, técnicas de desenho e esboços, técnicas de impressão e arte de imprimir, tipos de madeiras etc.). Esta foi a primeira experiência construída pelo

mediador cultural a partir da reconfiguração dos dispositivos; enquanto prática cultural e pedagógica, tratava-se de confrontar, por meio do diálogo, as memórias dos idosos e a aprendizagem da linguagem da xilogravura como técnica de impressão e ilustração, a ser apropriada por jovens, idosos e crianças. Ao final do processo de apropriação de informação a partir das memórias/experiências dos idosos, realizamos exposição com os produtos culturais gerados pelos protagonistas, frutos de muito diálogo, brincadeiras, conversas, circulação de informações e conhecimentos tácitos:

<p>Participantes da I Oficina de Memória, realizada entre 9 e 13 de julho 2012.</p>	<p>Os participantes aprenderam conceitos básicos de desenho, antes de entalhar na madeira.</p>

<p>Matrizes das xilos produzidas em Cambury e que agora fazem parte do acervo cultural.</p>	<p>Exposição de xilogravuras em varal, no interior da Escolinha Jambeiro.</p>

<p>A artista quilombola Luciana Cruz foi destaque na I Oficina; no detalhe, aplica o que aprendeu sobre entalhe e escrita na madeira.</p>	<p>Exposição pública dos produtos culturais no mural da Escolinha Jambeiro, julho a dezembro de 2012.</p>

Fonte: <http://estacaomemoriacamburi.wordpress.com/cursosoficinas/producao-local/>

Na I edição, a atividade cultural fomentou, ao longo de três dias, o contato entre pessoas de diferentes faixas etárias, em encontros presenciais, mas a participação mais entusiasmada e produtiva ocorreu com 2ª Oficina de Memória, Informação e Escrita. Talvez, porque já estivesse mais bem planejada e integrada aos dispositivos informacionais que tínhamos à disposição, constou de um conjunto de ações culturais que envolveram não só as práticas de mediação cultural, mas também outras atividades paralelas como mini oficinas com duração de 3 (três) horas, que visaram despertar o interesse pela produção de instrumentos musicais, a partir de sensibilização com os sons naturais da região, exibição de filmes ligados à temática afro-brasileira, almoço comunitário, atividades circenses entre outras.

Escolhemos o Dia Nacional da Consciência Negra (20 de novembro) para ocupar o espaço vivencial da Escolinha Jambeiro e desenvolver múltiplas atividades educativas ao longo de quatro dias, como parte de uma ação cultural mais ampla. O intuito: comemorar o Dia e também a inauguração do novo espaço físico da Escolinha Jambeiro, reformada com verba do Ministério da Cultura (MinC); foi possível renovar o telhado, reformar a cozinha e pintar a parte externa da Associação.

A programação geral recebeu o título de “Oficinas de Memória: Arte, Cultura e Informação”, mas foi composta em vários blocos de fazeres e aprendizagens diferenciadas, para atender ao maior número de pessoas: desenho, gravura, xilogravura, cinema, exposição de artesanato e fotografias, experimentação musical e restauro de instrumentos.

As atividades pedagógicas da Xilogravura foram preparadas com antecedência e contaram com a participação de Valter Luz, arte-educador, que compartilhou saberes e trocou experiências com os jovens (quilombolas e caiçaras) e idosos da comunidade quilombola de Cambury. Um dia antes, houve a preparação do ambiente, com a organização de mesas, cadeiras, materiais pedagógicos, telão para projeção de audiovisual, lousa, mural de fotografias, livros, internet, entre outros recursos, que deveriam ficar à disposição dos participantes e subsidiar a prática dos educadores. O formato inicial da II Oficina proposto pelo educador Valter Luz tinha como objetivo enfatizar a importância dos relatos orais dos idosos (memória/experiência) para a criação de novos produtos culturais a partir da xilogravura, de acordo com as seguintes diretrizes preliminares:

- apresentar o cordel, o porquê do nome cordel e um breve histórico dessa literatura, fazendo referência à tradição medieval ibérica. Leitura em voz alta de obras escolhidas do Acervo Arca das Letras e leitura individual de folhetos pelos participantes;
- apresentar as técnicas de versificação usadas na literatura de cordel. Chamar os adultos e idosos para fazer contações de histórias da comunidade. Produção de versos baseados nas narrativas orais;
- apresentar relatos de vida, seguidos de pesquisa com os mais idosos sobre os nomes e características de peixes, mamíferos, aves, artrópodes e plantas da região; produção de textos orais e escritos, com base no levantamento e consulta aos idosos.

Desta vez, houve apresentação mais espontânea dos participantes; logo após aconteceu a exibição de um audiovisual na sala de projeção da Escolinha Jambeiro, para introduzir o diálogo com base em um relato de vida dos idosos. Alguns jovens foram orientados a acessar o recém-criado site da *Estação Memória Cambury*, onde demonstraram certo espanto em ver seus parentes “falando na internet”. Contudo, a ação foi planejada com o intuito de valorizar a identidade e cultura locais. Assim, no dia 16 de novembro de 2012 pela manhã teve início a Oficina de desenho: noções básicas. Após a apresentação dos educadores e dos participantes, todos dispostos em círculo, ao redor de três mesas justapostas, o educador Valter Luz compartilhou seus saberes numa perspectiva de diálogo com as diferenças, conforme orientações discutidas previamente com o pesquisador.

O percurso pedagógico ocorreu de acordo com o planejamento que havíamos preparado e negociado com os participantes. Foram apresentados, como elementos fundamentais do desenho de figuras naturais ou culturais, o ponto e as linhas retas e curvas; as figuras geométricas planas e os sólidos geométricos. Os participantes exercitaram suas capacidades de desenhar figuras a partir das atividades propostas: fazer à mão livre sequências de linhas retas e curvas, tentando manter o paralelismo nos traços contínuos; desenho de triângulos, quadrados e círculos e suas variações; desenho de objetos a partir de formas geométricas; representação da profundidade com sombreado.

Em seguida, foi apresentada a noção de perspectiva aplicada ao desenho do cubo, depois a edifícios, utilizando os conceitos de linha do horizonte (LH) e ponto-de-fuga (PF), a fim de desenvolver o entendimento de profundidade. O público foi composto por moradores da comunidade, visitantes e arte-educadores; alguns dos jovens, inclusive, já haviam participado da [*Oficina de Memória e Xilogravura*](#), em julho de 2012.

Oficina de Desenho: prática de mediação cultural, desenvolvida em 16.11.2012.

Aprendendo a fazer desenho: noções básicas

No dia 16 de novembro pela manhã teve início a Oficina de desenho básico. Após a apresentação dos educadores e dos participantes, todos dispostos em círculo, ao redor de três mesas justapostas, o educador Valter Luz compartilhou seus saberes numa perspectiva de diálogo com as diferenças.

Diálogo intergeracional: idosos contribuem com relatos de vida.

Sr. Salustiano e Luciana, em primeiro plano, se destacaram na Oficina de desenho.

O educador explica a importância da apropriação de novos saberes.

Aprendendo a fazer, dispostos em círculo.

Diálogo com as diferenças: crianças, jovens e idosos.

O arte-educador Valter Luz compartilha seus saberes.

O desenho figurativo deve começar com um esboço, partindo de figuras geométricas.

Alcides e Catarina deixaram seus afazeres para participar com a turma.

Aprendendo a fazer, juntos.

Fonte: <http://estacaomemoriacamburi.wordpress.com/cursosoficinas/desenho/>

Após avaliação informal realizada em grupo, chegamos à conclusão que a participação foi positiva; de certa forma, todos haviam aderido à proposta e entenderam o objetivo da Oficina de desenho: demonstrar que o desenho figurativo deve começar com um esboço, partindo de figuras geométricas; já estavam prontos para encarar no dia seguinte a Oficina de Memória e Xilogravura. Antes, porém, de adentrar no universo do saber da Xilogravura, foi explicado aos participantes “o que significa a arte de xilogravar”, com a apresentação didática dos tipos de xilogravura mais conhecidos:

a) Xilogravura significa gravura em madeira. É uma antiga técnica, de origem chinesa, em que o artesão utiliza um pedaço de madeira para entalhar um desenho, deixando em relevo a parte que pretende fazer a reprodução. Em seguida, utiliza tinta para pintar a parte em relevo do desenho. Na fase final, é utilizado um tipo de prensa para exercer pressão e revelar a imagem no papel ou outro suporte. Um detalhe importante é que o desenho sai ao contrário do que foi talhado, o que exige um maior trabalho ao artesão;

b) quanto a sua classificação, existem dois tipos de xilogravura: a *xilogravura de fio* e a *xilografia de topo* que se distinguem através da forma como se corta a árvore. Na xilogravura de fio (também conhecida como madeira à veia ou madeira deitada) a árvore é cortada no sentido do crescimento, longitudinal; na xilografia de topo (ou madeira em pé) a árvore é cortada no sentido transversal ao tronco.

<p><i>O educador explica a importância da apropriação de novos saberes.</i></p>	<p><i>As matrizes podem gerar uma porção de outras gravuras: uma alternativa para geração de renda, além de estímulo à produção artística e registro das memórias locais.</i></p>	<p><i>Três matrizes que tratam da temática do homem rural de Cambury, ligado à agricultura, caça e pesca.</i></p>

<p><i>Alcides e Catarina deixaram seus afazeres para participar com a turma.</i></p>	<p><i>Desta vez, a segunda edição da Oficina de Memória e Xilogravura trabalhou com cores.</i></p>	<p><i>Protagonistas das Oficinas de Memória e Xilogravura exibem certificados de participação.</i></p>

Galeria de arte em homenagem a Luciana Cruz, jovem protagonista que faleceu em janeiro de 2013

Mediação e diálogo intergeracional são os pilares da apropriação cultural.

Como parte das ações de mediação cultural que se fundam nas relações de amizade, confiança, solidariedade, trocas de experiências, memórias e informações, compartilhamos os resultados com outra exposição dos produtos culturais, desta vez em

espaço aberto e público, combinado com almoço comunitário, que tinha como cardápio “rabada ao molho de batata”, com a participação dos protagonistas das *Oficinas de Memória, Informação e Xilogravura I e II*:

Almoço coletivo e exposição de artesanato ao ar livre.

Objetivo: comemorar a inauguração do novo espaço cultural e infoeducativo, 20.11.12.

Dificuldades e imprevistos fazem parte das questões inerentes aos atos pedagógicos, sobretudo em contextos marcados por lógicas diferentes dos ambientes educativos formais. Em nosso caso, procuramos superá-los por meio da conversa, do contato informal (boca-a-boca), com participações encorajadas por meio das notícias trazidas pelos amigos, recados passados por conhecidos, parentes etc. Os que não participaram da primeira oficina, todavia, não sabiam por onde começar. Como forma de incluí-los, foi preciso reapresentar as noções básicas de desenho apenas mostrando os exercícios que os demais já tinham produzido, diminuindo o tempo de vivência com o ato de desenhar. Enquanto isso, outros já estavam no entalhe ou esperando para a impressão;

resultado: ficou difícil me dividir em três turmas de fases distintas ao mesmo tempo. Apesar do imprevisto, ao final da tarde, todos haviam imprimido ao menos uma gravura de cada matriz; a maioria já havia alcançado duas ou três impressões, em cores diversas.

Todas essas atividades almejavam estimular as trocas simbólicas e o diálogo intergeracional, a saber: a) ouvir os relatos de vida e as histórias contadas pelos idosos; b) desenvolver os conhecimentos e as habilidades necessárias à produção de folhetos e gravuras, a partir dos relatos de vida; c) orientar a produção de textos verbais e não verbais, estimulando a troca de saberes; d) publicação dos produtos culturais (álbuns fotográficos, desenhos, esboços, gravura, xilogravuras, textos escritos, áudios, vídeos e exposições) gerados pelas *Oficinas de Memória*, incorporando-os ao acervo da comunidade.

A finalidade dos produtos informacionais elaborados a partir dos registros orais não foi a de limitar a relação dos sujeitos com os respectivos registros de memória; eles visaram, sobretudo, criar repertórios comuns de informação entre os diferentes segmentos etários da comunidade quilombola, que funcionassem como pontos de geração de novos fluxos de produção e reinserção de experiências entre os moradores do quilombo de Cambury.

Com esta ação, ao mesmo tempo cultural e pedagógica, as crianças e jovens puderam compreender e valorizar os saberes tradicionais do seu lugar quando se viram representadas no documentário “Canoa caiçara” (2009, col., 25 min.),⁷⁸ onde seus pais aparecem como protagonistas e ensinam aos pesquisadores da FAU-USP como constroem as “canoas de um pau só”, saber tradicional herdado dos índios. Nesse sentido, a oralidade e as conversas durante o processo de mediação cultural foram combinadas para a apropriação de saberes; no caso dos quilombolas, constituem verdadeiros celeiros da tradição africano-brasileira; quilombos têm sua identidade preservada pela perpetuação de seus costumes e de suas tradições, repassados, ao longo dos séculos, pelos mais velhos aos mais novos. Por meio das histórias e de práticas milenares, repassam a memória de um povo. A arte de produzir farinha a partir da mandioca, a utilização de ervas medicinais para

⁷⁸ A canoa é um forte elemento da cultura caiçara, representa um modo de vida, uma herança material baseada nas relações das comunidades do litoral sudeste do Brasil com o meio ambiente e com a história social e econômica da região. O documentário valoriza esse patrimônio cultural e mostra as técnicas e conhecimentos presentes no feitiço da canoa caiçara em Ubatuba. Tomamos ciência deste documentário, por ocasião do Seminário Regional de Bibliotecas Públicas, realizado em 10 de março de 2012, na Fundart - Fundação de Arte e Cultura de Ubatuba. Foi produzido em 2009 como parte do projeto “Com quantas memórias se faz uma canoa”, pela *Intermeios* que reúne a produção audiovisual e fotográfica de professores e alunos da FAU-USP. Disponível em: <https://vimeo.com/36408058>, também foi incorporado à Estação Memória Cambury em: <http://estacaomemoriacamburi.wordpress.com/historia/fazendo-canoa/>.

a manutenção da saúde e a prática das parteiras tradicionais são alguns desses saberes preservados. (MOURA, 2007: 7)

Buscamos articular a produção de novos saberes informacionais, com a circulação social de memórias, paralelamente à sistematização do acervo Arca das Letras e outros repertórios informacionais e atividades ligadas à Escolinha Jambeiro, de modo que uma coisa sempre se relacionava com a outra. A ideia foi possibilitar a criação de um circuito de reinserção de conteúdos e formas culturais que, até então, não vinha sendo devidamente considerado no ambiente tradicional de educação informal da Escolinha. Assim, fizemos o caminho inverso ao do confinamento cultural, buscando meios de reatar os vínculos intergeracionais, reinscrevendo o diálogo entre a cultura local e a cultura universal, propiciando formas alternativas de ressignificação do processo de construção do conhecimento entre caçaras e quilombolas do bairro.

△ Apropriação no contexto das *Oficinas*: “uma coisa puxa a outra”

Há uma característica diferenciadora da apropriação: o investimento do sujeito na ação por ele realizada, movido por forças vitais do desejo e da vontade.
(Michel Certeau, *A invenção do cotidiano*)

Conforme já dissemos, as ações culturais das *Oficinas de Memória* objetivaram ir um além das referências que reforçam a *assimilação*, não bastando simplesmente absorver o *saber-fazer* xilográfico, senão também provocar novas atitudes, estimular a participação e a apropriação de novos significados, experimentar os novos sentidos atribuídos à reconfiguração da ordem informacional dos dispositivos, na Escolinha Jambeiro.

No contexto das *Oficinas de Memória & Informação* (Desenho, Xilogravura I e II), havia a convicção de que a *apropriação* (cultural/simbólica) seria mais bem compreendida no espaço-tempo do fazer – situação em que o trabalho material e imaterial efetivamente se conjugam, sem polaridades, superando, pois, o dualismo insustentável de que a matéria e o espírito seriam mutuamente excludentes. Partimos do pressuposto de que os sujeitos pensam e expressam o que pensam enquanto fazem, apropriando-se de novos saberes, no momento em que realizam o trabalho – *work in process*.⁷⁹ Para os artistas e

⁷⁹ Conceitualmente a expressão *work in process* carrega a noção de trabalho e de processo: como trabalho, o termo é um amálgama que sintetiza dois momentos: um, de obra acabada, como resultado, produto; e, outro, do percurso, processo, obra em feitura; como processo implica interatividade, permeação; risco, este último próprio de o processo não se fechar enquanto produto final. (COHEN, 1998: 20-21)

sujeitos do saber, falar sobre “o que significa a apropriação” significava poder expressar simultaneamente – por meio de traços, cortes e incisões talhados em madeira – sobre os próprios sentimentos, emoções, pensamentos despertados pelo diálogo em torno dos gatilhos iniciais. Estes foram gestados a partir dos relatos de vida dos idosos, doravante auxiliados pela nova configuração da ordem dos dispositivos, combinado com a consulta a outras fontes, já acessíveis em ambiente digital – requisitos que favorecem processos afirmativos de busca de informação e produção de significados culturais:

“Apropriar-se é transformar o que se recebe em algo próprio, é produzir um ato de diferenciação que se contrapõe a qualquer tentativa rígida imposta pela ordem dos livros, é a atividade de invenção, produção de significados. Toda história da leitura supõe, em seu princípio, esta liberdade do leitor que desloca e subverte aquilo que o livro lhe pretende impor. Apropriar-se, portanto, é ação afirmativa, é invenção e criação e não simples recepção mecânica e automática de sinais ou de mensagens.” (CHARTIER apud PERROTI; PIERUCCINI, 2007: 17-18)

A ação afirmativa consistiu em revitalizar o circuito social de memórias, de informação e cultura, com base em dois pilares básicos: reconfiguração da ordem dos *dispositivos* e diálogo intergeracional por meio da *mediação cultural*. Em nossa proposta pedagógica, a ideia era fazer com que as obras do acervo Arca das Letras ingressassem no circuito de produção de novos saberes tanto quanto a recorrência aos registros audiovisuais dos relatos de vida dos idosos, de modo que pudessem ser igualmente apropriados pelos sujeitos do saber em seu processo de criação de novos bens culturais.

Nesse sentido, o contato com a realidade cotidiana, as conversas em torno do funcionamento da Casa de Farinha, antes do episódio da ventania que derrubou a casa do Sr. Neio e lhe foi cedido morar provisoriamente neste espaço coletivo da comunidade até que pudesse reconstruir a sua casa; os diálogos com os pescadores Sr. Miguel, Simão, Zé Roberto, Salustiano sobre a importância da canoa na vida dos caiçaras quilombolas.

Evidentemente, com a reconfiguração dos dispositivos informacionais da *Estação Memória Cambury*, os gatilhos para estimular o processo criativo poderiam, doravante, funcionar como se uma “coisa puxasse a outra”: um livro, uma conversa, uma memória, um *site*, um relato de vida ou um filme, no contexto das ações culturais e informacionais, poderiam servir como ignições para dar a partida, de modo que a prática pedagógica pudesse nascer e se desenvolver, gestada a partir de um estímulo material, afetivo, psicológico, do próprio cotidiano.

Certa feita, na entrada do período de seca, quando não há fonte de renda, nem os turistas da temporada, o assunto mais em voga era a falta de peixe; com a escassez de alimento, conforme disse Sr. Salustiano, as frutas também não chegavam a ficar maduras porque as crianças sempre comiam goiabas, mangas e abacaxi verdes, ainda no pé, sem esperar a maturação; com a interdição da caça animal pelo Parque, somada à falta de peixe e de frutas, não tardou a surgir uma ideia, diante da necessidade vital: fazer um *mutirão* para construir uma horta comunitária.

Roçado do Sr. Salustiano e escolha do terreno para o mutirão da “horta comunitária”.
5ª. Visita ao Quilombo do Cambury, abril de 2012. Galeria de imagens disponíveis em:
<http://estacaomemoriacamburi.wordpress.com/historia/mutirao-horta-comunitaria/>

Então foi assim que, ao participar do mutirão da horta comunitária,⁸⁰ percebemos a importância do diálogo com a realidade cotidiana dos moradores; não podíamos desprezar nada que pudesse, de alguma forma, se constituir em *gatilho* de nossas ações no interior do terreno. O sentido da apropriação significava em nosso contexto adequar soluções para determinados problemas pontuais, de modo que as pessoas se sentissem motivadas a trabalhar em benefício próprio, uma *coisa puxando a outra*, de modo que uma referência (memória/experiência) anterior pudesse ser citada (incorporada) em uma nova obra de referência (memória/experiência): daí, o protagonismo dos sujeitos, que passam da condição passiva de receptores do conhecimento (*transmissivismo*) para a de autores e criadores, portanto, autênticos artistas cujas obras também passariam a figurar ao lado de outros itens informacionais do Acervo Digital da Estação Memória Cambury; assim, elas poderiam igualmente ser acessadas em dispositivos de busca na internet, fazendo-se constar ao lado de tantos outros artistas.

O tema da escravidão e do tempo do cativo foi explorado na 2ª edição das Oficinas de Memória e Xilogravura, por ocasião da comemoração da Semana Nacional da Consciência Negra (de 15 a 21 de novembro de 2012). Uma oportunidade de olhar para o passado, não como ele (supostamente) foi, mas em seu porvir; ou seja, em tudo que ele pode ser desde o presente (aqui e agora), na medida em que a *Oficina de Memória e Informação* é uma prática cultural que coloca os sujeitos *em situação* de produção, transmissão, reelaboração de sua *experiência*, ou seja, integra uma complexidade de contextos, corporalidades, gestualidades e emoções diversas que se manifestam nas interlocuções e diálogos interpessoais.

A visita ao Quilombo de Cambury foi muito importante: conheci um pouco a realidade daquela comunidade, desde o lado bom de viverem em plena natureza, até as dificuldades de falta de água e outros recursos, naturais, financeiros, relativos à educação, saúde etc. Achei importante haver ali a Escola Jambeiro, com toda uma estrutura de acesso à internet e aprendizado de informática, filmes, vídeos e discos: não vi muitos livros, e isso é necessário. Proponho que na próxima visita façamos um trabalho de alfabetização. Mesmo

⁸⁰ Entre os dias 12 e 13 de Abril de 2012, aconteceu o “Mutirão da Limpeza” na Escolinha Jambeiro. Em seguida, foram reunidos esforços coletivos para a construção da Horta Comunitária, em terreno adjunto à Associação dos Remanescentes de Quilombo de Cambury. Participaram três jovens quilombolas, Sr. Salustiano (agricultor), Patrícia Cristina (infoeducadora), Edison Santos (pesquisador), Andréia Arantes (Arte-educadora), Alcides Alves (artesão) e mais três crianças. Na ocasião, visitamos a roça do Sr. Salustiano que fica no alto das montanhas, dentro do Quilombo de Cambury. (ver imagens, p. 149) O maior problema relatado pelo Seu “Tiano”, quilombola de 68 anos, é a falta de água para regar a plantação de mandioca.; faltam-lhe 500 metros de cano e uma bomba d’água para bombeá-la da cachoeira até a uma altura de 35 metros, onde há o cultivo de mandioca e outros itens necessários à subsistência. Questão: Como ainda é possível faltar água para as plantas numa região onde abundam cachoeiras, chuvas torrenciais?

que não seja possível a frequência de aulas, dá pra fazer instalações, afixar cartazes, atribuir/delegar atividades aos jovens que estudam, para que ajudem os demais a lerem. (Wilson Rocha, educador voluntário, 20.12.2012)

Entendemos que é desse modo que as experiências adquirem significados e as práticas culturais ganham sentido, renovando tanto os repertórios como os sujeitos, possibilitando-lhes perceber que, na diferença que os define, possuem características e pertencem a um mundo comum. O local passa, assim, a ser contraponto do global, meio de negociação de sentidos que nem encerram o sujeito em seu universo imediato e restrito, nem o lançam num oceano de signos que, por serem desencarnados e distantes, acabam se tornando desencantados. Em nosso caso, a escolha da linguagem da xilogravura, combinada com a oralidade das conversas, narrativas e diálogos, significou uma chave de interpretação cultural importante para o êxito das práticas de mediação cultural das *Oficinas de Memória*.

Entretanto, a articulação dos meios de divulgação foi frágil para se contrapor à desatenção (quase omissão) dos educadores da Escolinha Jambeiro, razão que nos levou a criar outros meios de inclusão de novos participantes, à medida que chegavam e se interessavam pelo que estava acontecendo ali. Improvisamos cartazes que foram colados em pontos estratégicos, mas exploramos pouco o boca a boca, e articulamos com certo atraso a inserção de outros atores e interlocutores importantes no processo dialógico de comunicação, porque subestimamos o fato de que a telefonia móvel e a internet já eram acessíveis aos jovens que frequentavam Escola na cidade de Ubatuba.

Foi assim que caímos definitivamente na rede. E a fim de explorar as potencialidades comunicativas e informacionais das redes sociais, criamos um dispositivo digital, integrado e complementar, incorporando o repertório da *Infoteca* da Estação Memória Cambury, livros de domínio público para download, com destaque para a memória local. De fato, para impulsionar a circulação social das memórias (recriadas e transformadas em arte, durante as ações culturais) prescindíamos de uma ação *proativa* voltada à criação de uma *rede sociotécnica*, capaz de dialogar com outros contextos informacionais e, sobretudo, que possibilitasse a reinserção das memórias/ experiências no circuito social, refazendo o ciclo. Só que desta feita, relidas como *referências* importantes, e acessíveis, nas trocas simbólicas e na apropriação de novos saberes.

Quase sempre considerados como conceitos opostos, *modernidade e tradição* nem sempre são excludentes nos processos inovativos, quando são consideradas as margens de manobra que as mudanças trazem consigo. Conforme defende Michel Callon “a inovação não destrói a tradição, pelo contrário se nutre da mesma”; o autor ressalta que existem margens de manobra na competição econômica, na produção dos conhecimentos científicos e na produção de inovações sociais⁸¹ que são capazes de preservar e até enriquecer a identidade das tradições. (CALLON, 2010: 64-90)

De acordo com a nova configuração das sociedades em rede, a *internet* não desqualifica os meios tradicionais de comunicação, antes os absorve. Os meios de comunicação tradicionais como o rádio, a TV e a imprensa, funcionam conforme um modelo de comunicação de “um para muitos”, com uma hierarquia definida em mão única, de emissor a receptor; na Internet, prevalece um novo modelo de comunicação, de “muitos para muitos”, os atores do processo de comunicação não têm um papel fixo, podendo ser ao mesmo tempo produtores, receptores e artistas de informação.

“As redes sociais, em sua essência, são formas de compartilhamento de informações, gostos e ideias entre usuários com os mesmos interesses e estilos. Assim, alguns artistas usam seus trabalhos como meio de criar microrredes sociais. Em diferentes espaços, como sites ou blogs, eles buscam aglutinar seguidores a partir de propostas sedutoras, que mexem com elementos da psique dos usuários. Esse tipo de proposta estabelece funções pedagógicas, culturais e criativas, com obras interativas em um espaço suscetível de prolongamentos”. (BULHÕES, 2011: 51)

Com efeito, todo processo de inovação social envolve diálogo e negociações, em que os sujeitos da ação são aqueles que validam ou rejeitam a inovação. Com base nisso, Callon afirma que a inovação é um “processo coletivo e colaborativo, que precisa mapear os grupos que têm interesse na inovação e aqueles que se opõem a ela, dentro das redes sociotécnicas”. Atualmente, a noção de rede é uma inovação social que perpassa quase todos os campos das ciências humanas e exatas, puras e aplicadas, despertando interesse de trabalhos teórico-práticos de campos tão diversos como a ciência, a tecnologia e a arte.

⁸¹ Empregamos o conceito de “inovação social” para fazer referência ao conhecimento – intangível ou incorporado a pessoas ou dispositivos, tácito ou codificado – que tem por objetivo o aumento da efetividade dos processos, serviços e produtos relacionados à satisfação das necessidades sociais; ao passo que a inovação para o desenvolvimento social em contextos de expropriação implica necessariamente a criação e utilização de tecnologias, processos e metodologias originais que possam vir a ser constituir em propostas de novos modelos e paradigmas para o enfrentamento de problemas sociais: combate ao analfabetismo, combate à pobreza, a promoção da saúde, educação, cidadania etc.

As redes estão presentes em todos os domínios sociais. Por envolverem a linguagem simbólica, são capazes de expressar ideias políticas e econômicas inovadoras com a inserção de novos valores, pensamentos e atitudes, dando origem a uma cultura de participação, graças ao desenvolvimento das tecnologias informacionais e comunicacionais (TICs). Ao discutir a importância e a dinâmica das redes na constituição da ciência, do mercado e da inovação social, Bruno Latour e Michel Callon afirmam que uma determinada ideia, conceito, procedimento ou dispositivo técnico-científico, dificilmente terá adesão, se não for capaz de mobilizar uma *rede sociotécnica*, cujos elementos são heterogêneos e cuja trama envolve necessariamente atores humanos e não humanos. Mas é daí que advém a sua força e robustez:

“Ao circular, através de vínculos e relações que ela suscita e consolida, a inovação acaba criando o que se chama de uma rede sociotécnica, ou seja, um conjunto de atores que, tendo participado de uma maneira ou de outra, no mais das vezes de maneira modesta, à concepção, à elaboração e à adaptação da inovação, se veem partilhar um mesmo destino, pertencer ao mesmo mundo: seus interesses, ações, projetos são progressivamente ajustados, coordenados [...] O sucesso depende das adaptações e das transformações feitas por todos aqueles que se apoderam da inovação; este modelo dá a todos os atores espaços de escolhas estratégicas, enquanto que o modelo da difusão, inversamente, negava a existência dessas margens de manobra. [...] A inovação é um processo coletivo. (CALLON: 2010: 71-72)

Para esses autores, “a figura da rede é, não apenas uma forma de contrapor ao modelo do *difusionismo* o modelo da tradução, mas, sobretudo, uma forma de superação da distinção entre a objetividade científica e o interesse social”. (PARENTE, 2010: 10). As redes sociotécnicas representam uma inovação social em que a apropriação de conhecimentos acontece em um processo coletivo, dinâmico e interativo:

“A tensão é constitutiva do mundo moderno. [...] A noção de rede tem uma vantagem considerável. Ela permite sair desse dilema sem por isso escorregar para uma dialética duvidosa. A rede permite passar, sem solução de continuidade, do local ao global, do micro ao macro. [...] Pode-se valorizar um patrimônio regional e, no mesmo movimento, participar da construção de uma rede mundial. [...] No modelo em rede, não há oposição entre os atores capazes de produzir ou de absorver os conhecimentos, e atores fechados, obtusos, incapazes de se apoderar deles e de transformá-los: há simplesmente atores bem ou mal equipados, bem ou mal formados”. (CALLON: 2010: 77 e 69)

O direito ao conhecimento e à participação de redes sociotécnicas inclui-se no direito ao desenvolvimento e ao patrimônio científico, tecnológico e cultural da humanidade, direito de todos, incluindo os idosos. Além de ferramenta para alcançar conquistas materiais, o conhecimento é também fonte de realização e felicidade para o ser

humano, quando este se apropria daquele e passa a se entender como *sujeito do saber*; isto é, como matriz de ação inteligente, um artista e um construtor de soluções que podem melhorar efetivamente sua condição de vida. Como resultado desta reflexão, traduzida em inovação social, criamos um dispositivo digital, integrado às redes sociais.

Criação da interface digital de comunicação: plataforma *WordPress*

Zonas autônomas e libertas são assustadoras para os poderes constituídos. O inesperado, o que não tem fim determinado, sugere que tudo pode acontecer. (OLIVEIRA, 2007: 82-83)

Tudo começou a acontecer de fato, após a criação do dispositivo digital, cuja finalidade maiúscula era possibilitar o fluxo de comunicação, o intercâmbio de ideias e o compartilhamento de memória, informação e produtos culturais na internet. Tratava-se de um imperativo: criar mecanismos de diálogo com as memórias locais e outras fontes que pudessem estabelecer relações entre os protagonistas do quilombo e destes com o mundo, além de elemento essencial, no âmbito da conectividade entre os mediadores culturais, educadores, jovens, crianças e idosos.

O protótipo do dispositivo digital infoeducativo deveria resultar da confluência dos termos Memória, Informação e Educação, tendo em vista as trocas culturais e simbólicas, dentro e fora do contexto local. Daí, a importância do aspecto comunicacional, paralelo à função documental, uma vez que os conteúdos foram alimentados por circunstâncias, atitudes, vivências e ações experimentadas nas práticas das Oficinas de Memória. Ademais, teria o mérito de eventualmente servir de referência a outras comunidades quilombolas do país, ou mesmo instância de comunicação entre sujeitos de contextos socioculturais diversificados, além de contribuir, evidentemente, no processo educativo e comunicacional, com a publicação dos produtos informacionais a serem gerados pelas *Oficinas de Memória*.

Em princípio, o dispositivo digital assumiu apenas a dimensão informativa, e ao longo do processo de mediação cultural desenvolveu as dimensões educacional e comunicacional. Há, pois, um enorme abismo que separa a primeira da última versão da *Estação Memória Cambury*. A adoção do sistema WordPress não foi casual e múltiplas foram as razões que motivaram a escolha desta plataforma, principalmente pelas vantagens em relação a outros sistemas de informação e comunicação na internet. WordPress é uma plataforma de blogs de fonte aberta (*open source*) e de gerenciamento de conteúdo,

bastante usado na Web, em razão das múltiplas vantagens que tem sobre outros sistemas, conforme pesquisa de fontes⁸² e resumo sistemático que apresentamos a seguir:

- *Gratuidade*: o sistema apresenta custo zero; basta descarregar a última versão do WordPress, instalar e editar o sistema de acordo com as suas necessidades.
- *Simplicidade e facilidade de manuseio*: a interface do WordPress é simples e intuitiva, podendo ser usada por qualquer pessoa, mesmo sem as mínimas noções de informática, devido a sua facilidade de criação e manutenção.
- *Sistema de layout*: painel de ferramentas permite publicar conteúdos, com *template* bonito, estruturado por páginas com ficheiros para cada seção e amigo dos motores de busca, pela funcionalidade dos sistemas de classificação (por categorias e por nuvens de *tags*).
- *Flexibilidade*: a possibilidade de instalação de *plugins* oferece alta flexibilidade para os que se utilizam da plataforma, com diversas funcionalidades, opções de personalização, gerenciamento de *cache*, *auto-responders*, *pop-up*, *gadgets* interativos etc.
- *Extensões e temas*: permite a integração com as redes sociais (Facebook, Twitter, Flickr, Vimeo etc.) e a modificação dos temas e aparências, com diversas opções gratuitas.
- *Search Engine Optimized* (SEO, otimização para motores de pesquisa): as entradas WordPress incluem uma variedade de meta *tags* e categorias que os motores de busca usam para determinar como indexar suas páginas. Por exemplo, desde que ingressou na plataforma do WordPress, em 02.12.2012, o site da *Estação Memória Cambury* tem frequentemente aparecido em mecanismos de pesquisa; os leitores chegam até ele através de uma página de resultados que o motor de busca recupera quando alguma das tags e/ou categorias é mencionada. Atualmente, registra aproximadamente 15.000 acessos, com média diária, cada vez mais crescente de visitação.

Feita esta opção, o primeiro passo consistiu em criar uma conta no Wordpress: <http://estacaomemoriacamburi.wordpress.com/>; em seguida, procedemos à construção das páginas e organização dos itens informacionais, com a criação de um “dispositivo informacional de registro e de pesquisa”, doravante denominado *Infoteca*:

⁸² As principais fontes consultadas foram: Escola WP - <http://www.escolawp.com/2011/02/porque-e-que-o-wordpress-e-melhor-que-o-blogger/>; Escola Blog - Fonte: <http://escolablog.com/analises/comparativo-wordpress-blogger/>; FinsLab - <http://finslab.com/novos-negocios/artigo-5155.html>. Acesso em 20.06.2013.

Fonte: <http://estacaomemoriacamburi.wordpress.com/infoteca/>

O segundo passo foi criar algumas categorias que ao menos identificassem a composição dos repertórios informacionais da *Estação Memória Cambury*. Assim, foi criada a 1ª categoria <audiovisual> e dentro desta categoria, elaboramos outras subcategorias para os diferentes suportes (vídeo, fita-cassete, áudio-CD, imagem). O próximo passo, ainda que provisório, foi a criação de uma nova categoria na Infoteca, que registrasse ao menos de forma preliminar, mas não exaustiva, alguns *conceitos-chave* que deveriam pautar o diálogo com os saberes e valores tradicionais da comunidade, tais como *memória, experiência, saberes*, mas no contexto das práticas informacionais, prevaleceram os conceitos de *apropriação e mediação cultural*, dos quais ainda não tínhamos nos apropriado devidamente. Obviamente, todo este processo de categorização precisou ser revisto, pois ainda não refletia o que se devia esperar de um dispositivo comunicacional (apesar das boas intenções).

Fonte: <http://estacaomemoriacamburi.wordpress.com/infoteca/conceitos>

A seguir, adicionamos a categoria <impressos> ao repertório informacional da Infoteca, e inserimos três obras de referência (*Coleção Percepções da Diferença; Manual*

da *Criança Caiçara* e *Quilombos: os sobreviventes*), a título de registro documental, mas principalmente para a exemplificação pedagógica, do modo como as páginas podem comportar subcategorias, abarcadas sobre o mesmo rótulo:

Fonte: <http://estacaomemoriacamburi.wordpress.com/infoteca/impessos>

A partir desse ponto, descemos a outros níveis hierárquicos para criar as subcategorias relativas a <livros>, <periódicos> e <folhetos>, dentro da categoria <impressos>, e assim sucessivamente. Como se verá, mais tarde, todos esses rótulos passaram por transformações, pois as mudanças passaram a ser ditadas pelas ações presenciais:

Fonte: <http://estacaomemoriacamburi.wordpress.com/infoteca/impessos/periodicos>

Como subsídio de aprendizagem, também disponibilizamos links de 10 (dez) aulas de informática básica, produzidas pela rede Saci-USP, com informações básicas sobre Word, Excel, Access, Internet, PowerPoint; Editor de imagens etc., a fim de ampliar o repertório de ferramentas e conhecimentos indispensáveis na era da informação:

Fonte: <http://estacaomemoriacamburi.wordpress.com/historia/infoeducacao-em-word/>

O dispositivo digital foi criado em 02.12.2011, tendo em vista tanto constituir o repositório de informações e referências ligadas à comunidade e temas de interesse, quanto facilitar a comunicação e a publicação dos produtos informacionais a serem gerados pelas *Oficinas de Memória*. O dispositivo digital *Estação Memória Cambury* foi empregado com êxito em maio de 2012, quando registramos *on-line* os trabalhos de mutirão presenciais realizados em abril (horta comunitária e processamento técnico dos livros).

Parece significativo que as visitas ao espaço digital tenham aumentado durante o período. Neste ínterim, os idosos que estavam hospitalizados, já haviam retornado para casa. Então, o rumo dos procedimentos metodológicos ganhou substância, com o aparecimento das vozes da experiência, coletadas por meio dos *Relatos de Vida*. No mês de junho de 2011, reconfiguramos o dispositivo, inserindo as imagens produzidas pela própria comunidade, realçando a figura dos homens-memória de Cambury, responsáveis pela transmissão do legado cultural e social da comunidade. As novas interfaces buscaram tornar a visualização mais agradável por meio da paleta de cores utilizada, bem como garantir maior credibilidade ao site. A reprodução de estampa com foto do Sr. Genésio

parece convidar os leitores à audição de seus relatos de vida, partículas de sabedoria de uma voz que teima em não silenciar:

Fonte: <http://estacaomemoriacamburi.wordpress.com>

Antes dos primeiros contatos com os idosos para coleta de relatos orais, fizemos levantamento institucional sobre a produção relativa à temática das comunidades quilombolas no Estado de São Paulo. Procedemos à busca de materiais informacionais significativos e vozes dispersas que falassem algo sobre o bairro e os moradores do Cambury. Tal pesquisa envolveu a coleta de registros, documentos, livros, relatórios técnicos, legislação específica e outras fontes de informação, cujo propósito era subsidiar o trabalho de campo, mas também incorporá-la à *Estação Memória Cambury*, para consulta global e local.

Os resultados das intervenções realizadas no contexto de pesquisa – as mudanças estéticas e valores agregados ao site, acompanhados de análise sucinta dos principais impactos de sua dinâmica, até o amadurecimento de sua estrutura e design definitivos – estão descritos nos Apêndices A e B, ao final da dissertação (páginas 181 a 184). A relação dos Protagonistas (“parceiros do Cambury”) que participaram como sujeitos das ações culturais, encontra-se no Apêndice C (página 185); a Galeria de Arte, contendo os principais produtos culturais gerados pelas *Oficinas de Memória e Xilogravura*, no Apêndice D (página 186); por fim, registramos os participantes e outros voluntários que se juntaram à Equipe de trabalho colaborativo, no Apêndice E, à página 190.

CAPÍTULO V

APROPRIAÇÃO CULTURAL: O PAPEL DO MEDIADOR

*Chegado aqui, onde hoje estou, conheço
Que sou diverso no que informe estou.
No meu próprio caminho me atravesso.
Não conheço quem fui no que hoje sou.*
(Fernando Pessoa, *Poesias*, 1996: 38)

150

Depois de expor de forma descritiva os processos envolvidos na mediação cultural, apresentamos neste capítulo análise do papel do mediador cultural que, embora precoce e a despeito de sua interrupção em razão do falecimento de uma das principais protagonistas, buscou extrair minimamente algumas categorias relevantes – resultantes da pesquisa realizada – a serem consideradas nos processos de mediação, em contextos de expropriação cultural.

Figura fundamental na relação entre produção e apropriação, o mediador desempenha um papel não meramente técnico, mas participativo na construção dos significados. Estão envolvidas aqui questões pedagógicas, éticas e atitudinais que passam pela gestualidade, uso dos dispositivos, postura, *performance*, voz, capacidade de ouvir... Enfim, desde questões de ordem intelectual até a escolha do vocabulário adequado ao contexto da comunidade quilombola/caiçara; conhecimentos sobre o discurso a ser utilizado em determinada situação, a abordagem mais adequada para o diálogo com as crianças e jovens e o modo de lidar com os homens simples da roça, pescadores, agricultores e artesãos, para que não se sintam constrangidos e participem das trocas simbólicas.⁸³

Evidentemente, alguns elementos que devem compor o perfil do mediador cultural já foram sistematizados em trabalhos no campo da *Infoeducação*, especialmente, as bibliotecas escolares, dentre os quais se destacam: afetividade, sensibilidade, flexibilidade, disponibilidade e interesse, organização, domínio dos repertórios, domínio de tecnologias e demais recursos informacionais (PIERUCCINI, 2004: 162-166). Contudo, no âmbito do contexto social desta pesquisa, fortemente marcado por processos históricos de expropriação cultural, conforme apontamos nos capítulos II e III, foi preciso criar novas

⁸³ O sucesso da aprendizagem depende muito da qualidade da relação educador/aprendiz. Além da transmissão do saber, o educador tem igualmente o papel de passar confiança, aconselhar, orientar, encorajar, dar segurança aos mais velhos e atenção às crianças para que a comunicação e o diálogo atuem em favor do processo de apropriação de informação. A qualidade das relações depende deste fator importante, diretamente ligado ao caráter, a postura atitudinal e a personalidade dos mediadores culturais.

categorias; adotar atitudes e condutas singulares, que atendessem às necessidades do processo de mediação cultural em questão, tendo em vista os princípios da *dialogia*,⁸⁴ dentre elas:

❖ Leitor do mundo e intérprete do cotidiano

“A educação é simultaneamente um ato de conhecimento, um ato político e um ato de arte...”. (Paulo Freire)

O êxito do trabalho infoeducativo no contexto social quilombola/caiçara depende em parte da forma como o mediador cultural experimenta a realidade deste mundo imediato e da correta leitura que faz dos novos territórios simbólicos que se apresentam. Esse modo de fazer vincula-se diretamente à relação que mantém com o saber e ao modo como concebe o processo de experimentação de construção de novos saberes; portanto, a postura epistemológica é a primeira categoria a que recorreremos para analisar o papel do mediador cultural que deve, primeiramente, aprender a ler o mundo, a fim de compreender o contexto particular que envolve os sujeitos, fortemente marcado por conflitos, subjetividades e *diferenças* culturais.

Dentro desta perspectiva de revalorização dos saberes, com foco na *diferença cultural*,⁸⁵ visando ao estabelecimento do diálogo profícuo entre diferentes repertórios, faz-se necessário ouvir o que têm a dizer os sujeitos locais. Em contextos de expropriação cultural, a voz silenciada dos sujeitos constitui uma barreira à interpretação dos significados locais, o que requer aprender a ler as entrelinhas do contexto: “o que está acontecendo aqui, no Cambury?”, pois a invisibilidade é uma marca da vida cotidiana. Não

⁸⁴ Na sua configuração, a *dialogia* revela-se modulável, aberta, flexível, visando atender necessidades dos diferentes grupos que aí transitam e cujo desenho final constitui-se no jogo entre produção (especialistas), mediação (instituição mantenedora, corpo técnico-pedagógico) e usuários (alunos). É, portanto, da negociação permanente entre os diferentes atores dessa tríade que se definiu e se redefine permanentemente seu formato. (PIERUCCINI, 2007: 11)

⁸⁵ Ver Homi Bhabha, que se fundamenta na noção de *diferença cultural*, e não de *diversidade cultural*. Para o autor, a diversidade cultural é um objeto epistemológico (a cultura entendida como objeto do conhecimento empírico), ao passo que a diferença cultural é o processo da *enunciação* da cultura como “*conhecível*”, legítimo, adequado à construção de sistemas de identificação cultural; noutras palavras, conforme argumenta: “Se a diversidade é uma categoria da ética, estética ou etnologia comparativas, a diferença cultural é um processo de significação através do qual afirmações da cultura ou sobre a cultura diferenciam, discriminam e autorizam a produção de campos de força, referência, aplicabilidade e capacidade. A diversidade cultural e o reconhecimento de conteúdos e costumes culturais pré-dados; mantida em um enquadramento temporal relativista, ela dá origem a noções liberais de multiculturalismo, de intercâmbio cultural ou da cultura da humanidade. A diversidade cultural e também a representação de uma retórica radical da separação de culturas totalizadas que existem intocadas pela intertextualidade de seus locais históricos, protegidas na utopia de uma memória mítica, de uma identidade coletiva única. (BHABHA, 1998: 63)

basta simplesmente ler todos os textos, sentenças e discursos escritos sobre o assunto, se não for capaz de refletir a respeito dos significados do lugar e do lugar social do qual participam os sujeitos. Nesse sentido, fazemos a primeira recomendação ao mediador cultural, enquanto leitor do mundo: é preciso aprender a frear os impulsos emocionais, a intuição irrefletida e as suposições precipitadas diante do desafio de decodificar o universo cultural e a realidade de territórios simbólicos similares ao contexto vivido no Quilombo do Cambury.

Além dessa busca por tentar compreender aspectos invisíveis da vida cotidiana, há outras necessidades que se vinculam a esta categoria do mediador-leitor do mundo. A título de recomendação, convém orientar a leitura e interpretação do contexto social de pesquisa, combinando perguntas reflexivas e críticas que ajudem a encontrar respostas significativas, tais como:

- Necessidade de adquirir um conhecimento específico através de documentação (oral, escrita) de determinados detalhes da prática concreta. *O que significaram as ações para os sujeitos que participam delas, e o momento em que tiveram lugar tais ações?*
- Necessidade de considerar os significados locais que tiveram os acontecimentos para os jovens, crianças e idosos, quilombolas e caiçaras, que participaram delas. *Como estavam organizados os acontecimentos em padrões [normas] de organização social e princípios culturalmente aprendidos para a condução da vida cotidiana?*
- Necessidade de produzir um conhecimento comparativo de diferentes meios sociais, relações entre o contexto mais amplo e a realidade local, incluindo escola, família, relações com o PESM, ITESP, Instituto Florestal, poder público etc. *Como se relacionou o que estava se sucedendo no contexto como totalidade com o que sucedeu em outros níveis do sistema, fora e dentro do quilombo do Cambury?*
- Necessidade de ter um conhecimento comparativo mais abrangente que as circunstâncias imediatas do meio local. *Como se compararam os modos em que estava organizada a vida cotidiana do entorno com outros modos de organização da vida social em um amplo espectro de lugares distintos e de outros tempos?*

Por outro lado, do ponto de vista da relação que mantém com os sujeitos do saber, o papel do mediador cultural é tratá-los como *sujeito no ato de conhecimento* e no *ato criador*; abolindo preconceitos comumente aceitos e que os identificam como “deficitários”, apenas uma “cabeça vazia” pronta para receber informações as quais também serão tão vazias quanto inúteis. Ao contrário, deve realizar um movimento dinâmico, dialogante e vivo em que “são respeitados o universo vocabular dos grupos

populares, expressando a sua real linguagem, os seus anseios, as suas inquietações, as suas reivindicações, os seus sonhos.” (FREIRE, 1986: 22) A prática consciente aliada ao exercício permanente da leitura crítica da própria leitura que se faz do contexto social vivido possibilitam uma compreensão diferente, mais humana e transformadora da realidade em que vivemos.

❖ Articulador de processos e interlocutor de diálogos

Como leitor do mundo, cuja relação com o saber se pauta pelo diálogo com os signos, sujeitos e contextos, o mediador cultural tem pela frente outra missão, que lhe demanda “por a mão na massa”, efetivamente: pressupõe-se que seja ativo e determinado para descobrir quais saberes informacionais precisam ser construídos nos contextos sociais específicos em que se inserem, cabendo-lhe identificar a categoria que melhor se aplica à análise do modo como ele, o mediador cultural, deve proceder para compor o ambiente infoeducativo onde se realizarão as práticas pedagógicas. No caso das *Oficinas de Memória*, em primeiro lugar, fez-se necessário encontrar um lugar para cada elemento fragmentado no quebra-cabeça do contexto. Daí, a relevância de saber articular e, se necessário, aprender a ser um *articulador de processos*, no que se refere à reconfiguração integrada dos dispositivos informacionais, e um *interlocutor de diálogos*, entre os sujeitos do saber, a fim de impulsionar o processo de mediação cultural e apropriação social de informação no quilombo do Cambury.

Do mediador cultural dependem, pois, as formas de objetivar e sistematizar aspectos implicados nos processos de produção de informações e circulação social de memórias/experiências; sobretudo, na perspectiva assinalada pelo contexto social da pesquisa que demanda procedimentos de adequação à realidade socioeconômica e cultural local. Portanto, a ação do mediador cultural não acontece ao acaso ou no vazio.

Tampouco se trata de mera formalidade, sem valor estético. Ao contrário, são ações pensadas, e construídas lentamente no dia a dia, por meio de conversas, escutas, deslocamentos, inquietações, as quais acabam necessariamente criando vínculos sociais e afetivos na partilha simbólica dos sentidos. Pressupõe sujeitos em relação com outros sujeitos, com objetos, com linguagens, com processos e suportes de diferentes naturezas, físicos, concretos, objetivos, mas também, relacionais, abstratos, subjetivos. Ou seja, pressupõe um sujeito mediador que se vincula, que cria vínculos.

Na direção de um processo educativo dialógico⁸⁶ e participativo, os dispositivos também precisam dialogar com os sujeitos que usam tecnologias; estas remodelam a leitura do mundo dos que dela participam, com a possibilidade de se relacionarem com artefatos e saberes que, no processo de sua construção, alteram concepções que mantêm com o saber, com a cultura, e consigo mesmo. A materialização do sentido se dá no fazer prático por meio do qual os sujeitos experimentam novos modos de ser e de agir, aprendendo a ser, a conhecer e a fazer.

O ato cultural de produção, circulação e apropriação das significações envolve, portanto, uma série de empreendimentos diversificados, sem os quais as significações não se processam em nenhuma das suas dimensões. Talvez a metáfora que melhor se adeque para descrever esta categoria do mediador cultural, como articulador de processos e interlocutor de diálogo entre sujeitos é a do pescador que une as linhas arremate de sua rede de pesca, entalhando malha a malha, ponto por ponto, até que esteja novamente pronta para ser lançada ao mar. Na pesca, a “tralha” refere-se ou a uma pequena rede que pode ser lançada por um único homem (mangote, tralho) ou ao fio de arremate das redes de pesca. O significado positivo vincula-se a esta atividade artesanal, preventiva e técnica, do pescador que maneja com habilidade os fios com que se costura o contorno da rede, a fim de reforçá-la (quando a malha rasga ou se rompe é grande o prejuízo para os pescadores).

O mediador cultural que articula os processos de negociação entre os sujeitos, que que integra os dispositivos, de natureza distinta, reconfigurando a ordem do ambiente para torná-lo educativo, de forma contígua e complementar às atividades culturais, das quais participaram jovens, idosos e crianças; que envolve músicos, educadores, artistas e turistas que visitam a região, atuando como interlocutor de diálogo entre sujeitos, assemelha-se ao pescador que nos referimos anteriormente. Do mediador, depende a construção de outra tralha: a trama de significados do processo de apropriação cultural. Por isso, a discussão atual sobre novos paradigmas na Ciência da Informação perpassa por conceitos relacionados ao *mundo do sentido*, entendido como a necessidade de delegar sentido à informação.

⁸⁶ O enfoque dialógico é precisamente uma posição radicalmente nova que transforma o objeto, ou melhor, o homem reificado, em outro sujeito, em outro “eu” que se autorrevela livremente. Ao tratamento reificante do homem contrapõe-se o *dialogismo*, procedimento que constrói a imagem do homem num processo de comunicação iterativa, no qual eu me vejo e me reconheço através do outro, na imagem que o outro faz de mim. Aí o autor visa a conhecer o homem e sua verdadeira essência como um outro “eu” único, infinito e inacabável; não se propõe conhecer a si mesmo, conhecer seu próprio eu, propõe-se conhecer o outro, o “eu” estranho. (BEZERRA, 2008: 194)

O seu antônimo “descentralhar” se aplica às ações do mediador cultural, desde o ingresso no contexto social, objeto de sua ação. Muitas vezes, dele dependerá a articulação para superar “desenredos” e favorecer o diálogo entre os membros de um mesmo agrupamento, como no caso específico dos sujeitos quilombolas e caiçaras; embora oriundos de uma mesma linha de parentesco, estavam desunidos. Alguns embotados, outros embaraçados em meio ao multifacetado universo de vozes conflitantes que se instalaram na comunidade, de fora para dentro. Em meio a uma *tralha* de opiniões, a situação de “desenredo” exige do *mediador cultural* princípios metodológicos: paciência e distanciamento para *descentralhar* o caos; habilidade para negociar e desembaraçar os fios que tecem a trama de significados locais. Se não quiser morrer na praia...

O mediador cultural precisa também estar atento ao conjunto diversificado de elementos constitutivos da cultura, os dispositivos, pois esta é uma categoria essencial e constitutiva da mediação cultural, de caráter infoeducativo. Os dispositivos, nesse aspecto, funcionam e, mais do que simplesmente isso, começam a ganhar significados concretos na medida em que participam dos processos de significações, pelas práticas e ações propostas e articuladas pelo mediador cultural. Assim, entendido como figura-chave na relação entre produção e apropriação cultural, esta categoria do mediador cultural vincula-se à *proatividade*, pois ele desempenha papel não meramente técnico, mas intenso e participativo na construção dos significados: articulador de processos e interlocutor de diálogos entre sujeitos, antecipando-se a futuros problemas, necessidades ou mudanças de percurso. Estão envolvidas aqui questões de ordem pedagógica, éticas e atitudinais que passam pela gestualidade, uso adequado dos dispositivos, postura, *performance*, voz, capacidade de ouvir...

Enfim, desde questões de ordem intelectual até a escolha do vocabulário adequado aos contextos em causa; conhecimentos sobre o discurso a ser utilizado em determinada situação, a abordagem mais adequada para o diálogo com as crianças e jovens e o modo de lidar e falar com os homens simples, sejam eles da roça, pescadores, agricultores, artesãos, operários, para que se sintam confiantes, acolhidos e interessados nos processos das trocas simbólicas.⁸⁷

⁸⁷ O sucesso da aprendizagem depende muito da qualidade da relação educador/aprendiz. Além da transmissão do saber, o educador tem igualmente o papel de passar confiança, aconselhar, orientar, encorajar, dar segurança aos mais velhos e atenção às crianças para que a comunicação e o diálogo atuem em favor do processo de apropriação de informação. A qualidade das relações depende deste fator importante, diretamente ligado ao caráter, a postura atitudinal e a personalidade dos mediadores culturais.

As muitas linguagens artísticas e não-artísticas, verbais e não-verbais moldam-se numa matriz comum: nas vivências do espaço. Nesta experiência fundamental se desenvolvem a consciência, a percepção e autopercepção das pessoas, assim como seu senso de identidade.
(Fayga Ostrower)

Vivemos em um mundo dominado por imagens e sons obtidos “diretamente” da realidade cotidiana, por meio de registros documentais facilitados pelo surgimento de aparatos técnicos cada vez mais sofisticados. E cada vez mais, tudo é dado a ver e a ouvir, fatos importantes e banais, pessoas públicas, influentes ou anônimas ganham crescente espaço e constituem hoje fontes primárias de informação audiovisuais (vídeos, clips, televisão, cinema e registros sonoros em geral), com alto poder ilustrativo, justamente pelo seu caráter documental. Tal fato não poderia ser desprezado pelo mediador cultural. Em contextos marcados historicamente por expropriação social, não basta ofertar bens culturais,⁸⁸ mas ensinar a criá-los, por conta própria, oferecendo meios para dar voz aos silenciados, tal como aconteceu na *Estação Memória Cambury*.

A linguagem da xilogravura como representação e significação dos saberes e fazeres locais (Oficinas de Memória) mostrou-se relevante, no âmbito da *Infoeducação* em que se prioriza a produção e circulação social de memórias/experiências entre os sujeitos. O modo criativo de ação educativa, que possibilite apropriação de informações e de sentidos, aliada a uma vivência que resulte em criação de produções poéticas e artísticas pelos próprios sujeitos, promovendo o diálogo entre linguagem oral e escrita, mostrou-se igualmente significativo. Na prática, diante da compressão do tempo e outros contratempos, prevaleceu a proposta de intervenção cultural, com a escolha da linguagem da xilogravura como instrumento de mediação, aprendizagem, representação e significação do cotidiano. Uma escolha acertada, que nos remete a outra categoria do mediador cultural relacionada à *tomada de decisões*. Mediar significa ter livre-arbítrio, fazer escolhas. Trata-se de *savoir-faire* imprescindível, sobretudo, quando se deseja atuar pedagogicamente para a decodificação de códigos e significados desconhecidos, quando se deseja ensinar o potencial transformador presente nos elementos significativos para a compreensão das artes; principalmente quando se quer trabalhar a dimensão das significações pessoais e

⁸⁸ Além da obviedade da garantia de acesso (físico) a livros e computadores, as condições de exclusão se apresentam de forma articulada, as desigualdades se relacionam de forma combinada às dificuldades econômicas e sociais, o que resulta em rara sensibilização ou despertar do gosto, dada a pouca relevância dada à cultura em geral (basta pensar nos privilegiados que, apesar de já serem incluídos culturais, pouco usufruem de museus, bibliotecas, exposições de artes visuais etc.).

comunitárias, como forma de proporcionar a incorporação, vivência e experimentação do fazer artístico aos sujeitos, permitindo-lhes, aliás, compartilhar seus saberes com o “outro”.

O potencial pedagógico da arte como uma possibilidade de os sujeitos vivenciarem a percepção, interpretação e significação do seu “fazer arte”, ajuda a extrapolar o seu universo existencial, abrindo-lhes as portas do conhecimento sobre si e sobre o outro; do contato com as diferenças (de cores, de madeiras, de traços, cortes, relevos e texturas), são estimulados a revelar a própria identidade, gostos, valores, noções sobre a vida e o mundo que o cerca. Assim é que a xilogravura foi explorada, dialogando com a linguagem oral presente nas memórias, experiências e relatos de vida, e como estopim de uma ação educativa que pretendia estimular a autoconfiança, autonomia e criatividade dos sujeitos. Ressignificar o espaço infoeducativo, recriando o fazer e o modo de aprender, a partir de elementos do contexto, significou “atuar educativamente para diminuir as barreiras das diferenças sociais que nos afastam, compreendendo que a natureza humana nos iguala e aproxima”. (AIDAR, 2010: 15)

Nesse sentido, o mediador precisa estar preparado (subjetiva e objetivamente). É preciso saber respeitar o modo como são produzidos os artefatos e bens culturais de forma artesanal, saber incorporar a sociabilidade que caracteriza o trabalho coletivo de produção. Por exemplo, nas chamadas Casas de Farinha, o trabalho manual que acompanha os cuidados com a mandioca, desde a plantação até o processamento da farinha de mandioca, geralmente vem acompanhado de conversa, contação de histórias, cantorias, que ajudam a passar o tempo, enquanto dura o trabalho. São produtos do fazer humano em que o emprego de equipamentos e máquinas, quando e se ocorre, é subsidiário à vontade de seu criador que, para fazê-lo, utiliza basicamente as mãos, deixando à solta voz e imaginação. O mediador cultural deve preocupar-se, sim, com a ambientação e ordenamento do espaço de aprendizagem que devem (ao menos conceitualmente e conforme os esforços empreendidos) possibilitar aos participantes/produtores que eles mesmos definam o ritmo da sua produção; que fiquem à vontade no manuseio da matéria-prima e na escolha da tecnologia que desejam empregar (salvo os cuidados tomados com as crianças no trato de objetos perfurantes; e apesar dos escassos recursos materiais em ambientes de alta vulnerabilidade social; nas zonas de proteção ambiental, por exemplo, há restrições e multas para quem extrai alguns tipos de madeiras da mata) tanto quanto à forma que pretendam dar ao seu pedacinho de madeira, produto de sua criação, de seu saber, de sua cultura.

O mediador cultural deve prestar atenção às ignições dos processos criativos de mediação cultural para que sejam as mais diversas, desde relatos orais, pesquisa na biblioteca, livros, enciclopédias, revistas, gibis, até a checagem do próprio dispositivo, sobretudo se for digital, onde são armazenados registros e informações sobre a comunidade e as atividades educativas e culturais realizadas. A diversidade de fontes, objetivando alargar o universo informacional no quadro dado, procurar situar os sujeitos no tempo e espaço das *diferenças culturais*. Do contrário, há o risco iminente de engessar a *dinâmica* das mediações dialógicas, que é a da busca sempre aberta, lenta, participativa e negociada, em sintonia com aspectos contemporâneos da cultura, numa perspectiva de diálogo intercultural.

Nesse sentido, os relatos de vida dos idosos (audiovisuais armazenados na Infoteca digital) constituíram situações que serviram de ignições nos processos criativos, mostrando que, na perspectiva adotada, toda proposta de mediação cultural requer um mediador atento aos processos de construção do conhecimento, como *ato colaborativo*. Problemas cognitivos não devem ser resolvidos de forma individual, mas em regime de cooperação. Por isso, os educadores, arte-educadores e voluntários que participaram das ações culturais, na condição de mediadores pedagógicos, foram previamente instruídos sobre a proposta de diálogo intergeracional, em torno de uma atividade pedagógica (aprender a fazer xilogravuras) que interviesse *no* e *a partir do* contexto cultural quilombola/caiçara. Daí, o sentido da proposta aqui desenvolvida de maneira a provocar, propositalmente, situações de *conflito cognitivo*, mediante a presença de um obstáculo a ser superado pelos aprendizes da *Oficina de Memória*, não isoladamente, mas dialogando juntos, em círculo, e colaborativamente.⁸⁹

A superação dos limites e das dificuldades na construção de um produto cultural a partir de um processo educativo constitui um fator importante da construção interna de um saber por parte dos aprendizes. Por esta razão, cumpre dar importância e atenção aos critérios de escolha dos educadores que atuam nas mediações culturais. Além da

⁸⁹ Seguem algumas das *mediações cognitivas* que possibilitaram a aprendizagem nas *Oficinas de Memória*: a resolução de um conflito cognitivo (transformação da linguagem oral em escrita xilográfica), o conflito sociocognitivo (Casa de farinha não funciona mais, porque a terra para plantar mandioca foi expropriada; a arte de fazer canoas está sendo abandonada porque não pode extrair madeira do PESM etc.), a metacognição do fazer artístico e a perspectiva dialógica que permitiu aos participantes das *Oficinas de Memória* compreender o sentido da construção do saber; a um só tempo, colaborativo e proativo, na medida em que não produziram sozinhos, mas juntos, na condição de sujeitos, e não objetos, do saber.

disponibilidade objetiva (viajar e trabalhar sem atrapalhar a vida pessoal, dedicar um tempo razoável de suas vidas, muitas vezes, sem remuneração adequada etc.), tais mediadores devem dispor, também, de uma sólida formação disciplinar, didática, pedagógica, com domínio do desenvolvimento das linguagens e imbuídos de concepções acerca do ato de mediar como diálogo intercultural: condições *sine qua non* para a realização da empreitada.

❖ Comunicador: conectividade & redes sociais

*O Facebook sozinho não é capaz de mudar a história.
A internet é uma condição necessária, mas não suficiente para mobilizar as
pessoas. (Manuel Castells, Folha de S. Paulo, 03.06.2013)*

No contexto da pesquisa, os sujeitos do saber foram o foco principal das ações culturais e infoeducativas implementadas, portanto, a resolução de seus problemas locais foi um dos fatores que determinou as intervenções do mediador cultural nos processos de mediação da informação. Isso diz respeito aos conflitos e carências do cotidiano, às questões de sociabilidade e do diálogo presencial, mas requisitaram da parte do mediador cultural, a mesma responsabilidade com a esfera *comunicativa*, que redundou na criação do dispositivo de comunicação no ambiente digital – *Estação Memória Cambury* –, conjugado às redes sociais, a fim de implementar a conectividade local/global.⁹⁰

Assim, no complexo processo de produção social do sentido concorrem diversos fatores. Ao mediador cultural, passa a ter alta relevância considerar a participação dos sujeitos na *recepção* e na *produção* da informação, tendo em vista as trocas culturais e simbólicas, dentro e fora do contexto local.

Ter em mente que os sujeitos do saber não são recipientes ociosos de sentido, ao contrário, possuem referências pessoais, fazem escolhas mediante informações de várias fontes a ele incorporadas a partir de suas experiências cotidianas, que a mente do receptor “é repleta de atitudes, ideias e valores (repertório cultural) que coloca em jogo com os

⁹⁰ “O que faz com que uma rede seja forte é o fato de cada ponto da rede se apoiar nos outros pontos da rede, e é porque a rede local adiciona, junta as fraquezas umas as outras, que ela engendra força.[...] Trata-se de fazer alianças, de criar relações. Política é isso: a arte de compor redes, de ligar pontos uns com outros, de tal maneira que o coletivo tira sua grandeza da adição das fraquezas singulares. Na rede, os ajustes são feitos localmente, gradualmente, ponto a ponto e as direções a serem seguidas, as vias a serem tomadas, emergem destes ajustes locais. O mapa não existe, ele se forma à medida que se avança. [...] A rede representa uma terceira via, a que reconcilia modernização e tradição, a que torna compatíveis ação individual e projeto coletivo”. (CALLON, 2010: 78-79)

repertórios propostos nas mensagens” (OROZCO, 1991: 29 *apud* FERREIRA, 1997), é ponto de partida ao trabalho do mediador cultural.

Entretanto, para a constituição desta mundividência (sempre mutável e dinâmica) dos sujeitos do saber, inseridos num contexto social de expropriação cultural, é preciso boa dose de prudência e cautela; pois o mediador tem diante de si um universo do qual não participa cotidianamente, e no interior do qual as disputas e vaidades pessoais fazem naturalmente parte do jogo de forças sociais.

Diante de ideias coletivas em conflito e de conjuntos de interesses que não convergem, cumpre suspender o juízo e tratar a todos como sujeitos, respeitando as suas diferenças. O mediador cultural tanto quanto os sujeitos do saber são “seres do significado” e os vínculos afetivos que criam ao longo de dois anos nem sempre são o suficiente para lidar convenientemente com os conflitos; no entanto, a inter-relação pessoal e os significados criados a partir dela também moldam o caráter de ambos e remodelam permanentemente sua forma de ver o mundo e de recortar a realidade em seu entorno.

Assim, dar tempo ao tempo, minimizando preocupações com a apresentação de “resultados”; buscar interação com outros sujeitos, tendo em vista mostrar ao mediador cultural que os processos de significação apresentam uma dimensão que ultrapassa o âmbito individual: ao ser codificado (interpretado), o signo sofre mudança e gera novas ações e leituras de mundo.

O mediador, portanto, deverá ser autocrítico, não fugir dos conflitos no terreno, assumindo postura não ingênua nos processos de negociação implicados em sua ação. Por exemplo, um episódio efetivamente ocorrido em Cambury, pode ilustrar essa categoria atitudinal, relativa à ética do mediador. O episódio ocorreu na 3ª visita, no início de setembro de 2011. Na ocasião, participamos da primeira reunião com os educadores da Escolinha Jambeiro, na qual fomos apresentados ao casal Grisel Del Pilar Valencia (estudante de jornalismo) e Matias Baez (*web designer*), ambos vindos da Patagônia. O tema era a construção de um site para o Quilombo do Cambury, tendo em vista que a comunidade era frequentemente confundida com a praia homônima que fica em São Sebastião; ademais, os quilombolas e caiçaras estavam dispostos a divulgar o turismo ecológico e cultural do bairro, a fim de gerar novas fontes de renda. Para tanto, queriam saber sobre redes, conectividades e o “bendito” site...

Não sabíamos, no entanto, que os dois profissionais já tinham sido contratados pela Associação Remanescentes de Quilombo do Cambury para a criação de um site

institucional, como instrumento de comunicação com o mundo. Em princípio, adotamos atitude de respeito e apoio à iniciativa, mas não alimentávamos ilusão quanto ao dispositivo nem que pudesse representar a demanda de serviço informacional dos quilombolas. Presentes à reunião, manifestamos opinião do que seria desejável para o contexto da diferença cultural ali encontrada, sobretudo referente às escolhas e tomadas de decisão em relação à forma de ordenação do tal dispositivo.

Como se viu, não tardou a surgir conflitos e desentendimentos, principalmente depois que conseguimos ganhar a adesão dos idosos, e mais intensamente depois de realizarmos a *I Oficina de Memória e Informação*, na 6ª visita, ocorrida entre os dias 9 e 13 de jul 2012. O conflito foi maior porque a Associação sempre teve sérios problemas ligados à sustentabilidade econômica, e havia desembolsado a quantia significativa de R\$3.000,00 (Três mil reais) por um serviço terceirizado que se demonstrou aquém das expectativas.

Quando os quilombolas e caiçaras souberam que o trabalho da *Estação Memória Cambury* era totalmente voluntário e não demandava quaisquer custos à comunidade, gerou-se um clima de animosidade e cisão, uma disputa por representação política somada a “ciúme”, principalmente porque os *produtos culturais*⁹¹ dos participantes foram publicados no site e causaram intensa repercussão nas redes sociais. Estes produtos artesanais gerados no ventre das *Oficinas de Memória* não foram produzidos em gabinetes solitários de produção industrial; foram concebidos a partir de trocas simbólicas, em rodas circulares em torno das quais os sujeitos aprenderam a se informar, a ouvir e a ver o que os mais idosos tinham a dizer, falar, sugerir, por a mão na massa, requalificar o que absorveram, de modo que todos tivessem o direito à voz e à expressão, indistintamente.

O resultado foi a exposição das obras geradas no ventre das Oficinas em três ambientes distintos (mural, varal e galeria no *siteblog*), o que conferiu maior visibilidade à arte dos protagonistas (ver Apêndice D – Galeria de arte, pág. 186). Ademais, estes artefatos são criações artísticas; não foram criados com a finalidade de serem comercializados no mercado, sendo entendidos como patrimônio pessoal e coletivo da comunidade caiçara/quilombola do Cambury; são bens culturais que designam, por seu valor simbólico, algo infungível, algo que não pode ser trocado por moeda.

⁹¹ “Produtos culturais são criações que expressam ideias, valores, atitudes e criatividade artística e que oferecem entretenimento, informação ou análise sobre o presente, o passado (historiografia) ou o futuro (prospectiva, cálculo de probabilidade, intuição), quer tenham origem popular (artesanato), que se tratem de produtos massivos (discos de música popular, jornais, histórias em quadrinhos), quer circulem por público mais limitado (livros de poesia, discos e CDs de música erudita, pinturas)”. [COELHO, 2004: 318].

Todos esses conflitos geraram longas discussões pessoais e na internet. Resultado: o site saiu ar.⁹² Se, por um lado, o mediador não pode abrir mão de princípios que pautam a sua atuação, por outro, os modos de se posicionar devem levar em conta que nem todos partilham das ideias por ele consideradas adequadas. No caso, além de recomendar soluções de baixo ou nenhum custo, esclarecemos em reunião, sobre a falibilidade de certos sistemas de informação, quando se sabe que desdenham a vontade e as necessidades de informação dos sujeitos...

Sites estáticos, sem interatividade, cuja lógica centra-se no acervo, em detrimento dos usos e dos próprios sujeitos, têm vida curta na era global. O modelo linear, unidirecional, não suporta, como se viu, participação dos atores, os principais interessados. Conclusão: esse modelo não sobreviveu. O site foi desativado antes de completar 1 (hum) ano (entre outras razões ligadas à linguagem, apagamento de vozes dos sujeitos e instrumentalização do sistema em benefício de interesses particulares).

No detalhe, reunião em que foi apresentado desenho final do site do quilombo do Cambury aos moradores e membros da ARQC – Associação Remanescentes de Quilombo do Cambury. Foi colocado no ar em dezembro de 2011, na mesma ocasião em que inauguramos a interface digital da Estação Memória Cambury (02.12.2012). Infelizmente, a iniciativa não suportou a tormenta e veio a naufragar, para tristeza dos moradores, que “compraram coelho, em vez de lebre”:

Com menos de um ano na rede, o site <http://www.quilombocambury.com.br/> foi tirado do ar.

⁹² Para saber mais a respeito do conflito em questão, ver matéria de Luiz Gonzaga, publicada em 14.11.2012 no site Litoral Sustentável, intitulada “Boas práticas: Ponto de Cultura Quilombola Escolinha Jambeiro, em Ubatuba”: <http://litoralsustentavel.org.br/noticias/boas-praticas-ponto-de-cultura-quilombola-escolinha-jambeiro-em-ubatuba/>.

PARTE E

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CAPÍTULO VI

OBRA ABERTA: O QUE FICA DA TRAVESSIA...

Se nosso mundo vai recuperar a saúde, a cura deve ser dupla: a regeneração política inclui a ressurreição do amor. Ambos, amor e política, dependem do renascimento que tem sido o eixo de nossa civilização: a pessoa. Não penso numa volta impossível às antigas concepções da lama, mas acredito que sob pena de extinção, devemos encontrar uma visão do homem e da mulher que nos devolva a consciência da singularidade e da identidade de cada um. Visão ao mesmo tempo nova e antiga, que encare cada ser humano como criatura única irrepetível e preciosa. Cabe à imaginação criadora de nossos artistas, filósofos e cientistas redescobrir não o mais longínquo e sim o mais íntimo e diário: o mistério que é cada um de nós. Para reinventar o amor, como pedia o poeta, temos de inventar outra vez o homem.
(Octavio Paz, 1999: 154)

164

Antes de tecer as últimas considerações, após leitura reflexiva a respeito de *tudo que leu, viu, ouviu e viveu* este pesquisador em um contexto social diferenciado, destacamos que: esta obra não é “canoa de um pau só”, mas o resultado de trabalho cooperativo, artesanal, de um modo de fazer ciência e experimentar processos de apropriação simbólica de saberes, “com” os sujeitos protagonistas – parceiros do Cambury.

A abertura e o diálogo foram peças-chave para o encontro e a travessia ao lado destes sujeitos; entendidos não como meros objetos de estudo (o que de certa forma caracteriza outra forma sutil e indiferente de expropriação existencial), mas como sujeitos do conhecimento, na integridade em que se completa a relação inter-humana; ou seja, buscamos trabalhar juntos, como parceiros que não desejam impor-se ao outro, mas construir novos saberes, colaborativamente. Por isso, a *relação com o saber* não se resume em mapear o que já foi dito *sobre* o “outro”, senão também aprender a se informar e aprender a informar-se *com* o “outro”.

A propósito, reconhecemos que temos muito que aprender a respeito da ecologia cultural e social de grupos vulneráveis e marginalizados, tanto quanto precisamos aprimorar as nossas estratégias pedagógicas a fim de corrigir os erros; sobretudo, aprofundar os sentidos da perspectiva dialógica, tendo em vista que a *relação com o saber* nestes contextos é complexa. Apesar do espectro de limitações do mediador (“timoneiro”), entre outros episódios adversariais, a experiência revelou-nos múltiplos significados que

nos confrontam com o mundo o mundo que vivemos (e o mundo que queremos), inscrevendo-nos como sujeitos históricos que têm responsabilidade com a alteridade.⁹³

Desta travessia tempestuosa – arriscaríamos dizer, no início, quixotesca – em que nos aventuramos pelas trilhas do desconhecido em pleno sertão da Mata Atlântica, esperamos agora poder compartilhar o que vivenciamos e aprendemos; neste convívio mantido ao longo de dois anos, dialogando com homens e mulheres simples que sobrevivem com os “mínimos vitais” em um território historicamente expropriado por grileiros, outsiders, especuladores e gestores públicos, tivemos a felicidade de conquistar a simpatia dos “Parceiros do Rio que Muda”, família da qual passamos a fazer parte.

“O homem não se banha duas vezes no mesmo riacho”. (Heráclito) Embora evidente que a realidade de Cambury nunca é a mesma, também a representação desta realidade (sendo fruto da ação humana; portanto, de modos variáveis e particulares de abordá-la, compreendê-la e sistematizá-la racionalmente) resulta em diferentes formas de interpretação de acordo com os modos de abordagem do mesmo objeto, variando este de acordo com o ponto de vista, o lugar de onde se fala, o contexto social e a experiência acumulada de cada um.

A análise de outras produções científicas sobre o mesmo contexto social desta pesquisa revela que certos “pontos de vista” comumente espelham palavras de ordem do campo disciplinar ao qual o pesquisador se vincula institucionalmente, mas não se interrogam sobre a concepção da cultura de que eles próprios são também o reflexo. Outros olhares sobre a população de Cambury como “objeto de estudo” frequentemente fazem generalizações com pouca base científica, muitas vezes sob o viés do discurso ecológico romântico, do “bom selvagem”. A plasticidade do objeto varia, pois, conforme o ponto de vista, que depende da abordagem epistemológica e/ou orientação político-ideológica do campo disciplinar, gerando equívocos de interpretação que, ora enxergam apenas caiçaras, onde há quilombolas, e vice-versa; ora favela onde é quilombo; ou simplesmente “população tradicional camponesa”, o que elimina de vez quaisquer *diferenças*, quando se trata de caiçaras: são lavradores ou pescadores?

⁹³ O conceito de *relação com o saber* sob o prisma de uma abordagem antropológica da condição humana é o tema desenvolvido por Bernard Charlot, que concebe a Educação como um tríplice processo: hominização, socialização e singularização. Parte do princípio de que “nascer é estar na obrigação de aprender”. Aprender não é apenas adquirir saberes no sentido escolar e intelectual, *mas apropriar-se de práticas, confrontando-se com a questão do sentido da vida, do mundo e de si mesmo*. O movimento para aprender é induzido pelo desejo, devido à incompletude do homem; como o sujeito humano é incompleto, a educação é interminável – jamais será concluída. Educar, portanto, significa permanentemente educar-se por meio da sociabilidade com outros homens. (CHARLOT, 2000: 51-58)

Assim, o objeto de estudo quase sempre tem sido refém do ponto de vista de quem objetiva conhecê-lo. Tanto quanto possível, buscamos aqui confrontar posições prescritivas, formulando processos criativos de mediação cultural aliando um pensamento crítico sobre o ato de “conhecer o que é conhecer”. Ao longo do processo investigativo e de construção colaborativa de saberes, interrogamo-nos sobre a pertinência da mediação cultural de modo que contemplasse os sujeitos do saber, sem se apegar a prescrições e procedimentos pré-definidos; por esta razão, entendemos que o conceito de mediação cultural como processo de significação ultrapassa os aspectos meramente técnicos ou formais de processamento e acesso de dados, numa perspectiva metodológica que aporta contribuições às questões de apropriação simbólica.

Referindo-se a um conjunto de elementos de diferentes ordens (material, relacional, semiológica) que se interpõem e atuam nos processos de significação, cabe ao mediador cultural a difícil missão de dar conta da gramática e da pragmática das instâncias de mediação, consideradas em seus múltiplos aspectos: morfológicos, sintáticos e semânticos dinâmicos e inter-relacionados.

Nesse sentido, como categoria intrínseca aos processos de significação, as reflexões teóricas que aqui trazemos à estampa podem contribuir para categorizar os espaços, dispositivos e práticas de mediação, organização, participação e adesão dos atores à trama de significados. Contudo, no próprio tempo e espaço singulares onde desenvolvemos esta pesquisa com finalidades intelectuais (de compreender as inter-relações no campo da Cultura e Informação) tanto quanto educacionais (de aprender a fazer pesquisa aplicada, aprender a informar etc.), a mediação cultural não pode ser tratada como um *mito*: todo mediador cultural é digno de suspeita. Travestido ou não *neoanchietanismo*, a mediação cultural não será capaz de resolver de uma vez nem isoladamente, tampouco por atitudes altruístas, os problemas e conflitos inerentes às culturas já fraturadas socialmente.

No contexto de expropriação cultural do Cambury, a mediação cultural constituiu-se em uma ação afirmativa de produção de sentidos *com* os “parceiros do Rio que Muda”, cujas dimensões e impactos sociais ainda necessitam ser mais bem avaliadas do ponto de vista da trama de significados simbólicos gerados por estes protagonistas. Situada nas fronteiras da transdisciplinaridade, a articulação integrada de dispositivos informacionais abre-se para uma dinâmica de cooperação entre os atores sociais (pesquisador, mediadores e sujeitos do saber). Quiçá, nossa experiência de pesquisa possa dispor de saberes e

referências necessárias a fim de contribuir para a formação de futuros mediadores culturais aptos a ler, interpretar, conceber estratégias e agir em mundos simbólicos marcados por *diferenças sociais e culturais*.

A dimensão da *diferença cultural* costuma ser desconsiderada nos processos de produção, apropriação e circulação simbólica, de memórias e de informação, mas dentre os requisitos necessários para a formação de futuros mediadores culturais aptos a ler/interpretar mundos diferentes e a conceber estratégias e práticas culturais inovadoras, aprender a ler tais contextos culturais é condição para o entendimento das relações sociais que governam a vida dos “sobreviventes” da espoliação material e simbólica a que foram submetidos.⁹⁴

Cambury é um retrato metonímico do Brasil, uma fotografia peculiar do que acontece em diversos rincões do país, independente se na cidade ou no campo, se nas favelas ou nos quilombos. Diga-se, o Brasil não tem sido uma “Mãe gentil” para os seus filhos negros e indígenas: são muitos os casos de populações expropriadas de suas terras por diversos motivos. Geralmente, o próprio poder público (Estado) costuma ser o agente dessas expropriações, em processos que acontecem de diferentes formas, seja por manipulações sutis ou explícitas: a expulsão de comunidades tradicionais de suas terras devido ao incentivo estatal às frentes de expansão de grandes projetos agropecuários na Amazônia brasileira; o deslocamento de populações para construção de grandes obras públicas, como as hidrelétricas de Belo Monte, São Francisco etc., da mesma forma como aconteceu em Cambury, cujo território foi invadido por grileiros e depois transformado em Unidade de Conservação Ambiental.

Há uma nova dinâmica socioespacial da vida cotidiana; nas cidades globais cujo modelo de urbanização consolidou-se historicamente como “o lugar da emancipação humana”, vivemos o paradoxo das desigualdades.⁹⁵ De modo semelhante, nas últimas décadas, o mundo agrário passou por profundas transformações tecnológicas com a adoção

⁹⁴ Por exemplo, enquanto elemento de identidade, a *relação com a terra* faz parte do ser quilombola; fundamenta-se numa concepção de educação cultural, encarnada na dinâmica da vida: conhecer as sementes e os tempos de plantar e de colher, os ciclos da chuva e as formas de aproveitamento de água, a cultura de certas plantas e animais típicos etc. Entretanto, a apropriação social desse “tesouro vivo”, como fonte de informação e conhecimento, é indispensável às novas gerações: “a memória permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no processo ‘atual’ das representações. Pela memória, o passado não só vem à tona das águas presentes, misturando-se com as percepções imediatas, como também, empurra, ‘desloca’ estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência. A memória aparece como força subjetiva ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora”. (BOSI, 2001: 46)

⁹⁵ Os moradores de favela constituem já um terço da população urbana global e, numa perspectiva em curto prazo, estima-se que chegará a 50% nos próximos 15 anos. A situação é preocupante para o Terceiro Mundo, pois esta parcela mais pobre do planeta absorverá 95% desse crescimento populacional mundial. (DAVIS, 2003).

sistemática dos mecanismos do mercado, técnicas de administração e gerência racionais. Tudo isso acabou alterando hábitos socioculturais e a percepção da realidade, por meio da pasteurização dos elementos reais e imaginários da vida no campo, o que afetou intensamente o seu tecido social, gerando o fenômeno de “favelização” e outras formas excludentes de urbanização: os enclaves privados impõem novos significados que afetam diretamente os tradicionais espaços públicos das paisagens litorâneas (LUCHIARI, 1999: 198-99). Forças corporativas imprimem ao território um valor mercantil e transformam o direito à cidadania dos indivíduos em uma guerra pelo poder de consumo⁹⁶: consumo patrimonial, de bens, de terras, de serviços, de infraestruturas, em detrimento dos laços de sociabilidade e dos direitos à vida digna, trabalho, saúde, saneamento, transporte, educação, diversidade cultural, direitos fundamentais que deveriam ser garantidos a todos os brasileiros (Constituição de 1988).

Não se passa impune por cinco séculos de colonialismo, assim como não se faz inclusão cultural de grupos socialmente vulneráveis com políticas distributivistas de oferta de bens culturais. O acesso qualificado de informações por meio de mediações culturais infoeducativas é um caminho mais promissor ao envolvimento e à participação dos sujeitos do saber. Assim, onde *não há* espaços referenciais de memória comunitária, é preciso criá-los; onde prevalece o deserto informacional, é preciso fomentar a construção de lugares de memória que promovam a multiplicidade de visões de mundo e o respeito às diferenças culturais (étnica, social, linguística, ideológica, de gênero, de credo, de orientação sexual etc.). Não se trata, de assimilar objetos, sinais, imagens e símbolos; tampouco de meramente absorver os valores externos, sem quaisquer tipos de filtros. Mas, de facilitar a *ação transformadora* por meio de ações pedagógicas que favoreçam a leitura do mundo, papel decisivo que a “educação para a informação” pode desempenhar, em favor dos sujeitos, a fim de diminuir as barreiras da desigualdade em contextos de alta vulnerabilidade social, econômica e cultural.

A apropriação, leitura e significação de bens culturais, construídos em ambientes carentes de informação, apontam para o reconhecimento e a valorização do sujeito que lê, que interpreta e cria; do homem simples que escuta, tem voz e também fala; do jovem que conversa com o idoso e reconhece a importância dos saberes ancestrais; do diálogo entre caixas e quilombolas, que ampliam minimamente a esfera da amizade e espírito

⁹⁶ No litoral norte, a indústria do lazer e a especulação imobiliária multiplicaram o espaço urbano, redefiniram o perfil da população e das atividades socioeconômicas, e reformularam as relações da sociedade com a natureza, transformando a segunda em “mercadoria de consumo” das classes médias e elites urbanas. (LUCHIARI, 1997: 138)

colaborativos; enfim, das novas atitudes culturais que germinam além dos limites físicos impostos pelo *confinamento cultural* e que alimentam por sua vez a criação de novos fluxos de significação entre os objetos, os sujeitos do saber e o mundo que os rodeia.

O diálogo entre o local e o universal é condição de reconciliação do sujeito consigo mesmo, com o outro, e com o saber. As condições e os processos envolvidos na construção do dispositivo infoeducativo são instâncias *portadoras de sentido*, o que significa reconhecer que nem as ideias nem as interpretações são desencarnadas; a noção de apropriação cultural utilizada aqui como forma de experimentação do saber e de produção de saberes não considera o leque das práticas culturais como um sistema neutro de diferenças, como um conjunto de práticas diversas e equivalentes. Adotar tal perspectiva significaria esquecer que tanto os bens simbólicos como as práticas culturais permanecem sendo objeto de diversas lutas sociais, em que há *disputa e conflitos*, os quais dependem dos modos singulares dos embates e apropriações dos sentidos produzidos socialmente, jogo em que se situam múltiplos enfrentamentos.

A mediação cultural e os saberes informacionais do *mediador cultural* contribuíram para construir representações contextualizadas do universo cultural do Cambury e podem servir de referencial teórico-metodológico na criação de dispositivos e práticas de mediação que favorecem a produção, circulação e apropriação social de informações, trocas culturais, simbólicas e a experimentação de novos saberes. Mas, cumpre sinalizar que não se pode fazer da mediação cultural um *mito*, outra alegoria salvífica, como se ela fosse capaz de resolver de uma vez problemas históricos de expropriação, desigualdades, conflitos e fraturas sociais.

A nosso ver, a sobrevivência da Ciência da Informação enquanto ciência social interdisciplinar depende da revisão do conceito sobre “o que é conhecer o ato de conhecer”, sendo mister adequá-lo às exigências dos novos tempos e às novas percepções dos sujeitos do conhecimento, da *relação com o saber*. A discussão sobre o “ato de fazer sentido”, entre os “parceiros do rio que muda”, ainda não se esgotou. É uma “obra aberta” que parece ter agregado novas dimensões, incluindo a inovação social estratégica, principalmente a partir de influência de modelos alternativos, da multiplicidade de usos da informação, do poder das tecnologias e redes sociais: novos espaços de intercâmbio, negociação e definição de conflitos e de resistência aos adversários e aos mecanismos de discriminação, dominação e de exclusão, que reconhecem tais estratégias de ação, contrapondo uma direção alternativa por meio da organização do seu movimento. Com

efeito, a inovação estratégica da pesquisa como artesanato deve fundamentar-se no *savoir-faire*, nos saberes práticos e experimentais, capazes de estimular o gosto pela ação voluntária e o engajamento coletivo no processo de produção e uso do conhecimento:

No contexto social quilombola/caiçara, a criação da *Estação Memória Cambury* implicou a articulação entre universos simbólicos diversificados, entre repertórios da memória universal registrada e os da memória local, direta ou indiretamente ligados à comunidade que se apropria desses dispositivos. Daí, a importância de considerar a *experiência* nos processos de trocas culturais e simbólicas, em favor do desconfinamento dos sujeitos que sofrem expropriação de suas terras, sua cultura, sua representação política e do *direito à voz*. A reinserção e circulação social das memórias/experiências na comunidade atua favoravelmente para a construção de vínculos afetivos e cognitivos entre idosos, jovens e crianças, revelando que o outro guarda um segredo revelador: o segredo do que efetivamente somos, homens de significado.

O que fica, afinal, de toda esta história, além da “memória da travessia”?

Em Cambury, reconhecemos a existência de uma realidade complexa, composta pela mestiçagem, diferenças: múltiplas vozes povoam o conflituoso e colorido universo do cotidiano de Cambury e parece-nos impossível descrever os lamentos, balbucios, suspiros entre outros sons que, mesmo em silêncio, insistem em se fazer audíveis, como as águas que correm no rio que anda. Cambury é mutação e a plasticidade da mudança parece estar vinculada à natureza ampla, complexa e multifacetada do lugar. A tradução dos significados está evidentemente condicionada à capacidade (limitada) deste pesquisador que se esforçou apenas em contar aquilo que viveu, sem a ambição de capturar verdades, tampouco *idealizar* o cotidiano dos seres e caracteres humanos... Diante da multiplicidade de vozes da vida social, cultural e ideológica do Cambury, buscamos sistematicamente *ver, escutar e registrar*.

Da travessia por esta trama de significados, tecemos apenas algumas considerações críticas sobre as descobertas realizadas no contexto social da pesquisa colaborativa, com os “parceiros do Rio que Muda”:

a) Não existem barreiras suficientes para impedir as diversas expressões violentas de expropriação material e simbólica ainda em curso no país; Cambury é um retrato metonímico de uma realidade mais ampla e complexa, que remonta à condição colonial. Nesse microcosmo sociocultural cambiante e volátil, há espaço para o diálogo, experimentação do saber e apropriação social de informação. Mas, convém desconfiar e

estar atento aos “álibis” culturalmente construídos, pois outras tantas intervenções também atuam como “mediações”, produzindo transformações na comunidade (até mesmo formas de desagregação social) que alteram o seu cotidiano. Por exemplo, a presença missionária – igrejas adventistas e evangélicas – vem atuando intensamente para “exorcizar” as práticas, expressões e vivências culturais dos antepassados, inculcando-lhes valores alheios ao universo sociocultural das pessoas que nasceram e vivem no bairro rural do Cambury. Os objetos, crenças e valores simbólicos que os quilombolas e caiçaras sempre produziram na lida cotidiana para celebrar o tempo de plantar, colher, cantar, dançar (manifestações culturais como dança da Chiba, Cana Verde, Folia de Reis, cirandas e batuques), hoje se transformaram em fonte de cisão, discórdia e desunião. Esse tipo de expropriação cultural encontra terreno fértil em ambientes vulneráveis social e economicamente, mas afeta negativamente o seu tecido social; não contribui para gerar união no enfrentamento dos conflitos e problemas da população, tais como “favelização”, ausência de fonte de renda, empobrecimento, entre outras privações que foram impostas ao modo de vida caiçara/quilombola.

b) Em trabalhos de pesquisa social aplicada, desenvolvidos com populações de baixa renda, com baixo índice de escolaridade, ausência de saneamento e serviços públicos de saúde, sem noções de direito, ou de cidadania mutilada pelas situações de violência e expropriação (material e simbólica), comumente nos deparamos com outras formas sutis de expropriação; prevalecem, sobretudo, posturas com forte tendência ao *assistencialismo* (“Velejando com Deus”) e à *espoliação da representação política* (Escolinha Jambeiro).

c) Políticas culturais de caráter vicário, pautadas meramente na oferta de livros ou distribuição de bens culturais não garantem a apropriação social do conhecimento. A mediação cultural pode facilitar a ação transformadora se fizer uso de ações pedagógicas que favoreçam a leitura do mundo, papel decisivo que a “educação para a informação” pode desempenhar a fim de diminuir as barreiras das desigualdades em contextos de alta vulnerabilidade social, econômica e cultural.

d) O respeito à diferença cultural, à ecologia social e ao estatuto sociocultural dos sujeitos do saber é condição *sine qua non* para a mediação cultural, de caráter infoeducativo. Não é improvável, tampouco incomum, que pesquisadores, gestores públicos, donos de ONGs e profissionais das mais diversas áreas sintam-se inclinados a supor que “sabem mais” que os próprios sujeitos locais quais são as “melhores soluções” para os seus conflitos. Esse tipo de raciocínio arrogante e paternalista pode ser prejudicial;

por vezes, pode significar invasão do espectro de representações simbólicas da comunidade e, inclusive, gerar intervenções inadequadas, por não respeitar o *ethos* sociocultural das pessoas. O ativismo irrefletido, espontaneísta, será de pouca valia. Cumpre, pois, considerar a história e o contexto sociocultural do grupo em questão, articulando-se às suas dinâmicas e modos de expressar, como forma de diálogo e desenvolvimento de instrumentos e estratégias de apropriação de saberes e memórias, bem como criar novos canais de expressão e de relações humanas que ajudem a reinventar o seu cotidiano.

e) O que realmente conta nesta tentativa de reatar a trama dos saberes, memórias e experiências dos parceiros do Cambury é a soma de todos os ingredientes envolvidos. Temos a plena consciência que não existe mediador cultural sem defeito. Somos seres de significado, sujeitos a erros e enganos, passíveis de falhas, ausências, temores, imperfeições. Vale ressaltar que, na prática da mediação cultural, o que vale é o conjunto da obra. Mais significativa que a *expertise* ou o amálgama de especialidades do mediador é a soma dos esforços colaborativos que tornaram possível a gestação da obra. Doravante, nunca acabada, mas permeável e aberta à plasticidade da mudança:

Ao fim da travessia, é de se questionar o saldo. Todo ponto de chegada é também ponto de partida. Assim, a riqueza das experiências e a fertilidade das informações, descobertas e diálogos aqui partilhados sugerem que novos estudos devam decorrer desta aventura do saber. Para findá-la, fazemos questão de lembrar, à guisa de homenagem e reconhecimento, o quanto lamentamos a perda, no meio da travessia, de uma das principais protagonistas, a jovem artista quilombola, Luciana Cruz dos Santos (*In Memoriam*). Na ausência de palavras que expliquem a magia do encontro, diálogo aberto e das partículas de sabedoria, ao lado dos parceiros do Rio que Muda, resta-me apenas dizer que hoje eu não sou mais o mesmo. Descobri que também mudei, achando-me no outro:

É a função de abertura entre os homens, é o auxílio ao vir a ser do homem enquanto ser-próprio, é a assistência mútua na realização do ser-próprio da natureza humana conforme a criação, que leva o inter-humano à sua verdadeira altura. É somente quando há dois homens, dos quais cada um, ao ter o outro em mente, tem em mente ao mesmo tempo a coisa elevada a que este é destinada e que serve ao cumprimento do seu destino, sem querer impor ao outro algo da sua própria realização; é somente aí que se manifesta de uma forma encarnada toda a glória dinâmica do ser do homem. (BUBER, 2007: 152)

REFERÊNCIAS

- AIDAR, G. (Coord.) **Percorrer e registrar**: reflexões sobre a ação educativa extramuros da Pinacoteca do Estado de São Paulo. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2010.
- AGAMBEN, G. **O que é o contemporâneo?** e outros ensaios. Chapecó-SC: Argos, 2009.
- AGUIAR, F. (Org.) **Com palmos medida**. Terra, trabalho e conflito na literatura brasileira. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Boitempo, 1999.
- ALAVA, S. (Org.) **Ciberespaço e formações abertas**: rumo a novas práticas educacionais. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- ANCHIETA, J. de. **Auto representado na Festa de São Lourenço**. Rio de Janeiro: Serviço Nacional de Teatro; Ministério da Educação e Cultura, 1973.
- ARENDT, H. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- ARRUTI, J. M. Notas sobre as iniciativas federais em educação no contexto das políticas públicas para quilombos. **Educação escolar quilombola**: pilões, peneiras e conhecimento Escolar. Curitiba: Secretaria de Estado da Educação, 2009, v. 1, p. 13-31.
- AZEVEDO, A. **O mulato**. São Paulo: Martins Fontes, 1973.
- BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 14a. ed. São Paulo: Hucitex, 2010.
- BAUMAN, Z. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.
- BENJAMIN, W. Experiência e pobreza. **Magia e técnica, arte e política**. 6a. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- BERTAUX, D. **Les récits de vie**: perspective ethnosociologique. Paris: Éditions Nathan, 1997.
- BEZERRA, P. Polifonia. In: BRAIT, B. (Org.) **Bakhtin**: conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2008.
- BHABHA, H. K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
- BONDÍA, J. L. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, n. 19, jan./fev./mar./abr., 2002.
- BOSI, A. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- _____. Considerações sobre o tempo e informação. **Seminário Internet, Mente e Sociedade**. São Paulo: IEA-USP, 1995.
- BOSI, E. **Memória e sociedade**: lembrança dos velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BOURDIEU, P. **Poder, derechos y clases sociales**. Bilbao: Desclée de Brouwer, 2000.
- BOXER, C. **A igreja militante e a expansão ibérica: 1440-1770**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- BRANCO, A. **Cultura caiçara**: resgate de um povo. Peruíbe-SP: Editora Etecê, 2005.
- BRUNER, J. O estudo adequado do homem. **Atos de significação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- BUBER, M. **Do diálogo e do dialógico**. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- BULHÕES, M. A. Práticas artísticas em redes sociais virtuais. **Revista USP**, São Paulo, n. 92, 46-57, dez.-fev., 2011-2012.
- BURKE, P. História como memória social. **Variedades de história cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- CALDEIRA, T. P. do R. A presença do autor e a pós-modernidade. **Novos Estudos Cebrap**, 21: 133-57, 1988.

- CALLON, M. Por uma nova abordagem da ciência, da inovação e do mercado. O papel das redes sociotécnicas. In: PARENTE, A. (Org.) **Tramas da rede**: novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação. Porto Alegre: Sulina, 2010, p. 64-79.
- CANCLINI, N. G. **Diferentes, desiguales y desconectados**. Mapas de la interculturalidad. Barcelona: Gedisa Editorial, 2004.
- _____. **Consumidores e cidadãos**: conflitos multiculturais da globalização. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.
- CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2001.
- CAVALLEIRO, E. dos S. (Org.). **Do silêncio do lar ao silêncio escolar**: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. São Paulo: Contexto, 2000.
- CERQUEIRA, B. W. Um estudo sobre a escravidão em Ubatuba. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (Marília). **Estudos Históricos**, n. 5, dez., 1966.
- CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.
- CHARLOT, B. **Da relação com o saber: elementos para uma teoria**. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- CHAUÍ, M. **Brasil**: mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Fund. Perseu Abramo, 2004.
- CLARETO, S. **A criança e seus mundos**: céu, terra e mar no olhar de crianças caiçaras na comunidade caiçara de Camburi (SP). Instituto de Geociências e Exatas. Rio Claro: UNESP, 1993.
- COELHO, J. T. **Dicionário crítico de política cultural**: cultura e imaginário. 3a. ed. São Paulo: Fapesp/Iluminuras, 2004.
- DESGAGNÉ, S. Le concept de recherche collaborative: l'idée d'un rapprochement entre chercheurs universitaires et praticiens enseignants. **Revue des sciences de l'éducation**, v. 23, n. 2, p. 371-93, 1997.
- DICIONÁRIO Eletrônico de Terminologia em Ciência da Informação. Vitória-ES: Porto: DCI-CCEJ da UFES; SAJCC da FLUP; CETAC-Media, 2007.
- ERICKSON, F. Métodos cualitativos de investigación sobre la enseñanza. In: WITTROCK, M. C. **La investigación de la enseñanza, II**. Barcelona; Buenos Aires; México: Paidós, 1989, p. 195-232.
- _____. Prefácio. In: COX, M. I. P.; ASSIS-PETERSON, A. A. de. (Org.) **Cenas de sala de aula**. Campinas: Mercado de Letras, 2001.
- FARIA, I. P. **Estação Memória**: lembrar como projeto - contribuição ao estudo da mediação cultural. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.
- FERRARA, L. D'Aléssio. **A estratégia dos signos**. São Paulo: Perspectiva, 1981.
- FERREIRA, S. M. S. P. **Estudo de necessidades de informação**: dos paradigmas tradicionais à abordagem *sense-making*. Porto Alegre: ABEED, 1997.
- FLUSSER, V. **A escrita**: há futuro para a escrita? São Paulo: Annablume, 2010.
- FREIRE, P. **Educação e atualidade brasileira**. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2003.
- _____. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. 13a. ed. São Paulo: Editores Associados/Cortez, 1986.
- _____. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- GAGNEBIN, J.-M. Prefácio: Walter Benjamin ou a história aberta. **Magia e técnica, arte e política**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

- GAMA, J. D. **Litoral norte - São Paulo**: um olhar sobre a história. São Paulo: SMA/ CPLA, 2005.
- GEERTZ, C. Descripción densa: hacia una teoría interpretativa de la cultura. In: **La interpretación de las culturas**. Traducción, revisión y prólogo de Carlos Reynoso. 12a. ed. México: Gedisa, 2003.
- _____. Um jogo absorvente: notas sobre a briga de galos balinesa. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1995.
- GUSMÃO, N. M. M. de. **Terra de pretos terra de mulheres**: terra, mulher e raça num bairro rural negro. Brasília: Fundação Cultural Palmares/MinC, 1995.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.
- _____. **Les cadres sociaux de la mémoire**. Paris: Albin Michel, 1994.
- HALL, S. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. In: THOMPSON, K. (Org.) **Media and cultural regulation**. London; Thousand Oaks, Calif: Sage Publications; Milton Keynes: Open University, 1997.
- HARVEY, D. **A condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 19a. ed. São Paulo: Loyola, 2010.
- HELLER, A. **O cotidiano e a história**. 2a. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. 17a. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1984.
- IANNI, O. **A era do globalismo**. 8a. ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 2004.
- INSTITUTO FLORESTAL. Parque Estadual da Serra do Mar - Núcleo Picinguaba. Plano de Uso Tradicional do Cambury. **A caminho do mar**: um projeto de saneamento, educação e saúde no bairro de Cambury. São Paulo: Páginas e Letras Ed. e Gráfica, 2006.
- JEUDY, H.-P. **Memórias do social**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.
- LE COADIC, Y.-F. **A ciência da informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.
- LE GOFF, J. Memória. In: GIL, F. (Org.) **Memória – história**. Porto: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1984.
- LOPES, A. L.; MOURA, G.; MONTES, M. L. A educação e as comunidades remanescentes de quilombos. **Rev. Palmares em Ação**, v. 1(1): 30-36, ago./set., Brasília, 2002.
- LUCHIARI, M. T. D. P. Turismo e cultura caiçara no litoral norte paulista. In: RODRIGUES, A. B. (Org.) **Turismo, modernidade, globalização**. São Paulo: Hucitec, 1997.
- _____. **O lugar no mundo contemporâneo**: turismo e urbanização em Ubatuba-SP. Tese (Doutoramento) IFCH da Unicamp. Campinas-SP: 1999.
- MANSANO, C. F. **Do “tempo dos antigos” ao “tempo de hoje”**: o caiçara de Cambury entre a terra e o mar. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação da Unicamp. Campinas-SP, 1998.
- MARCÍLIO, M. L. **Caiçara**: terra e população – estudo de demografia histórica e da história social de Ubatuba. 2a. ed. São Paulo: Edusp, 2006.
- MERLO, M. **Entre o mar e a mata**: a memória afro-brasileira. São Sebastião, Ilhabela e Ubatuba. São Paulo: Fapesp; Educ, 2005.
- MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2a. ed. revisada. São Paulo: Cortez; Brasília-DF: UNESCO, 2011.
- _____. **A religação dos saberes**: o desafio do século XXI. 3a. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- MOURA, G. Educação quilombola. **Salto para o futuro**, n. 10, p. 6-10, Jun, 2007.
- NAVARRO, E. **Anchieta, vida e pensamento**. São Paulo: Martin Claret, 1997.
- NICOLESCU, B. **O manifesto da transdisciplinaridade**. São Paulo: Triom, 1999.

- OLIVEIRA, L. A. de. (Org.) **Quilombos**: a hora e a vez dos sobreviventes. São Paulo: CPISP, 2001.
- OLIVEIRA, L. M. B. **Corpos indisciplinados**: ação cultural em tempos de biopolítica. São Paulo: Beca, 2007.
- PARENTE, A. (Org.) **Tramas da rede**: novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação. Porto Alegre: Sulina, 2010.
- PAULA, L. R. de. **Relatório Técnico-Científico sobre os Remanescentes da Comunidade de Quilombo de Cambury**, Município de Ubatuba/São Paulo. São Paulo: ITESP, 2002.
- PAZ, O. **Amor e erotismo**: a dupla chama. Trad. Wladyr Dupont. São Paulo: Siciliano, 1999.
- PERAYA, D. O ciberespaço: um dispositivo de comunicação e de formação midiaticizada. In: ALAVA, S. (Org.) **Ciberespaço e formações abertas**: rumo a novas práticas educacionais. Porto Alegre: Artmed, 2002, p. 25-52.
- PEREIRA LEITE, M. F. **As tramas da segregação**: privatização do espaço público. Tese (Livre Docência). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP. São Paulo, 1998.
- PERROTTI, E. A aventura de conhecer: entre a falta e o excesso de informações. **Salto para o futuro**, v.28, n.15, set. 2008.
- _____. Memória e Educação. In: WORCMAN, K.; PEREIRA, J. V. (Orgs.) **História falada**: memória, rede e mudança social. São Paulo: SESC SP; Museu da Pessoa; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006, p. 127-136; 248.
- _____. **Confinamento cultural, infância e leitura**. São Paulo: Summus, 1990. (Novas buscas em educação, v. 38)
- _____.; VERDINI, A. de S. Estações do Conhecimento: espaços e saberes informacionais. In: ROMÃO, L. M. S. (Org.) **Sentidos de biblioteca escolar**. São Carlos: Gráfica e Editora Compacta, 2008, p.13-39.
- _____.; PIERUCCINI, I. Infoeducação: saberes e fazeres da contemporaneidade. In: LARA, M. L. G; FUJINO, A.; NORONHA, D. P. (Org.). **Informação e contemporaneidade**: perspectivas. Recife: Néctar, 2007, p. 46-97.
- PESSOA, F. **Poesias**. Porto Alegre: LP&M, 1996.
- PIERUCCINI, I. **A ordem informacional dialógica**: estudos sobre a busca de informação em educação. 2004. Tese (Doutorado) – Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.
- _____. **Memória e educação**. São Bernardo do Campo: Secretaria de Educação e Cultura, 2006. (Cadernos REBI)
- _____. Biblioteca escolar, pesquisa e construção do conhecimento. In: ROMÃO, L. M. S. (Org.). **Sentidos de biblioteca escolar**. São Carlos: Gráfica e Editora Compacta, 2008, p. 41-69.
- _____. A busca do conhecimento na escola: a pesquisa escolar e a construção do conhecimento. **Salto para o futuro**, v. 28, n. 15, set. 2008.
- _____.; PERROTTI, E. Memória, experiência e informação: a Estação Memória. **XI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XI ENANCIB**, Rio de Janeiro, 2010.
- _____.; PERROTTI, E. A biblioteca escolar como Estação Memória. **X Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - X ENANCIB**, João Pessoa-PB, 2009.
- _____.; PERROTTI, E. A biblioteca escolar como Estação Memória. In: ROMÃO, L. M. S. (Org.) **Sentidos de biblioteca escolar**. São Carlos: Gráfica e Editora Compacta, 2008.

- POMBO, O. Epistemologia da interdisciplinaridade. PIMENTA, C. (Org.) **Interdisciplinaridade, humanismo, universidade**. Porto: Campo das Letras, 2004.
- POSTMAN, N. **Tecnopólio: a rendição da cultura à tecnologia**. São Paulo: Nobel, 1994.
- PRETI, D. **A linguagem proibida: um estudo sobre a linguagem erótica**. São Paulo: T. A. Queiroz/Edusp, 1984.
- RAIMUNDO, S. **Nos bananais de Ubatuba (SP): dilemas e desafios para a gestão das unidades de conservação de proteção integral com comunidades tradicionais residentes**. São Paulo: FFLCH-USP, 2001.
- RIBEIRO, T. B. S. **Cambury e o turismo nas suas comunidades diferenciadas: Ubatuba, SP, 2006**. Projeto de Intervenção Turística na área de Concentração em Planejamento e Gestão Turística de Cidades, Curso de Turismo da PUC-SP.
- RODRIGUES, E. P. F. **Projeto comunidades litorâneas Cambury/SP: ensaio de planejamento para o bairro**. São Paulo: Faculdade de Belas Artes/USP, 1992.
- SANTOS, B. de S. Os processos da globalização. **A globalização e as ciências humanas**. São Paulo: Cortez, 2002, p. 25-102.
- _____. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- _____. Modernidade, identidade e a cultura de fronteira. In: **Tempo social**, Rev. de Sociologia da USP, São Paulo, v. 5(1-2), nov. 1994.
- SANTOS, L. G. Propriedade intelectual ou direitos intelectuais coletivos? In: ARAÚJO, A. V.; CAPBIANCO, J. P. (Org.) **Biodiversidade e proteção do conhecimento de comunidades tradicionais**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 1996. (Documento ISA, n. 2)
- SANTOS, M. **Técnica espaço tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. 4ª ed. São Paulo: Hucitec, 1998.
- _____.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 3a. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SCHAFF, A. **Linguagem e conhecimento**. Trad. Manuel Reis. Coimbra: Almedina, 1974.
- SCHMIDT, M. L. S.; MAHFOUD, M. Halbwachs: memória coletiva e experiência. **Psicologia USP: Memória**, v. 4, n. 1/2, 1993.
- SERFATY-GARZON, P. **Dictionnaire critique de l'habitation et du logement**. Paris: Armand Colin, 2003, p. 27-30.
- SETTI, K. **Ubatuba nos cantos das praias: estudo do caçara paulista e de sua produção musical**. São Paulo: Ática, 1985.
- SILVA, S. R. da. **Negros na Mata Atlântica, territórios quilombolas e a conservação da natureza**. Tese (Doutoramento). Departamento de Geografia, USP. São Paulo, 2008.
- _____. Populações tradicionais camponesas, um estudo de território, identidade, problemas ambientais e fundiários. O caso Cambury, Ubatuba-SP. **Anais... X Encontro de Geógrafos da América Latina**, 20 a 26 de março. São Paulo: USP, 2005.
- _____. Questão agrária em Cambury: território, modo de vida e problemas fundiários. **Identidades y luchas sociales**. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, nov. 2004.
- _____. **Cambury, território de brancos, negros e índios no limite do consenso caçara**. Transformações de uma população tradicional camponesa. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Geografia, USP. São Paulo, 2004.
- SILVA, W. C. da. **Miséria da biblioteca escolar**. 2a. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

- SOARES, C. C.; OLIVEIRA, O. B.; SOUSA, T. C. **Implantação de bibliotecas rurais**: manual para agentes de leitura e multiplicadores do Programa Arca das Letras. Brasília: MDA, 2009.
- _____. Arca das Letras: bibliotecas públicas rurais no Brasil. In: **Congreso Internacional La Biblioteca Pública: un Continente entre los Continentes**. Comfenalco Antioquia. Medellín-Colombia: Biblioteca EPM, 20 a 23-11-2007.
- _____.; CARNEIRO, M. E. R. Bibliotecas rurais para a inclusão social no Brasil. **Rev. Inclusão Social**, Brasília, v. 3, n. 2, p. 15-24, jan.-jun., 2010.
- SUBIRATS, E. **A existência sitiada**. São Paulo: Romano Guerra, 2010.
- THOMPSON, P. **A voz do passado**: história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- TODOROV, T. **O espírito das luzes**. São Paulo: Barcarola, 2008.
- TRAGTENBERG, M. O conhecimento expropriado e reapropriado pela classe operária. **Rev. Autogestão**, n. 4, 1981. São Paulo: Editora-A, p. 7-13. (mimeo.)
- WILLIAMS, R. **Palavras-chave**: um vocabulário de cultura e sociedade. São Paulo: Boitempo, 2007.
- WORCMAN, K.; PEREIRA, J. V. (Orgs.) **História falada**: memória, rede e mudança social. São Paulo: SESC-SP; Museu da Pessoa; Imprensa Oficial do Estado-SP, 2006.
- YATES, F. **A arte da memória**. Trad. Flavia Bancher. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2007.

SITES CONSULTADOS

- A Cor da Cultura - <http://www.acordacultura.org.br>
- Comissão Pró-Índio de São Paulo (CPISP) - <http://www.cpisp.org.br>
- Conselho Indigenista Missionário (CIMI) - <http://www.cimi.org.br/>
- Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) - <http://www.cultura.gov.br/cnpc/>
- Fórum das Comunidades Tradicionais - <http://www.fc-tradicionais.org/quilombos/>
- Fundação Cultural Palmares (FCP) - <http://www.palmares.gov.br/>
- Fundação de Arte e Cultura de Ubatuba (Fundart) - <http://www.fundart.com.br>
- Instituto de Terras de São Paulo “José Gomes da Silva” (ITESP) - <http://www.itesp.sp.gov.br>
- Litoral Sustentável - <http://litoralsustentavel.org.br>
- Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras (NUPAUB) - <http://www.usp.br/nupaub>.
- Projeto Acervo Memória Caiçara - <http://www.memoriacaicara.com.br>
- Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) - <http://www.seppir.gov.br>

ANEXO A DIAGRAMA DE PARENTESCO DE CAMBURY

Fonte: MANSANO, 1998: p. 56-59.

ANEXO B

LEGISLAÇÃO

- CONSTITUIÇÃO FEDERAL DO BRASIL, artigos 215 e 216.
- ARTIGO 68, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

“Aos remanescentes de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva”. Em 1996, o presidente da República concedeu título de reconhecimento de domínio às comunidades de Pacoval e Água Fria, no Pará, cumprindo os artigos 215 e 216 da Constituição e o artigo 68 do Ato das Disposições Transitórias.
- DECRETO-LEI n. 3.912/2001

A Fundação Cultural Palmares (FCP), do Ministério da Cultura (MinC) pôde aplicar o artigo 68 e reconhecer mais comunidades.
- DECRETO s/n. de 13/05/2003

Institui Grupo interministerial (GTI) para rever as disposições contidas no decreto federal 3.912/2001, que regulamenta a matéria e propor modificações.
- DECRETO 4.883 de 20/11/2003

Fica transferida do Ministério da Cultura para o Ministério do Desenvolvimento Agrário a competência para delimitação das terras remanescentes das comunidades dos Quilombos; a determinação de suas demarcações, estabelecida no inciso VI, alínea "C", do artigo 27 da lei 10.683, de 28 de maio de 2003; e expedição dos títulos das terras.
- DECRETO-LEI n. 4.887/2003

“Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias”. O decreto-lei também determina que o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), do Ministério do Desenvolvimento Agrário, é o órgão competente para emitir títulos de propriedade.
- LEI n. 10.639/2003 E A EDUCAÇÃO QUILOMBOLA

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”.
- PORTARIA Nº 6 DA FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, 01/03/2004

Institui o Cadastro Geral de Remanescentes das Comunidades de Quilombos da Fundação Cultural Palmares, também autodenominadas “Terras de Preto”, “Comunidades Negras”, “Mocambos”, “Quilombos”, dentre outras denominações congêneres, para efeito do que dispõe o Decreto n 4.887/03.
- INSTRUÇÃO NORMATIVA n. 16 do INCRA de 24/05/2004

Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos Quilombos de que trata o art.68 do ato das Disposições Constitucionais Transitórias.
- DECRETO FEDERAL n. 6.040/2007

Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

APÊNDICE A – MAPA DO SITE
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL, CATEGORIAS E MENUS

181

Fonte: <http://estacaomemoriacamburi.wordpress.com/>

APÊNDICE B – ANÁLISE DA DINÂMICA DO SITE ESTAÇÃO MEMÓRIA CAMBURY

182

Os resultados da dinâmica do site - <http://estacaomemoriacamburi.wordpress.com> - demonstram que houve uma curva ascendente no crescimento de acessos, principalmente a partir de maio de 2012 (ver rótulo “Tratando Acervo” - Arca das Letras), quando atingiu pela primeira vez a média mensal de 500 visitas; em junho houve a divulgação da I Oficina de Memória, e a partir daí, a curva sofre maior impacto, culminando com o sucesso da II Oficina de Memória, em novembro de 2012. Com a morte da jovem artista quilombola, Luciana Cruz dos Santos, 14 anos, protagonista que se destacou nas ações culturais, em 21 de janeiro de 2013, o site atinge a espantosa marca de 3.004 visualizações e 963 visitantes.

23/06/2013, 04:48

Estação Memória Camb...

« Retornar às Estatísticas »

Meses e Anos

	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
2011												62	62
2012	52	218	131	146	450	211	578	289	400	755	1.497	1.076	5.803
2013	3.004	1.532	728	877	614	1.036							7.791

Média por Dia

	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Com tudo
2011												2	2
2012	2	8	4	5	15	7	19	9	13	24	50	35	16
2013	97	55	23	29	20	46							45

Fonte: <http://estacaomemoriacamburi.wordpress.com/wp-admin/>

Não temos a pretensão de fazer análise quantitativa dos dados que ora apresentamos; apenas registrar que esta evolução na curva de acessos é decorrente do trabalho de mediação cultural em âmbito presencial, que alimenta a dinâmica do site, e vice-versa, de modo complementar, integrado. Até o momento de realização da I Oficina de Memória, a atenção do mediador cultural estava voltada para a reconfiguração dos dispositivos informacionais e a coleta de relatos de vida dos idosos. À medida que são reformulados o design, conteúdos, estrutura e integração às redes sociais, a visibilidade aumenta consideravelmente. A queda observada nos meses de agosto e setembro de 2012 se explica em razão do tempo do pesquisador dedicado ao Exame de Qualificação. Outra menção a fazer é que o 1º semestre de 2013 já supera em quase 2000 acessos o total do ano anterior.

PRINCIPAIS POSTS VISUALIZADOS – 23.06.2012 a 23.06.2013 - ANUAL

Principais posts para 365 dias, até 2013-06-23 (Resumido)	
7 dias 30 Dias Trimestre Ano Sempre	
2012-06-23 to Hoje	
Título	Visualizações
▼ Página inicial / Arquivos	5.864
▼ Meningite mata jovem artista quilombola em Ubatuba: Cambury está de Luto	903
Sr. Genésio	296
Oficinas de Memória: Arte, Cultura e Informação	229
GRILEIRA DE TERRA PEDE A REINTEGRAÇÃO DE POSSE NO CAMBURY	163
Fórum de Ubatuba decidirá a posse da terra, à revelia dos quilombolas do Cambury	163
▼ CARTA DE REIVINDICAÇÕES: DIREITO À SAÚDE NO CAMBURY	141
Melhoria da Saúde Pública em Cambury: Abaixo-assinados	140
Ação cultural no Quilombo de Cambury – 15 a 20 novembro	138
Petição Quilombo do Cambury – Urgente	114
Memória e Xilo I	99
Estação	96
Luciana Cruz	95
Xilogravura	93
Simão Preto	91
Relatos de Vida	83
Percepções da Diferença	82
▼ Tratando acervo	78
Educar é preciso, mas a ciência está cega e o Estado, omissor	78
1ª. Jornada: "Oficinas de Memória, Informação e Escrita"	76
Grupo Teatro e Circo anima Festa no Quilombo Cambury	73
▼ Partilhando arte, cultura e informação	70
▼ Desenho	70
Até tu, Dilma? Verba dos quilombolas está presa nos cofres do governo	66
Protagonistas	64
Arca das Letras	64
Quilombolais	62
Na Rede	60
No princípio era a Toca da Josefa...	58
Desafios para o Desenvolvimento Sustentável de Ubatuba	58
Infoteca	58

Fonte: <http://estacaomemoriacamburi.wordpress.com/wp-admin/>

DISTRIBUIÇÃO DE VISUALIZAÇÕES POR TAGS E CATEGORIAS

Fonte: <http://estacaomemoriacamburi.wordpress.com/wp-admin/>

DISTRIBUIÇÃO DAS VISUALIZAÇÕES POR PAÍSES

Fonte: <http://estacaomemoriacamburi.wordpress.com/wp-admin/>

APÊNDICE C – PROTAGONISTAS: OS *PARCEIROS DO RIO QUE MUDA*

Néio (Leonel), quilombola	Patrícia e Sr. Salustiano	Sr. Genésio, quilombola

Alcides Alves, quilombola	Miguel da Cruz, caçara (<i>In Memoriam</i> , 08.05.2012)	Dona Maria Lorena, caçara

Uelinton e Catarina, quilombolas	Iracilda Lopes, neta Sr. Genésio.	Alex e Formiga, colheita Juçara

Cristiane (Keké) quilombola	Crianças em roda, no Cambury	Mônica (Monca), caçara

Luciana Cruz e Pedrinho (<i>In Memoriam</i> , 21.01.2013)	Silmara Lopes, secretária do Quilombo do Cambury.	Festa Junina, 2011, integração com quilombo do Campinho.

APÊNDICE D – GALERIA DE ARTE: PRODUTOS CULTURAIS
 Bens gerados pelos Protagonistas nas Oficinas de Memória e Xilogravura
 Quilombo do Cambury/Escolinha Jambeiro, julho e novembro de 2012.

Na 1a. edição da *Oficina de Memória e Xilogravura* houve a aprendizagem de impressão em P&B.

Xilogravura encontrada no lixo da USP: gatilho para explorar o tema da “Casa de Farinha, na 1ª. Oficina de Memória e Xilogravura, julho 2012.

Exposição – varal – Resultados 1a. *Oficina de Memória e Xilogravura*, jul.2012.

Exposição – mural – 1a. *Oficina de Memória e Xilogravura* – julho 2012.

Exposição – Mural, 1a. *Oficina de Memória e Xilogravura*

Exposição – Varal – 1a. *Oficina de Memória e Xilogravura*,

Logotipo do quilombo do Cambury, apropriado pela 1a. *Oficina de Memória e Xilogravura*, Julho 2012.

Canoa caiçara na praia do Cambury, Obra “Pescador”, autoria de Dayane, julho 2012.

O “Gafanhoto”, xilogravura produzida por Luciana Cruz dos Santos, 14 anos.

“Coelhinho”, xilogravura produzida por Patrícia Cristina, julho de 2012.

“Garoupa”, obra produzida por Cristiane Cruz dos Santos, a “Keké”.

Xilogravura exposta no Mural, obra produzida por Dayane, Julho. 2012.

A obra intitulada “Jambeiro”, parece retratar uma árvore que chora. Prova da Autora (PA), xilo, PB em contraste dourado, 20.nov.2012. Autoria: Luciana Cruz dos Santos.

Diálogos e mediação cultural - 1a. Oficina de Memória e Xilogravura .

“Gafanhoto”, Prova do Autor (PA), xilo, colorida, 20.nov.2012. Autoria: Luciana Cruz dos Santos.

Jambeiro parece que chora por todos nós., Prova da Autora (PA), xilo, P&B, 20.nov.2012. Autoria: Luciana Cruz dos Santos.

“Gafanhoto”, Prova do Autor (PA), xilo, colorida, 20.nov.2012. Autoria: Luciana Cruz dos Santos.

“Jambeiro”, xilogravura em cores produzida por Luciana Cruz Dos Santos.

“Gafanhoto em pé”, Prova do Autor (PA), xilo, P&B, 16.jul.2012. Autoria: Luciana Cruz dos Santos.

“Jambeiro”, Prova da Autora (PA), xilo, P&B, 20.nov.2012. Autoria: Luciana Cruz dos Santos.

“Gafanhoto em pé”, Prova do Autor (PA), xilo, P&B, 16.jul.2012. Autoria: Luciana Cruz dos Santos.

“Jambeiro”, Prova da Autora (PA), xilo, P&B, 20.nov.2012. Autoria: Luciana Cruz dos Santos.

Esboço – aula de desenho, Autoria: Luciana Cruz dos Santos, 16.11.12

Gafanhoto, Prova do Autor (PA), xilo, colorida, 20.nov.2012. Autoria: Luciana Cruz dos Santos.

Xilogravura em Cores. Obra produzida por Luciana Cruz Dos Santos.

As matrizes podem gerar uma porção de outras gravuras: uma alternativa para geração de renda, além de estímulo à produção artística e registro das memórias locais.

Luciana faz a prensagem, antes de obter sua primeira gravura. 1a. Oficina de Memória e Xilogravura, 15.07.12.

Diálogo com as diferenças: crianças, jovens e idosos - 2a. Oficina de Memória e Xilogravura.

Na 2ª Oficina de Memória e Xilogravura houve inovação no trabalho, com a aprendizagem de impressão em cores.

Esboço – aula de desenho básico; produzido por Valter Luz, nov. 2012.

Três matrizes que tratam da temática rural, ligada à agricultura, caça e pesca. Autoria de Patrícia Cristina.

Xilogravuras na secagem após impressão em preto e branco. 1a. Oficina de Memória e Xilogravura.

Obra produzida em isopor gravura, por Benjamim, 8 anos.

“Escarlet de saia azul”, xilogravura produzida por Juliana, 2a. Oficina de Memória e Xilogravura, Nov.2012.

“Garoupa”, tom laranja, obra produzida por Cristiane Cruz dos Santos, a “Keké”, Nov. 2012.

“Correição”, xilogravura produzida por Márcio Alves – mais conhecido “Formiga”, de Cambury.

Desenho em papel – Obra produzida por Márcio Alves, o “Formiga” do Cambury.

Desenho em Papel Vegetal – Obra produzida por Sandro, o “Capoeira”, Nov. 2012.

“Morro de Elefantes”, Xilogravura em cores – Obra produzida por Sandro, o “Capoeira”, Nov. 2012.

Esboço em Papel, obra produzida por Wilson Rocha e Silva, Nov. 2012.

“Folhagens de Cambury”, xilogravura em cores, obra produzida por Wilson Rocha e Silva, Nov. 2012.

Matriz e Desenho em papel vegetal, obra produzida por Patrícia Cristina, Nov. 2012.

“Coelhinho”, matriz e desenho em papel vegetal, obra produzida por Patrícia Cristina, Jul. 2012.

Desenho em papel dobrado, obra produzida por Patrícia Cristina, nov. 2012.

Desenho em papel, obra produzida por Patrícia Cristina, Nov. 2012.

Xilogravura e matriz em madeira, obras produzidas por Patrícia Cristina, Nov. 2012.

Matriz, Desenho e Xilogravura, obras produzidas por Patrícia Cristina, Nov. 2012.

Atualmente é proibido caçar no Parque Estadual da Serra do Mar, que se sobrepôs ao território quilombola. Com o sumiço dos peixes, a pesca artesanal vai sendo abandonada pela geração mais jovem, que migra para as cidades em busca de emprego, renda e uma vida melhor.

APÊNDICE E – EQUIPE DE TRABALHO COLABORATIVO

Quilombo do Cambury/Escolinha Jambeiro, 2011-2013.

Patrícia Cristina, técnica em biblioteconomia Senac-SP, participou de quase todas as visitas ao quilombo, fez registros das conversações com Sr. Genésio, Tia Alcina, D. Maria Lorena e Sr. Miguel da Cruz; também atuou como fotógrafa, além de realizar o processamento técnico dos livros Arca das Letras, tendo participado das duas Oficinas e da coleta de assinaturas para melhoria da saúde pública no Cambury. Site: http://tecnicabiblioteconomia.wordpress.com/
Edison Luís dos Santos, pesquisador do PPGCI. Coordenador das ações de mediação cultural, ordenamento dos dispositivos; idealizador da <i>Estação Memória Cambury</i> e autor desta dissertação de mestrado. E-mail: edisonlz@usp.br
O professor e arte-educador Valter Luz ingressou na Equipe em setembro de 2011 e participou das reuniões semanais, do planejamento pedagógico e coordenou as duas Oficinas de Memória e Xilogravura, que aconteceram em Julho e Novembro de 2012.
O músico, ator e compositor Nelson Brolese aceitou participar da I Oficina de Memória. Apresentou o workshop “Musicalidade e técnica vocal”, experiência sinestésica de expressão artística através de treinamento que relaciona sensibilização corporal e a percepção sonora das propriedades do som – altura, intensidade, duração e timbre – desenvolvendo a musicalidade, a comunicabilidade e o senso estético.
Wilson Rocha, músico, ator, educador, tocador de violão, cavaquinho, viola e violino; participou das reuniões semanais de planejamento pedagógico e contribuiu no registro audiovisual da Oficina de Memória e Xilogravura II (Novembro de 2012) e apresentou o workshop “Diálogo com a música: construindo instrumentos a partir de materiais recicláveis”.
Na primeira visita ao quilombo, contamos com a participação de dois professores da rede pública de ensino (Joel e Tiago), que ajudaram a registrar dois eventos culturais do cotidiano de Cambury: a Corrida de Canoas e a festa de São João. (Junho de 2011)
Renata Barcelos, quilombola urbana da Zona Sul de SP, educadora popular, participou da mostra de cinema, da coleta de relatos de vida da segunda Oficina de Memória, Desenho e Xilogravura, junto com o marido, também educador, e seu filho, Bento (nov.2012).
Mundo em Foco - Formado por jovens da Zona Leste de SP, engajados com questões sociais que envolvem a comunidade, o grupo trabalha com diversas tecnologias e temas: TV, vídeo, cinema, internet, fotografia, artes plásticas, meio ambiente, teatro, entre outros. A equipe realiza ações diretas nos locais: oficinas e exposições fotográficas, produção de vídeos e eventos que dialoguem com a comunidade. Benfeitoria no Cambury, Click na Lata: http://benfeitoria.com/clicknalata . Site: http://mundoemfoco.org/

_____ fim _____